



Geografia do Estado do Rio de Janeiro

Volume único

Miguel Angelo Ribeiro
Nathan da Silva Nunes

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Apoio:



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Gilson Rodrigues

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ - Gláucio José Marafon

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Caroline Xavier

Gustavo Brito

Nathan da Silva Nunes

Alberto Silva Cadena

Artur Leonardo Andrade

Marcos Lima

Rogério Seabra

Thiago Jeremias Baptista

Diretoria de Material Didático

Bruno José Peixoto

Coordenação de Design

Instrucional

Flávia Busnardo da Cunha

Design Instrucional

Lívia Tafuri Giusti

Biblioteca

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Ulisses Schnaider

Revisão Linguística e Tipográfica

José Meyohas

Rosane Lira

Ilustração

André Amaral

Capa

André Amaral

Programação Visual

Filipe Dutra

Núbia Roma

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2019 Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

G345

Geografia do Estado do Rio de Janeiro. Volume único/ Miguel Angelo Ribeiro...[et al]. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2019. 350p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0229-7

1. Geografia. 2. Formação territorial fluminense. 3. Processo de ocupação e interiorização fluminense. 4. Industrialização fluminense. 5. Agricultura fluminense. 6. Importância do Petróleo e royalties. I. Ribeiro, Miguel Angelo. II. Nunes, Nathan da Silva. III. Andrade, Artur Leonardo. IV. Lima, Marcos. V. Seabra, Rogério. VI. Baptista, Thiago Jeremias. Título.

CDD: 918.153

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Wilson Witzel

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Leonardo Rodrigues

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Cláudio Lucas da Nóbrega

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora: Denise Pires de Carvalho

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • A formação territorial fluminense: das capitanias hereditárias aos dias atuais	7
<i>Artur Leonardo Andrade</i>	
Aula 2 • O processo de ocupação e interiorização da população fluminense: o quadro natural, o índio e as atividades exportadoras.....	33
<i>Artur Leonardo Andrade</i>	
Aula 3 • Território dominado pela concentração populacional metropolitana e o interior esvaziado	55
<i>Alberto Silva Cadena</i>	
Aula 4 • O processo de urbanização fluminense: o urbano e o rural	69
<i>Artur Leonardo Andrade</i>	
Aula 5 • A atual estrutura produtiva fluminense: os setores da economia e sua distribuição.....	97
<i>Rogério Seabra</i>	
Aula 6 • Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno	117
<i>Rogério Seabra</i>	
Aula 7 • A importância do petróleo e o papel dos royalties no espaço fluminense	139
<i>Nathan da Silva Nunes</i>	
Aula 8 • O processo de industrialização fluminense.....	157
<i>Thiago Jeremias Baptista</i>	
Aula 9 • As regiões de planejamento fluminense	199
<i>Nathan da Silva Nunes</i>	
Aula 10 • A Região Metropolitana e o processo de concentração de atividades e população	225
<i>Nathan da Silva Nunes</i>	
Aula 11 • A Região das Baixadas Litorâneas: o fenômeno da segunda residência e o turismo.....	245
<i>Nathan da Silva Nunes</i>	
Aula 12 • A Região Norte Fluminense: da agricultura canavieira aos royalties do petróleo	265
<i>Nathan da Silva Nunes</i>	
Aula 13 • A Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense	281
<i>Caroline Xavier e Gustavo Brito</i>	
Aula 14 • A Região Serrana e a diversidade das atividades econômicas	305
<i>Rogério Seabra</i>	
Aula 15 • A Região da Costa Verde: as atividades econômicas e os impactos ambientais	323
<i>Marcos Lima</i>	

Aula 1

A formação territorial fluminense:
das capitanias hereditárias aos dias atuais

Meta

Apresentar a formação territorial do estado do Rio de Janeiro ao longo da história do Brasil, abordando os processos responsáveis pela configuração atual do território fluminense.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os principais momentos da história do Brasil;
2. analisar os diferentes estatutos jurídicos que acompanham a formação territorial fluminense, desde as capitanias hereditárias até os dias atuais;
3. reconhecer o processo de fragmentação territorial fluminense.

Introdução

O estado do Rio de Janeiro situa-se na região sudeste do território nacional, tendo como limites os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e o Oceano Atlântico. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), o estado do Rio de Janeiro possui a maior densidade demográfica do país, com 365 habitantes por km².

Ao longo da história do Brasil, o território fluminense passa por diversos estatutos jurídicos. Essas variadas mudanças nas delimitações político-administrativas do estado do Rio de Janeiro contribuíram de forma significativa para que o estado consolidasse uma certa centralidade no território nacional e, também, para a perda dessa centralidade política e administrativa.

Dessa forma, o objeto principal desta aula é analisar a formação territorial fluminense desde as capitanias hereditárias aos dias atuais. Para isso, divide-se a análise em três etapas fundamentais:

- breve contextualização da história do Brasil;
- organização espacial fluminense;
- fragmentação territorial do estado do Rio de Janeiro.

Na primeira etapa, procurou-se dar bases históricas ao processo de formação territorial fluminense, que está diretamente relacionado à formação territorial do Brasil. A segunda etapa buscou nortear os elementos da formação do território fluminense, abordando os variados estatutos jurídicos que fizeram parte do território. Já a última etapa esteve voltada para a formação da malha municipal fluminense, que começa a partir da expansão da colonização do Brasil e termina com o processo recente de emancipação de municípios no estado.

Vale ressaltar que esta aula se inspira nas contribuições aos estudos da história do Brasil do historiador Boris Fausto, e está diretamente influenciada pelos trabalhos do geógrafo Miguel Ângelo Ribeiro, cuja obra é essencial para as abordagens geográficas do espaço fluminense.

História do Brasil: uma breve contextualização

“A história é uma ciência humana. Isso quer dizer que ela tem uma certa relatividade, dependendo muito da visão do historiador. A história tem uma lógica, tem normas, tem um processo; portanto, tem uma objetividade”

Antes de iniciarmos uma contextualização a respeito da história do Brasil, é preciso ressaltar o caráter subjetivo das abordagens históricas. A divisão da história do Brasil em determinados momentos requer, sempre, uma escolha do pesquisador. Procuraremos, aqui, apresentar alguns desses períodos, tendo como base as contribuições de Boris Fausto.

Após o “descobrimento” das terras que hoje formam o Brasil, houve um período marcado pela extração de pau-brasil, que se deu entre as décadas de 1500-1530 (Figura 1.1). Muitos denominam este período de pré-colonial.



Figura 1.1: Terra Brasilis, 1519.

Fonte: <http://revistacarbono.com/artigos/01a-terra-brasilis-como-terra-incognita/>



The image is a screenshot of a news article from G1 Pernambuco. The header is red with the G1 logo and 'PERNAMBUCO NORDESTE' text. Below the header, the article title is 'Descobrimento foi, na verdade, uma invasão à terra dos índios'. A sub-headline reads: 'Professor falou que portugueses ocuparam as terras brasileiras. Nações indígenas tinham costumes distintos e não conheciam a escravidão.' At the bottom of the article preview, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Google+.

Fonte: <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/10/descobrimento-foi-na-verdade-uma-invasao-terra-dos-indios.html>

Neste site, é possível acompanhar a abordagem do professor Paulo Chaves sobre a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em abril de 1500. Para ele, o termo “descobrimento” é inapropriado, pois as terras brasileiras já eram habitadas por cerca de 3 milhões de nativos, os índios.

A Coroa portuguesa dará início à colonização das terras brasileiras somente a partir do ano de 1534, com a criação das capitanias hereditárias, que dividia o território brasileiro em 15 porções de terra (**Figura 1.2**).



Figura 1.2: Mapa das capitâncias hereditárias (1534-1536)

Fonte: http://www.ciencia.iao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=t2k&cod=_geografia_22geo

As capitâncias hereditárias merecem destaque porque, a partir delas, começa a formação do território brasileiro. Sobre a construção do mapa das capitâncias hereditárias, recomenda-se a nova proposta de mapa, fruto das descobertas de Jorge Cintra, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.



REVISTA DE **História**.com.br

Tem combustível que já nasce com o brasileiro. Os outros a gente desenvolve aqui.

HISTÓRIA DO BRASIL POR QUEM MAIS ENTENDE DO ASSUNTO Pesquisa em andamento

HOME | SEÇÕES ▾ | PARTICIPE ▾ | ASSINATURA ▾ | MAIS ▾

Uma questão de limites

Refeito recentemente, mapa das capitâncias hereditárias ganha nova cara, 150 anos depois da publicação de sua versão mais conhecida

Alice Melo

1/9/2014

Tamanho da letra:

Por questões políticas, o rei Dom João III autorizou a colonização do Brasil 30 anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral a este lado do Atlântico. Em 1533, a Coroa decidiu repartir as terras do além-mar entre 15 capitães donatários, gente que não tinha grande fortuna ou negócios na metrópole, mas que teria condições de administrar a nova colônia. Ainda não eram as capitâncias hereditárias que, durante mais de cem anos, pareciam ser [geograficamente] "uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao interior de Tordesilhas", conforme explicou e liderado Boris Fausto em *História do Brasil* (1996). Um estudo publicado recentemente nos *Anais do IHGSP*, no entanto, contesta a versão clássica do mapa das capitâncias presente até hoje em livros didáticos, e mostra que a divisão de terras do norte do país, na verdade, seguiu linhas verticais e não horizontais.

O engenheiro Jorge Cintra, professor titular de Informações Espaciais na Escola Politécnica da USP, é o autor da pesquisa

Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/uma-questao-de-limites-1>

O site informa que o engenheiro Jorge Cintra, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) fez uma descoberta que pode mudar os livros didáticos. A partir de documentos oficiais, o engenheiro faz uma reconstrução dos limites das porções de terra pela Coroa portuguesa, trazendo um novo mapa (ver o site).

As terras que, nos primeiros anos da década de 1500, foram confundidas com as de uma ilha, neste momento, tornam-se um território de

interesse da Coroa portuguesa, marcando o início da colonização do Brasil. No mapa citado acima, é possível identificar as 15 porções de terra, cujo limite era a linha de Tordesilhas (1494); elas foram entregues aos capitães-donatários (pequena nobreza, burocratas e comerciantes ligados à Coroa portuguesa).



Tratado de Tordesilhas – Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o reino de Portugal e o recém-formado reino da Espanha para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola, resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que, um ano e meio antes, chegara ao chamado Novo Mundo, reclamando-o oficialmente para Isabel, a Católica.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas.

O fracasso das capitânicas hereditárias leva a Coroa portuguesa a criar, em 1549, um novo sistema: o Governo Geral. Este sistema representa um esforço de centralização político-administrativa em busca de uma montagem de colonização que permanecerá por dois séculos, com avanços e retrocessos. O sistema colonial permanece até as últimas décadas do século XVIII, quando entra em crise. Dessa forma, pode-se dizer que o período colonial vai de 1500 a 1822, com a Independência.

O período seguinte é denominado de Brasil Imperial, ou Brasil Império. Ele vai da Independência do Brasil (1822) à Proclamação da República (1889), podendo ser dividido em outros momentos:

- Primeiro Reinado (1822-1831);
- Período Regencial (1831-1840);
- Segundo Reinado (1840-1889).

Este é um período de grandes transformações socioespaciais. No final dele, a configuração do mapa do território nacional já se parece muito com a configuração atual.

A partir de 1889, com a Proclamação da República, dá-se início a outro grande período da história do país: o Brasil Republicano. Este período pode ser dividido em outros cinco momentos:

- Primeira República (1889-1930);
- Estado Getulista (1930-1945);
- Período Democrático (1945-1964);
- Ditadura Militar (1964-1985);
- Nova República (1985-dias atuais).

Dessa forma, o processo de delimitação das fronteiras e divisas do território nacional apresentam cinco momentos principais (Figura 1.3):

- Capitâneas hereditárias (1534): início das divisões do território nacional;
- Tratado de Madri (1789): marca a expansão territorial para o interior;
- Independência e República (1889): nesse período, o território nacional passa de 17 estados a uma configuração muito parecida com a atual;
- Primeira metade do século XX (1943): marca a incorporação do Acre, em 1904, a criação dos territórios de Roraima, Amapá e Fernando de Noronha, em 1942, e o estado de Rondônia (1946);
- Transformações recentes (1990): criam-se o estado de Goiás e a capital federal Brasília, em 1960. Logo depois, criam-se os estados do Mato Grosso do Sul (1979) e Tocantins (1989), este definido pela Constituição de 1988.



Figura 1.3: Divisão do território brasileiro ao longo de sua história (1534-1990).
 Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/como-foi-estabelecida-divisao-estados-brasileiros-679015.shtml>

A breve contextualização da história do Brasil, privilegiando as transformações ocorridas nas divisões e fronteiras do território brasileiro, tem como objetivo fundamental o de nos dar bases para uma análise mais detalhada a respeito da formação territorial fluminense.

=====**Atividade 1**=====

Atende ao objetivo 1

Sabe-se que o início da colonização das terras brasileiras, feita pela Coroa portuguesa, não acontece no momento do seu “descobrimento”. Identifique um marco histórico que represente o início da colonização do Brasil e explique seu efeito na formação do território brasileiro.

Resposta comentada

Desde o “descobrimento” do Brasil, em 1500, até a década de 1530, as terras brasileiras despertavam um interesse ainda tímido da Coroa portuguesa, sendo um período marcado pela extração do pau-brasil. Com a criação das capitanias hereditárias, em 1534, deu-se o início da colonização do Brasil.

As capitanias hereditárias tornaram-se um marco histórico, pois representaram a primeira iniciativa de delimitação do território brasileiro. Por meio delas, o território brasileiro foi dividido em 15 porções de terra, limitadas pela linha de Tordesilhas.

A Organização do Espaço Fluminense

Esta etapa da aula será destinada aos elementos que nortearam a formação do território fluminense. Assim, abordaremos os variados estatutos jurídicos que fizeram parte desse território, bem como a sua atual fragmentação territorial.

Os diferentes estatutos jurídicos do estado do Rio de Janeiro

Ao analisar a estrutura e as transformações do espaço fluminense, Miguel Ângelo Ribeiro (2001) destaca que nenhuma unidade político-federativa brasileira passou por tantos estatutos jurídicos como a do Rio de Janeiro, principalmente quando o assunto diz respeito ao seu núcleo, representado pelo município e capital Rio de Janeiro.

De modo geral, um estatuto jurídico é formado por um conjunto de normas jurídicas cuja característica geral é a de regular as relações

específicas de pessoas que vivem em um território. Os diversos estatutos jurídicos pelos quais o estado do Rio de Janeiro passou o levaram a diferentes papéis da administração política do território nacional, como podemos notar no quadro a seguir.

Quadro 1: Diferentes estatutos jurídicos do Rio de Janeiro

Primeiro Momento
1534 - Início das capitanias hereditárias
Segundo Momento
1565 - Fundação da Cidade do Rio de Janeiro no morro Cara de Cão
1567 - Transferência do sítio urbano para o morro do Castelo
1763 - Transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro
1808 - Chegada da família real
1815-22 - Criação da província do Rio de Janeiro
1834 - Criação do município neutro, separação da cidade do Rio de Janeiro da província fluminense
1835 - Niterói é elevada à condição de capital da província fluminense
1889-91 - Proclamação da República e Constituição. O município neutro transforma-se em Distrito Federal, e a província, em unidade da federação (estado)
1960 – Perda da capitalidade da cidade, com a transferência do Distrito Federal para Brasília. Criação do Estado da Guanabara, com capital no Rio de Janeiro
1975 - Fusão. Criação do novo estado do Rio de Janeiro, a partir dos estados da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro, cuja capital é a cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, Niterói perde a sua capitalidade

Fonte: Ribeiro, 2001; MARAFON, et al., 2011.

O quadro elaborado por Ribeiro (2001) sintetiza os diferentes estatutos jurídicos assumidos pelo Rio de Janeiro desde os tempos coloniais (capitanias hereditárias) até seu processo de fusão, na década de 1970.

O Rio colonial: capital do vice-reinado, capital do Império e município neutro

Durante o período colonial, o território fluminense, tal como conhecemos atualmente, era formado pelas capitanias de São Vicente (ao

sul) e São Tomé (ao norte). Já a cidade do Rio de Janeiro correspondia à Capitania Real.

Em 1763, ocorre a primeira transformação jurídica do território fluminense. Essa transformação é marcada pela transferência da capital do vice-reinado, de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, que passa a sediar a administração portuguesa no Brasil. A elevação do Rio de Janeiro a capital do vice-reinado acarretou no deslocamento do epicentro administrativo da colônia para o sudeste do país.

A centralidade político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro vai culminar com sua nomeação de capital do império, em 1808, momento da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Logo em 1815, o território atual do estado do Rio de Janeiro passa a constituir a província fluminense.

Anos após a Independência do Brasil, em 1834, a cidade do Rio de Janeiro se desvincula da província fluminense, ganhando a condição de município neutro da corte. Com isso, a cidade do Rio de Janeiro torna-se a cidade/capital do Brasil, constituindo-se num território único e institucionalmente diferenciado das demais províncias.

Ao tornar-se município neutro, há uma separação política da cidade do Rio de Janeiro com a província fluminense que, naquele momento, havia reincorporado as regiões de Campos do Goytacazes e Paraty.

De capital do império a capital da república: a perda da centralidade

A Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891 trouxeram um novo estatuto jurídico ao território fluminense. Agora, o antigo município neutro passa à condição de Distrito Federal, e a antiga província fluminense é elevada à categoria de estado.

Um dos fatores que explicam a mudança do Rio de Janeiro de município neutro para Distrito Federal é sua separação da província fluminense, desde 1834, garantindo certa neutralidade diante dos interesses das oligarquias provinciais.

A condição de Distrito Federal é exercida até o ano de 1960, quando acontece a transferência da capital para Brasília. Ainda neste ano, o estado da Guanabara é criado, trazendo à cidade do Rio de Janeiro um papel singular no contexto nacional: o de estado e capital simultaneamente.

Entende-se a transferência da capital para Brasília como um dos principais fatores para a perda de centralidade do Rio de Janeiro, embora este fator seja a ratificação de um processo que se iniciara com o crescimento industrial de São Paulo.

Comparada a São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro apresentava grande defasagem estrutural no que se refere ao desenvolvimento industrial. Dessa forma, a centralidade do Rio de Janeiro vai sendo progressivamente diluída.

A fusão e a consolidação do estado do Rio de Janeiro

Em 1975, o território atual do estado do Rio de Janeiro é institucionalizado, finalizando, com isso, as várias transformações no estatuto jurídico fluminense. A fusão, feita pelo governo militar, uniu politicamente os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que estavam separados desde 1834.

Nesta fusão, o estado da Guanabara deixa de existir e a cidade do Rio de Janeiro traz de volta a configuração territorial anterior à criação do município neutro. Dessa maneira, o Rio de Janeiro volta a ser a capital fluminense.

Enquanto isso, Niterói deixa de ser a capital fluminense, enfraquecendo seu status político-administrativo. De volta à função de sede municipal, o município acaba passando por um processo de esvaziamento da máquina administrativa estadual, perdendo capitalidade.

Deve-se lembrar que, em 1959, um grupo de empresários estabelecidos no estado da Guanabara elaborou um estudo técnico que analisava a possibilidade de união dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. O setor industrial localizado no estado da Guanabara já demonstrara grande insatisfação com a carga tributária imposta, iniciando um movimento de evasão industrial para municípios fluminenses localizados na Via Dutra, que pertenciam à periferia imediata (atual Região Metropolitana).

A progressiva transferência de indústrias fomentou um processo de

loteamento na periferia metropolitana, potencializando, assim, o surgimento e organização da atual metrópole. Neste processo, destacam-se três municípios cujas densidades demográficas acusaram valores bastante expressivos para o contexto estadual:

Tabela 1: Densidade demográfica (habitantes por km²)

Município	Nova Iguaçu	Duque de Caxias	São João de Meriti
Densidade demográfica - 1950	184,3	198,5	2.190,9
Densidade demográfica - 1960	429,5	523,1	5.493,8

Fonte: CIDE, 2001; MARAFON, et al., 2011.

Os números acima refletem o crescimento de áreas praticamente desocupadas, onde o aumento populacional ganha números exorbitantes. Entretanto, pode-se considerar esses números como significativos indicadores do processo de ocupação da atual Região Metropolitana fluminense, iniciado entre as décadas de 1940-1950, a partir do inchaço metropolitano – representado pela cidade do Rio de Janeiro, que recebeu levas de migrantes, principalmente vindos do Nordeste brasileiro.

Na transferência de plantas industriais para a Baixada Fluminense, havia um problema: a área não oferecia infraestrutura necessária, além de não possuir recursos para os investimentos. À vista disso, concordou-se com Evangelista (1998), quando ele exibe um dos motivos econômicos para o processo de fusão, em 1975. A produção industrial, em geral, era mais em conta além dos limites do estado da Guanabara, devido aos impostos cobrados nos municípios vizinhos fluminenses, os quais, porém, eram incapazes de efetuar os investimentos na nova área, pois a fusão estaria identificada fundamentalmente com empresas de grande porte capazes de realizar sua expansão para a periferia metropolitana.

A ligação do antigo Distrito Federal era maior com a **HINTERLÂNDIA** nacional do que com o interior do estado do Rio de Janeiro. O modelo adotado de "desenvolver para desenvolver o país" (MOREIRA, 2001), com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Refinaria Duque de Caxias (SILVA, 2003), por exemplo, afastou a área metropolitana do interior. Após a fusão, eixos rodoviários foram instalados para articular o município do Rio de Janeiro, capital do estado, com os demais municípios fluminenses. As rodovias mais antigas, em sua maioria, passavam distante das sedes municipais do interior, ficando essas desconectadas economicamente da capital.

Hinterlândia

Conjunto de terras situadas no interior, sertão. Quando se trata de estudos de geografia urbana, também pode representar uma área geográfica que circunda um centro de comércio ou serviços.

Evangelista (1998) menciona que a fusão representou uma redução na importância da cidade do Rio de Janeiro no cenário nacional, pois ela deixou de ser capital do país, em 1960, para se tornar estado da Guanabara e, quinze anos depois, em 1975, passou a ser apenas um município, percebendo-se, assim, o descenso na significação política da cidade e, como apontou Lessa (2000), a perda de sua capitalidade em nível federal e estadual.

Como ressalta Davidovish (2000), a fusão não foi capaz de criar laços de identidade e solidariedade entre a capital e o interior do estado, formando dois subespaços bem diferenciados, representados pela Região Metropolitana e seu núcleo e o interior, no qual estão incluídos todos os municípios fluminenses localizados além dos limites metropolitanos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Conforme assinala Ribeiro (2001), nenhuma outra unidade político-federativa brasileira passou por tantos estatutos jurídicos como a do Rio de Janeiro. A partir disso, explique, sucintamente, o que é um estatuto jurídico e como os estatutos jurídicos influenciaram na mudança de papel político-administrativo da cidade do Rio de Janeiro no contexto nacional.

Resposta comentada

De modo geral, um estatuto jurídico é formado por um conjunto de normas jurídicas cuja característica geral é a de regular as relações específicas de pessoas que vivem em um território.

Como vimos, o território fluminense passou por diversos estatutos, desde as capitânias hereditárias até o seu processo de fusão na década de 1970.

Esses estatutos foram fundamentais para o ganho progressivo de centralidade da cidade do Rio de Janeiro diante do contexto nacional. Com a mudança da capital federal para Brasília, em 1960, inicia-se um processo de perda de centralidade do município, representando, também, uma redução na importância da cidade do Rio de Janeiro no cenário nacional. Essa mudança trará consequências nos laços de identidade e solidariedade entre a capital e o interior do estado, divididos entre Região Metropolitana e o interior.

A fragmentação territorial fluminense

A formação da malha municipal fluminense foi resultado de um processo histórico que, ora possibilitou um movimento no sentido de criar e emancipar alguns municípios (como observado durante o século XVII e início do século XIX, com a expansão da colonização e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, ou ainda durante a expansão do café pelo território fluminense), ora manteve uma inércia nessa configuração do estado, como observado no período da ditadura militar.

Nesse sentido, a atual malha municipal do estado foi construída a partir da disputa entre diversos grupos ligados à política local, sem que, no entanto, houvesse qualquer plebiscito popular para que os municípios fossem criados ou emancipados. Além disso, se os diferentes estatutos jurídicos pelos quais passou o município do Rio de Janeiro foram imposições que remetiam a uma ordem externa ao território estadual, no que se refere à malha municipal, essa imposição partirá, em sua maioria, de grupos políticos localizados no interior do território fluminense.

Origem e evolução dos blocos territoriais no estado do Rio de Janeiro

As terras que hoje constituem o território do estado do Rio de Janeiro fizeram parte das capitanias de São Vicente e São Tomé, além da capitania Real, que incluía o atual município do Rio de Janeiro. A partir das capitanias, pouco a pouco, foram sendo subdivididos e constituídos os municípios fluminenses.

Na formação da malha municipal do estado do Rio de Janeiro, destacam-se cinco blocos territoriais de origem:

- Cabo Frio;
- Campos dos Goytacazes;
- Rio de Janeiro;
- Resende;
- Angra dos Reis.

(BARBOSA; NATAL, 2001).

Além desses blocos territoriais, os autores citados identificaram cinco conjuntos territoriais de interseção localizados entre os blocos de origem (Mapa 1).

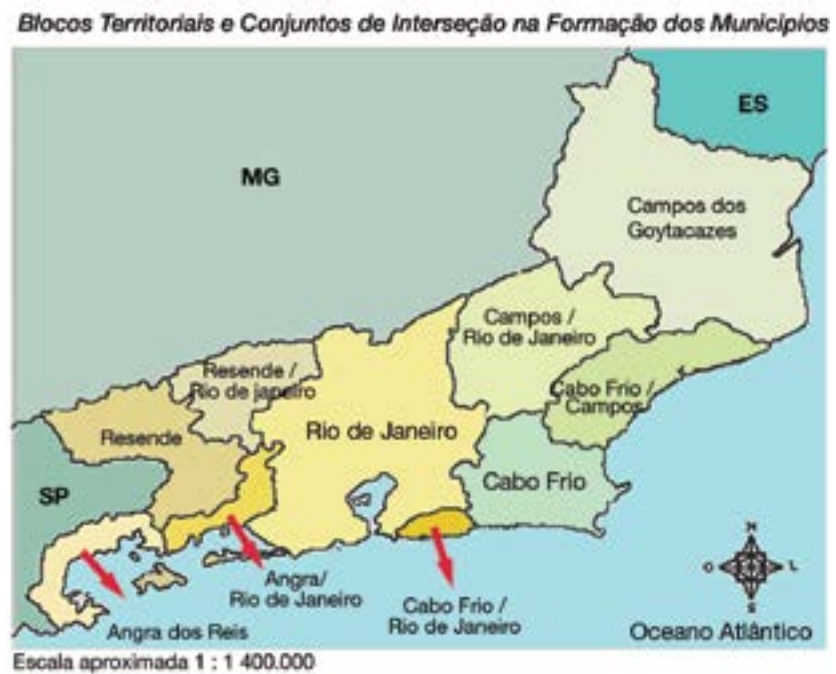


Figura 1.4: Mapa 1: Blocos territoriais e conjuntos de interseção na formação dos municípios.

- Bloco territorial de Cabo Frio

A vila de Cabo Frio foi fundada no século XVII; sua formação está ligada ao processo de ocupação do litoral brasileiro. Apesar de ser considerado um dos principais pontos dispersos de população no início da colonização (RAHY, 1999), Cabo Frio – e sua área de entorno – tivera economia pouco

dinâmica, constituindo uma "área de passagem" entre a Baía de Guanabara e a Planície Campista até a segunda metade do século XX, quando a implantação da Cia. Nacional de Álcalis e a especulação imobiliária resultante do início do processo de **SEGUNDA RESIDÊNCIA** garantiram novas perspectivas de desenvolvimento a essa porção fluminense, atualmente constituída pela região de governo denominada de Baixadas Litorâneas.

Os municípios de Silva Jardim, Rio Bonito, Araruama, Saquarema e São Pedro da Aldeia surgem na metade do século XIX. Recentemente, Arraial do Cabo (1986), Iguaba Grande (1997) e Armação dos Búzios (1997) foram outros municípios que surgiram com a intensificação dos fluxos turísticos e da segunda residência, promovendo uma reestruturação no desenvolvimento de novas articulações da região com a metrópole fluminense, com outras regiões do estado e, ainda, extravasando esses fluxos para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente.

- Bloco territorial de Campos dos Goytacazes

Ao bloco territorial de Campos dos Goytacazes corresponde à maioria dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense. O processo de ocupação dessa área está ligado à difusão da cana e do engenho de açúcar. Assim sendo, nesse bloco podem ser identificados três momentos principais de criação e emancipação de municípios: a segunda metade do século XIX; os anos 1930-40; e, a partir de 1986 até o momento atual, em que foram criados Italva (1986) Cardoso Moreira (1993), Varre-Sai (1993), Aperibé (1993), São Francisco do Itabapoana (1997) e São José de Ubá (1997).

O último momento de emancipações desse bloco teve como principal fator as novas possibilidades de crescimento econômico em função dos aludidos *royalties* do petróleo explorado na Bacia de Campos, explosão essa que não só atua em alto-mar, mas também possui instalações na parte continental de vários municípios do estado (RIBEIRO, 2001).

- Bloco territorial de Angra dos Reis

O bloco territorial de Angra dos Reis e seu conjunto de interseção tiveram a vila de Angra dos Reis como centralidade. Essa vila foi fundada em 1608 e, na segunda metade do século XVII, a partir do município angrense, surgiu o município de Paraty.

Essencialmente, o bloco de Angra dos Reis exerceu função portuária e de passagem para os planaltos interioranos, com a exploração da cana-de-açúcar e do ouro. Devido ao quadro natural, pequenas áreas planas entre a Serra do Mar e o litoral dificultam o processo de ocupação e instalação de diversos tipos de atividades na região, em decorrência da falta

Segunda Residência ou Domicílio de uso ocasional: De acordo com o IBGE (2010), é o domicílio particular permanente que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

de disponibilidade de terras ou sítios apropriados. Essa região, durante muito tempo, permaneceu pouco ocupada em virtude do difícil acesso e da ausência de transporte rodoviário.

- **Bloco territorial do Rio de Janeiro**

O bloco territorial do Rio de Janeiro, cujo centro é a cidade de mesmo nome, alonga-se até o Vale do Paraíba e, como ressaltam Barbosa e Natal (2001), marca os limites dos "sertões fluminenses" e das Minas Gerais. Os municípios desse bloco são pertencentes, atualmente, não só à região de governo Metropolitana, mas também a uma parte das regiões Centro-Sul e Serrana Fluminense.

Grande parte dos fluxos de pessoas, mercadorias e capital convergiam para a cidade do Rio de Janeiro, procedentes do interior, o que serviu de base para o surgimento de pequenos aglomerados (entrepósitos) na porção central do território fluminense. Cabe destacar a relação entre a ocupação e o quadro natural em grande parte desses pequenos aglomerados, que coincidem com o graben (fossa tectônica) do Paraíba do Sul, com a Serra do Mar e parte da Baixada Fluminense.

- **Bloco territorial de Resende**

A vila de Resende é a mais recente das cinco que originaram grandes blocos territoriais do estado, sendo o município de mesmo nome criado em 1801. O processo de ocupação dessa área está relacionado à circulação de pessoas e mercadorias entre a região aurífera de Minas Gerais e o Vale do Paraíba Fluminense. No bloco de Resende, observaram-se dois momentos principais de emancipações de municípios: a primeira metade do século XIX e a partir de 1989 até os dias atuais.

Os municípios desmembrados durante o primeiro momento (século XIX) podem ser relacionados à expansão do café, enquanto aqueles mais recentemente instalados são resultantes, principalmente, de um processo de industrialização correspondente ao aprofundamento das relações entre as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

Conjuntos territoriais de interseção

Barbosa e Natal (2001), seguindo as delimitações da antiga fundação CIDE, hoje CEPERJ, identificaram ainda cinco outros blocos territoriais, que denominam de conjuntos de interseção. Esses conjuntos localizam-se sempre entre dois dos outros blocos de origem, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 2: Conjuntos territoriais de interseção

Conjunto territorial	Composição
Angra dos Reis / Rio de Janeiro	Composto por municípios criados em 1820 (Itaguaí e Mangaratiba), 1960 (Paracambi) e 1997 (Seropédica).
Cabo Frio / Rio de Janeiro	Constituído pelos municípios de Maricá (1815) e Tanguá (1997).
Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro	A principal fase de emancipação desse conjunto ocorreu ao longo do século XIX e, nesse século, o conjunto foi acrescido de Cordeiro (1994) e Macuco (1997).
Resende / Rio de Janeiro	Constituído pelos municípios de Valença, Barra do Pirai e Rio das Flores (criados na segunda metade do século XIX) e por Mendes (1953).
Campos dos Goytacazes / Cabo Frio	Composto por municípios do Norte Fluminense e da Região das Baixadas Litorâneas. Nesse bloco, identificaram-se dois momentos de criação e emancipação de municípios: ao longo do século XIX (Macaé e Casemiro de Abreu) e a partir da segunda metade do século XX (Conceição de Macabu, Quissamã, Rio das Ostras e Carapebus).

Fonte: BARBOSA; NATAL, 2001, e MARAFON, et al., 2011.

As emancipações recentes do estado do Rio de Janeiro

Durante um período de vinte anos (1965-1985), o estado do Rio de Janeiro passou por uma fase de inércia territorial, na qual nenhum município foi criado. Podem ser destacados dois fatores principais que justificam esse quadro: a estrutura bem consolidada da elite no poder (fruto das constantes intervenções no poder federal) e a consonância da fase mencionada com o período da ditadura militar, quando o governo valorizava as políticas de desenvolvimento em escala regional como também um poder de controle sobre os municípios, sendo necessária a centralização federal.

A partir da segunda metade da década de 1980, tem início uma política de renovações no municipalismo brasileiro. A Constituição de 1988 será o principal fator para as emancipações e criação de novos municípios, por meio do estímulo que representou a maior carga tributária conferida a eles, além de garantir, na escala estadual, suas criações.

Esse período correspondeu à chamada "febre emancipatória" brasileira, sendo criados no estado do Rio de Janeiro: Quissamã, em 1989; Areal, em 1993; São Francisco do Itabapoana, Iguaba Grande, Pinheiral, Carapebus, Seropédica, Porto Real, São José de Ubá, Tanguá, Macuco, Armação dos Búzios, todos esses emancipados em 1997; e, por fim, Mesquita, em 2001.

Blocos Territoriais e Conjuntos de Interseção na Formação dos Municípios

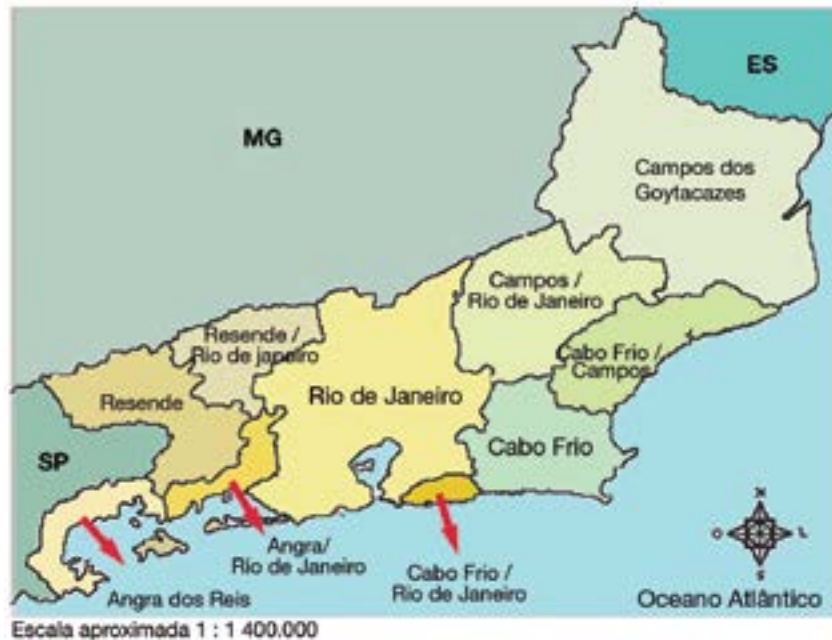


Imagem 1.5: A criação de municípios fluminenses ao longo do tempo (1608-2000)

Sendo assim, a configuração territorial interna do estado do Rio de Janeiro em 2011 é constituída por 92 municípios, sendo 17 localizados nos limites metropolitanos e 75 no interior, configurando esses dois subespaços.

==== **Atividade 3** =====

Atende ao objetivo 3

Na década de 1980, inicia-se no Brasil uma política de renovações no municipalismo brasileiro, denominada de "febre emancipatória". Dessa forma, aponte o principal fator responsável pelo processo chamado de

"febre emancipatória" no Brasil, identificando as consequências deste processo para a fragmentação territorial fluminense.

Resposta comentada

O principal fator para a política de renovações no municipalismo brasileiro ("febre emancipatória") foi a Constituição de 1988, sendo responsável por estímulos tributários e por facilitar as novas criações.

A partir desse momento, foram criados no estado do Rio de Janeiro os municípios de Quissamã, Areal, São Francisco do Itabapoana, Iguaba Grande, Pinheiral, Carapebus, Seropédica, Porto Real, São José de Ubá, Tanguá, Macuco, Armação dos Búzios e Mesquita.

Dessa forma, entende-se que a "febre emancipatória" intensificou a fragmentação do território fluminense, que conta atualmente com 92 municípios, sendo que 17 deles estão localizados na região metropolitana e 75 no interior.

Considerações finais

A partir da breve contextualização sobre a história do Brasil, enfatizando os processos territoriais, procurou-se destacar que a formação do território brasileiro é indissociável da formação do território fluminense.

Os diversos estatutos jurídicos que fizeram parte das terras que correspondem ao território fluminense atual levaram o estado do Rio de Janeiro a exercer um papel central (no sentido político e administrativo) no território nacional, e estes estatutos também foram os principais responsáveis pela perda dessa centralidade.

Dessa maneira, procuramos destacar a formação territorial fluminense desde quando ainda era formado pelas capitânicas de São Vicente, São Tomé e pela capitania Real. Com o passar dos anos, as capitânicas foram subdivididas, formando um território e uma malha municipal onde abriga a maior densidade demográfica do país: o território do estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Nesta aula, procuramos ressaltar os processos político-administrativos essenciais para a formação territorial fluminense, desde a criação das capitânicas hereditárias até o período de emancipações municipais, que dá forma ao atual estado do Rio de Janeiro.

Num primeiro momento, destacamos as bases históricas que dão fundamento à compreensão da formação territorial fluminense. Ou seja, trabalhou-se com a ideia de que a história do Brasil e seu processo de formação territorial é indispensável para a compreensão do território fluminense.

Depois, abordamos os elementos que nortearam a formação do território correspondente ao do estado do Rio de Janeiro, dando destaque aos diversos estatutos jurídicos que deram as formas atuais ao território enfatizado.

Por fim, a última preocupação da aula esteve concentrada na fragmentação territorial fluminense, que nos leva ao mapa atual deste território, cuja malha municipal é formada por cinco blocos territoriais: Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Resende e Angra dos Reis.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, enfatizaremos o processo de ocupação do território fluminense, passando pelas funções desse território durante o período colonial e pelo movimento de interiorização de ocupação dele, sobretudo a partir das principais atividades econômicas que intensificaram esse processo.

Referências

BARBOSA, P. P. B. C.; NATAL, C. B. A fragmentação da malha municipal do estado do Rio de Janeiro: uma análise histórico-geográfica. *GeoUERJ*. Rio de Janeiro, n. 10, 2001. p. 99-112.

DAVIDOVISH, F. R. Estado do Rio de Janeiro: singularidades de um contexto territorial. POA/RJ. Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR, 1998.

EVANGELISTA, H. A. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Ed.USP, 1995.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da autoestima*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

MARAFON, G. J. et al. *Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MOREIRA, R. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. et al. Anais do seminário "O estado do Rio de Janeiro no início do século XXI: olhando para o futuro". Niterói: Ed. UFF, 2001. p. 127-141.

RAHY, I. S. Povoamento do estado do Rio de Janeiro!. *GeoUERJ*. Rio de Janeiro, n. 6, 1999. p. 37-46.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SILVA, J. L. F. Considerações sobre o desenvolvimento territorial na Região Administrativa Centro-Sul Fluminense – RJ. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 31-59.

Aula 2

O processo de ocupação e interiorização da população fluminense: o quadro natural, o índio e as atividades exportadoras

Meta

Apresentar, de modo resumido, a maneira como se deu o processo de ocupação do território fluminense, passando por importantes momentos da história econômica do Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo de ocupação do território fluminense, enfatizando as influências do quadro natural e das atividades econômicas;
2. reconhecer a ocupação territorial fluminense a partir de uma perspectiva geográfica, com base nos meios geográficos propostos por Milton Santos.

Introdução

Na Aula 1, vimos que o estado do Rio de Janeiro possui a maior densidade demográfica do Brasil, com 365 habitantes por km². Foi visto, também, que o processo de formação territorial fluminense passou por diversos estatutos jurídicos, responsáveis pela consolidação e, depois, enfraquecimento da centralidade política e administrativa do estado no território nacional.

Agora, nossa preocupação se concentra no processo de ocupação e interiorização da população fluminense, o qual contou com três importantes fatores:

- o quadro natural,
- o índio,
- as atividades exportadoras.

No primeiro momento, ainda no período colonial, os portugueses preocuparam-se em exportar e defender o território de ataques estrangeiros. Dessa maneira, o território fluminense apresentava um quadro natural favorável à ocupação, já que possuía uma rede hidrográfica vasta. Junto a isso, outro fator que facilitou a ocupação foi a presença de caminhos e trilhas indígenas no território.

Com o desenvolvimento das atividades de exportação (cana-de-açúcar, mineração, café), a ocupação do território fluminense ganha novas dinâmicas. A mineração em Minas Gerais necessitava de áreas que complementassem a produção e encontrou, no território fluminense, abastecimento de alimentos e possibilidades de escoamento da produção. O plantio da cana-de-açúcar permitiu a ocupação do Norte Fluminense, principalmente na Baixada Campista, com ocupação populacional da mesma. Com o café, há um movimento de ocupação populacional na região do Vale do Paraíba do Sul, Região Serrana e Região Noroeste.

A partir do café, há uma dinamização do processo de ocupação e estruturação territorial (novos fluxos migratórios), além da consolidação de uma rede de circulação interna a partir das ferrovias, o que possibilitou uma integração do território fluminense.

Este processo de ocupação do território fluminense pode ser abordado de diversos pontos de vista. Nesta aula, enfatizaremos a análise a partir da perspectiva da Geografia, baseando-nos nas contribuições de Milton Santos a respeito dos meios geográficos: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

O “sentido” da organização espacial da Colônia

A conquista e o povoamento do atual estado do Rio de Janeiro devem ser vistos dentro de um quadro geral que extrapola as fronteiras nacionais e remete ao período das grandes navegações europeias e, em específico, à constituição de Portugal como uma grande potência colonial. A colonização das terras brasileiras, a partir do século XVI, vai ser resultante da iniciativa de empresas comerciais portuguesas levadas a efeito pelos navegadores daquele país.

O traço mais marcante da colonização do Brasil, embora o seja de outras partes do continente americano, foi o de servir à manutenção do pacto colonial. De fato, o sentido da nossa colonização está expresso na organização a partir dos interesses da metrópole portuguesa (Lisboa), guiado, de um lado, pela manutenção da posse deste território e, de outro, pela exploração comercial, isto é, a busca por metais preciosos e a obtenção de altos lucros com a venda de mercadorias tropicais demandadas pela Europa (PRADO JR, 1981).

Como aponta Rahy (1999), não por acaso, a organização espacial desse período foi caracterizada pela constituição e o fortalecimento das cidades e vilas portuárias, de forma que no litoral surgiram não só os primeiros embriões e/ou cidades fluminenses (Rio de Janeiro e Cabo Frio), como também as primeiras freguesias e vilas (por exemplo, Angra dos Reis).

O caráter periférico e litorâneo do povoamento da colônia é explicado como consequência, ora da existência de obstáculos entre o litoral e o interior, como a Serra do Mar, ora da tropicalidade do Brasil, que tornaria difícil a adaptação dos europeus. No entanto, embora esses fatores tenham configurado obstáculos, eles devem ser vistos com certas ressalvas.

A precariedade técnica dos europeus do século XVI, verdadeira, se comparada com a tecnologia de hoje, não chega a ser relevante, se nos lembrarmos de que os indígenas, com recursos técnicos ainda mais rudimentares, criaram inúmeros caminhos e trilhas entre o litoral e o interior e não se fixaram na periferia atlântica do território. Some-se ainda o fato de que sempre que corriam boatos sobre a existência de ouro no interior, ou quando havia a necessidade de escravizar indígenas, os obstáculos deixavam de ser tão importantes, e grandes contingentes de colonizadores dirigiam-se para aquela porção do continente, o sertão.

O povoamento do litoral sul fluminense nos fornece alguns exemplos do quadro mencionado acima. Se a transposição da Serra do Mar foi, em determinado momento, posta em segundo plano, resultando na concentração de população junto ao litoral nas vilas de Angra dos Reis e Paraty, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e a necessidade de escoamento desse mineral precioso, a Serra do Mar deixou de ser obstáculo por meio da utilização do caminho indígena que ligava a vila de Paraty ao caminho dos paulistas, fornecendo uma rota de escoamento.

O meio natural e o povoamento

Retomando o “sentido” da colonização – exportar e defender –, os portugueses consideravam relevantes as condições do meio natural, tais como a localização de baías, **ESTUÁRIOS**, rios, baixadas e gargantas entre serras.

Nesse sentido, o quadro natural que compõe o cenário fluminense apresentava diversos fatores favoráveis aos objetivos portugueses, ou seja, ocupar a colônia e defendê-la dos inimigos estrangeiros, entre eles, os franceses.

A presença de algumas baías, como a de Guanabara e a da Ilha Grande, favorecia o aporte seguro dos navios, possibilitando a instalação de portos, em torno do quais se desenvolveram núcleos populacionais. As feições naturais da Baía de Guanabara, com uma entrada não muito larga e balizada por morros de encostas íngremes, garantiam-na como posição estratégica, tanto no que se refere à manutenção da unidade territorial e política quanto no tocante ao controle da navegação no Atlântico Sul.

O reconhecimento da inegável importância geopolítica representada pela Baía de Guanabara ficou demonstrado pelo empenho dos colonizadores portugueses em expulsar os franceses da área.

Para assegurar sua posse, Estácio de Sá transferiu a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro do morro da Cara de Cão para o morro de São Januário, que mais tarde ficou conhecido como morro do Castelo (BARROS, 2005).

Da elevação dominava-se a entrada da baía, além da construção de sucessivas fortificações em sua entrada, como a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte de São João.

Estuário

Ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, desde águas doces próximo da sua cabeceira, águas salobras, e águas marinhas próximo da sua desembocadura.



Figura 2.1: Fortaleza de São João, ao pé do Morro Cara de Cão

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_Cara_de_C%C3%A3o#/media/File:SaoJoaoFort.jpg

Assim como as baías, os estuários não só formaram abrigos naturais para os navios portugueses, como também permitiram a penetração para o interior, subindo os vales dos rios principais e de seus afluentes. Os rios que descem a Serra do Mar e que, antes de lançarem suas águas no oceano, atravessam a Baixada Fluminense foram utilizados como a forma mais fácil para transpor os inúmeros trechos de brejo da área.

O mesmo ocorreu com o rio Paraíba do Sul, pelo qual atingiram-se o Norte e o Noroeste fluminenses, assim como o rio São João, o qual possibilitava a ligação do litoral com a encosta da Serra do Mar, na atual região das Baixadas Litorâneas.

Soma-se, ainda, como importantes rios no processo de penetração para o interior, os tributários da Baía de Guanabara: Iguaçu, Inhomirim e Macacu, dentre outros (LAMEGO, 1963).

Como podemos perceber, os caminhos desbravados por meio dos diversos rios que penetram pelo interior do continente foram de grande auxílio no processo de povoamento. Rahy (1999) chega a mencionar que "os povos surgidos às margens desses rios, sobretudo junto às embocaduras, transformaram-se em marcos da presença lusitana no litoral fluminense, garantindo aos portugueses a posse de terra". Essa autora

cita, como exemplos, Barra de São João, Macaé e São João da Barra, às margens dos rios São João, Macaé e Paraíba do Sul, respectivamente.

Se, de um lado, a rede hidrográfica foi um elemento facilitador da ocupação das terras interioranas, o mesmo não ocorreu no que diz respeito ao relevo fluminense. Marcado pela Serra do Mar, com suas escarpas íngremes e altitudes elevadas, o relevo foi, durante longo período, um "obstáculo" a ser transposto. Cabe ressaltar as feições da Serra do Mar, onde se encontram dois blocos soerguidos: o da Serra dos Órgãos, ao norte da Baía de Guanabara, onde a Pedra do Sino chega a 2.218 metros de altitude; e o da Serra da Bocaina, nos limites com o estado de São Paulo.

Diante da pujança da Serra do Mar, os vales foram importantes formações geomorfológicas no sentido da ocupação do interior das terras fluminenses. A passagem entre o litoral e o Médio Vale do Paraíba do Sul realizava-se por meio dos locais onde a linha de cristas se deprime, isto é, nos colos intermontanos e nas gargantas, como mencionado por Rahy (1999), que destaca como os mais importantes: Tinguá, Quitandinha, Alto da Serra da Estrela, Rodeio e Sapé.

Em suas origens, inúmeras vilas e cidades têm sua localização relacionada a essas vias de penetração, cujos traçados foram condicionados por esses caminhos naturais, como, por exemplo, Petrópolis, Engenheiro Paulo de Frontin e Paty do Alferes.

Além dos acessos facilitados pelo quadro natural, os portugueses se beneficiaram dos caminhos e trilhas já encontrados no território. Entre os grupos indígenas que ocupavam as terras fluminenses, destacavam-se os tupis, os jês e os goitacás. O aldeamento das tribos indígenas serviu para garantir aos portugueses o sucesso necessário na empreitada de conquista e colonização. Muitos desses aldeamentos constituíram-se embriões de futuras vilas e cidades: Niterói (século XVI), Mangaratiba, São Pedro da Aldeia e Macaé (século XVII), Itaguaí e São Fidélis (século XVIII), Valença, Itaocara e Santo Antônio de Pádua (século XIX).

A economia de exportação e o "sentido" da organização espacial fluminense

Se a defesa do território brasileiro foi garantida por meio da instalação dos fortes beneficiados pela morfologia da Baía de Guanabara e de outros locais do litoral fluminense, a exportação foi resultado das

diversas atividades econômicas que serviram de suporte à colonização e caracterizaram a economia brasileira durante séculos. Assim foi desde o século XVI até o início do século XX, quando então se completou o desbravamento e a ocupação das terras fluminenses, sendo o processo de conquista e povoamento resultado, direto ou indireto, da defesa do território e da economia de exportação.

Nesse contexto, podemos destacar três atividades econômicas importantes que influenciaram no processo de ocupação do território fluminense:

- a cana-de-açúcar e o gado;
- a atividade mineradora;
- a cafeicultura.

A cana-de-açúcar, o gado e o início do processo de interiorização

A introdução da agricultura canavieira na Baixada Fluminense, principal área do Rio de Janeiro produtora de açúcar, desde o século XVI até o século XX, teve início após a expulsão dos franceses, em 1567, em concomitância com a doação das primeiras sesmarias no recôncavo da Baía de Guanabara, às margens da qual estava a cidade do Rio de Janeiro.

Rahy (1999) aponta que a cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, foi o centro irradiador do cultivo da cana-de-açúcar pelo recôncavo da Baía de Guanabara, mantendo-se ao longo dos séculos XVI e XVII com posição de destaque nesse setor da produção e constituindo a "zona velha" do açúcar.

O cultivo da cana-de-açúcar, em geral, era praticado nas áreas de mata, em terrenos não embrejados, livres de enchentes. Nos campos, com os objetivos de servir para alimentação e transporte, assim como para a moagem da cana-de-açúcar, criava-se gado bovino como atividade complementar. A criação de gado vai manter-se até meados do século XVII, quando os canaviais substituíram definitivamente os criatórios, espalhando-se pelas **ALUVIÕES** argilosas, tanto da margem direita do rio Paraíba do Sul (entre o rio e a Lagoa Feia) quanto da sua margem esquerda (entre o rio e a Lagoa de Campello) e do baixo curso do rio Muriaé.

Com a expansão da lavoura canavieira pelo norte fluminense, consolida-se a "zona nova" do açúcar, caracterizada, ao contrário da "zona

Aluvião

Depósito de sedimentos clásticos (areia, cascalho ou lama) formado por um sistema fluvial no leito e nas margens da drenagem, incluindo as planícies de inundação e as áreas deltaicas, com material mais fino extravasado dos canais nas cheias.

velha", por pequenas propriedades, que seriam, no século seguinte, absorvidas pelas usinas, decorrendo daí o deslocamento dos pequenos proprietários, principalmente, para a região de Itaperuna, onde se plantaria café.

Cabe destacar que, ainda no século XVIII, o cultivo da cana-de-açúcar espalhou-se tanto no sentido leste quanto no oeste do recôncavo da Guanabara. Pelo norte e pelo sul do maciço costeiro, atingiu terras correspondentes aos atuais municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Maricá e Saquarema. Para oeste, os canaviais instalaram-se nos terrenos aluvionais da restrita Planície Litorânea e nas colinas mais suaves das pequenas baías localizadas entre Mangaratiba e Paraty.

Se a cana-de-açúcar espalhou-se por diversas partes do território fluminense, foi na região de Campos dos Goytacazes que essa cultura se consolidou a partir das usinas instaladas na região. Um dos indícios dessa consolidação pode ser visto a partir da fundação, em Quissamã, do primeiro "engenho central" (1877), nome então dado às usinas. Já em 1885, funcionavam na baixada goitacá dezessete usinas, mais seis grandes engenhos. No entanto, em contrapartida a esse progresso técnico observado na baixada, os "empresários" campistas se caracterizavam como grandes detentores de mão de obra escrava.

A mineração nas Gerais

Embora tenha sido realizada essencialmente de Minas Gerais, a mineração acarretou algumas transformações significativas no processo de ocupação do território fluminense, visto que, para abastecer a região das minas, assim como para escoar o metal para a metrópole portuguesa, na Europa, foi necessário abrir caminhos ligando o litoral à área da mineração.

Os caminhos indígenas que ligavam o litoral ao interior foram de grande utilidade para que o percurso entre o porto e as minas fosse realizado. Ao longo desses caminhos, instalaram-se registros, pousos e tropas; nas redondezas, fazendas voltadas para a produção de alimentos, visando ao abastecimento dos mineradores. Em decorrência desses entrepostos, muitos povoados se desenvolveram, os quais, mais tarde, se transformariam em vilas e cidades, como ocorreu com Paraíba do Sul e Paty do Alferes (RAHY, 1999).

Se, de um lado, a mineração possibilitou indiretamente o desenvolvimento de algumas cidades e vilas, por meio da função de entreposto comercial dessas áreas, a mineração também foi responsável direta pelos núcleos iniciais de povoamento de outras parcelas do território fluminense, em fins do século XVIII, desiludidos com a escassez de ouro em Minas Gerais, onde já havia sido encontrado o metal nas aluviões dos rios Negro, Grande e Macuco, mas a empreitada não logrou sucesso.

O ouro de Cantagalo atraiu pessoas não só de Minas Gerais, mas também de outras partes do Rio de Janeiro, como a Baixada Fluminense. No entanto, devido à inexpressiva produção, assim como a dificuldade de mineração, essa atividade não se desenvolveu por muito tempo na região, motivo pelo qual a ocupação dessa só ocorreria efetivamente com o cultivo do café, no século XIX.

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia), para a cidade do Rio de Janeiro. A própria capital da colônia foi transferida, em 1763, da Bahia para o Rio de Janeiro, como resultado da maior centralidade que a cidade ganhou, servindo de controle da exportação do minério pela Coroa portuguesa.

O café e a consolidação do processo de ocupação

Se a cana-de-açúcar, a criação de gado e a mineração – as duas últimas com menor intensidade – atuaram no processo de ocupação e povoamento de grande parte da Baixada Fluminense, o café foi o principal fator de fixação populacional no Vale do Paraíba do Sul, em parte da Região Serrana e nas bacias dos rios Pomba e Muriaé.

A respeito da importância do café na organização do espaço fluminense, Lessa (2000) menciona que, apesar de significativa participação da produção canavieira, "A província fluminense é certamente uma criação do café", sendo nota dominante na organização espacial do interior fluminense e, conseqüentemente, marcando a sua paisagem.

A atividade cafeeira em terras fluminenses teve início no interior da cidade do Rio de Janeiro, sendo a cidade também local de seu primeiro recuo. Cultivado nas encostas, devido à impropriedade dos solos das áreas planas, expandiu-se em um período de aproximadamente sessenta anos (1760-1820) pelas vertentes dos maciços cariocas (Tijuca, Pedra

Branca e Mendanha), dos morros vizinhos e dos que circundam a Baixada de Santa Cruz.

A expansão do café pelo território fluminense seguiu diversas direções a partir da cidade do Rio de Janeiro. Ao final do século XVIII, os cafezais já haviam ultrapassado os limites da referida cidade, fazendo-se presentes no Recôncavo da Guanabara, ocupando as áreas colinosas e substituindo a floresta tropical ali existente, não havendo plantio em curva de nível nem qualquer preocupação com a conservação do solo. Normalmente, as fileiras de café se alinhavam de baixo para cima, facilitando a erosão.

Após ocupar o recôncavo guanabarinense, o café expandiu-se por Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Macaé. São Gonçalo tornou-se o principal município cafeeiro de toda a Baixada Fluminense, expandindo-se a atividade por Cantagalo e Nova Friburgo, e daí para São Fidélis, Itaocara e a região sob influência de Itaperuna, constituindo, assim, uma zona pioneira de cafezais novos, cruzando o rio Paraíba do Sul.

Da fazenda do Mendanha (Rio de Janeiro) saíram mudas e sementes para formar cafezais no Vale do Paraíba e em Minas Gerais. No Vale do Paraíba, o café foi produzido em larga escala, transformando a então província do Rio de Janeiro no maior produtor de café do Brasil até quase o fim do século XIX.

A atividade cafeeira mobilizou um grande número de força de trabalho (principalmente escravo) oriunda da baixada, assim como de empresários vindos de Minas Gerais em virtude da exaustão das **LAVRAS AURÍFERAS** da região.

Cabe ressaltar, ainda, as transformações espaciais decorrentes da infraestrutura mobilizada pelo café para garantir a circulação das áreas produtoras para os portos por onde eram exportados, principalmente pelo Rio de Janeiro. Angra dos Reis e Mangaratiba também chegaram a apresentar intensa movimentação, recebendo café do interior e para lá enviando escravos.

Com o grande volume de café produzido, aumentou-se não só a circulação pelos caminhos (terrestres e fluviais) existentes, como novos caminhos tiveram que ser abertos, beneficiados indiretamente pelo café, seja por constituírem portos fluviais receptores de mercadorias, seja por desempenharem funções de apoio aos trabalhadores relacionados à produção cafeeira.

Lavras auríferas

Grandes unidades de extração de ouro.
Lavra: refere-se a uma ampla unidade de extração formada por uma importante jazida.
Aurífero: que contém ouro.

No entanto, na segunda metade do século XIX, a implantação das ferrovias ligando as propriedades cafeicultoras à cidade do Rio de Janeiro extinguiu os antigos pousos, necessários para auxiliar no escoamento da produção. As transformações decorrentes desse novo incremento técnico – a ferrovia – provocaram a estagnação e o desaparecimento de portos em muitas localidades, tais como Estrela, Porto das Caixas e Iguaçu (portos fluviais da baixada fluminense), conforme aponta Oliveira (2004).

Cabe ressaltar que a ferrovia fluminense não foi, em sua maioria, de penetração. A ferrovia, de forma geral, interligou áreas já ocupadas anteriormente, excetuando-se algumas no Noroeste. Nas terras do Noroeste Fluminense, a ferrovia deu origem às cidades de Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Itaocara.

A decadência da cultura do café em terras fluminenses teve início no final do século XIX e, dentre os motivos que justificam a crise, podemos destacar que os cafezais do Vale do Paraíba do Sul estavam velhos e os solos exauridos, o custo com a mão de obra escrava era alto (em contraste com São Paulo, a crise do abastecimento de escravos na região fluminense não conduziu a uma importante tecnificação do beneficiamento do café) e a produtividade do café paulista aumentou em comparação com o café produzido em terras fluminenses (entre 1885-95, a produtividade do café do Rio de Janeiro era apenas 60% da paulista, principalmente devido à qualidade inferior do tipo Rio em relação ao tipo Santos).

O café foi, portanto, um importante dinamizador no processo de ocupação e estruturação do território fluminense, permitindo que se desenvolvesse uma rede de circulação que, de certa forma, integrou tal território. Nesse sentido, cabe destacar o papel desempenhado pelo porto do Rio de Janeiro, o qual possibilitou que o interior fluminense se articulasse com a cidade carioca.

Se as atividades de plantio da cana-de-açúcar e do café, além da mineração, de forma indireta contribuíram para o processo de ocupação e povoamento do território fluminense, hoje não podemos ignorar o setor petrolífero como importante atividade e seu papel na distribuição dos royalties pagos ao estado e aos municípios fluminenses, provocando rebatimentos na organização/reorganização do território.

- O setor petrolífero no estado do Rio de Janeiro

De acordo com o IBGE (2007), o PIB do estado em 2007 atingiu R\$ 296 bilhões, o que correspondeu a aproximadamente 15% do PIB nacional. O crescimento industrial do estado vem sendo fortemente incentivado pelo setor do petróleo. No período entre 1993 e 2002, a produção de gás natural no estado aumentou cerca de 142%, enquanto a produção de petróleo, nesse mesmo período, aumentou aproximadamente 286%.

Além do setor petrolífero e de gás natural, outro elemento de forte impacto para a economia fluminense é o volume de *royalties* pagos ao estado e aos municípios produtores. Os *royalties* são instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração dos recursos escassos e não renováveis, como é o caso do petróleo e do gás natural.

É importante ressaltar que, conforme a lei, os recursos provenientes dessas participações governamentais – *royalties* e participações especiais – devem ser, obrigatoriamente, aplicados em novos investimentos.

Uma das justificativas para a distribuição de *royalties* do petróleo é ressarcir as gerações futuras, que não poderão desfrutar de um recurso natural esgotável. Uma das formas de retribuir tal perda seria por meio do aumento da capacidade produtiva da população local, que pode ser difundido pela melhora dos indicadores econômicos e sociais, como qualificação da mão de obra, investimento em capital social e saúde para a população. Depende das prefeituras e de seus políticos uma maior ou melhor utilização dessas arrecadações.

A maior parte da produção brasileira de petróleo encontra-se na Bacia de Campos, que se sobrepõe a duas regiões do estado do Rio de Janeiro. Assim, a região da Bacia de Campos é formada por alguns municípios da Região Norte Fluminense e por alguns municípios da Região das Baixadas Litorâneas. São eles: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Cabo Frio, Carapebus, Armação dos Búzios e São João da Barra.

A Bacia de Campos possui aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados e seus limites ocorrem ao sul, com a Bacia de Santos e, ao norte, com a Bacia do Espírito Santo.



Figura 2.2: Bacia de Campos e seus blocos - quatro blocos.

Fonte: <http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round2/pdocs/pbacias/PBframe04.htm>

A Bacia de Campos é responsável por aproximadamente 80% de toda a produção petrolífera brasileira. Com a crise iniciada em meados de 2016, marcada pela forte desvalorização do preço do barril de petróleo, muitos municípios da região sofreram forte retração econômica. Essa crise evidencia a importância econômica da **COMMODITY** para o estado do Rio de Janeiro e, também, a sua dependência econômica, colocando em risco muitos investimentos públicos.

Commodity

Termo proveniente da língua inglesa (plural, em inglês: "commodities"), que originalmente significava qualquer mercadoria, mas hoje é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária na bolsa de valores, para se referir a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.



A queda de aproximadamente 50% do preço do barril de petróleo do tipo Brent, em menos de um ano, juntamente com a crise política desprendida com a Operação Lava Jato, escancararam que nem o Brasil nem o Rio de Janeiro eram imunes aos vai e vem do setor.

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/08/economia/1447020429_844713.html



Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Ao abordar a importância do café na organização do espaço fluminense, Lessa (2000) entende que “A província fluminense é certamente uma criação do café”.

A partir do que foi visto, explique a afirmação do autor em questão.

Resposta comentada

Mesmo com a significativa participação da produção canavieira, o autor entende que a produção cafeeira teve papel central na organização espacial do interior fluminense.

A partir do café, há uma dinamização do processo de ocupação e estruturação territorial (novos fluxos migratórios), além da consolidação de uma rede de circulação interna a partir das ferrovias, o que possibilitou uma integração do território fluminense.

A ocupação do território fluminense a partir dos meios geográficos

Uma contribuição fundamental para a geografia crítica está no conceito de espaço social proposto por Henri Lefebvre. Este pensador muito influenciou a obra de Milton Santos, que é considerado por muitos como um dos principais representantes da geografia crítica brasileira.

Em “Por uma geografia nova”, Santos (2004) critica as bases das escolas tradicional e quantitativa, entendendo a Geografia como viúva do espaço. Nesta obra, Milton Santos começa a fundamentar sua proposta de espaço geográfico como objeto da Geografia.

O conceito de espaço geográfico amadurece na obra "A natureza do espaço". Nela, Santos (1996) define o espaço como "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações". Isto quer dizer que os sistemas de objetos condicionam a maneira como se dão as ações e, por outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos já existentes. Essa definição pressupõe uma relação entre objetos (configuração territorial) e as práticas sociais, o que caracteriza o espaço como uma forma-conteúdo, um híbrido.

Os meios geográficos

A relação sociedade/natureza, tão valiosa para a Geografia, é apresentada de um modo bastante abrangente por Milton Santos, agora, nas relações entre objetos e ações, permeadas pela técnica. Assim, Santos (1996) e Santos e Silveira (2001) entendem que a história dos meios geográficos apresenta três grandes etapas:

- o meio natural,
- o meio técnico,
- o meio técnico-científico-informacional.

No meio natural, não há grandes transformações; aqui, a técnica e o trabalho se casam com as dádivas da natureza. O meio técnico representa a emergência do espaço mecanizado, os instrumentos deixam de ser prolongamentos do corpo e passam a ser prolongamentos do território (contexto das revoluções industriais).

Já o meio técnico-científico-informacional inicia-se no período pós-Segunda Guerra, afirmando-se na década de 1970. Para Santos, o meio técnico-científico-informacional é a face geográfica da globalização, pois nele, a ciência, a tecnologia e a informação formam a produção, utilização e funcionamento do espaço.

Dessa forma, pode-se contextualizar o processo de ocupação territorial fluminense a partir dos meios geográficos:

- Meio natural: momento das primeiras ocupações no território fluminense. Aqui, as técnicas e os objetivos da Coroa portuguesa estavam associados às facilidades do quadro natural. Destaque para os caminhos naturais encontrados na rede hidrográfica, além dos caminhos e trilhas feitos pelos indígenas;
- Meio técnico: momento em que predominavam as primeiras atividades exportadoras (cana-de-açúcar, mineração, café). Os engenhos e as ferrovias formavam exemplos significantes do sistema técnico do período;
- Meio técnico-científico-informacional: quando o território fluminense se insere no contexto da economia globalizada, consolidada na década de 1970. Aqui, a ciência, a tecnologia e a informação dão as bases para um novo uso do território fluminense, que perde autonomia.



Designer, especialista em 3D, recria a paisagem da cidade do Rio de Janeiro ao longo de seus 400 anos. Veja a matéria, com vídeo, em O Globo:

<http://oglobo.globo.com/rio/design-rio-portal-faz-viagem-no-tempo-ate-rio-de-1565-17872909>



=====**Atividade 2**=====

Atende ao objetivo 2

Sabe-se que as contribuições das obras de Milton Santos muito enriqueceram o debate e as análises geográficas, sobretudo quando se trata da Geografia brasileira.

Disserte sobre algumas das contribuições deste geógrafo para o estudo do processo de ocupação e interiorização da população fluminense (objetivo central de nossa aula).

Resposta comentada

Milton Santos dedicou-se profundamente à abordagem geográfica, suas teorias e métodos. Trabalhou em sua obra os conceitos e temas fundamentais para o pensamento geográfico, tais como espaço geográfico (objeto da Geografia), lugar, meios geográficos, globalização, entre outros.

Ao abordar a história dos meios geográficos, Milton Santos nos oferece ricas contribuições para uma compreensão geográfica do processo de ocupação territorial fluminense, o que possibilita analisá-lo a partir dos meios natural, técnico e técnico-científico-informacional.



Conclusão

De modo geral, o processo de ocupação e interiorização da população fluminense foi trabalhado a partir de dois importantes fatores: o quadro natural e as atividades exportadoras (da mineração à produção petrolífera).

Vimos também que esta análise da ocupação do território fluminense pode ser abordada a partir de uma perspectiva geográfica proposta por Milton Santos, para quem a história do meio geográfico apresenta três grandes etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

Resumo

A organização espacial do território fluminense durante o período colonial foi condicionada por uma lógica que atendia a interesses externos, sendo, dessa forma, o território organizado a partir de suas funções: exportar e defender.

Dentro dessa racionalidade, o quadro natural foi, em muitos momentos, um facilitador do processo e, mesmo, de interiorização de ocupação do elemento branco, por meio da vasta rede hidrográfica que compõe o território fluminense. Associam-se ainda, como facilitadores dessa interiorização, as trilhas e caminhos indígenas encontrados pelos portugueses.

Quanto às características do relevo, embora a Serra do Mar tenha sido um importante obstáculo a ser superado no processo de ocupação das áreas interioranas, não se deve supervalorizar as feições íngremes e escarpadas da serra em razão do sistema técnico do período, visto que, no momento em que a interiorização foi necessária para o escoamento do ouro advindo das minas localizadas em Minas Gerais, tais feições deixaram de ser um obstáculo, além do que, associados a populações indígenas que ali habitavam, deram um sentido próprio à organização do território fluminense durante a fase inicial do seu processo de configuração (RAHY, 1999).

As economias de exportação também tiveram papel relevante no processo de ocupação e povoamento do território fluminense, seja de forma direta (por meio das áreas produtoras em tal território, como foi com a cana-de-açúcar, o gado e o café), seja de forma indireta, servindo como entreposto para outras áreas produtoras, como ocorreu durante o período da mineração em Minas Gerais.

A rede de circulação estabelecida para dar suporte à circulação da produção, dentro da lógica de atender aos interesses da Coroa portuguesa, resultando em uma organização espacial caracterizada pelo grande papel desempenhado pelos portos, foi responsável pelo estabelecimento de novos caminhos para o Rio de Janeiro.

A implementação das ferrovias, na segunda metade do século XIX, foi um importante dinamizador do processo de articulação e integração do território fluminense, contribuindo, entretanto, muito pouco para o surgimento de novos núcleos urbanos e limitando-se, na maioria das vezes, a interligar áreas já ocupadas anteriormente.

Com o desenvolvimento da produção petrolífera, o estado do Rio de Janeiro ganha novas dinâmicas socioespaciais. O estado se transforma no maior fornecedor de petróleo do país, tendo como destaque a região norte. Com o início da crise mundial provocada pelo baixo preço do barril no mercado internacional, o estado do Rio de Janeiro e seus municípios, que gozavam de bom crescimento econômico, têm seus recursos financeiros ameaçados.

Referências

BARROS, P. C. Do berço histórico à zona periférica do centro: velhas formas, novos castelos. Rio de Janeiro: UERJ/PPGEO, 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da autoestima*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

MARAFON, G. J. *et al. Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

OLIVEIRA, R. S. *Baixada fluminense*. Novos estudos e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma, 2004.

PRADO JR, C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo. 3 ed. Editora Brasileira, 1981.

RAHY, I. S. *Povoamento do estado do Rio de Janeiro!*. GeoUERJ. Rio de Janeiro, n. 6, 1999. p. 37-46.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6 ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Aula 3

Território dominado pela concentração populacional metropolitana e o interior esvaziado

Meta

Apresentar, de modo resumido, as dinâmicas demográficas recentes da população do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando a concentração populacional e as disparidades entre a metrópole com população majoritária e o interior esvaziado.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as diferenças demográficas no Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista as transformações recentes no espaço econômico fluminense;
2. identificar as variáveis mais significativas da Geografia da População do Estado do Rio de Janeiro, a saber: as diferenças entre as mesorregiões, a distribuição da população por gênero, a esperança de vida e a estrutura etária.

Introdução

Na Aula 2, vimos que o Estado do Rio de Janeiro apresentou particular processo de ocupação e interiorização da população fluminense. Na Aula 3, veremos, de forma resumida, como a dinamização econômica recente do território fluminense tem impactado o quadro demográfico, considerando importantes assimetrias entre as mesorregiões, sobretudo entre a metrópole e o interior, bem como a apresentação das seguintes variáveis: distribuição por gênero, esperança de vida e estrutura etária, a partir dos dados do Observatório das Metrópoles e do IBGE.

Quando tratamos do tema “geografia da população”, somos condicionados a prestigiar os aspectos demográficos de um grupo populacional qualquer. Se, por um lado, o estudo geográfico da população vai para muito além dos dados estatísticos, por outro, a “quantificação” do quadro populacional de uma área é de fundamental importância para o conhecimento das sociedades.

A participação relativa da população pode ser considerada a partir de inúmeras variáveis, como faixa etária, gênero, cor ou raça; assim como o próprio espaço e suas “categorias derivadas”, a região e o território, por exemplo. Neste ponto, nos interessará, nesta aula, as relações da distribuição populacional no território do Estado do Rio de Janeiro, considerando as simetrias e assimetrias entre a metrópole e o interior, com as dinâmicas políticas e econômicas do espaço fluminense.

Nas duas últimas décadas do século XX, o Estado do Rio de Janeiro experimenta uma tendência à descentralização da produção econômica, sua reestruturação produtiva, promovendo a emergência de novas centralidades urbanas, exercidas também pelos núcleos urbanos de porte pequeno e médio pelo interior do Estado. Concretamente, o desenvolvimento do polo metal-mecânico no sul-fluminense e o vertiginoso crescimento das atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos nas três últimas décadas representam fundamentais motores” da dinamização demográfica do interior fluminense.

Os polos médios de uma rede urbana que se articula entre os eixos de desenvolvimento mencionados anteriormente se caracterizam por um crescente processo de interação entre núcleos mais próximos, contribuindo para a formação de aglomerados urbanos não metropolitanos, capazes de alterar os quadros populacionais locais e, por consequência, do Rio de Janeiro como um todo. Por outro lado, a Região Metropolitana tem apresentado mudanças no seu poder de aglomeração populacional.

Contudo, destaque-se o fato de que a dinamização econômica do interior e o relativo “resfriamento” metropolitano não representa a diminuição do seu poder de polarização política, econômica e populacional. Ao contrário, a metrópole fluminense conserva as relações de dominação mantidas com o interior e, inclusive, as aprimora, moderniza.

No tópico a seguir, será apresentado o cenário de mudanças geoeconômicas que tem proporcionado as transformações na dinâmica populacional fluminense. É fundamental considerar que, para tanto, parte-se do princípio de que o capitalismo em sua fase neoliberal tem tornado comum o fenômeno da dispersão das atividades econômicas pelos territórios, bem como tem impactado as estratégias de vida da população fluminense.

O contexto das mudanças no espaço fluminense: a reestruturação produtiva recente

Historicamente, o processo urbano-industrial no Estado do Rio de Janeiro esteve centrado na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. Tal fato, entre outros fatores, estimulou o crescimento populacional concentrado na região metropolitana (RIBEIRO; O’NEILL, 2012).

A dispersão relativa das atividades econômicas pelo interior fluminense, nas últimas décadas, do mesmo modo, estimula uma tendência de maior crescimento populacional do interior. O fenômeno da interiorização do desenvolvimento relaciona-se a um quadro de recuperação econômica do Estado, com a consolidação política da Fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, bem como a tendência à dispersão dos investimentos produtivos, proporcionados pela reestruturação produtiva do capitalismo pós-fordista (OLIVEIRA, 2008). Na tabela a seguir, é possível observar a manutenção do dinamismo industrial fluminense, ao longo dos anos de 1990, período em que se identifica o início da retomada do crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Especialmente, o interior fluminense assiste ao desenvolvimento dos setores de prospecção de petróleo e gás na mesorregião Norte, bem como ao setor automobilístico no Sul-fluminense. É importante considerar ainda que a chamada “indústria” do turismo também tem cumprido fundamental papel na interiorização do desenvolvimento fluminense, destacadamente na Mesorregião das Baixadas Litorâneas.

A seguir, veremos como a maior dinamização econômica verificada nas últimas décadas se observa no crescimento da população fluminense.

INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO
1991-2000 - VARIAÇÃO ANUAL (%)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IG	-4,8	-3,4	3,4	4,3	0,3	4,2	1,8	7,2	8,1	8,7
EXT	2,1	-0,9	4,1	8,3	5,0	14,5	10,5	19,4	17,3	15,8
IT	-2,4	-4,4	3,2	2,8	-1,9	-0,8	-3,0	-0,6	-2,6	-1,6

Fonte: IBGE - PIMPF

IG= Indústria Geral

IT= Indústria de Transformação

EXT= Indústria Extrativa Mineral

A distribuição populacional no estado do Rio de Janeiro

Com uma taxa de urbanização de aproximadamente 95%, apenas 5% dos habitantes no Estado do Rio de Janeiro vivem nas áreas rurais. De acordo com o IBGE, atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui um total de 16 milhões de habitantes (RIBEIRO; O'NEILL, 2012), aproximadamente, e apenas a capital fluminense abriga cerca de 40% da população total, algo em torno de 6 milhões de habitantes. O mapa a seguir apresenta a distribuição da população pelos 92 municípios fluminenses.

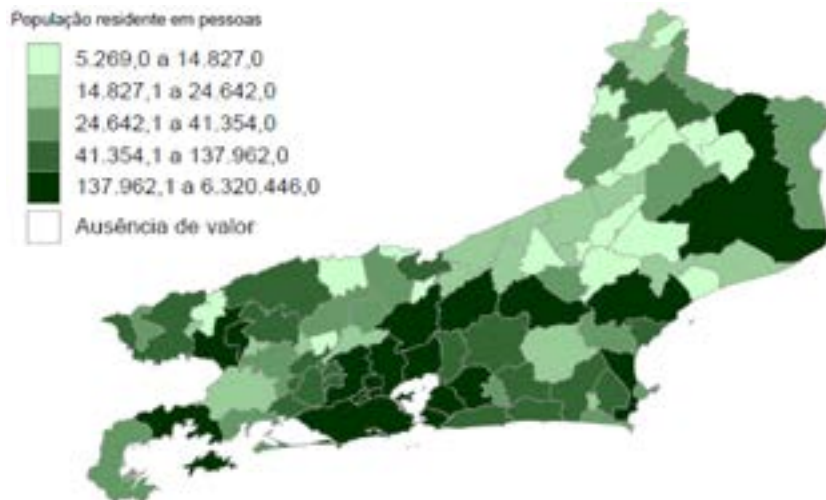


Figura 3.1: População residente, por município, no Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: IBGE, 2010.Organizado por Cadena.

A partir do mapa anterior, observa-se a manutenção da elevada concentração populacional nos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ. Do mesmo modo, nas demais mesorregiões, nota-se que são poucos os municípios que apresentam população residente superior a 138.000 habitantes e que, ainda assim, alguns destes se encontram no que alguns já consideram como uma extensão ou franja da própria região metropolitana (RANDOLPH, 2010).

Considerando os 19 municípios que compõem a RMRJ, observa-se um cenário de concentração populacional superior a 2/3 da população total do Estado - 12 milhões de pessoas vivendo no Grande Rio, o que caracteriza um dos mais significativos casos de “macrocefalia urbana” entre todos os estados brasileiros.

No Gráfico 1, é possível observar o crescimento diferenciado entre as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro.

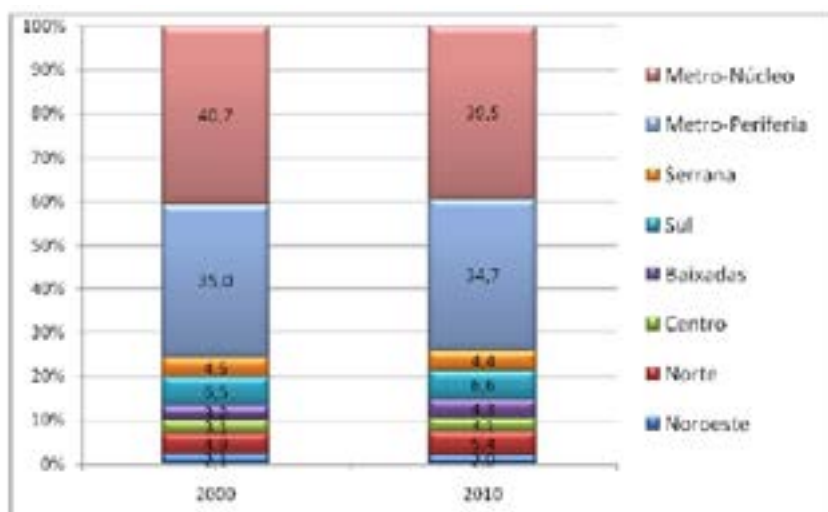


Figura 3.2: População residente, por regiões, no Estado do Rio de Janeiro - 2000/2010

A observação do gráfico evidencia que, apesar de identificarmos expressivos números de crescimento externos à região metropolitana, ainda permanece o quadro de elevada concentração populacional na metrópole. A seguir, observaremos as diferenças no crescimento populacional entre a metrópole e o interior.

Simetrias e assimetrias entre a metrópole e o interior

Importantes mudanças no crescimento demográfico ocorreram no interior, onde especialmente a Região das Baixadas Litorâneas aumentou seu percentual de participação (de 3,2% para 4,3%), seguida da Região Norte-fluminense (de 4,9% para 5,4%). Apesar da diminuição percentual pequena da participação populacional do núcleo metropolitano, a participação da população nesta região, em termos absolutos, é muito superior às demais.

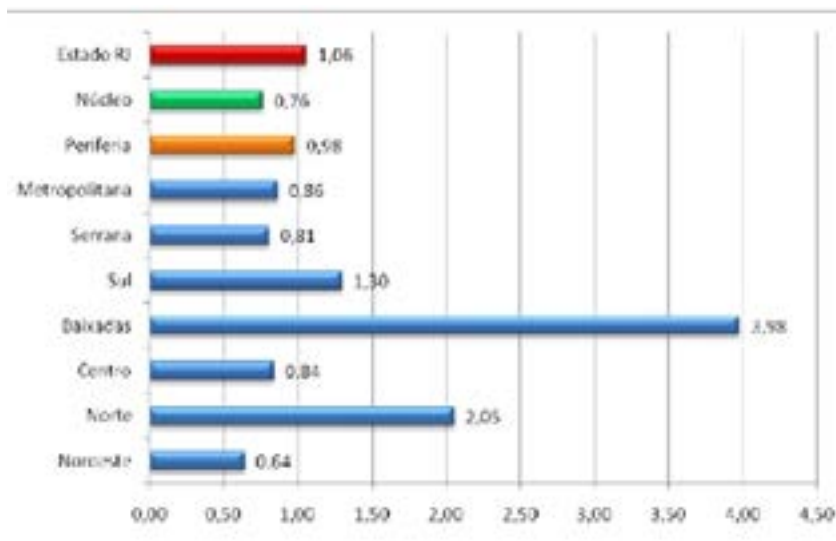


Figura 3.3: Taxa de crescimento, por regiões, no Estado do Rio de Janeiro - 2000/2010.

Fonte: IBGE/Observatório das Metrópoles, 2010.

Apesar das diferenças pequenas na participação de algumas mesorregiões do interior estadual, destacam-se, quando analisadas, as dinâmicas mesorregionais. Observando as taxas de crescimento populacional no período de 2000 a 2010, verifica-se que o estado apresentou 1,0% de crescimento ao ano. A Mesorregião das Baixadas Litorâneas apresentou maior crescimento populacional, de quase 4% ao ano. Em seguida, está o Norte-fluminense, com crescimento populacional de 2,0%, enquanto a Mesorregião Sul cresceu 1,3% no mesmo período. As demais regiões do Estado, inclusive a metropolitana, tanto o núcleo quanto a periferia apresentaram crescimento inferior a 1%.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Como foi possível observar na consideração a respeito das diferenças de crescimento demográfico entre as mesorregiões do Estado, a Baixada Litorânea apresentou maior crescimento entre todas as mesorregiões, inclusive sobre as mesorregiões Norte e Sul-Fluminense.

Aponte um fator que justifique o maior crescimento populacional das Baixadas Litorâneas, em relação às mesorregiões Norte e Sul-fluminense.]

Resposta comentada

Para justificar o maior crescimento populacional das Baixadas Litorâneas em relação às mesorregiões Norte e Sul-fluminense, você deve apontar a natureza diferenciada da atividade turística, destacada nas Baixadas Litorâneas, na qual os serviços urbanos relacionados à rede hoteleira, transporte, alimentação e à expansão da informalidade do trabalho urbano constituem modalidades da economia regional, mais capazes de estimular o crescimento populacional.

Você poderia também avaliar a maior proximidade das Baixadas Litorâneas da RMRJ, sendo mesmo crível considerar a primeira como um vetor espacial de expansão metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.

A distribuição da população por gênero

Outro recorte variante fundamental para considerarmos a dinâmica demográfica da população fluminense diz respeito à participação entre homens e mulheres nas respectivas regiões de governo. Para todas as mesorregiões, adianta-se que a participação percentual das mulheres é sempre maior do que a dos homens no conjunto de cada

umas das mesorregiões. No gráfico a seguir, é possível observar as diferenças mencionadas.

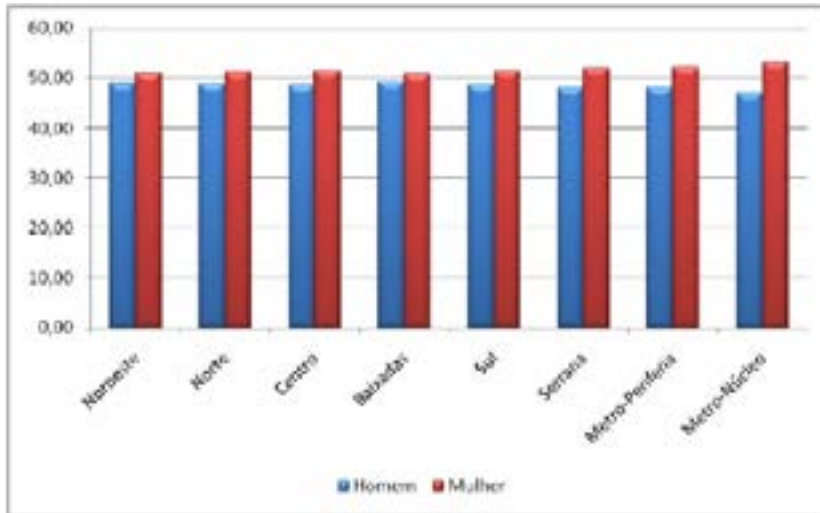


Figura 3.4: Distribuição da população, por gênero, nas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro - 2010.

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

É possível observar que a participação dos homens no interior é maior do que na região metropolitana. A própria Região Serrana já apresenta um percentual menor que o interior. A diferença na participação entre homens e mulheres diminui ainda mais na periferia metropolitana e no núcleo da metrópole – o município do Rio de Janeiro. As diferenças de participação da população por gênero são resultado direto das diferenças nas respectivas esperanças de vida ao nascer, entre homens e mulheres.

Esperança de vida da população fluminense

A expectativa média de vida é um fundamental elemento da estrutura etária da população. Pode-se notar que o padrão não é muito distinto nas mesorregiões fluminenses. Em todo o Estado, a idade média da população aumentou no período de 2000 a 2010, exaltando a tendência ao aumento da esperança de vida.

Idade Média por regiões: Estado do Rio de Janeiro – 2000/2010

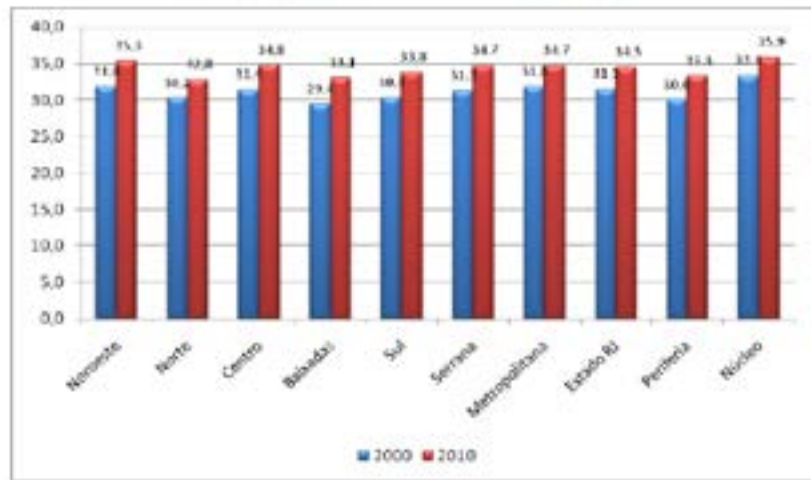


Figura 3.5: Idade Média da população entre as mesorregiões do Estado Rio de Janeiro - 2010

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Observando o gráfico, nota-se que a idade média da população é maior na capital fluminense, núcleo metropolitano. Por outro lado, a região noroeste apresentou uma idade média bem próxima à da capital em 2010, comparando-se a 2000. O Norte-Fluminense destaca-se, no outro extremo da variável, com a menor idade média da população entre todas as mesorregiões de governo.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Com o exposto sobre a esperança de vida da população fluminense, observa-se a manutenção de uma maior expectativa de vida da população residente no núcleo metropolitano, se comparada àquela verificada nas demais mesorregiões de governo.

Aponte dois aspectos que justifiquem a maior esperança de vida da população do núcleo metropolitano.

Resposta comentada

Para justificar a maior esperança de vida da população do núcleo metropolitano, você deve destacar dois dos seguintes aspectos, entre outros:

- maior acesso à rede de hospitais e serviços de saúde;
- maior acesso à rede de saneamento básico;
- maior acesso à rede de distribuição de água tratada;
- maior rendimento médio familiar.

É importante considerar que os aspectos sugeridos acima contribuem de forma decisiva na melhoria das condições de vida da população do núcleo metropolitano e, portanto, impactam na maior esperança de vida da mesma.

Estrutura etária da população do Estado do Rio de Janeiro

Como veremos na pirâmide etária a seguir, a população fluminense segue a tendência de envelhecimento populacional, tendo-se em consideração os anos de 2000 e 2010. Trata-se de uma tendência verificada no Brasil, como um todo, mas que se verifica de forma mais acentuada no Estado do Rio de Janeiro.

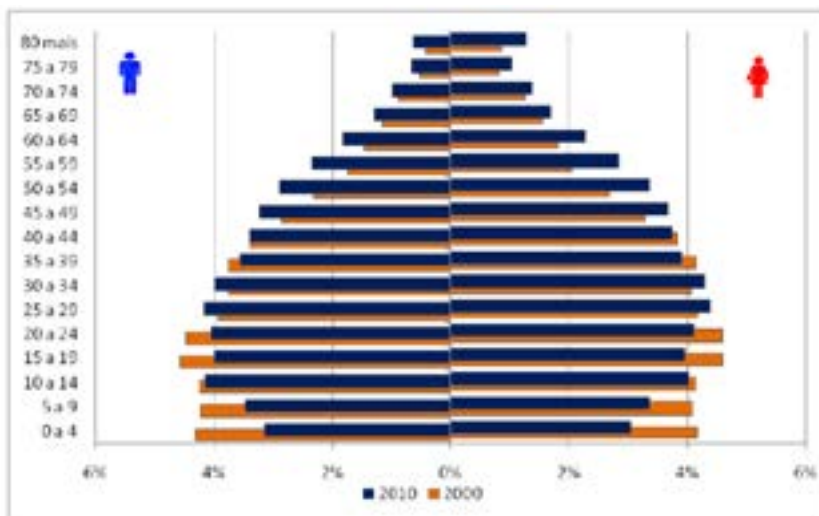


Figura 2.6: Pirâmide etária do Estado do Rio de Janeiro - 2000/2010

Fonte: Observatório das Metrópoles, 2010.

Como evidencia a pirâmide etária, em 2000, a faixa etária mais numerosa era a de 15 a 19 anos. Na década seguinte, o envelhecimento populacional se acentua, e a faixa mais expressiva passou a ser a de 25 a 29 anos, na parte mais ao centro da pirâmide. Destaca-se ainda que os idosos representam uma importante faixa etária a se expandir, revelando o maior envelhecimento populacional.

Conclusão

O processo de reestruturação produtiva do capitalismo no Estado do Rio de Janeiro, observado nas últimas três décadas, tem sido capaz de reorientar a dinâmica econômica em direção ao interior do Estado e a transformar o papel de centralidade da região metropolitana. A RMRJ, sobretudo seu núcleo, tem se especializado na prestação de serviços e na concentração da gestão corporativa.

Tais mudanças na macroeconomia fluminense têm impactado a dinâmica demográfica do Estado, com maior impulso de crescimento da população do interior, em contraste com períodos anteriores. Contudo, este quadro recente ainda não foi capaz de reverter a forte concentração populacional na região metropolitana.

Para as demais variáveis populacionais consideradas nesta aula, distribuição da população por gênero, esperança de vida e estrutura etária, é possível concluir que o Estado vivencia as tendências de transição demográfica, assim como o Brasil. Tais tendências, ainda que experimentadas de forma distinta entre as mesorregiões, em linhas gerais, apontam para o avanço do processo de envelhecimento populacional.

=====**Atividade final**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

Considerando a relevância das mudanças econômicas experimentadas pelo Estado do Rio de Janeiro e seus impactos sobre a dinâmica demográfica, apresente o mecanismo pelo qual a Geografia Econômica engendra transformações na dinâmica demográfica.

Resposta comentada

Para avaliar os efeitos das mudanças observadas na Geografia Econômica fluminense sobre a dinâmica demográfica, é fundamental que você considere o avanço do processo de transição demográfica, a partir dos estímulos gerados pelo processo de reestruturação produtiva, verificados no Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Nesta aula, foi possível apresentar, brevemente, o quadro demográfico do Estado do Rio de Janeiro, considerado a partir das transformações econômicas mais significativas vivenciadas no espaço econômico fluminense. Neste sentido, destacou-se o advento da indústria de prospecção de petróleo e gás na Bacia de Campos, o polo mecânico no Sul-fluminense, além do desenvolvimento do turismo em todo o Estado, sobretudo na mesorregião das Baixadas Litorâneas.

De início, apresentaram-se as assimetrias entre a metrópole e o interior, no que diz respeito aos seus respectivos quadros demográficos, considerando as variações de distribuição da população entre os municípios fluminenses e suas mesorregiões correlacionadas. Neste aspecto, verificou-se a manutenção de importante quadro de forte concentração populacional na Região Metropolitana, ainda que o interior apresente taxas recentes de maior crescimento populacional (RIBEIRO; O'NEILL, 2012).

Em seguida, tratou-se de um aspecto clássico na composição de quadros demográficos, que diz respeito à distribuição da população por gênero. Observou-se que, em todo o Estado do Rio de Janeiro, há maior participação das mulheres no conjunto da população, ainda que esta situação guarde pequenas diferenças entre as mesorregiões de governo.

Por fim, apresentaram-se outras duas variáveis importantes na interpretação da situação demográfica do Estado, que dizem respeito à esperança de vida e à estrutura etária da população, aqui consideradas em conjunto. Mais uma vez, observou-se que o aumento na esperança

de vida e seus desdobramentos para o envelhecimento da população, observando a estrutura etária, representa uma tendência em todo o Estado, embora com relativa vantagem para o núcleo metropolitano, a capital fluminense.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Projeto de Lei Complementar nº10/2015*.

IBGE. Censo 2000. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>

IBGE. Censo 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2010.shtm>

MARAFON, G.J., RIBEIRO, M.A., CORRÊA, R. da S.; VASCONCELOS, V. N. (orgs.) *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

OLIVEIRA, F. J. G. de. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

RANDOLPH, R.. *A Questão da Fronteira das Metrôpoles e a Reorganização Regional em seu Entorno: reflexões a respeito de mudanças do paradigma da urbanização*. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

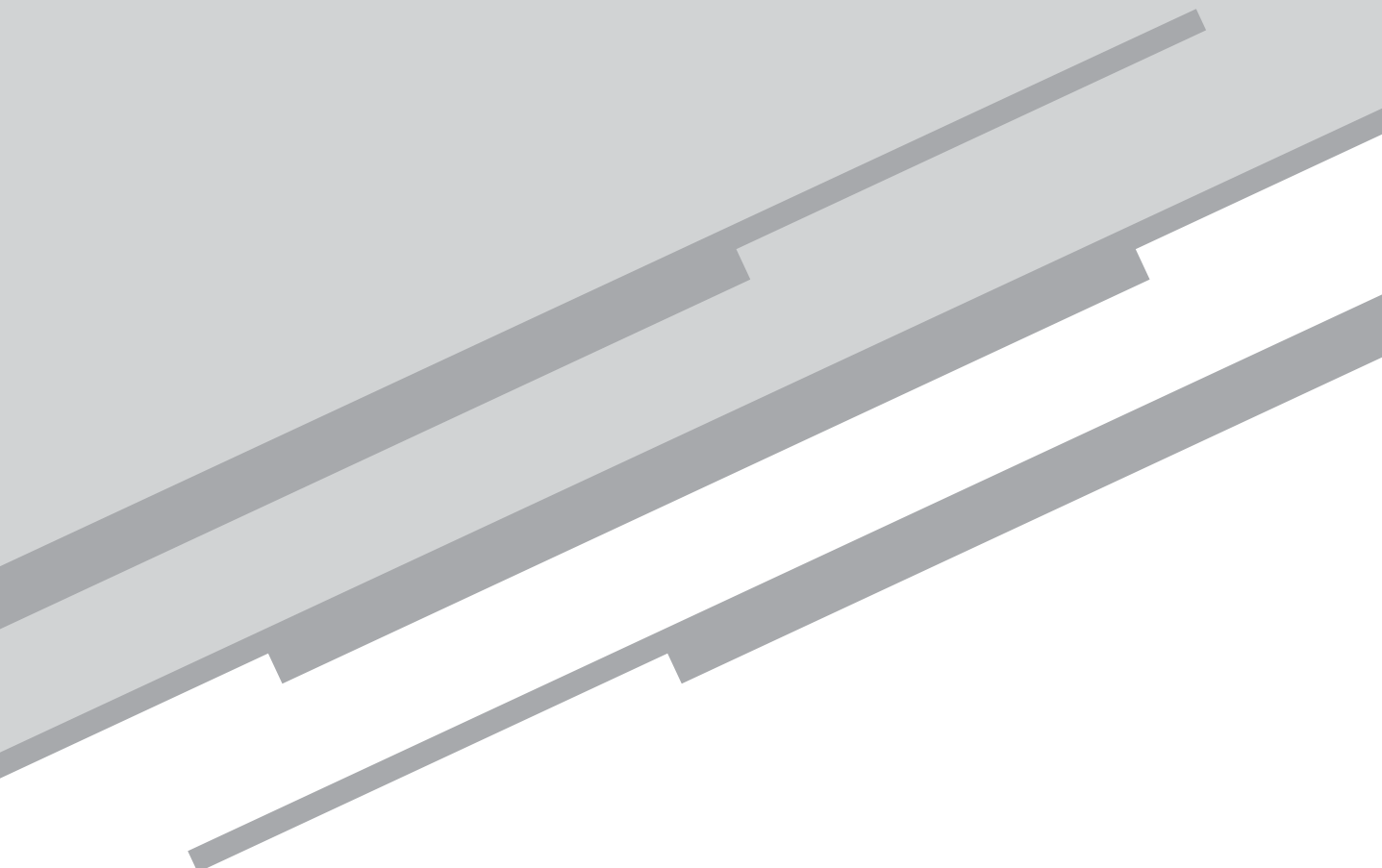
RIBEIRO, M.A.C.; MARAFON, G.J. (ORGs.) *A Metrôpole e o Interior Fluminense: simetrias e assimetrias geograficas*. Ed. Gramma. Rio de Janeiro 2009.

RIBEIRO, M.A.C.; O'NEILL, M.M.V.C. *Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: Contrastes entre a Metrôpole e o interior*. In: MARAFON, G.J.; RIBEIRO, M.A.C. (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

RIBEIRO. L.C.Q. *O Estado do Rio de Janeiro no Censo 2010 – documento preliminar*. Observatório das Metrôpoles, 2010.

Aula 4

O processo de urbanização fluminense: o urbano e o rural



Artur Leonardo Andrade

Meta

Apresentar o processo de urbanização no Estado do Rio de Janeiro a partir de um olhar geográfico, na qual o urbano e o rural são entendidos, de modo abrangente, como espaços complementares.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o processo de urbanização do Brasil, enfatizando o Estado do Rio de Janeiro;
2. diferenciar a maneira como o rural e o urbano são estudados na Geografia, possibilitando uma leitura mais próxima da realidade;
3. analisar a urbanização no território fluminense, destacando a ideia de “eixos de urbanidades”.

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía uma população predominantemente rural até a década de 1960. Na década de 2010, ano do último censo demográfico, a porcentagem da população que residia em áreas urbanas já passava de 84%.

O Estado do Rio de Janeiro, até a década de 1970, tinha a maior parte de sua população vivendo em áreas rurais. Atualmente, o Estado fluminense apresenta a maior taxa de urbanização do país, com mais de 96% da população considerada urbana. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que exerce um papel fundamental no processo de urbanização em todo o território fluminense, apresenta uma taxa de urbanização superior a 99%.

Nesta aula, buscaremos apresentar o processo de urbanização do território fluminense a partir do debate sobre o rural e o urbano e suas relações. Para a realização deste objetivo, dividiu-se o texto em quatro grandes etapas.

A primeira parte do texto consiste em apresentar a evolução da urbanização brasileira, e fluminense, apontada nos dados estatísticos (1940-2010).

A segunda procura discutir o parâmetro utilizado pelo IBGE para considerar o que é urbano e o que é rural - parâmetro bastante polêmico entre os pesquisadores. A polêmica gerada pelo debate sobre o critério utilizado nas estatísticas do IBGE nos remete à terceira parte, que é o debate do rural e urbano, cidade e campo, no pensamento geográfico, e suas possibilidades de uma abordagem mais próxima da realidade.

Por fim, na última etapa, analisa-se o processo de urbanização fluminense a partir de um ponto de vista socioespacial, que tem na ideia de “eixos de urbanidades” seu principal suporte.

As taxas de urbanização no território nacional

Reboratti (2007), ao analisar o espaço rural na América Latina, destaca que as transformações responsáveis por esse intenso processo de urbanização começam a se manifestar na década de 1930 e ganha mais força na década de 1950. Alimentado pela migração rural e pela industrialização, o processo de urbanização altera de modo significativo a configuração do espaço rural, reduzindo, por exemplo, a população economicamente ativa do campo latino-americano.

Ao trazer essa análise para o contexto brasileiro, pode-se dizer que a urbanização ganha novas dinâmicas a partir da Era Vargas (1930) e se consolida no Governo JK (1956-1961), momento em que se intensifica o projeto urbano-industrial de desenvolvimento econômico no Brasil:



Figura 4.1: Juscelino Kubitschek - figura importante da consolidação do projeto urbano-industrial brasileiro

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Juscelino.jpg>



Juscelino Kubitschek de Oliveira

Também conhecido como **JK** (Diamantina, 12 de setembro de 1902 – Resende, 22 de agosto de 1976), foi médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro que ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961.

JK é geralmente admirado pela população brasileira como um visionário empreendedor, que concretizou seus planos em gran-

des obras, dando sequência ao processo de modernização do país iniciado por Vargas - conquanto JK não mantivesse o mesmo ape-lo nacionalista que caracterizara o governo de seu antecessor. Sua opção por um projeto de desenvolvimento econômico associado ao capital externo (fortemente financiado por bancos internacionais e impulsionado por empresas estrangeiras), pela infraestrutura com base no transporte rodoviário e no petróleo, pelo incentivo à grande indústria automobilística, assim como o seu anticomunismo, aproximaram Juscelino e os Estados Unidos. Sua habilidade política no âmbito doméstico, evidenciada sobretudo na condução das várias tentativas de desestabilização sofridas por seu governo, é igualmente lembrada de maneira favorável.

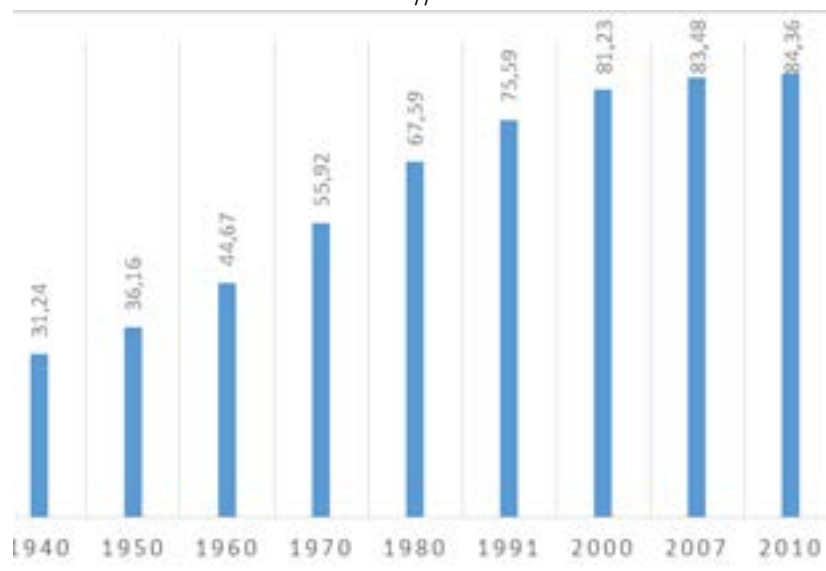
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek.

A população rural brasileira foi dominante no Brasil por muitos anos. Na década de 1960, a população urbana representava cerca de 45% da população total. A partir deste período, este quadro populacional começa a se inverter.

Os últimos dados do Censo de 2010 apontam para a maior taxa de urbanização da história do Brasil, compreendendo mais de 84% da população total (**Gráfico 1**).

Gráfico 1: Taxa de urbanização no Brasil (em porcentagem)

//



Fonte: IBGE.

Como se pode observar no gráfico, de 1940 a 2010, a porcentagem de população urbana brasileira quase triplicou, passando de 31,24% para 84,36%.

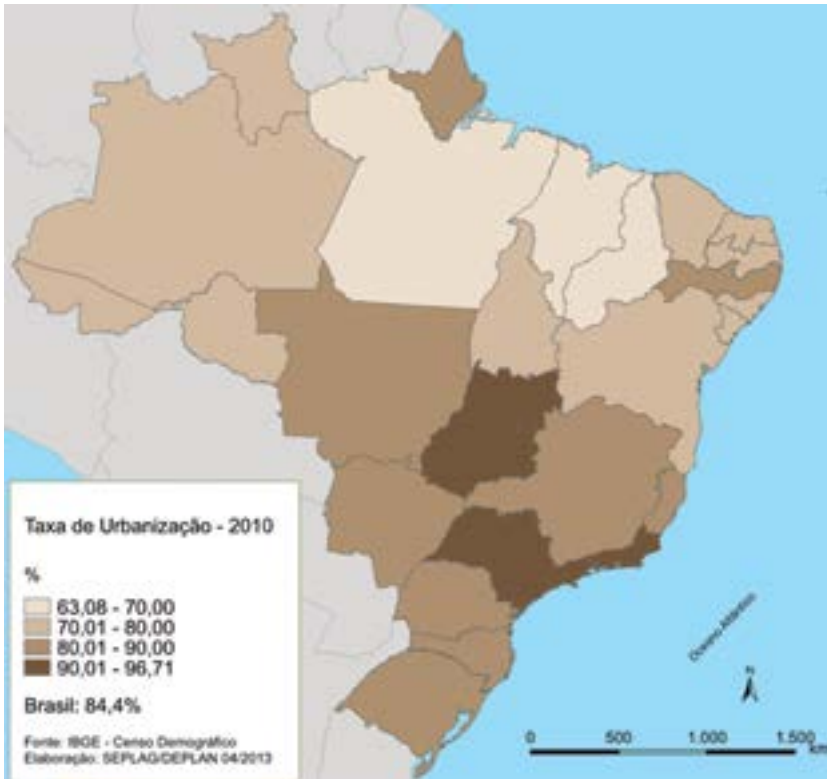


Figura 4.2: Taxa de urbanização no território brasileiro (2010)

Fonte: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1392

Para o IBGE, grande parte do território nacional é altamente urbanizado. Desse mapa, destacam-se os Estados do Amapá, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam uma taxa de urbanização superior a 90%. Nesta aula, enfocaremos a urbanização no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro

Em 2010, a população do Estado do Rio de Janeiro era de 15.989.929 habitantes. Esse registro faz do Rio de Janeiro a terceira unidade federativa mais populosa do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Devido ao tamanho de seu território, o Rio de Janeiro possui a maior densidade demográfica do país, com 365 habitantes por km².

Os dados dos recenseamentos analisados por Ribeiro e O'neil (2012) demonstram que a população urbana do Estado do Rio de Janeiro superou a população rural já na década de 1940, fato que só ocorre no Brasil

na década de 1970. Atualmente, o Rio de Janeiro é o Estado com a maior taxa de população urbana do Brasil, apresentando uma taxa superior a 96% de residentes vivendo em cidades e vilas.

Gráfico 2: Evolução da população do Estado do Rio de Janeiro (1950-2010)



Fonte: RIBEIRO; O' Neill, 2012.

Quadro 1: Estado do Rio de Janeiro: população residente por situação do domicílio nas datas dos censos 1960-2010

Dados dos recenseamentos gerais	Situação do domicílio				
	Total	Urbana	%	Rural	%
01/09/1960	6.610.748	5.214.809	78,9	1.395.939	21,1
01/09/1970	8.996.722	7.906.146	87,9	1.088.656	12,1
01/09/1980	11.293.611	10.368.191	91,8	923.329	8,1
01/09/1991	12.802.697	12.199.641	95,3	608.065	4,7
01/08/2000	14.393.282	13.683.859	95,1	430.804	3,0
01/08/2010	15.883.583	15.446.996	96,6	526.587	3,3

Fonte: RIBEIRO; O'NEILL, 2012.

Os dados do IBGE mostram que o Rio de Janeiro possui uma taxa de urbanização superior a 96%. Somente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta uma taxa de urbanização de 99,3%. A população metropolitana fluminense corresponde a 74,2% de toda a população do Estado, o que evidencia sua importância nas dinâmicas socioespaciais do Estado (RIBEIRO; O'NEILL, 2012).

O peso da região metropolitana na organização do território fluminense fica ainda mais evidente quando se analisam os dez municípios mais populosos do Estado, que são:

- Rio de Janeiro,
- São Gonçalo,
- Duque de Caxias,
- Nova Iguaçu,
- Niterói,
- Belford Roxo,
- Campos dos Goytacazes,
- São João do Meriti,
- Petrópolis,
- Volta Redonda.

Com exceção de Campos dos Goytacazes, Petrópolis e Volta Redonda, os demais municípios integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Ribeiro e O'Neill (2012) reforçam a ideia de que a metrópole fluminense amplia o processo de urbanização no Estado, mas obedecendo a um padrão seletivo, a partir de alguns eixos (entendidos por Rua (2002; 2006) como eixos de urbanidades).

O Estado do Rio de Janeiro pode ser dividido em seis mesorregiões geográficas, que são: (1) Baixadas Litorâneas, (2) Centro-Fluminense, (3) Metropolitana do Rio de Janeiro, (4) Noroeste-Fluminense, (5) Norte-Fluminense e (6) Sul-Fluminense:

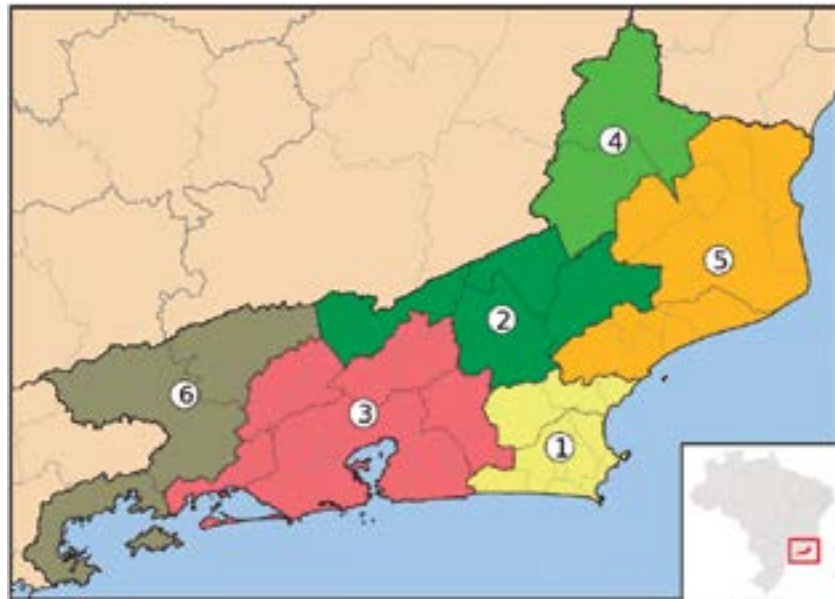


Figura 4.3: As mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro
Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=853149> -

As altas taxas de urbanização no país, indicadas pelos dados do IBGE, demonstram que o processo iniciado a partir do modelo de desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, fruto de demandas globais do modo de produção capitalista, transformou intensamente o território nacional.

Entretanto, algumas questões podem ser lançadas: será que todo o território brasileiro é essencialmente urbano? Os Estados do Amapá e Goiás são tão urbanizados quanto São Paulo e Rio de Janeiro?

Essas e outras questões podem ser respondidas a partir de um debate extremamente necessário para a compreensão das transformações socioespaciais atuantes no espaço brasileiro. Esse tema, consequentemente, nos invita a refletir do ponto de vista geográfico.

O Brasil é realmente urbano?

As altas taxas de urbanização apresentadas no território nacional nas últimas décadas são impressionantes. Entretanto, parecem não impressionar alguns estudiosos.

O economista José Eli da Veiga foi um dos primeiros pesquisadores a questionar o critério que define o que é urbano e rural no Brasil, tra-

zendo o tema para debate. O autor interroga-se sobre o critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e entende que há um país majoritariamente rural escondido nos levantamentos estatísticos.

O critério do IBGE é de caráter político-administrativo. Ele considera como cidade toda sede de município; tudo que está no perímetro urbano (que é definido pelo próprio município) é considerado urbano. O rural aparece como residual. Assim, o rural é tudo que está fora do perímetro urbano. Sobre isso, Veiga (2004, p. 28) evidencia:

Não existe país que conte mais cidades que o Brasil. Eram 5.507 há quase três anos, quando houve o último censo demográfico. A menor, União da Serra, no nordeste gaúcho, tinha exatos 18 habitantes. E não é excrescência. Eram 90, as “cidades” com menos de 500 habitantes [...] Seria mesmo uma cidade, lugar com tão poucos moradores? No resto do mundo não.

Como alternativa, Veiga sugere a incorporação do critério da OCDE (Organização para a Coordenação e Desenvolvimento Econômico). Para diferenciar o rural do urbano, a OCDE apresenta um critério baseado na densidade demográfica.

Assim, as regiões que possuem densidade demográfica menor que 150 habitantes por km² são consideradas rurais. Logo depois, as demais regiões apresentam três níveis: Região Predominantemente Rural, Região Intermédia, Região Predominantemente Urbana.

- **Região Predominantemente Rural:** região onde mais de 50% da população vive em áreas rurais, ou seja, em áreas com densidade demográfica abaixo de 150 hab./km²;
- **Região Intermédia:** aquela em que 15% a 25% da população vive em unidades rurais;
- **Região Predominantemente Urbana:** aquela em que menos de 15% da população está em regiões que têm menos de 150 hab./km².

O trabalho de Braga, Remoaldo e Fiúza (2014), do qual retiramos informações detalhadas a respeito do critério da OCDE, tem como objetivo aplicar a metodologia da OCDE para o cálculo da população rural e urbana nos municípios brasileiros.

O resultado da aplicação do critério da OCDE mostra-se bastante distinto do quadro apresentado pelos critérios do IBGE:

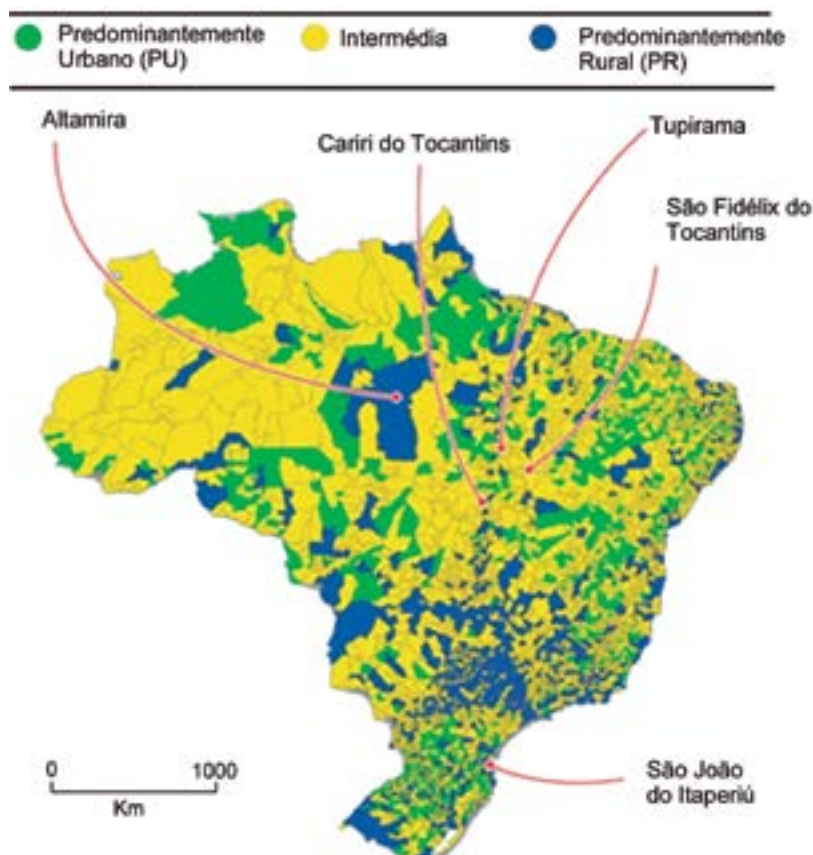


Figura 4.4: Tipologia da OCDE para os municípios brasileiros

Fonte: (Braga; Remoaldo; Fiúza, 2014).

O critério da OCDE, defendido por Veiga como uma alternativa para definição do que é rural e urbano no Brasil, também não está isento de críticas. Para autores como Alentejano (2003), este critério possui problemas graves: ele desconsidera as inúmeras áreas agrícolas incorporadas pelo critério político-administrativo com o objetivo de arrecadar impostos municipais (IPTU), além de ignorar as especificidades do território brasileiro, ao propor uma transposição de critérios da OCDE para o Brasil.

As indagações realizadas por José Eli da Veiga foram extremamente importantes para os estudos sobre o urbano e o rural e suas relações no espaço geográfico; de modo polêmico, trouxe as questões para o debate.

Entretanto, tampouco devemos nos contentar com as sugestões do autor acima citado. Os questionamentos a respeito do rural e o urbano nos instiga a abordagens mais profundas que a do debate dos critérios, que nem sempre condizem com a realidade.

A questão que propomos nesta aula é: é possível compreender o rural, o urbano e a relação rural-urbano dentro da perspectiva geográfica, ou seja, a partir de uma análise do espaço geográfico (nosso objeto de estudo)?

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

O economista José Eli da Veiga questiona o critério adotado pelo IBGE, critério que coloca o Brasil com uma taxa de urbanização de 86%. Dessa forma, explique os argumentos de Veiga, destacando suas contribuições para o debate sobre o rural e o urbano.

Resposta comentada

Para Veiga, o IBGE continua, desde a década de 40, utilizando-se dos mesmos critérios para definir o urbano e o rural no território brasileiro. Ao contestar esses critérios, Veiga demonstra que os dados estatísticos escondem um país essencialmente rural.

Embora a alternativa sugerida por Veiga, a utilização do critério da OCDE, tenha inúmeros problemas, o autor é de fundamental importância para o debate sobre o tema no país, visto que muitas inquietações com o intuito de melhor compreender o campo, a cidade e suas relações partiram de suas análises polêmicas.

O rural e o urbano na Geografia

A história do pensamento geográfico pode ser estudada de diversas maneiras. Uma delas é a partir da diferenciação de correntes do pensamento (ou escolas do pensamento), que são a Geografia Tradicional, a Geografia Quantitativa, a Geografia Crítica e a Geografia Cultural/Humanística.

Essas correntes do pensamento geográfico estão baseadas na ideia de paradigma científico, pensada por Thomas Kuhn. Assim, a ideia de paradigma científico nos permite identificar a filosofia dominante que orienta as escolhas teóricas e metodológicas de cada grupo de cientistas (ALVES, 2010):

Quadro 2: Evolução das bases teórico-metodológicas na ciência geográfica

	Categoria Principal	Objeto de Estudo	Filosofia Dominante	Conceitos Operatórios Frequentes	Método de Análise
Geografia Clássica	Paisagem (Natural e Cultural)	Natureza se impõe ao homem	Positivismo Clássico	Região, Área	Indutivo-Empírico- Descritivo
Geografia Quantitativa	Espaço (Organizado)	Natureza e homem em equilíbrio sistêmico	Positivismo Lógico Neopositivismo	Região, (Geo) sistema, Rede	Hipotético-Dedutivo Modelagem- Estatístico
Geografia Crítica	Espaço (Produzido)	Homem produz e transforma a natureza	Marxista Sociológicas e Econômicas	Território	Dialético-Histórico
Geografia Cultural/Humanística	Espaço (Vivido)	O espaço é sentido, percebido pelo homem	Fenomenologia	Lugar, Paisagem	Percepção Experiência Vivência

Fonte: Adaptado de Alves, 2010.

Isto posto, pode-se dizer que os estudos sobre o rural e o urbano e suas relações estão presentes nas correntes do pensamento geográfico, sobretudo quando se trabalha com a Geografia Agrária. Para mais detalhes, recorreremos aos estudos de Alves (2010; 2011).

De modo geral, a Geografia Tradicional, baseada na observação e no trabalho empírico, enfatizou o campo e a cidade a partir de análises de gêneros de vida, do *habitat*, sistemas agrícolas, economia urbana e as infraestruturas, dando pouca importância à integração dos espaços rural e urbano. Vale lembrar que esta corrente do pensamento predominou até a década de 1950, período em que se iniciam movimentos de mudanças de paradigmas.

A Geografia Quantitativa surge como resposta à insuficiência da análise tradicional, que pouco tinha de aplicabilidade para responder às questões das novas realidades do mundo pós-Segunda Guerra. Esta corrente utilizou-se do raciocínio dedutivo e, portanto, trocou os aspectos visíveis pelos dados estatísticos, os elementos da paisagem por médias, índices, padrões. Ela se desenvolve no período de intensa urbanização, colocando a cidade no centro da relação com o campo. Seus conceitos principais são franja urbano-rural, suburbana e espaços periurbanos.

Anos depois, por volta da década de 1970, surgem duas vertentes importantíssimas que marcam o momento de renovação paradigmática da Geografia: a Geografia Crítica e a Geografia Cultural/Humanística.

A Geografia Crítica possui uma inspiração no pensamento marxista, embora não se limite a ele. Essa corrente vai se posicionar de forma crítica em relação às outras vertentes (tradicional e quantitativa). Sobre os estudos envolvendo o rural e o urbano, os autores dessa vertente trabalharão com as relações da indústria com o campo, os espaços contínuos entre cidade e campo, as ruralidades e urbanidades.

A respeito da Geografia Cultural/Humanística, também é possível considerá-la como parte do movimento de renovação da ciência geográfica. Uma de suas principais contribuições é a ênfase dada às transformações simbólicas (imateriais) em meio à urbanização.

Uma síntese dos estudos geográficos a respeito do rural e do urbano pode ser visualizada neste quadro:

Quadro 3: Sistematização das características dos estudos da relação campo/cidade nas escolas geográficas

Características / Escolas	Geografia Clássica	Geografia Teórica	Geografia Crítica
Forma e Função	Campo: Produção de alimentos. Cidade: Fixação dos serviços e indústria	Campo: Produção de alimentos. Cidade: Fixação dos serviços e indústria	Espaços com atividades Compostas/mistas – multifuncionalidade
Estrutura e Processo	Campo determina o ritmo das cidades.	Franja urbano-rural – periferias da cidade.	Espaços contínuos
Conceitos	Gêneros de vida; Habitat; Região; Paisagem	Redes urbanas; Regionalização; Espaços periurbanos.	Rururbano; Novo Rural; Urbanidade; Ruralidades.
Temáticas	Imigração; Colonização; Ferrovias; Abastecimento	Modernização do campo; urbanização.	Agonegócio; Pluriatividade; Multifuncionalidade; Agricultura urbana

Fonte: Alves (2011, p.13).

Neste quadro, o autor parte das categorias do espaço geográfico (Estrutura, Processo, Forma e Função), propostas inicialmente por Henri Lefebvre e bastante trabalhada por Milton Santos (2008).

Como se pode perceber, o debate sobre o rural e o urbano, o campo e a cidade, fazem parte da história da Geografia. Dessa forma, podemos considerar que a análise geográfica pode muito bem contribuir para um debate atual a respeito do que é urbano e do que é rural no Brasil, contribuindo também para o objetivo principal desta aula, que é compreender o processo de urbanização no território fluminense a partir de um viés geográfico.

Antes de nos aprofundarmos nessa análise, considera-se necessária uma distinção entre rural e urbano, campo e cidade.

Rural e Urbano, Campo e Cidade: quais são as diferenças?

A diferenciação entre rural e urbano, campo e cidade fica mais evidente quando analisada por meio do conceito de espaço geográfico. Para Milton Santos (1999, p. 63), o espaço geográfico é o “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Esta definição sugere uma relação mútua entre os sistemas de objetos (fixos, configuração territorial) e os sistemas de ações (fluxos, práticas sociais). Ou seja, de forma resumida, o espaço geográfico é um conjunto indissociável de materialidades e imaterialidades - é um híbrido.

Dessa maneira, pode-se dizer que o campo e a cidade são materialidades, ou seja, são as formas, os fixos ou objetos. E o rural e o urbano formam as imaterialidades desses espaços, são os conteúdos das práticas sociais, os fluxos ou as ações da proposta miltoniana.

Sobre essa diferenciação, Biazzo (2008, p. 145) sintetiza:

Então, o que são, afinal, “o rural” e “o urbano”? Nada mais do que construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas, sim, a partir de hábitos, costumes. Ao contrário do campo e da cidade, ou melhor, de espaços campestres e citadinos, urbano e rural não podem ser mensurados ou delimitados, sequer analisados, porque não são substantivos. O uso das expressões ruralidades e urbanidades parece mais adequado do que “rural” e “urbano”, pois expressam maior dinamismo através de identidades sociais que se reconstroem. As manifestações associadas a imagens rurais e urbanas podem ser identificadas, na medida em que os indícios de sua existência estão nas práticas sociais e nas identidades constituídas/atribuídas por cada indivíduo, instituição ou agente social.

O autor acima citado sintetiza bem as diferenças entre os termos e, ainda, nos apresenta duas expressões fundamentais para nossa análise: as ruralidades e as urbanidades. Podemos entendê-las como manifestações culturais realizadas ou recriadas a partir de modos de vida do campo e da cidade. Essas manifestações são dinâmicas e permeiam os espaços rurais (campestres) e os espaços urbanos (citadinos).

Portanto, é possível falar em ruralidades no urbano (espaço citadino) e em urbanidades no rural (espaço campestre). A relação entre esses espaços os mantém distintos, mas também unificados do ponto de vista imaterial. Essa reflexão é fundamental para compreender os estudos do geógrafo João Rua, uma das principais referências para se analisar o processo de urbanização no território fluminense.

As urbanidades no rural

Para João Rua (2006), os estudos a respeito das relações entre o mundo rural e urbano seguem duas vertentes analíticas principais: a “urbanização do rural” e a “urbanização no rural”.

A “*urbanização do rural*” é a vertente que entende que o rural desaparecerá ao longo do tempo, transformando-se em urbano. Essa vertente está relacionada com a ideia de *continuum*, ideia que pressupõe a existência de estágios distintos de urbanização no território. Rúa também entende que essa vertente parte de formulações marxistas e marxianas, representando uma abordagem clássica. O autor ainda cita os autores que mais se aproximam dessa vertente: Octavio Ianni, José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefèbvre.

Já a segunda vertente, denominada “urbanização no rural” defende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com o impacto do urbano. Os autores que podem ser relacionados a esta vertente são: Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider. Esses autores admitem a possibilidade de convivência entre a cultura urbana e rural num mesmo espaço. Esta é a vertente em que João Rúa mais se identifica.

Com isso, Rúa (2006) propõe uma análise que ele considera variante da segunda vertente. O autor propõe que se analisem as relações campo/cidade, rural/urbano a partir das “*urbanidades no rural*”, entendendo que as duas vertentes acima não dão conta das complexidades do espaço rural contemporâneo.

O autor nos oferece um caminho bastante rico para entender que o urbano e o rural se misturam, mas sem perder suas identidades. Em vez de desaparecer, o espaço rural recebe um conjunto de ações de características urbanas (urbanidades) e hibridiza-se:

[...] urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter de valores urbanos em áreas consideradas rurais, sem que, por isso, fossem identificadas tais áreas como urbanas. Admitimos que o urbano, nesse sentido, seria muito mais significativo do que as estatísticas (em qualquer método utilizado) demonstram – seria uma urbanização difusa, comportamental, simbólica, como visto mais adiante. O rural seria mais significativo estatisticamente (do que o que é demonstrado) em termos de materialidades e deficiência de infraestruturas. Portanto evidenciamos que o urbano na escala geral do território seria superior ao que as estatísticas demonstram, mas na escala dos lugares seria inferior àqueles percentuais, já que podem existir urbanidades em áreas rurais, sem que, por isso, tais áreas devam ser contabilizadas como urbanas (RUA, 2013, p. 384).

Com essa abordagem, João Rua nos dá bases para compreender os espaços rurais e urbanos como distintos e unificados, como “espaços-mosaico”. Ele também fundamenta sua análise na proposta de espaço geográfico de Milton Santos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Após analisar o debate sobre campo e cidade, rural e urbano, diferencie esses termos a partir de uma perspectiva geográfica.

Resposta comentada

Partindo da premissa miltoniana de que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é possível compreender o campo e a cidade, o rural e o urbano dentro desta perspectiva.

Dessa forma, o campo e a cidade formam os aspectos materiais do espaço (os objetos, os fixos). Ao mesmo tempo, o rural e o urbano aparecem como aspectos imateriais (as ações, os fluxos). Isso nos permite pensar em espaços distintos, mas que se complementam. Assim, de modo geral, a urbanização que invade o campo com suas imaterialidades, que Rua denomina “urbanidades” (lógica de produção, costumes, etc.), não é suficiente para eliminá-lo enquanto forma.

O processo de urbanização fluminense

Como visto, o Estado do Rio de Janeiro apresenta a maior taxa de urbanização do Brasil, superior a 96%. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) possui pouco mais de 99% da sua população residindo em áreas urbanas, sendo também a mais urbanizada do país.

A RMRJ tem uma importância significativa na dinâmica territorial fluminense. Essa importância se manifesta não apenas em termos demográficos, mas também nas dimensões política, cultural, comportamental e econômica, conforme aponta Rua (2002).

De modo generalizado, parece existir somente a região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo apresentando um peso menor em termos demográficos, o interior fluminense vem aumentando sua importância de modo significativo, seja fornecendo e abastecendo a metrópole com alguns produtos, seja oferecendo novas possibilidades de desenvolvimento ao Estado do Rio de Janeiro.

No território fluminense prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica a urbanização no interior do Estado. Esse processo de urbanização segue um certo padrão, sendo evidenciado por Rua (2002; 2011) por meio dos eixos de urbanização ou de adensamento de urbanidades no Estado do Rio de Janeiro (**Figura 4.5**).



Figura 4.5: Eixos de maior urbanidade no mapa do Rio de Janeiro.

Fonte: RUA, 2011.

O mapa acima demonstra os cinco principais eixos de urbanidades do território fluminense. A partir de Marafon (2014), outro autor fundamental para os estudos da urbanização do território fluminense, podem-se caracterizar os cinco eixos da seguinte forma:

1. Eixo que vai da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a região da Costa Verde.

Nessa região, destacam-se as atividades de turismo (de praia, histórico e ecológico) que provocam intensas transformações socioespaciais. Aqui também se concentram grandes reservas da Mata Atlântica, inúmeras ilhas e cidades históricas, como Paraty. Por conter em seu território muitas áreas de proteção ambiental, a agricultura é pouco significativa. A crescente ocupação de grandes hotéis de luxo e condomínios fechados provocam intensa especulação imobiliária, expulsando os produtores familiares de suas terras. Aos produtores restam apenas o mercado de trabalho urbano, oferecidos pelos hotéis e condomínios, ou as práticas de agricultura extrativista;

2. Eixo que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol).

Essa região também tem o turismo como forte vetor de crescimento. Nela, encontra-se um intenso turismo de massa em direção ao litoral norte do estado, o que provoca uma intensa urbanização, além da proliferação de segundas residências, levando ao fracionamento de terra e expulsão das atividades agropecuárias em busca de novos loteamentos e condomínios. A presença da Petrobras em Macaé representa, igualmente, uma forte especulação imobiliária na região;

3. Eixo que ocorre no topo da serra, representado pelos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis.

Essa região tem como característica a produção de hortigranjeiros e flores, que abastece a RMRJ. Outro ponto que chama a atenção é o tradicional polo industrial (com destaque para a moda íntima). Também se fazem presentes os inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região serrana. Nesta área, existe uma intensa produção agrícola de bases familiares, centrada em pequenas propriedades, mão de obra familiar e baixa tecnificação da lavoura. Os produtores agrícolas, normalmente, ficam dependentes dos atravessadores que, cada vez mais, controlam o processo de comercialização dos cultivos. Por conta disso, muitos trabalhadores do campo complementam a renda familiar no mercado de trabalho não agrícola, atuando como jardineiros, caseiros, domésticos ou trabalhando em empresas da região. A região também produz alimentos orgânicos e hidropônicos para um mercado consumidor restrito à zona sul carioca. Nesta área, também se nota um turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar;

4. Eixo formado pelo território que engloba a Região do Médio Vale do Paraíba e a Região Centro-Sul-Fluminense.

Além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, embora tenha como marca na paisagem a atividade cafeeira, contando com grandes casas nas sedes das fazendas e levando os municípios da área a organizar o “Festival do Vale do Café”. Entretanto, não há interatividade com os produtores familiares, que encontram nas indústrias da região (setor metal-mecânico) outra alternativa de fonte de renda;

5. Eixo formado pelas regiões Norte e Noroeste-Fluminense.

Como estão distantes da RMRJ, apresentam fortes características rurais, com destaque para a produção de leite, cana-de-açúcar, café e

frutas. A presença da Petrobras na região é um fator determinante na mudança desse quadro, pois graças à arrecadação de *royalties*, essa região acaba proporcionando empregos aos agricultores dessas regiões. O turismo relacionado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Identifique os cinco principais eixos de urbanidades presentes no território fluminense. Comente-os.

Resposta comentada

1. Eixo que vai da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a região da Costa Verde;
2. Eixo que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol);
3. Eixo que ocorre no topo da serra, representado pelos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis;
4. Eixo formado pelo território que engloba a Região do Médio Vale do Paraíba e a Região Centro-Sul-Fluminense;
5. Eixo formado pelas regiões Norte e Noroeste-Fluminense.

Conclusão

Nesta aula, procuramos ressaltar as altas taxas de urbanização apontadas pelo IBGE, seja no território nacional, seja no território fluminense. O critério utilizado para definir o que é urbano e o que é rural no Brasil é bastante polêmico, podendo ocultar inúmeros processos presentes no território.

O debate em torno do critério seguido pelo IBGE coloca em questão a configuração socioespacial do Brasil. Para alguns, o critério evidencia uma urbanização intensa, o que sugere o fim do rural enquanto espaço e modo de vida. Já outros acreditam que o critério não corresponde à realidade, formada por um país essencialmente rural.

É dentro desse debate que procuramos fazer uma reflexão geográfica, centrada no enfoque socioespacial (no espaço geográfico). Assim, entendendo o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, distinguimos campo e cidade como objetos, materialidades, e rural e urbano como ações, imaterialidades. Isso nos possibilitou uma compreensão abrangente da urbanização, que se expande em direção ao campo, mas não o elimina, apenas o transforma. Essa expansão do urbano em direção ao rural não é homogênea, mas desigual.

Com isso, autores como João Rua e Glaucio Marafon nos oferecem uma leitura do processo de urbanização do território fluminense baseada na expansão de urbanidades, precisamente de cinco eixos principais de urbanidades. Esses eixos partem da RMRJ em direção a várias regiões fluminenses, alternando toda dinâmica territorial, principalmente a dos espaços rurais.

Por fim, entende-se que a abordagem da urbanização, tanto do Brasil quanto do Estado do Rio de Janeiro não deve pautar-se somente na análise quantitativa, tal como sugerem os critérios do IBGE e, também, da OCDE. Os dados estatísticos são importantes, desde que acompanhados de uma abordagem qualitativa, que, como vimos, encontra na Geografia um rico suporte.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Após analisar o debate sobre campo e cidade, rural e urbano, diferencie esses termos a partir de uma perspectiva geográfica.

Resposta comentada

Partindo da premissa miltoniana de que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é possível compreender o campo e a cidade, o rural e o urbano dentro desta perspectiva.

Dessa forma, o campo e a cidade formam os aspectos materiais do espaço (os objetos, os fixos). Ao mesmo tempo, o rural e o urbano aparecem como aspectos imateriais (as ações, os fluxos). Isso nos permite pensar em espaços distintos, mas que se complementam. Assim, de modo geral, a urbanização que invade o campo com suas imaterialidades, que Rua denomina “urbanidades” (lógica de produção, costumes, etc.), não é suficiente para eliminá-lo enquanto forma.

Resumo

Esta aula teve como objetivo principal a análise do processo de urbanização do território fluminense. Para isso, propusemos uma reflexão sobre os dados estatísticos que indicam altas taxas de urbanização no território nacional, sobretudo no território fluminense. Além disso, também foi enfatizado o contexto de explosão urbana brasileiro, os critérios seguidos pelo IBGE e suas contestações e as contribuições geográficas para o assunto.

A urbanização intensifica-se na América Latina a partir da década de 1930 e se intensifica mais na década de 1950. Este é o contexto em que o Brasil implanta um novo modelo de desenvolvimento econômico, de caráter urbano-industrial. Ele começa no Governo Vargas (1930) e ganha novas dinâmicas no Governo JK, já na década de 1950.

Em 1940, a taxa de urbanização no Brasil era de 31%. Ainda seguindo os mesmos critérios, essa taxa foi para 84% em 2010. Atualmente, o Rio de Janeiro é a unidade federativa com maior taxa de urbanização, com mais de 96% da população vivendo em áreas abrangidas pelo perímetro urbano. Se considerarmos somente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, esta taxa é superior a 99%.

Para alguns pesquisadores, o critério adotado pelo IBGE não condiz com a realidade apresentada no território nacional. Para outros, ele evidencia um processo de urbanização intenso, que inevitavelmente acabará com o espaço rural e seus modos de vida.

O debate sobre o urbano e o rural nos convida a uma análise geográfica. Como se sabe, a preocupação com o campo e a cidade e suas relações está presente na Geografia desde sua vertente clássica, passando pelas vertentes quantitativa, crítica e cultural. A partir de uma análise geográfica contemporânea, foi possível distinguir campo e cidade (materialidades, formas, sistemas de objetos, fixos), rural e urbano (imaterialidades, conteúdos, sistemas de ações, fluxos). Assim, entendemos que os espaços rurais (campestres) e urbanos (cidadinos) possuem relações, mas não se excluem. A lógica da cidade, por meio das urbanidades, invade o campo, mas não o elimina, transforma-o.

É a partir dessa perspectiva geográfica que analisamos o processo de urbanização do território fluminense, que se baseia em cinco eixos de urbanidades principais, partindo da RMRJ em direção a vários pontos do território fluminense, alternando, sobretudo, as dinâmicas dos espaços rurais.

Referências

ALENTEJANO, P. R. *As relações campo-cidade no Brasil do século XXI*. Terra Livre, São Paulo, n. 21, p. 25-39, 2º sem. 2003.

ALVES, F. D. *Trajatória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. 2010. 350 f. Tese (Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas,

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ALVES, F. D. *A questão campo-cidade na geografia brasileira: considerações teóricas sobre a produção científica em periódicos (1939-2009)*. In: Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, 3, 2011, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 1-15.

BIAZZO, P. P. *Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária*. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo. 2008, p. 132-150.

BRAGA, G. B.; REMOALDO, P. C.; FIÚZA, A. L. C. *Aplicação da metodologia definida pela OCDE para o cálculo de população urbana e rural nos municípios do Brasil*. In: XIV Colóquio Ibérico de Geografia, 2014, Guimarães (PT). Anais... Guimarães: Universidade do Minho, 2014, p. 2413-2418.

MARAFON, G. *Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade*. Campo-Território. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, jun. 2014.

REBORATTI, C. *El espacio rural en América Latina: procesos, actores, territorios*. In: BLANCO, et al. *Geografía: nuevos temas, nuevas preguntas. Umtemário para su enseñanza*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

RIBEIRO, M.A.C.; O'NEILL, M.M.V.C. *Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: Contrastes entre a Metrópole e o interior*. In: MARAFON, G.J.; RIBEIRO, M.A.C. (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

RUA, J. *A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no espaço do Rio de Janeiro*. GEOPUC, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-47, 2011.

RUA, J. *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades*. Campo-Território, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

RUA, J. *Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro*. In: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

p. 43-69.

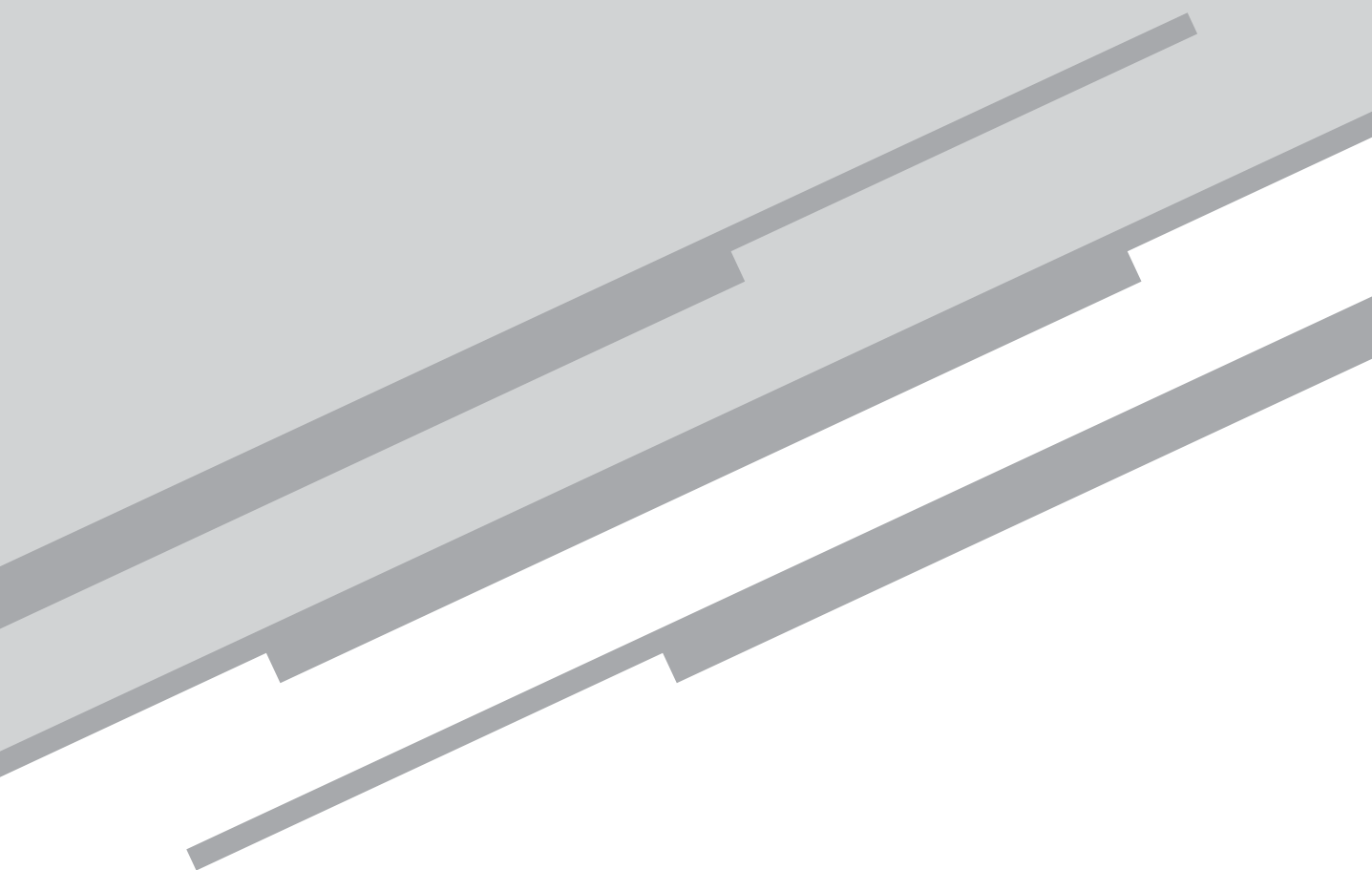
SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

VEIGA, J. E. *Nem tudo é urbano*. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004.

Aula 5

A atual estrutura produtiva fluminense: os setores da economia e sua distribuição



Meta

Apresentar alguns elementos essenciais, como a realização de atividades econômicas, para compreender o Rio de Janeiro na divisão territorial do trabalho na escala nacional e, também, analisar a distribuição da produção no interior do Estado.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os mecanismos mais elementares sobre divisão territorial do trabalho e escala geográfica;
2. identificar os principais elementos da produção industrial, agrícola e do setor de serviços no Rio de Janeiro;
3. reconhecer as transformações recentes na configuração econômica do Rio de Janeiro.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro, um dos menores da federação, apresenta algumas características, para a análise da produção, bastante peculiar. Sua inserção na estrutura produtiva nacional esteve, durante muito tempo, relacionada ao caráter político da atual capital fluminense, ou seja, por ter exercido a função de capital federal, a cidade do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, participaram de formas distintas da divisão territorial do trabalho.

A capital fluminense projetou seu crescimento para além do interior do Estado, realizando uma função majoritariamente (não exclusiva) relacionada aos serviços e à gestão dos elementos produtivos. Já o interior do Estado, apenas recentemente, retomou um papel de destaque no cenário nacional, principalmente, com a extração do petróleo e o polo metal-mecânico.

Entretanto, os elementos destacados anteriormente são apenas simplificações e generalizações de um processo transescalar pertinente, inclusive, com a escala global, isto é, como processos importantes de reorganização produtiva no modo de produção capitalista.

Portanto, analisar a estrutura produtiva atual no Estado pressupõe verificar a sua inserção em uma escala de análise mais ampla, sem diminuir o papel do local e, tampouco, das repercussões locais das transformações globais.

Desta forma, buscaremos uma relação mais ampla do que a simples localização para uma compreensão dos processos em sua interação.

Divisão trabalho e escala geográfica

A divisão do trabalho, como definido por Marx (2012) e Bottomore (2012), expressa uma condição fundamental para a produção de mercadorias dentro da lógica capitalista (porém, não exclusivamente), desde que os elementos produzidos e os produtores tenham certa orientação. A lógica deste processo pressupõe que cada trabalhador realize uma etapa de um todo, cujo resultado “é o produto social dos trabalhadores” (BOTTOMORE, 2012 p. 164).

Para a Geografia, a divisão do trabalho indica uma coordenação espacial. Os lugares produzem de forma aparentemente independente; entretanto, na essência, há uma coordenação (intencionalidade) na configuração do processo produtivo.

Na prática, há uma separação/seleção entre os lugares e produtos, apresentando uma espacialidade coordenada de forma horizontal e vertical. Cada lugar será responsável por determinadas etapas do processo produtivo, incluindo a gestão da cadeia (das cadeias produtivas) e, assim, será possível analisar seu papel nas diferentes escalas geográficas.

Nas últimas décadas do século XX e durante este início do século XXI, o capital fomentou uma reorganização aguda na forma e localização das atividades produtivas. No cenário da divisão do trabalho, a divisão fordista, dentro e fora da fábrica, foi flexibilizada, alterando antigas análises de divisão do trabalho.

Do ponto de vista da localização das atividades, a indústria, em busca de menores custos produtivos (mão de obra, infraestrutura, redução de encargos fiscais e organização sindical), buscou novas áreas para implementar plantas industriais (por vezes, plantas efêmeras) e, também, impor condições de produção bastante interessantes para a geração de excedentes.

Diante de tal quadro, é interessante pensarmos em um referencial teórico-analítico fundamental da Geografia, a escala geográfica. Basicamente, os fenômenos citados são definidos em uma escala, e os definidores, em outras escalas. Por exemplo, as grandes transformações pensadas para o capital na escala global expressam mudanças significativas na escala local, representando, portanto, uma resposta particular para processos universais.

Assim, mudanças na divisão do trabalho nunca são elementos constituintes exclusivamente da realidade interna das empresas, representam, sempre, transformações na organização interna do processo fabril (assim como no setor de serviços e na agricultura) e na divisão territorial do trabalho.

Portanto, a estrutura produtiva atual do Estado do Rio de Janeiro, a retomada (ou (re)início tímido) do setor metal-mecânico na Região do Médio Vale do Paraíba representa novas relações locais, transformações no Estado e, conseqüentemente, novas dinâmicas escalares entre o local, o nacional e o global.

Da mesma forma, o setor de serviços na capital fluminense sofre importantes alterações para adequar-se aos novos anseios do capital com capacidade transescalar, principalmente no setor financeiro localizado no município do Rio de Janeiro articulado (subordinado) ao capital nacional e internacional.

Também na agricultura, especificamente na logística de distribuição dos gêneros agrícolas, observamos transformações nas demandas e padrões de eficiência presentes no Estado.

Logo, o argumento central para a compreensão da atual estrutura produtiva e a capacidade de observar para além da aparência dos processos, ou seja, analisar de forma transescalar a forma de inserção de tal estrutura produtiva.

De fato, tais transformações explicitam mecanismos de tentativa do capital de superar suas contradições. Entretanto, as tentativas revelam a capacidade do modelo societário em transferir geograficamente e socialmente a crise, transferindo os elementos conjunturais de uma localidade para outra sem eliminar os processos estruturais. Afinal, isso representaria a sua própria superação. As novas localizações e relações de trabalho (divisão do trabalho e fragmentação da produção) são, simultaneamente, solução e condição para a expansão da crise, ora viabilizando uma retomada do crescimento, ora sendo, em si, um mecanismo de expansão da crise. Isto revela um dado estrutural do processo, como informa Mészáros (2014).

“Contudo, a situação muda radicalmente quando o interesse de cada já não coincide em absoluto com o das restantes. A partir desse momento, as alterações e as disfunções, em vez de serem absorvidas, dispersas, difundidas e dissolvidas, tendem a transformar-se em acumulativas e, portanto, estruturais, bloqueando perigosamente o complexo mecanismo de transferência das contradições. Estamos, então, diante de uma coisa não simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente explosiva, porque o capital não resolveu nunca nem a mais íntima de suas contradições. Não só porque não estava em condições de fazê-lo, mas também porque não devia fazê-lo, dado que, por sua natureza e constituição intrínseca, ele prospera sobre elas e, até certo ponto, com toda a segurança). Sua maneira normal de tratar as contradições é intensificá-las, deslocá-las para outro nível, transferi-las para outro plano, suprimi-las enquanto isso é possível e, quando não o é, exportá-las para uma esfera diferente, utilizando até os meios militares mais brutais para atingir esse fim. Essa é a razão pela qual o bloqueio progressivo da transferência e da exportação das contradições inerentes ao capitalismo é tão perigoso e, nos nossos dias tão potencialmente explosivo em escala nuclear” (MÉSZÁROS, 2014 p. 29).

Portanto, olhar sobre a estrutura produtiva é, na verdade, um olhar sobre o processo espacial-histórico (e, necessariamente, escalar) da divi-

•

são territorial do trabalho e também das formas do modelo hegemônico superar conjunturalmente suas contradições. O Estado do Rio de Janeiro passou por um processo de crescimento econômico nos primeiros anos do século XXI, e hoje, 2016, expõe um lado severo da crise deste modelo. Olhando apenas para o território fluminense, nossa análise será sempre falha e superficial, sendo necessário, portanto, analisar o processo e as escalas.

As atividades econômicas e a produção fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é marcado pelo intenso peso metropolitano em praticamente todos os indicadores. Conforme a indicação de Ribeiro (2002) e Ribeiro e Cavalcanti (2012), há uma concentração demográfica na Região Metropolitana e, dentro dessa área, uma centralização no núcleo metropolitano, ou seja, na capital do Estado.

Na mesma linha, Oliveira (2008) articula o processo de concentração na área metropolitana aos primórdios da industrialização, associada aos investimentos públicos da federação e à própria centralização política da atual capital fluminense. Seguindo este autor, outro elemento importante para a concentração demográfica e econômica é a infraestrutura, principalmente as rodovias que projetam a antiga capital federal para o país, com pouca integração com o interior. Segundo Oliveira (2008),

A industrialização e a formação do tecido urbano no Estado do Rio de Janeiro, portanto, têm peculiaridades importantes tanto em termos de concentração das atividades industriais no núcleo metropolitano, quanto do processo de formação, ocupação e desenvolvimento da RMRJ e no interior do Estado (p. 60).

O peso demográfico é processual, assim como a atual configuração político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro é recente, resultante da sua história imbricada com as transformações que ocorreram na nação. A organização administrativa atual, com 92 municípios, decorre da última emancipação no Estado, ou seja, em 2001, quando o município de Mesquita foi emancipado de Nova Iguaçu.

Não obstante, tal formação administrativa tem uma série de marcos estruturantes, analisados por Ribeiro (2002) e Marafon et al. (2011), para

a construção do enorme peso metropolitano (em indicadores demográficos e econômicos, por exemplo) em comparação ao interior fluminense. Já a divisão regional atual é ainda mais nova: foi redefinida em 2013.

A centralidade metropolitana está associada ao peso da atual capital do Estado, a cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565. Por ter passado uma grande parte da história nacional exercendo a função de capital (do Império Português, do Império Brasileiro e da República), extrapolou sua influência para além dos limites fluminenses. Na verdade, como ressalta Ribeiro (2002), em 1763, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em capital e, em 1834, foi transformada em Município Neutro, separando-se, do ponto de vista político e administrativo, da Província do Rio de Janeiro.



Figura 5.1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro, Municípios e Regiões de Governo

Fonte: CEPERJ – 2014

Diante de tal situação, a capitalidade exercida pela cidade do Rio de Janeiro e a legislação de 1834 exemplificam a desconexão entre a cidade do Rio de Janeiro e o atual Estado do Rio de Janeiro.

As transformações na economia brasileira, durante o período de exercício da capitalidade do Rio de Janeiro como Distrito Federal, foram de grande intensidade e altamente impactantes para a configuração metropolitana atual. Durante esse período, a indústria nacional, outrora restrita ao setor de bens de consumo não duráveis, foi impulsionada pela ascensão política e econômica dos setores urbano-industriais e pela política de substituição de importações (BORIS, 2001). A indústria nacional, diante da reduzida competitividade dos produtos importados e

pelo financiamento estatal (com articulações com o capital estrangeiro) iniciou um projeto de industrialização de grande magnitude para o país.

Nesse contexto, o então Distrito Federal desempenhou um papel de articulação econômica e política com a escala nacional, de forma prioritária, aumentando a desarticulação dentro do atual Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, como indica Perez (2007), o crescimento industrial na capital federal foi efêmero e reduzido, se compararmos com a participação no PIB industrial nacional – de 24%, em 1940, para 9,5%, no início da década de 1960. A capital, portanto, era majoritariamente terciária, centralizando capitais em consonância com a capitalidade, e projetando, como principal função, suas articulações para o Brasil e muito pouco para o interior fluminense. Mesmo com a transferência da capital para Brasília, no início da década de 1960, capital e interior continuaram apresentando uma integração bastante precária, apesar da continuidade espacial.

Com a mudança, o antigo Distrito Federal foi transformado em cidade-estado (Estado da Guanabara), mantendo, conseqüentemente, a separação político-administrativa (também econômica e de identidade), isto é, Estado da Guanabara separado do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Marafon et al. (2011), o novo Estado da Guanabara já indicava uma “grande defasagem estrutural no que se refere ao desenvolvimento industrial” (p. 23), que, somada à redução na centralidade política com a transferência da capital, contribuiu para a construção do esvaziamento econômico (MOTTA, 2001), um dos pilares daqueles, cuja argumentação dava-se a favor da fusão entre Guanabara e Rio de Janeiro.

A conjuntura política necessária para a fusão de dois estados com densas querelas foi facilitada diante de um regime autoritário, como o período militar, que, com a Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974 – e sua efetiva fusão em 1975 –, pôde unificar os dois Estados, transformando o antigo Distrito Federal na nova capital da antiga província do Rio de Janeiro.

A conjuntura econômica brasileira (e mundial) dos anos que antecederam e sucederam a fusão era de grande perplexidade pela crise do petróleo e pelo fim do sistema de Bretton Woods e seus impactos no “milagre brasileiro”, associados à crise da dívida externa nacional. Nesse sentido, segundo Motta (2001), o Governo Federal, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento, buscou o crescimento (e a diversificação) das atividades industriais. A fusão foi um projeto de fomento

industrial ao novo Estado para a criação de polo semelhante àquele estabelecido em São Paulo.

Contudo, ainda de acordo com Motta (2001), a promoção do crescimento industrial, tido como desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro pós-fusão, era, na verdade, uma necessidade de melhorar os mecanismos de gestão da Região Metropolitana (a gestão das crescentes áreas metropolitanas era uma prioridade nacional), ou seja, a fusão, como projeto de integração, serviria para articular a nova capital com os municípios do entorno imediato. A prioridade, dessa maneira, estava em melhorar/controlar a articulação entre os municípios do Grande Rio, outrora inviável pela separação política entre Guanabara e Rio de Janeiro, com objetivos claros da gestão metropolitana como tentativa de reverter a crise econômica nacional, em virtude da projeção para a economia nacional da antiga capital federal.

Nas palavras de Motta (2001),

A integração política entre os dois Estados era, assim, vista como a fórmula institucional para se realizar a integração econômica, que teria como consequência a consolidação do polo econômico do Rio de Janeiro, com efeitos positivos para a economia nacional como um todo (p. 7).

A fusão serviu, principalmente, como frisam Marafon et al. (2011), aos empresários da antiga Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, para transferir, em harmonia com a elevação dos custos produtivos/locacionais no antigo Estado da Guanabara, plantas industriais para os municípios da periferia metropolitana, sobretudo aqueles marginais à Via Dutra, aproveitando a capacidade de investimento do novo Estado, adquirida por meio da grande agilidade na arrecadação de tributos da nova capital, e, conseqüentemente, gerando infraestrutura básica para ampliar o processo produtivo.

Segundo os autores supracitados:

Havia um problema na transferência de plantas industriais para a Baixada Fluminense. A área não dispunha da infraestrutura requerida, além dos recursos para efetuar os investimentos necessários... A produção industrial, em geral, era mais em conta além dos limites do Estado da Guanabara, devido aos impostos cobrados nos municípios vizinhos fluminenses (MARAFON et al., 2011, p. 24).

O argumento apresentado deve ser contextualizado também pelos investimentos federais no antigo Estado, que garantiram, por isso, um crescimento industrial superior ao do Estado da Guanabara e condicionaram o argumento do “transbordamento de indústrias”. Segundo Osório e Versiani (2013):

Apresentou-se, como argumento, o fato de, nos anos 1940, 1950 e início dos 1960, a indústria antigo Estado do Rio de Janeiro ter crescido acima da média nacional. Porém não se levou em devida consideração que, especificamente na Velha Província, isso não ocorria fundamentalmente pela transferência de plantas industriais privadas da cidade do Rio de Janeiro para do antigo Estado do Rio de Janeiro, mas, sim, pela criação, naquela região, de empresas estatais, pelo governo federal (p. 198).

Após mais de cinquenta anos de transferência da capital para Brasília e mais de três décadas da fusão, a cidade do Rio de Janeiro perdeu parte da sua influência nacional, ficando muito distante do alcance de São Paulo. Segundo o IBGE (2008), São Paulo é a grande metrópole nacional, pois concentra, dentro da sua área de influência, 28% da população brasileira e 40,5% do PIB nacional. Já a cidade do Rio de Janeiro abarca 11,3% da população brasileira e 14,4% do PIB nacional.

O Quadro 1, a seguir, de autoria do IBGE (2008), ilustra, com maiores detalhes, tais dados.

Quadro 1: Dimensão das redes de primeiro nível (2007)

Redes de primeiro nível	Dimensão					
	Número de capitais regionais	Número de centros sub-regionais	Número de centros de zona	Número de municípios	População (2007)	Área (km ²)
São Paulo	20	33	124	1028	51.020.582	2.279.108
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20.750.595	137.811
Brasília	4	10	44	298	9.680.621	1.760.733

Fonte: IBGE (2008): Região de influência das cidades

Outro dado interessante é o fato de a atual capital federal influenciar um número maior de municípios do que a cidade do Rio de Janeiro. A

população superior na rede da capital fluminense revela, na verdade, o peso demográfico de sua própria área metropolitana e de alguns municípios do interior do Estado.

Embora o Rio de Janeiro tenha perdido parte da centralidade nacional, não superou os entraves na relação com o interior fluminense. O peso da antiga capital inibiu o crescimento de cidades com maior centralidade, ao mesmo tempo em que a projeção da capital para o Brasil (MOREIRA, 2001; GALVÃO, 2009; e OSÓRIO e VERSIANI, 2013) pouco articulou, mesmo após a fusão, a área metropolitana com o interior.

Como lembra o texto de Galvão, (2009):

Como cidade primaz que se transformou em capital e grande metrópole nacional, o Rio de Janeiro criou vínculos de relações com pontos e áreas distantes, enquanto em suas proximidades tolhia o surgimento de centros intermediários que pudessem vir a compor uma rede urbana equilibrada capaz de atuar como instrumento eficaz de difusão do desenvolvimento a partir dessa metrópole (p. 90).

E também o trabalho de Osório e Versiani (2013):

A cidade do Rio de Janeiro se construiu institucionalmente, desde a sua fundação, como espaço de articulação nacional. Inicialmente, derivou-se dinamismo econômico-social do fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, de ser a capital da República e centro cultural, político e econômico do país – como sede do poder federal, centro financeiro nacional e sede de empresas públicas e privadas atuantes no território brasileiro e mesmo latino-americano (p. 189).

Ao longo dos anos, apesar de investimentos rodoviários integrando o Estado, a fusão não uniu o antigo Distrito Federal e a Província, já que as outras estradas passavam distante das sedes municipais do interior. O fato, como veremos a seguir, é a manutenção da importância da metrópole em praticamente todos os indicadores econômicos e demográficos em relação ao interior. O Estado do Rio de Janeiro, como indica Ribeiro (2002), é marcado pela presença de dois “subespaços”, isto é, a metrópole e o interior, que, como o referido autor lembra, são caracterizados por todas as municipalidades para além dos limites metropolitanos.

Atividade 1

(Atende ao objetivo 1)

O Estado do Rio de Janeiro é marcado pelo peso demográfico e econômico da Região Metropolitana. Sobre este assunto, discuta a configuração espacial da produção econômica fluminense. Estabeleça uma relação entre as atividades realizadas no interior e na área metropolitana.

Resposta comentada

A resposta deverá indicar a intensa concentração do PIB na Região Metropolitana, relacionado ao setor de serviços. Você deverá perceber o crescimento (modesto) das atividades industriais no interior e os indicadores de produção agrícola relacionados ao abastecimento da metrópole na Região Serrana.

O peso da metrópole, todavia, não pode, como recorda Rua (2002), ofuscar a análise do interior. Como lembram também Osório e Versiani (2013), o interior, mesmo pouco articulado, recebeu investimentos derivados da proximidade da antiga capital, como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional e a antiga Fábrica Nacional de Motores. Portanto, o interior não representa um espaço letárgico e sem interação com a área metropolitana. Ressalta-se, principalmente, o abastecimento de gêneros agrícolas para a capital e a periferia metropolitana, especialmente a dinâmica produção de gêneros agrícolas, geradora de fluxos da Região Serrana para a Região Metropolitana.

No período atual (1995-2016), uma dinâmica ganha destaque no interior do Estado. O fomento do governo estadual, em consonância com transformações na escala nacional (subsídios ao setor automobilístico e crescimento do mercado interno, por exemplo) e na escala global (redução de custo do processo produtivo), promoveu o crescimento de indústrias automobilísticas na Região do Médio Vale do Paraíba.

Vale destacar que a presença destas empresas representa, na escala nacional, o processo de desindustrialização das grandes cidades e áreas metropolitanas e, em sintonia, crescimento da produção industrial nas cidades pequenas e médias.

Dois elementos são fundamentais nesta análise:

4. Ainda trabalhando na escala nacional, as transformações no processo produtivo industrial representam a redução de custos e riscos para o capital alocado no Brasil. Em termos de custo, as cidades pequenas e médias, com o avanço das tecnologias de informação e transportes, passaram a representar uma localização privilegiada, com salários menores e, em geral, redução (ou isenção) de carga tributária. Em termos de risco, o final dos anos 1970 e o início dos 1980 marcaram, com as grandes greves do setor automobilístico (não apenas deste setor, porém com grande destaque para ele), um momento de crise e necessidade de enfraquecer a luta sindical (facilidade pela concentração em grandes espaços produtivos);
5. A Região do Médio Vale do Paraíba representa, em termos logísticos, uma localização de extrema importância. A conexão viabilizada pela rodovia Presidente Dutra integra dois gigantes mercados consumidores: a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana de São Paulo.

Concordando com Marafon et al. (2011), Volta Redonda, Barra Mansa e Resende são fundamentais para a região apresentar, ofertar e concentrar, além da maior parte do PIB, uma gama mais ampla de serviços. Oliveira (2009) destaca a centralidade regional de Volta Redonda, nos dias de hoje, em virtude da presença da CSN, pelos significativos investimentos e também pela qualificação da mão de obra local. Segundo o autor,

Pelo porte da siderurgia e o volume de capitais ali gerados, a CSN teve um importante papel no desenvolvimento industrial e urbano local, sobretudo pelo que representou para a criação da cidade de Volta Redonda, ainda hoje considerada a principal ci-

•

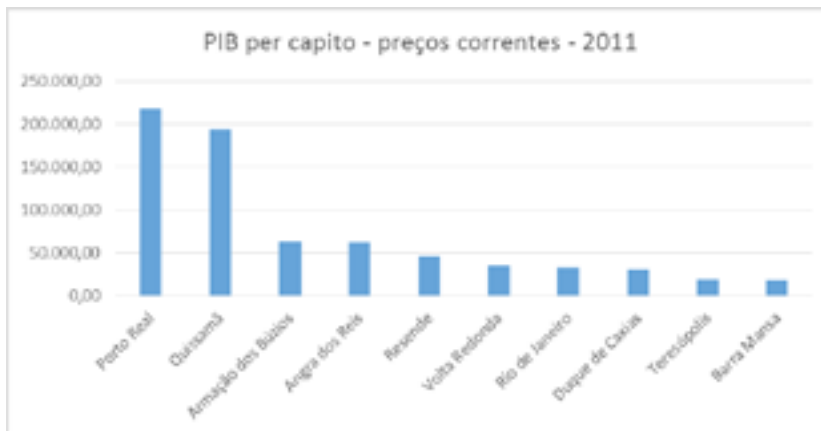
dade regional. A atividade industrial a partir da siderurgia teve, então um importante significado na qualificação geral da força de trabalho local, uma vez que este se tornou o principal centro metalúrgico do Estado. (p. 187).

Recentemente, a região do Médio Vale do Paraíba expõe um parque industrial bastante diverso, com a presença de investimentos representativos do capital internacional, configurando um importante parque de produção de bens siderúrgicos, metalúrgicos e automobilísticos.

Nesse sentido, o início das operações da Volkswagen, ônibus e caminhões, em Resende, foi um marco para a região e para o Estado do Rio de Janeiro. A fábrica funciona de acordo com um processo produtivo flexível, o consórcio modular, e, portanto, de acordo com padrões de competitividade em escala global. Tal referência indica novas articulações do capital no espaço fluminense, assim como a presença de um novo padrão competitivo no Rio de Janeiro. O modelo do consórcio modular, implementado pela empresa, significa a terceirização do processo produtivo dentro de um mesmo espaço fabril com a clara orientação a uma produção com estoques mínimos e à fabricação de diversos modelos em uma mesma planta.

Trata-se, portanto, de uma lógica produtiva – um padrão competitivo – bastante diferente da lógica de outrora, representada pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional. Contudo, após a privatização, na década de 1990, a CSN implementou uma agressiva política de modernização, reduzindo o número de trabalhadores e dilatando a oferta de produtos, como a produção de aço previamente colorido e recente produção de cimento. Em outras palavras, passou por uma adequação aos atuais padrões de eficiência.

A Peugeot-Citroën também escolheu a região para a instalação de sua fábrica. A unidade fica em Porto Real, um município emancipado de Resende em 1997, com uma população absoluta bastante reduzida e o maior PIB per capita do Estado.

Gráfico 1: Comparação – PIB per capita

Fonte: IBGE – Séries Estatísticas

A entrada desses novos investimentos, como nos lembra Silva (2008), conjectura novas opções de localização industrial no território nacional, em virtude da abertura econômica na década de 1990 e ações de Estados e municípios para receber investimentos internacionais, principalmente de montadoras deslocando-se de áreas metropolitanas ou entrando no mercado brasileiro. Assim, as empresas buscam significativas reduções de custo com a isenção de tributos, municipais e/ou estaduais e competição de caráter global.

Os novos padrões de produção e competição exigem também novos trabalhadores, ou seja, uma qualificação da mão de obra integrada com as necessidades das fábricas. Nesse sentido, o SENAI localizado em Resende exerce um papel fundamental, com projetos direcionados à formação de trabalhadores, principalmente para a VW e a Peugeot-Citroën.

Além desses investimentos, recentemente, a região recebeu novas instalações da japonesa Nissan, ou seja, mais uma montadora de automóveis para o polo metal-mecânico. Também, a marca britânica Land Rover (comprada pela Tata Motors, de origem indiana, junto com a americana Ford, antiga proprietária das marcas Jaguar e Land Rover) investirá em uma nova planta industrial no município de Itatiaia, na mesma região.

Apesar do importante crescimento demográfico e econômico nas regiões e nos municípios citados anteriormente, a Região Metropolitana e a capital, em especial, exercem uma centralidade extrema no Estado do Rio de Janeiro. Além dos indicadores demográficos, o PIB a preços correntes, apesar da estagnação da metrópole (e da capital) apontada por Santos (2013) e Oliveira (2009), Santos (2003) e Sobral (2013), con-

tinua indicando para a concentração das atividades econômicas na área metropolitana, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2: Comparação do PIB municipal



Fonte: Ipeadata

Todavia, pensar apenas na baixa articulação entre metrópole e interior, ou exclusivamente no peso metropolitano, é simplificar as relações múltiplas que se constituem entre essas áreas, tornando míopes as interações que se constituem no relativamente novo Estado do Rio de Janeiro. Nas palavras de Limonad (2004)

Embora haja uma hegemonia histórica da capital e, mais recentemente da região metropolitana, é perceptível, nos últimos anos uma mudança substantiva no papel das diversas áreas do interior fluminense. Em particular, nas áreas mais articuladas nos fluxos produtivos verifica-se a ampliação dos espaços urbanos e um desenvolvimento econômico nas cidades médias e em algumas de pequeno porte (p. 78).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Indique as principais atividades econômicas nos municípios indicados no Gráfico 2. Explique os elevados números das cidades de Porto Real e Quissamã no Gráfico 1.

Resposta comentada

Você deverá pesquisar (IBGE e IPEA) quais são as principais atividades econômicas em cada um dos municípios citados. A segunda parte da questão exige que você reconheça o conceito de PIB *per capita*, indicando, assim, a pequena população absoluta nas duas cidades.

De fato, o interior fluminense apresenta aspectos fundamentais para um novo padrão de crescimento econômico e de interações capital-área metropolitana-interior. A capital apresenta, atualmente, reduzida participação na produção industrial, cuja participação é muito maior no eixo da Via Dutra e na região do Norte Fluminense.

No caso da produção agropecuária, a área metropolitana apresenta uma pequena produção rural (com algumas exceções, como a produção de coco); afinal, as áreas rurais foram basicamente transformadas em loteamentos, caso dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (representando a Baixada Fluminense) durante o período de grande pressão demográfica, fruto das migrações Nordeste – Sudeste.

Na mesma linha, Oliveira, Abrantes Filho e Natal (2010) indicam que o crescimento econômico em geral e, especificamente, o industrial, no interior fluminense, é temporalmente marcado, isto é, a partir da década de 1990, com a abertura econômica e a exigência de novos padrões de competição.

Outro destaque, além da capital, aparece nos Gráficos 1 e 2, ao verificarmos a posição dos municípios da Região Norte-Fluminense. A extração de petróleo impulsionou a economia da região durante boa parte do período citado (últimos 25 anos), e hoje (2016), a queda no preço do petróleo e a crise nos investimentos da principal empresa pública do setor são indicadores da grande dependência dessa região com essas atividades.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Avalie a atual crise econômico-financeira do Estado do Rio de Janeiro com a perspectiva escalar. Redija um texto, indicando os impactos da desaceleração econômica mundial e brasileira nas finanças/arrecadação do Estado e aponte as consequências para os municípios do interior e os trabalhadores.

Resposta comentada

Espera-se que você treine sua capacidade analítica a partir da escala geográfica. Não há um gabarito fechado para tal questão; entretanto, é fundamental que você consiga perceber que o cenário atual da estrutura produtiva no Estado é, na verdade, um processo, ou seja, uma estrutura em movimento.

Resumo

O eixo da aula passa pela compreensão do conceito de escala geográfica e sua relação com a divisão territorial do trabalho. É fundamental perceber a forma de inserção do Brasil e, mais especificamente, do Rio de Janeiro na economia mundial.

As conexões escalares refletem na composição industrial do espaço fluminense e, conseqüentemente, nas articulações com o nacional e o global. Assim, a localização, por exemplo, da CSN, não pode ser compreendida apenas a partir do espaço fluminense; deve ser, portanto, pensado pelas articulações escalares como o desenvolvimento das forças produtivas no cenário nacional.

O resultado de tais análises indicará a importância da atual capital do Estado para o crescimento econômico-industrial do país, ao mesmo em que responde às dificuldades de integração do território fluminense, justamente por representarem funções distintas em diferentes escalas.

Referências

MARAFON, Glaucio José et al. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

_____. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, Américo Freire; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas*, 2001. p.19-56.

OLIVEIRA, A.; NATAL, J.; FILHO, G. A. Projetos-âncoras fluminenses e alguns dos seus impactos. In: SANTOS, A. M. S. P; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. *Rio de Janeiro: um olhar socioespacial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Reestruturação produtiva, território e poder no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, Mauro; VERSIANI, Maria Helena. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* (Fundação CEPERJ), n. 2, julho/2013.

RIBEIRO, M. A. C. Considerações sobre o Espaço Fluminense: estrutura e transformações. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook/UERJ, 2002. p. 13-26.

RIBEIRO, M. A. C.; CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 271-198.

_____. Tipologia dos Municípios Fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: PACHECO, Susana Mara Miranda; MACHADO, Moníca Sampaio (Org.). *Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial*. 1 ed., v. 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 144-157.

Aula 6

Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno

Meta

Apresentar a visão reducionista que analisa o tradicional e o moderno como elementos dicotômicos, compreendendo permanências e transformações na agricultura fluminense como elementos convergentes.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. desconstruir qualquer visão dicotômica em relação ao tradicional e ao moderno;
2. analisar a capacidade do moderno em absorver a produção e os excedentes do tradicional.

Introdução

O tradicional e o moderno não representam um contraste na agricultura, ao contrário, a permanência de formas pretéritas é condição para surgimento, crescimento e manutenção do moderno. No caso da agricultura fluminense, há formas distintas de observar o tradicional e também o moderno.

Podemos iniciar observando o tradicional nas relações de poder arcaicas, relacionadas ao latifúndio, presentes na Região Norte-Fluminense. O passado continua (e, por vezes, é potencializado) mesmo com o crescimento de atividades novas, como a extração de petróleo. O tradicional também é observado nas relações de trabalho informais e precárias, envolvendo pequenos produtores rurais na Região Serrana do estado.

O moderno está presente nos mecanismos de comercialização que envolvem os mesmos produtores rurais dominados por relações trabalhistas arcaicas, assim como no uso de ferramentas agroquímicas avançadas no latifúndio canavieiro com relações de poder que remetem ao passado escravista.

De fato, o moderno rompe com o tradicional quando o segundo representa um entrave para o avanço do trabalho social dominado pelo capital. Quando o tradicional pode ser absorvido (lucrativo) é (re)feito e dinamizado pelo moderno, capaz de absorver seus excedentes.

Tecnologia e trabalho: breves notas

Não há dúvida de que o desenvolvimento tecnológico experimentado pela sociedade nas últimas décadas tem capacidade de melhorar a qualidade de vida do trabalhador como um todo. De fato, a tecnologia poderia realizar tal tarefa, se fosse desenvolvida para tal fim. Nem sempre é assim.

A precariedade nas relações de trabalho deriva da mesma sociedade capaz de produzir aparelhos de altíssima tecnologia; uma mesma sociedade é capaz de desenvolver tecnologias fantásticas na área da saúde humana e produzir uma massa de miseráveis sem acesso ao saneamento básico.

A contradição, inerente ao modo de produção capitalista, serve de pista para analisarmos o tradicional e o moderno como uma unidade dos contrários, isto é, a permanência do tradicional é parte do moderno.

Os avanços nas técnicas produtivas em nada superaram as relações sociais arcaicas como, por exemplo, a exigência cada vez maior ao trabalho em detrimento da vida particular. Muitas vezes, ocorre justamente o contrário. Nos livros de História, encontramos exemplos que outrora pareciam estranhos e hoje refletem o cotidiano – as 12 ou 14 horas de trabalho nos primórdios na Revolução Industrial inglesa do século XVIII/XIX não é, em termos quantitativos, uma realidade distante da maioria dos trabalhadores do mundo altamente tecnológico do século XXI.

As ferramentas tecnológicas, poupadoras de trabalho humano, também são instrumentos de controle de eficácia/produktividade do trabalho, elevando bastante os níveis de competitividade entre empresas e, conseqüentemente, entre os trabalhadores. Os padrões de eficiência, muitas vezes disfarçados de profissionalismo e responsabilidade, elevam a precariedade do trabalho, a insegurança e os níveis de estresse.

Portanto, as ferramentas tecnológicas capazes de elevar a produtividade do trabalhador também são meios de individualização excessiva dos trabalhadores e, como tais, inibem os mecanismos de resistência da classe trabalhadora. Isto gera este caráter contraditório entre a modernização da produção e a precarização das relações de trabalho; contudo, tais elementos são derivados de um mesmo processo de acumulação de capitais e manutenção do sistema de poder da burguesia.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Explique como as concepções de moderno e tradicional formam um par complementar na agricultura fluminense.

Resposta comentada

A resposta esperada para essa questão passa pela sua capacidade analítica de perceber a necessidade de a modernização reproduzir o tradicional, alimentando-se, em seguida, deste setor.

No caso da agricultura fluminense, um bom exemplo passa pelo uso intensivo de modernos agroquímicos e a manutenção de regimes arcaicos de trabalho.

A realidade de precarização das relações no trabalho não deriva de situações tradicionais de produção, tampouco de realidades históricas ou geográficas distantes dos grandes centros. Tradicional e moderno são elementos unitários e movem-se justamente pela contradição.

No caso da agricultura fluminense, o tradicional está relacionado, em geral, à pequena produção e/ou às relações de poder, enquanto o moderno estabelece-se pelo padrão de eficiência/normativo imposto aos produtores (com ou sem capacidade de serem eficientes).

O moderno e o tradicional na comercialização agrícola no Rio de Janeiro

O padrão reticular do espaço pressupõe a conexão de áreas não contínuas, promovendo a circulação e comunicação de produtos, mercadorias, informações, enfim, a articulação entre dois ou mais nós é condição essencial para a gênese das redes (DIAS, 2001; SANTOS, 2002).

As redes geográficas, ao tratar dos fluxos e dos fixos (SANTOS, 2002), associados ao movimento pelo espaço, tornam-se um instrumental conceitual e analítico fundamental para o estudo do sistema de abastecimento de gêneros agrícolas; afinal, há formação de rede(s) para viabilizar as interações espaciais entre produtores e consumidores (CORRÊA, 1997).

As articulações inseridas na espacialidade reticular, segundo Corrêa (1997), são produtoras de diferenciação espacial por integrar e marginalizar variados nós constantemente. Para esse autor, o movimento dos fluxos requer e orienta a produção de fluidez espacial, porém a gênese e a gestão do fluxo requerem a territorialização dos fixos (HAESBAERT, 2004).

A capacidade da configuração reticular (por redes) de articular espaços de produção é uma característica peculiar e importante para o argumento central outrora exposta, ou seja, a produção simultânea e integrada do moderno e do tradicional. No caso da agricultura, a produção tradicional, cercada por técnicas ultrapassadas e relações trabalhistas de semisservidão são incorporadas por cadeias logísticas (em rede) de extrema capacidade técnica.

No sentido proposto por Santos (2002), as redes geográficas, ao garantir maior fluidez espacial, fomentam o curso da comercialização de mercadorias, tão fundamental quanto o próprio processo produtivo. De fato, como indica Novaes (2004), a circulação de peças e de mercadorias finalizadas é a próxima fronteira de redução de custos para o capital. Para o autor,

Um produto que saia da fábrica, digamos, a um preço de US\$ 1, acaba sendo vendido por US\$ 4 nas lojas do varejo. Reduzir os custos de produção de 10 ou 20 centavos de dólar é uma tarefa quase impossível hoje, pois todo mundo vem trabalhando nessa direção há tempo, e não há muito mais gordura a ser queimada. Ou seja, e esse US\$ 1 é a parte *hard* do custo global. É melhor atacar os custos que se distribuem ao longo da cadeia – que constituem os chamados 3 dólares *soft* (NOVAES, 2004, p. 65).

A logística – todo o aparato técnico associado ao transporte e à organização da produção – é transformada em diferencial competitivo e instrumento de agregação de valor. A centralidade da logística está associada ao padrão reticular e, conseqüentemente, à fluidez espacial, aos fluxos e à localização dos fixos. O diferencial logístico leva ao processo de especialização e terceirização, isto é, ao surgimento de empresas focadas em reduzir custos logísticos e promover o just in time, agregando valor à gestão dos fluxos na cadeia de suprimentos.

Essas transformações socialmente construídas são resultados dialéticos, segundo Soja (1993). Para o autor, “os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis” (p. 99). Logo, o padrão reticular está inserido na dinâmica do capital, com inserções, marginalizações, expansão, resistência, consentimentos, hegemônicas e hegemônicas, e transformações e permanências, substituição e convívio. Logo, as redes não eliminam a espacialidade zonal, mas contribuem para (re)dinamizar as horizontalidades historicamente processadas.

O processo histórico de (re)produção do espaço, de acordo com Santos (2002), também está previsto para o padrão reticular. Há, como lembra o autor, uma relação entre a difusão e o incremento técnico e o avanço das redes geográficas. Diz Santos (2002):

Se compararmos as redes do passado com as atuais, a grande distinção entre elas é a respectiva parcela de espontaneidade na elaboração respectiva. Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes. Com os recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão (p. 265).

O conjunto técnico disponível no atual momento, conhecido como globalização, enseja a maior troca de informações, a mais precisa troca de mercadorias e serviços, e a circulação de capitais de forma imaterial e instantânea. A velocidade e a busca por fluidez são imperativos sociais, econômicos e espaciais ocasionados pelo dinamismo tecnológico do momento atual, agindo, de forma indiscriminada, no campo e na cidade.

Seguindo com Santos (2002), o arranjo espacial em rede, além de expressar uma configuração, é um instrumento de poder, via, particularmente, gestão dos fluxos, pois a circulação é controlada por fixos previamente selecionados. Dessa forma, compreende-se a gestão da cadeia de suprimentos como uma expressão hegemônica dos agentes com maior capacidade técnica e econômica, justamente por sua capacidade de estabelecer as regras, ou seja, a normatização do padrão de competitividade.

A tecnologia de transportes e de telecomunicações são alicerces para a configuração das redes geográficas, apesar de não serem responsáveis por sua gênese. A construção histórica e espacial do arranjo reticular absorve a construção da necessidade de fluidez, da flexibilidade e dos parâmetros competitivos como falso consenso social, impactos na produção, na circulação e no consumo.

É inseparável, então, analisar as transformações no arranjo espacial e na criação de parâmetros competitivos sem analisar as alterações em curso (construídas) na esfera do consumo. Isto posto, recorre-se a Canciani (2001), para reconhecer a racionalidade do consumo, ou seja, “o consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (p. 77).

Os fluxos, além de mercadorias e normas, também incorporam valores desejados, criando, no sentido consumidor-produtor, uma circulação fundamental para determinar preço, prazo e qualidade da produção. De fato, o consumidor, como afirma Canclini (2001), é socialmente regulado e, portanto, o consumo não representa desejos desconectados da conjuntura técnico-produtivo-espacial.

Peci (1999), tecendo conexões entre produção, circulação e consumo no ambiente empresarial, observa, na flexibilidade, uma categórica orientação para as cadeias de suprimentos. Na prática, a demanda é diversificada; em outras palavras, há solicitações distintas dos diversos nichos de mercado e, por isso, a produção precisa ser ágil para atender as necessidades originárias na demanda.

O padrão reticular é fundamental para fecundar processos flexíveis de produção e distribuição, incorporando ou segregando, de forma dinâmica, nós capazes de atender ao imperativo do consumo em cada conjuntura e para cada lugar.

As interações transescalares são inevitáveis para o processo produtivo e, como aponta Canclini (2001), para o estabelecimento de normas também no consumo. Conforme comenta o autor,

A metrópole cria padrões de uniformidade, remodela os hábitos locais e os subordina. Contudo a homogeneização do consumo e da sociabilidade, propiciada pelo formato comum com que esses serviços se organizam, não anula as particularidades (CANCLINI, 2001, p. 99).

Em outro momento, Canclini (2007) critica a construção de padrões e de normas flexíveis para os processos produtivos por empresas transnacionais, ao mesmo tempo em que as relações com produtor-trabalhador são inapelavelmente rígidas. Para o autor,

Na verdade, o que se torna instável, mais do que flexível, são as condições de trabalho; o trabalho é rígido porque é incerto, o trabalhador precisa cumprir à risca os horários, os rituais de submissão, a adesão a uma ordem alheia que acaba sendo interiorizada para não perder o salário (CANCLINI, 2007, p. 24).

Na Região Serrana, por exemplo, os produtores atuam como nós (sob o dinâmico regime de inclusão/marginalização) de diversas redes de abastecimento da área metropolitana. Parceiros ou proprietários, pouco importa nesse caso, são fornecedores – terceirização – de operadores logísticos integrados, em geral, a grandes redes varejistas. Dessa forma, são submetidos aos arsenal normativo e técnico – as urbanidades – dos supermercados e dos consumidores, representando, assim, a integração de elementos materiais – a produção agrícola – e os imateriais – as normas e as ações.

Todavia, como aponta o próprio Canclini (2007), as imposições são emaranhadas de resistências e consentimentos e, conseqüentemente, as ações hegemônicas na globalização, simultaneamente, reforçam as particularidades e a coexistência do local.

A mobilidade do capital configurado por redes em (re)produtor da espacialidade reticular, sem apagar o passado do espaço, torna vitoriosa a empresa integrada aos parâmetros técnicos atuais, com mais condições de gerenciar os fluxos, mais capacidade de produzir de forma flexível e sempre preparada (e capitalizada) para reestruturações no aspecto organizacional.

As grandes empresas transnacionais do varejo constituem a vanguarda logística na gestão dos fluxos-redes na distribuição de gêneros agrícolas. A comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro tem, nos supermercados, o seu agente hegemônico, em virtude da assimetria de poder entre varejistas, operadores logísticos e produtores familiares.

Nesse sentido, Haesbaert (2004) relaciona o controle dos fluxos articulados por redes e poder. De acordo com o autor,

Como as informações “fluem” através de redes cuja materialidade na maioria das vezes se restringe a pontos de conexão como os chamados teleportos, exige-se o domínio destas conexões, bem como das “senhas” de acesso às redes. A principal forma de controle ou de influência nesses territórios-rede se dá através destes pontos de acessibilidade, embora também possamos encontrar interferências, mais raras, relacionadas diretamente à intermediação dos fluxos em sentido mais estrito (HAESBAERT, 2004, p. 302).

Além de relacionar o controle dos fluxos e do acesso às redes, a citação indica a articulação da mobilidade – das interações espaciais – com o processo de territorialização. O território, em Haesbaert (2004),

é também movimento; assim, fluxo e rede são inseparáveis, afastando uma oposição entre eles. Como lembra o autor:

O problema é que muitos autores, geógrafos e não-geógrafos, fazem uma leitura a nosso ver dicotômica entre territórios e redes, como se fossem duas unidades distintas e mesmo antagônicas, não percebendo nem mesmo que rede pode ser vista como um elemento constituinte do território (HAESBAERT, 2004, p. 282).

A contribuição do autor, também a partir de Haesbaert (2005), é fundamental para relacionar a análise da comercialização agrícola às múltiplas territorialidades em disputa, ou seja, às normas e aos padrões em disputa que, mesmo de forma assimétrica, manifestam múltiplos territórios e garantem, contextualizados pelas formas de resistência, co-optação, consentimento e experiência da multiterritorialidade para os pequenos produtores familiares.

Na mesma linha, Coelho Neto (2013), seguindo a concepção do território como dinâmica social, sugere a territorialização em áreas não contínuas e a possibilidade de sobreposição dos territórios. Assim com Haesbaert (2004; 2005), o autor entende a construção de territórios-rede acionando múltiplas escalas, múltiplos territórios e “superposição de territorialidades” (COELHO NETO, 2013, p. 29).

Assim, em relação à comercialização agrícola, os produtores são inseridos e marginalizados, incluídos ou não nos múltiplos territórios integrados em rede. Os “de dentro” e os “de fora” afetam e influenciam as práticas de comercialização, ou seja, produzem territorialidades harmônicas e/ou conflitantes, experimentam diversas formas de comercialização e constroem laços com distintos operadores logísticos; por isso, (re) criam inúmeras estratégias de reprodução social e espacial, explicitam o convívio e a produção conjunta do tradicional e do moderno.

As várias estratégias de sobrevivência tornam mais complexas a espacialização da rede de comercialização agrícola fluminense, estabelecendo uma equação dinâmica para a assimetria de poder em jogo. A lógica binária hegemônico x hegemônico representa a simplificação de interações sociais com inúmeras e efêmeras posições e participações. A territorialidade dos agentes envolvidos no abastecimento é “uma rede complexa” (SOUZA, 2001, p. 92), integrando os diversos nós, realizadores de funções distintas e disputando o controle sobre os fluxos.

Em sintonia com as referências anteriormente citadas, Dias (2010) recupera a escala geográfica como mais um componente desse tecido-linhas, construindo as relações sociais envolvidas nas diferentes escalas e, principalmente, nos contatos entre territórios-redes pela lógica transescalar. As escalas são constantemente reelaboradas, e a equação da assimetria de poder ganha novos pesos e novas variáveis e, concordando com a autora, a atuação transescalar de alguns agentes ainda tem o maior peso.

As redes e os fluxos são basilares da globalização econômica, por produzirem interdependência entre os lugares, entre os lugares e as técnicas, entre as técnicas e o conhecimento e entre o conhecimento e o poder. As demandas de produção e de circulação de bens, mercadorias e informações implicam a formação de laços, possivelmente desatados, entre os nós da rede. Isso posto, Corrêa (1997) ratifica as redes geográficas como o meio fundamental para viabilizar as interações espaciais.

Corrêa (1997), Ribeiro (1998) e Santos (2002), por certo, entrelaçam fixos e fluxos e organização espacial em redes e a transformação do território. Santos (2002) desvenda os movimentos das redes pela produção de desigualdades e, complementando com Ribeiro (1998), pela geração de hierarquias e especializações marcadas pela brevidade. Nas palavras de Santos (2002):

Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (p. 268).

Reardon & Berdegú (2003) são frutíferos produtores de exemplos dos mecanismos anteriormente apresentados a partir da atuação dos supermercados. Entendidos como centralidade, os supermercados, via operadores logísticos, selecionam produtores capazes de atender a demanda cotidiana das filiais e, na outra vertente, elegem as áreas para alocar suas filiais ao escolher o perfil do consumidor.

Além dessas interações básicas, as redes varejistas são atuantes em redes sobrepostas e de caráter transescalar, influenciando de forma transversal nas múltiplas escalas e redes. Tal afirmação casa com Santos (2002), quando o autor considera que “as redes seriam incompreensíveis se ape-

nas enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo”. Portanto, para Santos (2002b):

Daí porque o fundamento de uma teoria que deseje explicar as localizações específicas deve levar em conta as ações do presente e do passado, locais e extralocais. O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível (p. 258).

O imperativo do par indissociável técnica-fluidez engendra, segundo Dias (2005), a construção de padrões de eficiência que, retomando a citação de Santos (2002b), encontram entraves e potencialidades de acordo com o conjunto de relações atuais e pretéritas, horizontais e verticais produtores das peculiaridades de cada lugar.

As múltiplas influências produtoras de desigualdades e particularidades são intensificadas pelo atual estágio de internacionalização do modo de produção capitalista – globalização. Redes, escala e globalização alteram generalidades e interagem com especificidades, (re)criando símbolos, lugares, práticas sociais e técnicas.

Santos (2000) avalia a globalização como um momento de ampliação máxima do modo de produção capitalista, com múltiplas formas e resultados variados. Distante de apreender a totalidade do processo de globalização, é fundamental qualificá-la como plural, ou seja, globalizações para os processos articulados nas escalas mais amplas e, principalmente, para os resultados nos lugares.

A pluralidade do presente nas globalizações não evita, como lembra Santos (2000), a configuração de centros restritos de comando das ações, essencialmente da difusão de inovações técnicas e organizacionais. De fato, as redes articulam inúmeros nós, porém poucos são capazes de gerenciar os fluxos em circulação.

No contexto plural da globalização, das redes geográficas e da construção de novos parâmetros de eficiência e produtividade – flexibilidade –, a ação de grandes redes varejistas, como aponta Wilkinson (2003), revela um mecanismo de interação transescalar contextualizado pela globalização. Para o autor, a principal alteração em curso é “uma transformação do ambiente concorrencial que leva a maiores níveis de efici-

ência e a pressões tanto sobre custos quanto sobre um maior ritmo de inovações e modernização tecnológica” (p. 67).

Continuando com os argumentos do autor, ressalta-se o impacto das mudanças no ambiente empresarial. Há alteração na escala competitiva, agora de caráter global, para as instituições nacionais em atuação no varejo e, logo, na comercialização agrícola. Essa conjuntura edifica critérios técnicos e organizacionais para os produtores e para os sistemas logísticos de distribuição dos gêneros agrícolas.

Nesse contexto, as principais transformações passam pelo fortalecimento de sistemas de terceirização de operadores logísticos e da requalificação da centralidade do sistema CEASA-RJ. Em relação aos operadores, há, no circuito Tere-Fri (caminho entre Teresópolis e Nova Friburgo), o surgimento de várias empresas de transporte e agregação de valor de produtos rurais responsáveis pelo abastecimento de varejistas localizados na área metropolitana. O CEASA-Rio, por sua vez, localizado no bairro de Irajá, na capital fluminense, mantém um papel na distribuição de produtos para feiras, algumas redes varejistas e comerciantes de menor porte.

Os impactos das globalizações para a comercialização atuam, basicamente, na transformação das técnicas logísticas e nos arranjos organizacionais – relação entre empresas e controle de estoques e oferta de produtos. A manutenção de um fluxo de abastecimento para as filiais das redes varejistas determina um arranjo espacial e técnico gerador de novas territorialidades e temporalidades para os produtores familiares. A fluidez espacial e a aceleração do processo produtivo motivam os processos de inclusão/marginalização e, conseqüentemente, as múltiplas estratégias de ação – territorialidades.

Santos (2000) exalta a multiplicidade presente nas globalizações, seus efeitos espaciais resultantes e o convívio do diferente. Como notou o autor,

Criam-se, paralelamente, incompatibilidades entre velocidades diversas; e os portadores das velocidades extremas buscam induzir os demais atores a acompanhá-los, procurando disseminar as infraestruturas necessárias à desejada fluidez nos lugares que consideram necessários para a sua atividade. Há, todavia, sempre, uma seletividade nessa difusão separando os espaços da pressa daqueles outros propícios à lentidão (SANTOS, 2000, p. 84).

A presença hegemônica da técnica e da construção de hegemonias não elimina a diversidade presente no lugar e, da mesma forma, os movimentos opostos à racionalidade externa – verticalidades oriundas do processo de globalização – não inviabilizam a presença de atores hegemônicos. Na prática, com o auxílio de Santos (2000; 2002; 2005; 2007), entende-se a existência de inúmeras variáveis e troca de papéis na rede de comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro.

A expansão e a reprodução ampliada do capital sob a égide da globalização fomentam o desenvolvimento de tecnologias. Logo, compreender a configuração reticular da comercialização agrícola passa por reconhecer, na dinâmica realizada no Estado do Rio de Janeiro, marcas, formas e ações inseridas por interações com outras escalas e temporalidades.

O papel das verticalidades é considerado sem exclusão dos encaixes socioespaciais realizados historicamente no plano horizontal. As ações verticais explicam e promovem a interdependência dos agentes envolvidos na comercialização e a ação transescalar atuante nas redes sobrepostas. A espacialidade resultante será sempre um resultado em processo, uma combinação desigual de tempos e escalas.

Santos (2005) renova a relação íntima e necessária entre a (re)produção do espaço e o modo de produção hegemônico. Para o autor,

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (SANTOS, 2005, p. 32).

De acordo com a citação, o capital é categorizado para além da produção e incorpora, dialeticamente, sociedade e espaço. Logo, as expressões materiais e imateriais estão presentes na espacialidade e, conseqüentemente, esta apresentará contornos para além das formas tangíveis.

Com efeito, não há objetos cristalizados na paisagem, pois, intencionalmente, há substituição de formas e/ou de funções (SANTOS, 2012). Como indica Harvey (2005),

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (p. 43).

A acumulação ampliada e a alocação dos excedentes explicam, em parte, as transformações contínuas no arranjo socioespacial, a fim de viabilizar novos espaços para investimentos. A construção de novos ou a reinvenção de antigos mecanismos de circulação e ampliação é necessária porque existe um contínuo incremento no volume de capital disponível para o investimento. Como indica Marx (2013),

Não devemos esquecer que, ao lado dos novos capitais, continua o capital primitivo a se reproduzir e a produzir mais-valia e que o mesmo é verdade para cada capital acumulado em relação ao capital adicional que produziu (p. 381).

Seguindo essa linha, os momentos de crise revelam o esgotamento de possibilidades para a circulação e, simultaneamente, a busca por novos processos. Assim, as (re)configurações espaciais, como a construção da acumulação flexível e a espacialidade reticular, também indicam a apropriação/adequação de formas e funções, de acordo com as necessidades de acumulação de cada conjuntura histórica.

Entretanto, a crise, além de criar oportunidades de investimentos, é acompanhada de transformações sociais. Como declara Harvey (2005),

Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda de salários reais e desemprego (p. 46 e 47).

Transpondo essa análise para a perspectiva de Santos (2012), as redes geográficas e as verticalidades (transescalaridade) convivem com espacialidades zonais e horizontalidades. Contudo, “as redes constituem apenas uma parte do espaço” (p. 139) e, nesse sentido, a atuação seletiva do padrão reticular representa apropriação (efêmera ou não) de formas e/ou de funções previamente estabelecidas.

Santos (2012) afirma que a probabilidade de apropriação de uma forma ou de uma função manifesta a possibilidade de retorno e lucro daquela particularidade. Logo, sem esquecer do acontecer global, “a democracia de mercado e o neoliberalismo” (SANTOS, 2012, p. 142) se apropriam de funções outrora coletivas, estatais ou solidárias, construindo relações assimétricas de poder e parâmetros competitivos para antigas formas e/ou funções.

O mesmo autor, tratando de processos de apropriação de determinados lugares, sugere a diferenciação entre a produção do espaço e a produtividade do espaço. Para Santos (2012),

Podemos falar de produtividade espacial, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo que ao produzido. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação (p. 149).

Neste trabalho, entendem-se as transformações na base técnica em curso na produção e na comercialização agrícola da área serrana também como mudança na conjuntura política e econômica. Portanto, no arranjo socioespacial, a espacialidade reticular é consequência técnica, política e econômica.

Na prática, Santos (2007) separa a produção e a produtividade dos espaços para, em seguida, unificá-los pelo trabalho humano, isto é, centraliza as relações socioespaciais e as assimetrias de poder, via trabalho, e não por meio das técnicas e da racionalidade absoluta. Segundo o autor,

A estrutura técnico-produtiva não é o espaço produtivo. Esse é o resultado da utilização efetiva da estrutura técnico-produtiva para responder aos objetivos das classes dominantes, dentro de uma formação socioeconômica (SANTOS, 2007, p. 84).

O trabalho social (MARX, 2013) “cristaliza” valor na mercadoria e é justamente da circulação e da comercialização que a (re)produção social do capital se realiza em plenitude. A incorporação de valor à mercadoria passa, nessa leitura, pela quantidade de trabalho social necessário para a produção da mercadoria em um determinado contexto técnico e pelas relações entre as forças produtivas e as classes hegemônicas.

Logo, ao falar do contexto técnico-logístico, na verdade, destaca-se o resultado das necessidades criadas ou pensadas socialmente e dialeticamente relacionadas com (re)produção do espaço. Santos (2002) clarifica tal relação ao estabelecer que “cada período técnico é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade” (p. 171).

Desigual e irrevogável, a atuação e a expansão das técnicas engendram novas relações históricas, sociais, espaciais e escalares. Assim, as ramificações e as construções nas horizontalidades e verticalidades tornam-se procedimentos essenciais na (re)produção do espaço. Elementos endógenos e exógenos atuam com pesos diferentes ao longo do tempo e do espaço, servindo de promotores e construtores de relações, viabilizadas pelo padrão reticular, entre histórias próximas e distantes.

Santos (2002) relaciona esse conteúdo técnico ao próprio cotidiano das relações socioespaciais, justificando o caráter irreversível desse processo. Segundo o autor,

Ainda que fosse possível abandonar algumas técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram com o modo de ser, incorporadas à natureza e ao território, como paisagem artificial. Neste sentido elas são irreversíveis, na medida em que, em um primeiro momento, são um produto da história, e, em um segundo momento, elas são produtoras da história, já que diretamente participam desse processo (SANTOS, 2002, p. 181).

A técnica e o discurso da eficiência são estruturantes da lógica flexível e reticular presente na comercialização agrícola e, consequentemente, nas relações sociais e na dinâmica do abastecimento de gêneros agrícolas. Em conjunto, essas produções orientam uma relação de controle e também de embate dentro das relações de produção, ou seja, tempo e espaço são construções sociais orientadas por técnicas e normas produtivas.

Dessa forma, em um quadro de assimetria de poder, as construções são resultado de múltiplas forças e processos sociais. Entretanto, a

orientação essencial da espacialidade da comercialização agrícola indica a liderança das grandes redes varejistas de ação transescalar.

De acordo com Santos (2005):

Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Eis por que os territórios nacionais se transformaram num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser mais bem utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional (p. 150).

Vale destacar que a hegemonia e as pressões exógenas ampliam diferenças, desigualdades e complexidades nos lugares. As redes geográficas se apropriam de áreas de interesse do capital sem, contudo, destruir movimentos de contraespaço (MOREIRA, 2011; 2012). As formas de regulação e normatização das práticas cotidianas não seguem os aspectos lineares e retílineos dos padrões de eficiência, produtividade e organização empresarial, (re)criando e (re)processando formas, processos e funções em todas as escalas (SANTOS, 2012).

As transformações em curso na comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro são interações e reflexos de mudanças mais amplas na economia e na escala global. A construção de padrões técnicos e normativos para a circulação de fluxos de abastecimento modifica a dinâmica nas redes de comercialização de forma transescalar.

A acumulação flexível e os parâmetros neoliberais são determinantes para estabelecer novas relações derivadas de um jogo de escalas e dos processos historicamente enraizados no espaço fluminense. Assim, o novo não se estabelece em plenitude e, ao mesmo tempo, as permanências são entraves e potencialidades para a ação hegemônica de comercialização.

O sistema CEASA-RJ é uma permanência fundamental para a comercialização agrícola atual, apesar da centralidade exercida pelos supermercados. De fato, o sistema é hierarquizado, porém há trocas e articulações entre as posições hierárquicas que indicam a dinâmica disputa entre os agentes envolvidos na comercialização.

Nesse contexto, os supermercados buscam atravessar o controle do CEASA-RJ, articulando de forma direta produção e comercialização. Contudo, a eficiência dessa relação logística passa pela contratação de

operadores especializados na distribuição. Assim, a partir de práticas de terceirização, as redes varejistas contratam operadores logísticos (empresas de distribuição) mais competitivos e especializados na compra, separação e entrega de produtos agrícolas para as grandes redes localizadas na área metropolitana.

As empresas de distribuição são dotadas de um elevado padrão técnico, capaz de transformar a logística em diferencial competitivo e, simultaneamente, forma de agregar valor ao produto em virtude da maior competitividade desse canal de comercialização.

As ferramentas logísticas de eficiência e produtividade interagem com as relações sociais de produção estabelecidas na área serrana e na área metropolitana, fomentando um arranjo espacial reticular transescolar extremamente dinâmico com processos de marginalização e inclusão de produtores e operadores originados da imposição ou do mecanismo de resistência à lógica hegemônica.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Relacione a perspectiva do tradicional e do moderno na agricultura e na comercialização a partir do conceito de redes geográficas.

Resposta comentada

Neste item, você deverá partir do caráter flexível da configuração reticular do espaço, ou seja, do caráter dinâmico da territorialização das redes geográficas, buscando inserção e marginalização constante, de acordo com os interesses hegemônicos do capital.

Assim, você recorrerá ao exemplo da comercialização de produtos agrícolas para argumentar as múltiplas localizações, e o caráter efêmero –

ou não – de tais localizações no desenho, dinâmico, da comercialização agrícola. O objetivo central é apresentar a possibilidade de redes modernas e tecnificadas se apropriarem de produções e circuitos tradicionais, promovendo, portanto, a complementariedade do tradicional e do moderno na comercialização.

Conclusão

A partir da contextualização realizada quanto ao desenvolvimento da agricultura no Estado do Rio de Janeiro, procuramos a superação de uma visão entendida como reducionista, deixando, assim, de analisar o tradicional e o moderno como dicotômicos.

Em um primeiro momento, destacamos o papel das novas tecnologias como mecanismo para melhoria da vida do trabalhador, tornando evidente que nem sempre tais ferramentas são empregadas com este fim, sendo este um resultado do modo de produção capitalista, que, apesar dos avanços técnicos, mantém arcaicas as relações sociais.

A importância das redes mereceu destaque nesta aula, trazendo a relevância deste conceito para a ciência geográfica para, em seguida, realizar uma análise a partir do exemplo do Estado do Rio de Janeiro. Destacamos, por exemplo, a atuação dos produtores da Região Serrana como nós de diversas redes de abastecimento na área metropolitana e a centralidade do CEASA-Rio, enquanto distribuidor de produtos para feiras, redes varejistas e outros comerciantes.

Por fim, foi possível diagnosticar o embate atual entre o sistema CEASA-RJ (fundamental à comercialização agrícola no estado) e as redes de supermercados, em que os últimos têm buscado atravessar o controle do CEASA através da articulação direta entre produção e comercialização, a partir de empresas terceirizadas.

Resumo

O processo de modernização da agricultura no Brasil é reconhecido por diversos autores como modernização conservadora. Este termo reflete uma característica importante da agricultura no Brasil, capaz de reunir, como unidade contraditória, o tradicional e o moderno.

A compreensão ideal desta aula passa, necessariamente, pelo tradicional e pelo moderno como elementos contraditórios produzidos por uma unidade. No caso da agricultura, é fundamental pensarmos, portanto, que o tradicional é um resultado do próprio evento modernizador.

Tais elementos aparecem, também, na comercialização dos produtos agrícolas. A busca por eficiência logística produz sujeitos extremamente qualificados e, simultaneamente, reproduz aqueles considerados tradicionais para, no entanto, elevar o grau de exploração sobre os setores classificados como atrasados.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, destacaremos a importância do petróleo em nossa sociedade, evidenciando o desenvolvimento dessa atividade no território fluminense e os mecanismos de como os royalties são distribuídos aos municípios do referido estado.

Referências

CORREA, R. L. *A Rede Urbana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1985.

_____. *Interações Espaciais*. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MOREIRA, Ruy. *Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. In: *O Estado do Rio no Início do Século XXI: Olhando para o futuro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. p.127-132.

MARX, KARL. *Valor, Trabalho e Mais-valia*. In: NETTO, José Paulo. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NOVAES, A. G. *Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição*. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

•

_____. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp. 2002.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002b.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. *Espaço e Método*. Coleção Espaços. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012

Aula 7

A importância do petróleo e o papel dos *royalties* no espaço fluminense

Nathan da Silva Nunes

Meta

Apresentar a importância do petróleo para a sociedade atual, destacando sua exploração no espaço fluminense e a forma como são distribuídos os royalties aos municípios.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a questão do petróleo na escala mundial, expondo sua importância econômica e geopolítica;
2. identificar as bacias de Santos e Campos, especificando suas principais características;
3. identificar os ciclos econômicos da Região Norte-Fluminense, evidenciando o crescimento de sua importância na economia estadual a partir da década de 1970;
4. analisar a distribuição dos *royalties* petrolíferos no estado do Rio de Janeiro e a dependência atual dos municípios em relação a esta receita.

Introdução

O petróleo é atualmente um dos produtos mais valorizados no mercado mundial, fazendo com que países contemplados geologicamente com a presença de reservas em seus territórios obtenham elevadas compensações financeiras através de sua exploração, na mesma medida em que despertam a cobiça de tantos outros, o que, ao longo da história, colaborou para o surgimento de diversos conflitos.

O Brasil está na lista daqueles que usufruem deste finito recurso, fazendo da atividade uma das mais relevantes de sua economia.

Neste contexto, destaca-se o estado do Rio de Janeiro, tendo instaladas diversas plataformas de extração de petróleo em águas territoriais confrontantes a seus municípios, devido à sua inserção em duas bacias importantíssimas no cenário nacional: Bacia de Campos e Bacia de Santos.

Além das receitas geradas diretamente com a comercialização do petróleo e os produtos a partir dele desenvolvidos, diversos municípios ainda usufruem de compensações financeiras a eles pagas devido à sua localização estratégica: são os chamados *royalties* do petróleo. No estado do Rio de Janeiro, é possível observar um número elevado de municípios que baseiam suas receitas nesta fonte de renda, estando completamente reféns dos bons resultados obtidos por este setor da economia.

A importância do petróleo

O petróleo apresenta-se como principal fonte de energia atualmente, visto que, a partir dele, é possível a realização das mais variadas atividades. Há notório destaque para sua utilização enquanto combustível automotivo (gasolina e óleo diesel são exemplos, além de sua queima nas usinas termoelétricas). Ressaltamos também sua importância para a fabricação de diversos produtos, como plásticos, borrachas sintéticas, tintas e muitos outros.

Podemos caracterizá-lo como uma substância oleosa, muito inflamável, de coloração escura, de origem fóssil e não renovável, o que faz com que haja crescente preocupação com sua finitude.

A definição química o apresenta como um hidrocarboneto, devido à sua composição por átomos de hidrogênio e carbono. Acredita-se que sua formação tenha acontecido há milhões de anos através da decomposição de seres do ambiente marinho que se acumularam no fundo de

mares e lagos. Em razão de sua localização, é preciso que sejam construídas plataformas marítimas para perfurar o solo e buscar o petróleo em camadas profundas.



Imagem 7.1: Plataforma P-56, em Angra dos Reis (RJ).

Fonte: Blog do Planalto – Presidência da República.

Vesentini (2012, p. 75) alerta que:

O petróleo continua sendo um recurso básico para a moderna sociedade industrial, apesar de ter sofrido um relativo declínio nas últimas décadas. Em 1971, representava cerca de 68% da energia consumida no mundo, mas em 2007 essa proporção tinha baixado para cerca de 34%, uma porcentagem ainda significativa e maior que a de qualquer outra fonte de energia isoladamente. Se somarmos o petróleo ao gás natural, geralmente associado a ele e que sozinho representa cerca de 20% do consumo energético mundial, teremos um total de 54% da energia produzida pela humanidade, com essas suas fontes fósseis em conjunto.

Devido aos fatores apresentados, como sua finitude e o fato de ser a principal matriz energética mundial, o petróleo é considerado recurso estratégico na sociedade contemporânea; com isso, os que o possuem têm, além de importantíssima fonte de renda, poder político destacado. Porém, o lado negativo deste fato é que o petróleo tem motivado diversas guerras nas últimas décadas, como a Guerra do Golfo, a do Yom

Kippur, a do Irã x Iraque, e a invasão estadunidense ao Iraque, devido às intensas disputas pelo controle de reservas.

Atualmente, o Oriente Médio concentra a maior parte das reservas de petróleo em todo o mundo (Figura 7.2), o que ajuda a explicar o elevado número de conflitos geopolíticos envolvendo países dessa região - muitos deles tendo direta ou indiretamente a participação dos Estados Unidos que, nas últimas décadas, têm se destacado como o país mais desenvolvido em termos econômicos e com maior influência política no mundo. A constante intervenção desse país americano ocorre pelo consumo interno elevado e a necessidade, a partir de então, de conseguir melhores acordos para compras com preços mais baixos.

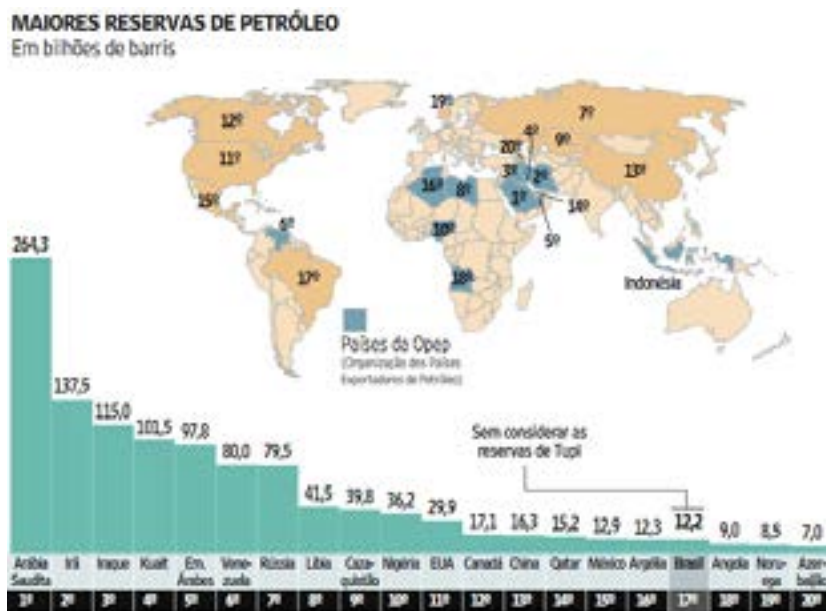


Figura 7.2: Países com maiores reservas de petróleo no mundo.

Fonte: Geographika, 2011

No Brasil, a extração de petróleo começou em 1939, quando foi descoberto um poço em Lobato, bairro de Salvador, na Bahia. Até então, o que havia era apenas especulação de que houvesse petróleo em terras brasileiras. Ao tratar do caso brasileiro atualmente, destacamos que nosso país também está entre os maiores produtores mundiais, o que faz com que sua economia seja dependente dessa fonte de renda.

Tal cenário pode acarretar crises, como a verificada atualmente, oriunda de escândalos de corrupção na maior empresa do ramo no Brasil, a Petrobras.

A desvalorização das ações da empresa, associada à baixa do preço do barril do petróleo no mercado mundial, tem causado instabilidade econômica tanto na escala federal como nas escalas estaduais e municipais. Estas duas últimas terão destaque nos próximos segmentos desta aula, enfocando a dependência de estados e municípios em relação às receitas da atividade petrolífera, em especial, dos *royalties*.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

A partir do que foi exposto, discorra sobre a importância econômica do petróleo e as consequências disto no cenário geopolítico.

Resposta comentada

A importância econômica do petróleo é elevada devido a alguns fatores, como seu uso enquanto combustível automotivo, visto o número de automóveis em circulação atualmente no mundo. Além disso, é matéria-prima para a fabricação de produtos relevantes no mercado mundial, como os plásticos. É válido ressaltar que, segundo pesquisas recentes, o petróleo é a principal matriz energética mundial. Devido a este cenário e por ser um recurso finito, o petróleo tornou-se recurso estratégico, acarretando que países que detêm as maiores reservas adquiram relevância no cenário político mundial, o que, em diversas ocasiões, acarreta guerras pelo controle desse recurso tão caro à sociedade capitalista contemporânea.

As bacias de Campos e Santos

A Bacia de Campos tem aproximadamente 100 mil km² e abarca desde o município de Alto de Vitória, no Espírito Santo, até Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e é considerada a maior reserva petrolífera da plataforma continental do Brasil (PETROBRAS, 2016). Apesar de seu nome estar relacionado à proximidade com o município de Campos dos Goytacazes, a bacia não constitui uma região de governo e é formada por municípios pertencentes a outras regiões, que não o Norte-Fluminense, como Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

Apesar das atividades ligadas ao setor petrolífero terem-se iniciado na década de 1970, é apenas nos anos 90 que a região da Bacia de Campos passa a apresentar índices relevantes do ponto de vista nacional. Nesse período, os royalties funcionaram, em diversos casos, como instrumento de incentivo a emancipações distritais, sendo possível verificar que, apenas entre 1990 e 1997, três novos municípios surgiram, a saber, Quissamã, Rio das Ostras e Carapebus, modificando a estrutura político-administrativa de duas regiões, o Norte-Fluminense e as Baixadas Litorâneas (MORAIS, 2010, p. 255).

A Bacia de Santos, por sua vez, é caracterizada como a maior bacia sedimentar offshore do país, tendo uma área total de mais de 350 mil km², estendendo-se de Cabo Frio-RJ até Florianópolis-SC. Assim como na Bacia de Campos, suas primeiras atividades também datam da década de 1970. Recentemente, notícias relacionadas à esta bacia tiveram elevado destaque na imprensa, em função da descoberta de importantes acumulações de petróleo e gás natural em águas profundas, na camada denominada pré-sal, o que representa um alento a estados e municípios beneficiados pela atividade, pois passa a haver uma perspectiva de intensificação da extração nas próximas décadas.



Figura 7.3: Delimitação das bacias de Santos e de Campos.
 Fonte: Surgiu, 2011.

=====**Atividade 2**=====

Atende ao objetivo 2

A partir do conteúdo apresentado nesta aula, apresente argumentos que expliquem a maior dependência, em relação ao petróleo, dos municípios fluminenses onde está inserida a Bacia de Campos em comparação aos da Bacia de Santos.

Resposta comentada

O primeiro aspecto a ser destacado é a Bacia de Campos ser considerada a maior reserva petrolífera da plataforma continental do Brasil, o que já evidencia sua grande importância para os municípios ali localizados. Porém, o que diferencia o grau de dependência apresentado pelos municípios onde estão as duas bacias é o histórico econômico dessas regiões a partir de outras atividades. Diferentemente daqueles onde se insere a Bacia de Santos, os municípios onde se localiza a Bacia de Campos apresentam menor dinamismo econômico, tendo na atividade canieira sua principal fonte de receitas historicamente.

A ascensão do setor petrolífero, associada à instalação da base operacional da Petrobras em Campos dos Goytacazes, concedeu a estes municípios um novo fôlego econômico, devido especialmente ao recebimento de *royalties* e participações especiais.

O Norte-Fluminense e sua relação com a atividade petrolífera

É importante, neste segmento, abordar questões de natureza histórica, social e econômica referentes à região Norte-Fluminense, buscando compreender melhor a área tão importante à atividade petrolífera no estado do Rio de Janeiro, culminando no recente crescimento de sua importância no contexto estadual.

No que tange à sua população, a região Norte-Fluminense não tem expressiva participação no total do estado, mas isso não é exclusividade, pois, como aponta Ribeiro (2002, p.15), mais de 70% da população do Rio de Janeiro reside na região metropolitana. No entanto, cabe salientar que Campos abrigava, em 2000, cerca de 2,8% da população estadual, sendo, assim, a maior concentração populacional fora da região metropolitana (MORAIS, 2010, p. 245).

Essa região esteve historicamente deslocada economicamente, tendo se baseado socioeconomicamente na atividade canavieira, em um primeiro momento, através de um modelo monocultor escravista, passando por um período de declínio após a abolição da escravidão e resurgindo quando da instalação de usinas de processamento de cana, principalmente em Campos dos Goytacazes (MORAIS, 2010, p. 245). Porém, em função de fatores como a queda do valor do petróleo (ocasionou a diminuição da procura por álcool), esta região entrou em mais um período de declínio econômico, superado a partir da década de 1970, quando foi instalada a base operacional da Petrobras em Macaé.



Figura 7.4: A atividade canavieira persiste, mas sem o mesmo poder de outras épocas.

Fonte: Revista Exame, 2013

A década de 1970 marcou a reconfiguração da estrutura da região Norte-Fluminense, elevando sua importância dentro do estado do Rio de Janeiro, substituindo a marginalização e o fechamento por um cenário e inserção e abertura (BARRAL NETO, 2008, p. 54), passando a ser um dos principais eixos de crescimento do estado. O esvaziamento econômico acaba sendo substituído pela atração de investimentos nacionais e internacionais.

A nova dinâmica econômica teve papel primordial para a alteração da estrutura político-administrativa dessa região, visto que, em função dos elevados valores recebidos pelos municípios, oriundos dos *royalties* petrolíferos, passa a ocorrer a chamada “febre emancipatória”, pois “sedes distritais distantes das cidades se viam excluídas no que diz respeito ao repasse dessas receitas” (MORAIS, 2010, p. 247). Ribeiro (2002, p. 24) auxilia na compreensão do cenário verificado quando afirma que, apesar de serem sedes distritais, estes municípios eram prejudicados em relação à percepção dos aludidos benefícios, uma vez que os mesmos restringiam-se, em quase sua totalidade, às sedes municipais, gerando um descontentamento por parte das populações residentes nessas antigas vilas, culminando com movimentos de pressão para suas futuras emancipações.

Ribeiro (2002, p. 23) alerta ainda que tal transformação econômica não ficou restrita ao Norte-Fluminense, mas impactou todo o estado do Rio de Janeiro, visto que “em decorrência da explo-

ração, produção e distribuição do petróleo, mais de sessenta municípios fluminenses foram beneficiados, aumentando as arrecadações municipais através dos *royalties* e participações especiais”.

A respeito da dinâmica populacional, cabe ressaltar o aumento do fluxo migratório das áreas rurais para as centrais da região Norte-Fluminense. Moraes (2010, p. 248) explica que isto ocorreu devido à necessidade de superar a decadência da atividade agrícola, passando esta parcela populacional a procurar emprego nos centros urbanos emergentes. Com isso, o processo de urbanização se intensifica e há uma transformação socioeconômica local, sendo possível verificar o aumento da especulação imobiliária, da violência e de desigualdades sociais.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

A ascensão do setor petrolífero no Norte-Fluminense ocasionou notório fluxo populacional do meio rural em direção às regiões centrais.

Explique como essa nova dinâmica pôde contribuir para a acentuação dos problemas sociais nas cidades.

Resposta comentada

O fluxo migratório em direção às regiões centrais ocorreu especialmente devido à decadência da atividade agrícola no Norte-Fluminense, o que ocasionou escassez de empregos nas zonas rurais. Porém, a ascensão econômica das regiões centrais não foi suficiente para garantir postos de trabalho a toda essa parcela populacional migrante, tendo como resultado a acentuação da desigualdade social e problemas relacionados a ela, como a violência e a especulação imobiliária.

O papel dos *royalties* no espaço fluminense

Para que se trate dos *royalties* oriundos do setor petrolífero, é necessário, em um primeiro momento, definir o que se entende por *royalties*. Para isto, será utilizada a definição que os apresenta como “instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração de recursos escassos, como é o caso do petróleo e do gás natural” (MARAFON, et. al., 2011, p.37).

Os *royalties* são distribuídos aos municípios de acordo com sua posição geográfica em relação aos poços de extração, como alerta Barreto (2008, p. 85), ao explicar que se dividem em Zona de Produção Principal (ZPP), Zona de Produção Secundária (ZPS) e Zona Limítrofe (ZL).

Egler e Rio (2004, p.11) e Barreto (2008, p.85) explicam que a Zona de Produção Principal abarca “todos os municípios confrontantes com poços produtores e os que possuem, pelo menos, três das seguintes instalações industriais: processamento, tratamento, escoamento e armazenamento de petróleo e/ou gás natural”.

Os municípios afetados pela passagem de dutos de escoamento da produção (desde que o óleo ainda esteja em estado bruto) estão inseridos na Zona de Produção Secundária, enquanto os municípios e microrregiões vizinhos aos da ZPP pertencem à Zona Limítrofe. Marafon et. al. (2011, p. 39) alerta ainda para indicações da lei sobre a forma como devem ser aplicados os *royalties*, estes devendo ser destinados a novos investimentos nos municípios beneficiários.

Dessa forma, são recursos que os governos poderão investir no desenvolvimento de um território dinâmico, visando a estimular a geração de empregos e melhorar a distribuição de renda, dependendo, então, das prefeituras, a aplicação correta e benéfica à maior parcela da população - o que sabidamente nem sempre corresponde à prática realizada.

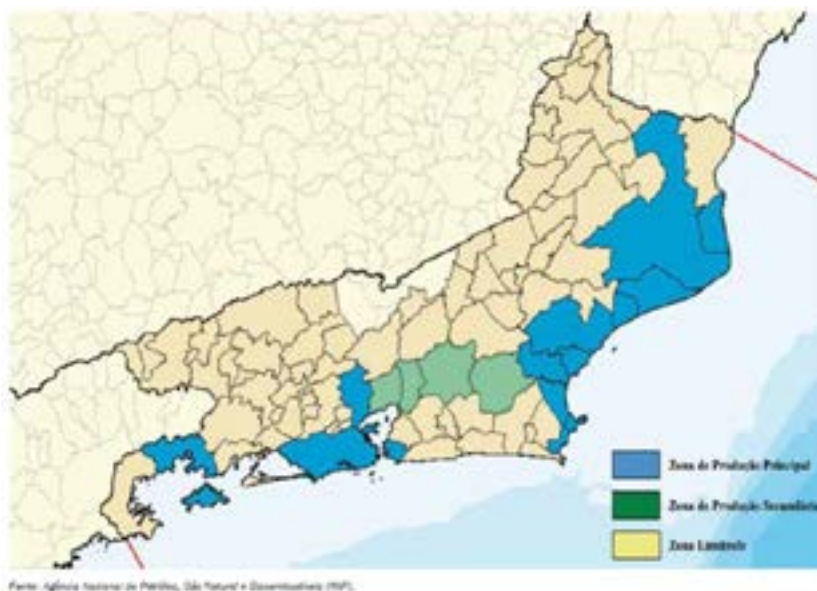


Figura 7.5: Delimitação das zonas de produção petrolífera.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No Brasil, há anos, ocorre uma incessante disputa pelas receitas oriundas do setor petrolífero, ocorrendo nas escalas do município, do estado ou do país como um todo. A partir da Constituição Federal de 1988, que previa maior autonomia aos municípios, passa a haver uma crescente demanda por emancipações de, até então, distritos (em 1980, de acordo com o IBGE, o país possuía 3.974 municípios, enquanto em 1996, já eram 4.987 no território nacional), que veem nos *royalties* do petróleo uma oportunidade de autonomia frente ao costumeiro descaso das sedes municipais.

Neste contexto, o estado do Rio de Janeiro destaca-se, apresentando, desde o início da década de 1990 (apesar de a instalação da base da Petrobras na Bacia de Campos datar da década de 1970), a valorização do setor como um dos principais de sua economia, o que faz com que diversos municípios se tornem reféns desta fonte de receita, transformando os poderes econômico e territorial objeto de disputa até hoje.

Não por acaso, a temática é alvo de divergências políticas constantes, criando cenários como o verificado em 2012, quando os estados produtores travaram verdadeira guerra contra os demais, que defendiam a divisão dos *royalties* entre todas as unidades federativas brasileiras. Diferentemente do que deveria ocorrer, os debates em Brasília foram centrados majoritariamente em discussões extremamente rasas,

que não davam à população qualquer base para desenvolver opinião mais consistente.

Observou-se também como o poder público se utiliza da população para atingir seus objetivos, que, neste caso, era gerar comoção através do medo. Harvey (2005, p.81) nos auxilia quando diz que “os interesses de classe são capazes de ser transformados num ‘interesse geral ilusório’”, o que posteriormente foi ilustrado com a cena de milhares de pessoas, nas ruas da capital fluminense, reivindicando o que governador, prefeitos, senadores e deputados lhes disseram ser o correto: a manutenção da forma de divisão verificada na ocasião, para que o estado do Rio de Janeiro não “quebrasse” e isso gerasse implicações graves para seu povo (ou parte dele - aquela parcela mais beneficiada pelas ações estatais).

Certamente, esta parcela populacional que dominou as ruas da capital fluminense não é, em sua maioria, constituinte das classes sociais mais beneficiadas com as intervenções urbanas oriundas da aplicação dos royalties. As noções de justiça e direito, novamente de acordo com Harvey (2005, p.81), são deturpadas e mostradas a toda a população como isentas de qualquer interesse de classe específico, a fim de moldar ideias e ações da sociedade como um todo.

Como já abordado anteriormente, os royalties representam compensações financeiras por recursos finitos, como forma de auxiliar no desenvolvimento de populações que futuramente não poderão contar com o recurso, como é o caso do petróleo.

Os municípios do estado do Rio de Janeiro já começam a imaginar um cenário sem o benefício da receita oriunda do setor petrolífero. Esta afirmação está baseada na 56ª Reunião Ordinária da Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), realizada em Campos dos Goytacazes em dezembro de 2014.

==== **Atividade 4** =====

Atende ao objetivo 4

Considerando os critérios para inserção dos municípios em cada zona de produção petrolífera e a dependência deles em relação a estas receitas, evidencie os motivos pelos quais prefeituras municipais temem a emancipação de seus distritos.

Resposta comentada

A partir do cenário verificado no estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas, é possível afirmar que há, por parte de diversas prefeituras municipais, um temor quando o assunto é a emancipação de distritos. Os exemplos de Rio das Ostras e Armação dos Búzios, na década de 1990, e Tamoios e Barra de São João, atualmente, nos ajudam a compreender as razões para tal, visto que estes distritos estavam/estão localizados na porção litorânea dos municípios de origem, fator de extrema relevância quando da distribuição de *royalties* do petróleo. Portanto, a emancipação distrital acarreta, em diversos casos, perda acentuada de receitas.

Conclusão

A partir da caracterização da atividade petrolífera no mundo e, em espacial, no estado do Rio de Janeiro, procurou-se destacar a importância econômica desta atividade nas últimas décadas.

Os diversos conflitos armados ao redor do planeta e as reivindicações por emancipação de distritos no território fluminense evidenciam a dependência crescente desta fonte de receitas e o poder inerente a quem detém o controle das reservas petrolíferas.

Como conclusão, é possível afirmar que há, atualmente, um jogo político em torno do petróleo, seja na escala mundial ou municipal, visto que governantes utilizam-se deste recurso como barganha para conseguir benefícios.

No estado do Rio de Janeiro, isto é evidente, quando tratamos das reivindicações por emancipação distrital, pois há sempre relutância por parte do poder público municipal. Tais governantes têm interesse na manutenção da forma como esta fonte de renda é empregada, quase sempre sendo despejada na sede municipal, enquanto os demais distritos sofrem com o esquecimento.

Resumo

Nesta aula, procuramos evidenciar, em um primeiro momento, a importância do petróleo no cenário mundial, apresentando sua importância como fonte de energia e para a produção de diversas mercadorias, bem como as disputas para o controle de suas reservas.

Posteriormente, foram apresentadas as principais regiões de exploração do petróleo em território brasileiro, as bacias de Campos e Santos, destacando sua abrangência territorial e o histórico das atividades nelas desenvolvidas.

Como região do estado do Rio de Janeiro mais beneficiada economicamente com o crescimento da atividade petrolífera, o Norte-Fluminense mereceu atenção especial nesta aula, com uma abordagem histórica a respeito dos ciclos econômicos em que esteve inserida e as implicações recentes da dependência de seus municípios em relação aos *royalties*.

Por fim, a questão dos *royalties* foi discutida isoladamente, explicando a forma como os municípios são classificados, considerando sua localização geográfica e importância para as mais diversas etapas da produção. Além disso, houve uma análise do momento atual da distribuição dos *royalties* ao estado do Rio de Janeiro e seus municípios, evidenciando, mais uma vez, a preocupação do poder público em perder tais rendimentos e a forma com que estes convencem a população através de seus discursos.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, será abordado o processo de industrialização no território fluminense, destacando as atividades ocorridas no passado e sua influência para a configuração do atual cenário.

Referências

BARRAL NETO, Jayme. *Interiorização econômica no estado do Rio de Janeiro e a inserção do norte fluminense na lógica da guerra de lugares*. Monografia de graduação em Geografia. CEFET-Campos, 2008, 85f.

BARRETO, Vivian Santoro. *Considerações sobre as recentes transformações socio-espaciais nos municípios confrontantes com a Bacia de Campos*. In: MARAFON, Glaucio José (etal.). *Revisitando o Território Fluminense II*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008. p. 83-112.

EGLER, Cláudio A.G.; RIO, Gisela Aquino Pires do. *Territórios do Petróleo no Brasil: redes globais e governança local*. In: *Ates du Coloque Internacional Les Integrations Regionales: quelles dynamiques transfrontalières et transnationales? Les enseignements du Bassin de la Plata dans le Mercosud*, Toulouse, 2004, v. 1, p. 72-86.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

MARAFON, Glaucio José (et al.). *Geografia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MORAIS, Alex Pereira de. *Considerações sobre o papel dos royalties e participações especiais de petróleo e gás sobre a economia dos municípios confrontantes com a Bacia de Campos*. In: *Revisitando o Território Fluminense III*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. P. 243-273.

RIBEIRO, Miguel Angelo. *Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações*. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foepel. *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook/UERJ, 2002, p. 13-26.

VESENTINI, J. W. *Geografia: o mundo em transição*. São Paulo: Editora Ática, 2012. p.75.)

Sites:

www.petrobras.com.br

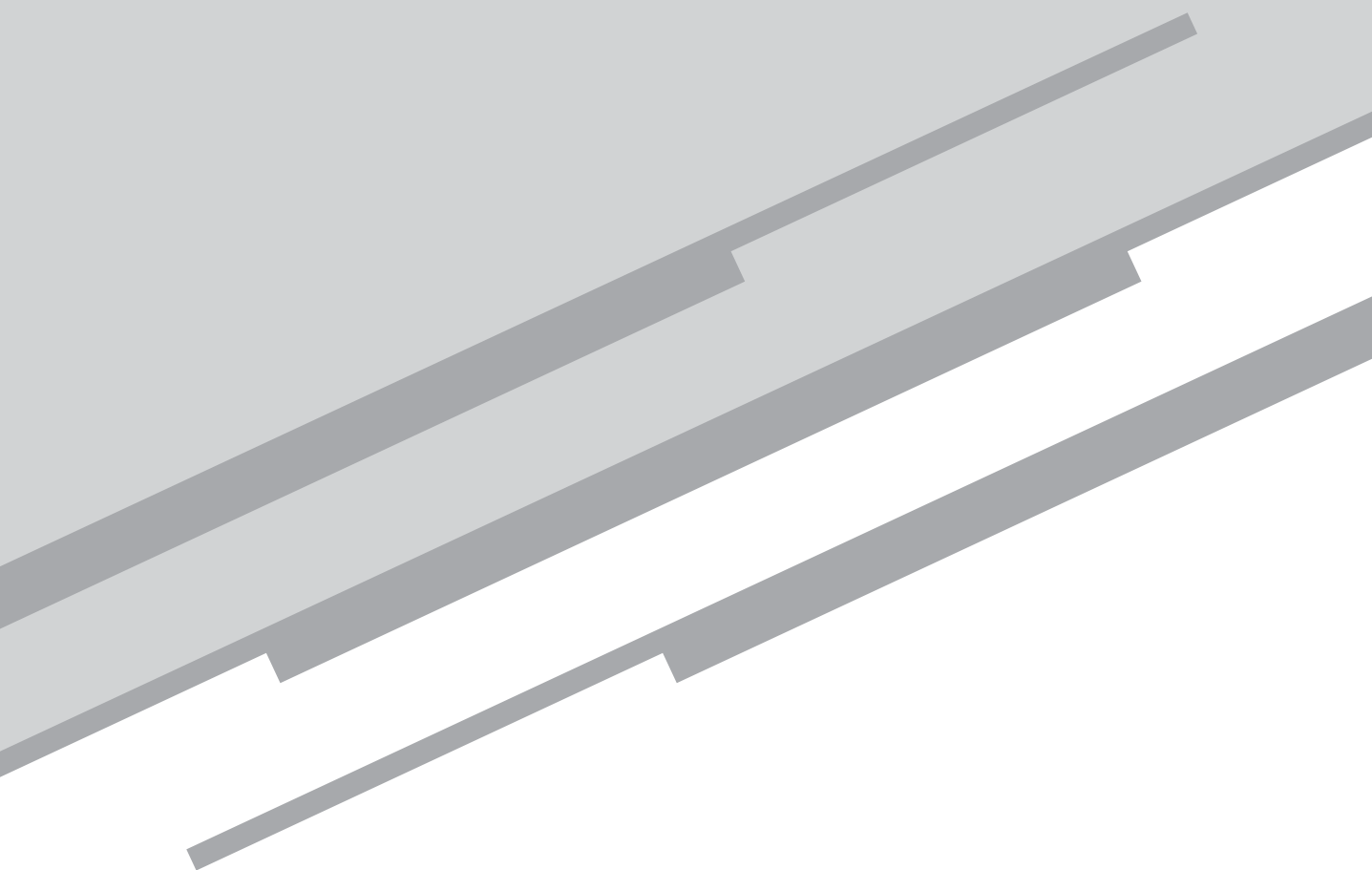
<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/petroleo.htm>

<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/>

<http://geographika2010.blogspot.com.br>

Aula 8

O processo de industrialização fluminense



Thiago Jeremias Baptista

Meta

Apresentar o desenvolvimento das atividades industriais no espaço fluminense, evidenciando a inter-relação de processos socioeconômicos, como o declínio da economia cafeeira e os surtos industriais, o esvaziamento econômico e as perdas relativas assistidas pela economia fluminense, bem como a interiorização econômica decorrente da reestruturação territorial do atual Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula você seja capaz de:

1. identificar as primeiras atividades industriais do Rio de Janeiro;
2. compreender a importância da atividade industrial no processo de reestruturação territorial fluminense.

Introdução

Nesta aula abordaremos o processo de industrialização fluminense, e para isso, levaremos em consideração um recorte espacial que abrangeu tanto a Velha Província do Rio de Janeiro, quanto o Distrito Federal; e que há mais de quatro décadas, como resultado da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, originou a atual configuração territorial fluminense, na década de 1970. O recorte espacial compreendido por estes acontecimentos é aquele que atualmente compõe o território fluminense e manteve um lugar de destaque na economia do país.

Portanto, não escapando ao destino das cidades coloniais, a cidade do Rio, concentrou muita riqueza e teve protagonismo nas relações comerciais, dada a sua importância portuária. As atividades relacionadas à burocracia colonial, imperial e republicana, assim como a centralidade financeira e o exercício da capitalidade por quase dois séculos (1763-1960) conferiram densidade à sua importância político-econômica, enquanto o interior da província fluminense, assistindo o auge e o declínio da economia cafeeira, viabilizou um excedente de capital a ser aplicado no desenvolvimento das primeiras atividades industriais do Brasil. Como resultado, nos primeiros anos do século XX, estava sediada na cidade do Rio e em sua circunvizinhança a mais importante praça industrial brasileira.

Tendo a indústria fluminense um papel de vanguarda na produção nacional, sobretudo, em setores ligados à atividade têxtil, metalurgia, alimentação e química (SILVA, 2004), a atividade industrial, na passagem para o século XX, veio somar ao consolidado centro portuário-comercial e financeiro fluminense, implicando significativas transformações no espaço econômico-produtivo do Rio de Janeiro.

Neste sentido, ao iniciarmos este módulo, temos que compreender um importante aspecto da trajetória econômica do Rio de Janeiro, ou seja, o processo de industrialização fluminense. Ao enfatizarmos este processo, devemos refletir sobre as seguintes questões norteadoras: o que é indústria? O que é industrialização? E como ocorre a industrialização fluminense?

A partir das indagações elencadas, temos subsídios para análise do principal tema desta unidade, isto é, o processo de industrialização fluminense.



A divisão do mercado de trabalho

Segundo Robert Reich, a divisão do mercado de trabalho nos setores primário, secundário e terciário está superada. Essa estrutura deve ser substituída por uma outra, de acordo com a competição que as diferentes funções sofrem no mercado internacional do trabalho. Assim, são basicamente três os principais segmentos do mercado de trabalho, além do funcionalismo público: trabalhadores rotineiros de produção, que suportam a maior competição no mercado global e por isso tendem a obter rendimentos declinantes; trabalhadores chamados de “analistas simbólicos”, os quais identificam os problemas e promovem a venda de soluções por meio da manipulação de símbolos – constituindo um segmento “globalizado” do mundo do trabalho que se apropria de parcela crescente da renda – e, por fim, os prestadores de serviços pessoais, que, pela característica do seu trabalho, exercido “face a face”, não estão sujeitos à competição global, mas dependem da importância do segmento dos “analistas simbólicos” para sua apropriação de renda.

Fonte: REICH, 2003.

O Processo de Industrialização Fluminense

Questões norteadoras

Na obra “O novíssimo dicionário de economia”, Paulo Sandroni afirma que a *indústria* compreende um

conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias.

De uma maneira bem ampla, entende-se como indústria desde o artesanato voltado para o autoconsumo até a moderna produção de computadores e instrumentos eletrônicos (SANDRONI, 1999, p. 299-300).

A indústria é, portanto, uma atividade compreendida pelo setor secundário da economia e classificada de distintas maneiras, sendo em geral, essa classificação instituída da seguinte forma:

- indústria de base,
- indústria de transformação,
- indústria de bens de consumo (duráveis e não duráveis).

Pierre George (1973), em sua obra “Geografia Econômica”, estabelece uma divisão para atividade industrial em indústrias *pesadas* e *leves*.

As indústrias leves e/ou de bens de consumo estiveram muito presentes entre as primeiras atividades industriais implantadas no espaço econômico fluminense, como por exemplo, as fábricas têxteis e de bebidas. Mas recentemente, com a reestruturação territorial fluminense, ganham destaque a indústria extrativa e de transformação na economia do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 8.1: Companhia Progresso Industrial do Brasil – Fábrica Bangu – Século XX.

Fonte: <https://historiadosporte.files.wordpress.com/2012/05/campo-bangu.jpg>.

A segunda questão norteadora pode ser compreendida pela noção de processo, ou seja, uma transformação que ocorre ao longo do tempo. Assim, compreende-se por *industrialização* o “processo histórico-social por meio do qual a indústria fabril se torna o setor predominante da economia de um país” (SANDRONI, 1999, p. 300,301). De acordo com Sandroni (1999), este processo

Começou na Inglaterra com a Revolução Industrial, espalhando-se depois pela Europa, Estados Unidos e Japão. Embora em certos casos (como no Brasil) inicie-se com a implantação da indústria leve (produtos alimentícios e têxteis), o processo de industrialização caracteriza-se pela formação de um núcleo de indústria pesada, produtora de matérias-primas básicas e de máquinas-ferramentas (indústrias de base) e alimentadora de todo o parque industrial. O processo de industrialização corresponde a um intenso desenvolvimento urbano (urbanização) e do setor de serviços, particularmente o relacionado com as atividades comerciais e financeiras. Tem como pressuposto a existência de um mercado interno e capitais disponíveis para serem investidos nas atividades industriais. No Brasil, essas condições surgiram no final do século XIX, quando se implantaram as primeiras indústrias no país, mas o processo só se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial, sendo retomado entre 1956 e 1960 e atingindo seu auge na década de 70 (SANDRONI, 1999, p. 300-301).

Com efeito, quando este processo se instalou no território brasileiro, não abarcou a escala nacional como um todo, mas áreas específicas do território, alterando a lógica de acumulação no espaço econômico do que hoje se entende por Região Sudeste, sobretudo, a dinâmica econômica fluminense. Embora o país revelasse uma tendência à acumulação pelo capital industrial desde o século XIX, foi somente no século XX, que o Brasil conheceu as tendências à afirmação de uma vocação industrial (SANTOS & SILVEIRA, 2008).

Portanto, o período em que a economia nacional e fluminense assistiram o desenvolvimento de um parque industrial, entre o fim do século XIX e o início do século XX, foi caracterizado por surtos industriais, haja vista que as atividades do setor secundário, embora representativas no processo de transformação socioespacial da paisagem e do território, não foram capazes de inverter consideravelmente a lógica de acumulação fundamentada na economia agroexportadora, neste recorte temporal. Essa inversão aconteceu somente nas décadas de 1940 a 1950,

consolidando o processo de industrialização nacional. Nota-se assim que, na trajetória da industrialização fluminense, o surto dessa atividade produtiva teve início no período oitocentista.

O Surto Industrial Fluminense

Com base no Censo Industrial de 1907, Silva (2004) revela que em relação ao volume de produção, o antigo Distrito Federal respondia por quase 30% do total nacional, contra 16,1% de São Paulo. E quando considera a produção da antiga província fluminense (7,7%), revela que o valor da participação no total produzido, pelo território que compreende o atual Estado do Rio de Janeiro, salta para 37,6%.

No que concerne ao capital investido, o ex-Distrito Federal (cidade do Rio) e o estado do Rio de Janeiro juntos, apresentavam concentração ainda maior, sendo responsáveis por 38,7% do total, contra os 19,5% de São Paulo. Compreender como o Rio de Janeiro atinge esse nível de concentração produtiva no início do século XX exige-nos apreender o surto industrial pelo qual passou a economia fluminense, na segunda metade do século XIX.

Segundo Abreu (1997), o processo de desenvolvimento de atividades industriais no espaço fluminense esteve vinculado à cidade do Rio, se identificando muito pouco com o processo de acumulação capitalista típico. Neste sentido, até a primeira metade do século XIX, a economia fluminense caracterizava-se por pilares assentados sobre o modelo primário exportador orientado pela inserção econômica nacional na divisão internacional do trabalho.

A lavoura exportadora era a grande riqueza da província do Rio de Janeiro. Assim o açúcar – produto com relativo peso para a economia, mas que perdia importância no total das exportações brasileiras – e, sobretudo, o café eram os principais produtos na economia fluminense.

Portanto, até a primeira metade do referido século, o quadro fabril do Rio de Janeiro foi bastante incipiente (LEOPOLDI, 1986). Entretanto, o último quarto do período oitocentista caracterizou-se, no plano econômico, pela passagem do auge ao declínio das atividades econômicas canavieiras e cafeeiras no espaço produtivo que atualmente compreende a configuração territorial fluminense.

No contexto de perda de primazia das atividades primárias, as primeiras atividades industriais no Rio de Janeiro surgem e se concentram

nas orlas da Baía de Guanabara, se espraiando para alguns poucos quilômetros das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. O surgimento dessas novas atividades produtivas, de certo modo, vincula-se ao processo de urbanização pelo qual a cidade passava, concentrando infraestrutura e mão de obra, bem como ao exercício da função portuária e a estrutura de comercialização herdada da lavoura de café.

Como resultado, o espaço fluminense caracterizou-se naquele período por uma concentração econômica na cidade do Rio, então Distrito Federal do Brasil, e um interior da província do Rio de Janeiro significativamente marcado por uma economia agrícola decadente. Portanto, há que se compreender que o surto industrial na província do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu em paralelo ao esgotamento do regime escravista e o consequente declínio da atividade cafeeira.

Os fatores que contribuíram para a ocorrência do pequeno surto industrial fluminense foram:

- o aproveitamento da malha ferroviária;
- a disponibilidade de capitais aplicados no tráfico de escravos (abolido em 1850);
- os excedentes de capitais acumulados com a atividade cafeeira redirecionados às novas atividades econômicas, como a indústria;
- o protecionismo governamental reforçado pela Tarifa Alves Branco (1844).



As fábricas no Brasil do século XIX

No final da década de 1850, o Ministro da Fazenda registrava cerca de 1.910 fábricas no País; e assemelhando-se ao processo que ocorria em escala nacional, em 1852, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, já contava com 419 fábricas, sbressaindo-se as padarias, as fábricas/lojas de chapéus e as fábricas charutos (LEOPOLDI, 1986). Muitos estabelecimentos têxteis apareciam no Rio de Janeiro na passagem para a década de 1870, em decorrência da Guerra do Paraguai (1865-70).

Leopoldi (1986) revela que, para cobrir déficits orçamentários resultantes do conflito internacional sul-americano, o governo aumentou a tributação sobre produtos importados. Quando somada à disponibilidade de capitais advindos da agricultura, o aumento da tributação dificultou a importação de bens, estimulou o setor industrial interno e contribuiu para a acumulação de capital, que permitiu a importação de máquinas para a indústria vindas da Grã-Bretanha, Alemanha e EUA.

Com o desenvolvimento das atividades industriais, nas décadas de 1860-1880, o Rio de Janeiro apresentava uma estrutura industrial concentrada nos setores têxtil/vestiário, alimentos/bebidas, fumo e couro. As fábricas de chapéus, de vestuário e adornos (luvas, flores de seda, uniformes militares) se destacavam; e no setor de bebidas e alimentos, predominavam as padarias.

Muitos desses estabelecimentos estavam localizados na área central do Rio de Janeiro, destacando-se a Rua do Ouvidor; com chapelarias, luvarias e flores de seda decorrentes da influência da cultura e modernidade francesas.

Entre as duas décadas mencionadas, além do crescimento das atividades, a economia fluminense ainda assistiria o impacto da crise de 1875 sobre os estabelecimentos industriais. Como resultado dessa crise, houve a redução do número de estabelecimentos, diante da concorrência interna dos artesãos que confeccionavam chapéus e a importação de produtos europeus mais competitivos. Assim, muitos dos pequenos estabelecimentos existentes faliram, permitindo a concentração do capital e o surgimento de fábricas de maior capital.

Nos anos 1880, aumentou a importância da indústria de transformação, assim o setor metalúrgico e das fundições de máquinas (agrícolas e ferroviárias) cresceu, em decorrência das transformações pelas quais passavam a cidade e a região cafeeira-manufatureira do Sudeste. Essa região vivenciava um período marcado pela expansão da rede ferroviária, pela realização de obras pelo poder público e pelo aumento da demanda do setor agrícola por máquinas.

Por outro lado, atividades importantes como as relacionadas ao comércio exterior, que configuravam densidade ao porto do Rio e a cafei-

cultura no interior da província fluminense, perdiam espaço. Assim a atividade industrial atrelava-se à representatividade portuário-comercial e financeira, consolidada pela cidade do Rio de Janeiro, que sediava a única Bolsa de Valores do País.

Como efeito do crescimento das atividades industriais e do ciclo de investimentos industriais iniciado em 1880, não somente o Rio de Janeiro, mas o Brasil viveu uma fase de crescimento industrial concentrada principalmente no Centro-Sul. Naquele contexto, “o Rio de Janeiro e a região fluminense passaram então a sediar grandes estabelecimentos fabris, especialmente no setor têxtil, o mais importante do Rio” (LEOPOLDI, 1986, p. 58). Assim, o espaço industrial que se constituiu no Rio de Janeiro teve nas atividades relacionadas à indústria manufatureira, em especial à indústria têxtil, assim como nas fábricas de chapéis e calçados, nas indústrias de bebidas e nas fábricas de fósforos a base de suas principais atividades produtivas, no período do surto industrial.

Segundo Leopoldi:

Na área industrial, a facilidade de crédito, a proteção tarifária e o câmbio desvalorizado representaram um incentivo ao crescimento industrial. Aumentou de forma significativa o investimento em maquinário importado no período, bem como fundaram-se novas indústrias, muitas de grande porte (LEOPOLDI, 1986, p. 57).

O Distrito Federal – que naquela época compreendia a cidade do Rio de Janeiro – assistiu a expansão industrial, a formação de grandes firmas, a inserção de capitais internacionais, dada compra de indústrias locais (por exemplo, de fósforos e moinhos de açúcar) por firmas estrangeiras. Em linhas gerais, no início do século XX, o Rio de Janeiro apresentava um processo de concentração industrial nos setores têxtil, de calçados, chapéus, cerveja e moinhos de trigo.

Tabela 8.1: Estrutura Industrial (Valor Bruto da Produção %).

Setor	1907	1919
Têxteis	20,6	20,6
Fiação e Tecelagem	19,8	19,5
Couros e Peles	0,6	1,6
Madeiras	6,3	3

Metalurgia	6,6	5,3
Cerâmica	2,2	1,4
Produtos Químicos	9,4	6,6
Alimentação	26,7	37,9
Moagem de Cereais	10,2	13,2
Refinação de Açúcar	5,9	6,3
Cerveja	4,3	6,5
Vestuário	15,9	17,5
Chapéus	3,8	2,5
Mobiliário	3,3	2,4
Edificação	1,2	0,4
Aparelhos de Transporte	6,4	2,8

Fonte: Silva, 2004, p. 24 *apud* Lobo, 1978, p. 606.

Entretanto, sentiam-se também, na economia fluminense, os efeitos do crescimento industrial em outras áreas do território brasileiro: tanto no Sul e Sudeste do Brasil, como os casos do Rio Grande do Sul e São Paulo, e no Nordeste brasileiro, com destaque para a Bahia. Com efeito, o final do período oitocentista e o início do século XX marcam a passagem da hegemonia industrial do Rio de Janeiro à consolidação do parque industrial paulista.



As transformações no Brasil

Devemos atentar que, naquele contexto histórico, além dessa transformação no espaço econômico nacional, o Brasil passou por outras grandes transformações, assistindo, no plano político, à passagem do Império à República. No plano social, o ano de 1888 marcou-se pela abolição da escravatura; no plano econômico, ocorreu a migração da lavoura cafeeira para as terras paulistas, a afirmação da indústria no Centro-Sul e o Encilhamento.

Leopoldi (1986) aponta que a significativa mudança na estrutura industrial do Sudeste Brasileiro implicou na perda da primazia desse centro hegemônico industrial para a área vizinha; elencando como razões dessa mudança:

- o fato de que:

A cidade do Rio de Janeiro agregou muitas funções simultaneamente: além de sede do Governo Federal, era um importante centro financeiro, comercial e portuário. No período de consolidação da indústria – os anos 1870 e 1880 –, essa diversidade de funções da cidade auxiliou a indústria, permitindo-lhe inclusive sobreviver a despeito da decadência do café no Vale do Paraíba. Com o tempo, as características especiais da economia carioca começaram a atuar desfavoravelmente em relação ao desempenho da indústria. Grande parte da população economicamente ativa dessa região se ocupava de atividades no setor de serviços privados (comércio, turismo, bancos etc.) ou pertencia à burocracia governamental (civil e militar) (LEOPOLDI, 1986, p. 65).

- a acentuada diversificação do espaço industrial do Rio de Janeiro, embora seu setor secundário apresentasse uma divisão fortemente concentrada em atividades manufatureiras, extrativas e de construção civil; pois as outras regiões do País começaram a se especializar em setores, passando a impor riscos aos estabelecimentos cariocas (LEOPOLDI, 1986).
- a aplicação de capitais acumulados e provenientes das fazendas de café em diversas e importantes atividades industriais paulistas, alimentando um entrosamento entre café e indústria naquela região (LEOPOLDI, 1986).
- a recessão econômica vivenciada na segunda metade da década de 1890. Embora as obras públicas (melhorias dos portos, construção de ferrovias e investimentos governamentais em empreendimentos urbanos e transportes) instituídas no Governo Rodrigues Alves (1902-1906) contornassem o quadro de decadência enfrentado pelo espaço industrial fluminense a partir do início do século XX, não conseguiram superá-lo; resultando na crise da cafeicultura, da retração no setor financeiro e da queda no investimento industrial.

Portanto, ainda que mantida a tendência de crescimento industrial do Distrito Federal, sobretudo nos setores têxtil e de bebidas, a hegemonia da

região do Rio de Janeiro foi gradativamente sendo perdida para São Paulo, que superava a economia fluminense em muitos setores. Assim, em 1919, ocorreu a arrancada industrial paulista do início do século XX, fazendo com que essa economia superasse a fluminense, não somente no número de estabelecimentos, mas também em número de operários, capital investido na indústria e participação na produção industrial nacional.

Esse fato contribuiu para que São Paulo, gradativamente, tirasse a hegemonia fluminense no espaço industrial do Brasil e, como desdobramento deste processo econômico, ocorreu a concentração regional da indústria no Sudeste brasileiro, a despeito do crescimento industrial que ocorreu no Nordeste brasileiro e Extremo Sul do País. Nas palavras de Leopoldi, 1986:

Essa concentração industrial em empresas de grande porte vinha ocorrendo no Rio de Janeiro desde a década de 1870, tendo se acentuado com o Encilhamento e, posteriormente, com o surto industrial de 1903-1913. Em São Paulo, o processo de concentração ganhou impulso na década que precedeu a Primeira Grande Guerra (1902-1913) (LEOPOLDI, 1986, p. 63).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Identifique as atividades nas quais a estrutura industrial fluminense estava concentrada no início do seu processo de industrialização.

Resposta comentada

No início do desenvolvimento das atividades industriais no Rio de Janeiro, sobretudo no contexto da segunda metade do século XIX, em que a estrutura industrial esteve concentrada nos setores têxtil/vestiário, alimentos/bebidas, fumo, couro, assim como nas fábricas de

chapéus e calçados. Assim, o espaço industrial que se constituiu no Rio de Janeiro teve sua base assentada nas atividades relacionadas à indústria manufatureira.

O processo de industrialização fluminense e a perda de primazia para São Paulo

Até a primeira década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro concentrava a maior parte da produção industrial regional e do Brasil. Esta produção industrial resultava de pequenos estabelecimentos cuja produção voltava-se ao mercado local, à exceção da indústria têxtil, que naquela época contava com grandes fábricas que atendiam o mercado regional (MELO & COSIDERA, 1986).

Entretanto, ainda na passagem para a década de 1910, a participação relativa da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, apresentava significativa redução no produto industrial nacional, invertendo a tendência de crescimento industrial mantida desde os anos 1870. Por outro lado, o estado de São Paulo ascendia, ampliando sua participação no produto industrial e mantendo trajetória de crescimento. Assim, este estado atingiu 35% em 1929, enquanto a região fluminense declinava a 27% (Distrito Federal - 21% e interior fluminense - 6%).

Além disso, quando ocorre a crise de superprodução de café e a superação da ruptura do padrão de acumulação mercantil-exportador, São Paulo consolida sua hegemonia na condução da industrialização brasileira, em detrimento do Rio de Janeiro. Portanto, à medida em que o Rio de Janeiro seguiu seu processo de industrialização, ou seja, quando a atividade industrial se tornou o setor mais importante da economia fluminense diante da crise da economia cafeeira, a primazia industrial fluminense foi perdida para a economia paulista na escala nacional. Nas palavras de Melo; Considera, 1986:

Seguramente, o Rio de Janeiro, devido à proximidade com São Paulo e às facilidades de ligações ferroviárias e rodoviárias, sofreu o maior impacto da arrancada paulista, enquanto que os demais estados que tinham indústria com base agrícola tradicional e especializada mantiveram suas posições” (MELO & CONSIDERA, 1986, p. 113).

O espaço industrial da região Sudeste do Brasil chegou aos anos 1930 com considerável diversificação, resultante do surto de expansão industrial na década precedente, com o surgimento das indústrias cimenteiras e siderúrgicas, assim como da modernização do setor têxtil. No fim daquela década, a eclosão da Guerra na Europa, em 1939, desarticulou o comércio internacional e reverberou sobre o Brasil, com implicações econômicas que aprofundaram a divisão do trabalho no interior da economia nacional. São Paulo se projetou como estado brasileiro abastecedor de manufaturados, adequando os demais estados a lhe fornecerem matérias-primas.

Por outro lado, o parque industrial fluminense também assistia à diversificação de suas atividades industriais: além dos ramos supramencionados, agregam-se à indústria fluminense os setores da indústria química, metalurgia, siderurgia e minerais não metálicos.

Setores como os de bens de capital (mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transportes) e da indústria de couro tiveram ganhos na passagem para a década de 1940; bem como o setor siderúrgico, dada a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nesse período.



Figura 8.2: Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Fonte: <http://rioparaibaecsn.blogspot.com.br/>.

Instalada na área que atualmente compreende o município de Volta Redonda, a CSN tinha localização consideravelmente estratégica entre as áreas fornecedoras de minério, situadas em Minas Gerais, e o corredor

de ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cujas indústrias implantadas se constituiriam como importantes mercados consumidores daquela indústria de base.

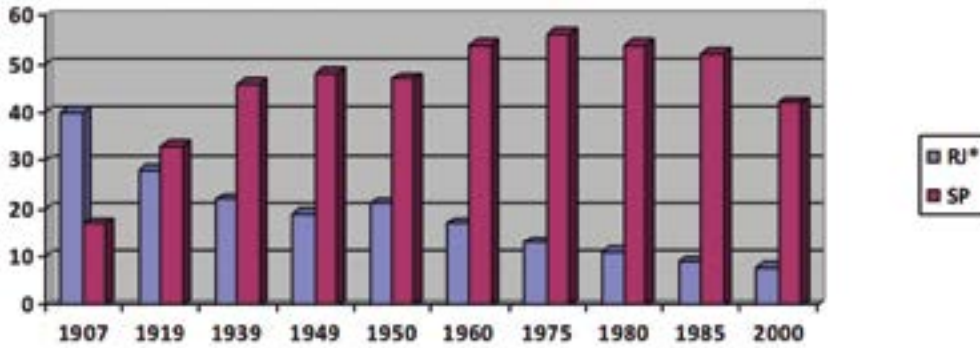
Os efeitos de encadeamentos induzidos pelos investimentos da CSN foram sentidos na região e na cidade do Rio de Janeiro, pois fomentaram um polo metal-mecânico que, acoplado ao setor de construção naval, consolidou esse complexo industrial na capital e no estado (MELO, 2001).

Assim como a instalação da CSN, representaram grande impacto nas atividades econômicas regionais, com efeito sobre a cadeia metal-mecânica existente (LIMONAD, 1996): a implantação da Refinaria de Mangunhos na cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1950; a construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, e a instalação da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias; a implantação da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio; e o estímulo à indústria naval, com a construção dos estaleiros da Verolme (Angra dos Reis) e Ishikawajima (Rio de Janeiro).

Pode-se observar que tais indústrias estavam associadas às de base, fazendo parte do processo de substituição de importações iniciadas durante o Governo Vargas e mantidas no Governo JK.

Embora assistisse à expansão das indústrias, Limonad (1996) revela que, no pós-guerra, a cidade do Rio de Janeiro apresentava vários empecilhos para a implantação industrial, como por exemplo, a insuficiência de oferta de energia elétrica, os custos elevados dos terrenos urbanos, matérias primas e gêneros alimentícios mais caros devido à dependência do abastecimento externo, além da carência de infraestrutura dos municípios periféricos da Metrópole. Esses fatores tornaram a cidade do Rio de Janeiro menos atraente ao capital produtivo e, em decorrência disso, os investimentos ampliam seu direcionamento para São Paulo.

Portanto, o Rio de Janeiro, que já não era mais o centro hegemônico da economia nacional no setor industrial desde o início do século XX, não teve mais o mesmo dinamismo industrial e nem atraiu indústrias multinacionais, como aconteceu com São Paulo, após 1950 (LIMONAD, 1996). Em consequência, o Rio de Janeiro manteve a trajetória de redução na produção industrial nacional.



* Soma da cidade do Rio de Janeiro (DF) com o estado do Rio de Janeiro entre 1907-1975.

Figura 8.3: participação na produção industrial do Brasil, do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1907-2000.

Fonte: Melo, 2001; Araújo & Melo, 2014 – Gráfico elaborado pelo autor.

Enquanto na primeira metade do século XX a perda da primazia industrial para São Paulo foi um aspecto importante na caracterização da economia fluminense, a segunda metade daquele século, especialmente a década de 1970, caracterizou-se pelas maiores perdas do estado do Rio de Janeiro para os estados do Sul do país, bem como para os estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, e também para o histórico concorrente, o estado de São Paulo. No contexto do último quarto de décadas do século XX, a participação de outros estados na produção industrial nacional aumentava, à medida que a participação econômica fluminense caía.

A década de 1980 foi marcada pela quase estagnação da economia brasileira. Como resultado, a crise econômica atingiu o Rio de Janeiro de maneira particular, desarticulando os setores industriais mais tradicionais e comprometendo o desempenho do estado (MELO & CONSIDERA, 1986; MELO, 2001). Com efeito, ao relacionar a produção industrial nacional entre os principais estados brasileiros, “da primeira posição no início do século XX, o Rio de Janeiro passou para o quarto lugar em 1985 e permaneceu nesse patamar ao longo dos anos 1990” (MELO, 2001, p. 229). Portanto, não havendo expansão industrial na economia fluminense, o estado do Rio de Janeiro só no final da década de 1990 teve um processo de reestruturação, com importantes mudanças nas bases de suas economias regionais.

A importância da atividade industrial no processo de reestruturação territorial fluminense

A atual configuração territorial do estado do Rio de Janeiro compreende 43,7 mil km², sendo politico-administrativamente constituído por oito regiões de governo. A partir da década de 1990, o estado do Rio de Janeiro se caracterizou, conforme assinalado por Oliveira (2012) como um território em mudanças.

Entre os aspectos centrais para se compreender esse processo está a interiorização econômica decorrente da instauração do novo modelo de acumulação e da reorientação dos fluxos de investimentos, contribuindo para a instalação de novas atividades produtivas do interior fluminense. Com efeito, o Rio de Janeiro irrompeu a década de 1990 assentado sobre os pilares das indústrias extrativa-petrolífera e de transformação; e o espaço industrial fluminense se revelou a partir daí por um processo de mudanças em suas bases produtivas.

Assim, as antigas estruturas produtivas concentradas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro cederam espaço aos processos de deseconomia de aglomeração e à terciarização econômica. Nesse contexto, ao romper com o modelo fordista, o capital produtivo se implantou nas regiões do interior fluminense, promovendo uma reorganização econômica e da produção, à luz do modelo de acumulação flexível; reestruturando o território e reconfigurando as economias regionais do estado.

Como desdobramento, o interior fluminense foi ampliando sua participação na economia do estado. As regiões Norte Fluminense, Médio Paraíba, Serrana, Costa Verde e Baixadas Litorâneas despontaram com novos arranjos produtivos e o território fluminense teve dois padrões regionais de desenvolvimento industrial, baseados na produção extrativa e na produção manufatureira, que, conforme assinalado por Silva (2012), são denominados de “especialização na produção petrolífera do Norte Fluminense” e “especialização na produção manufatureira do Sul Fluminense”.

Regiões de Governo (2000)	%	Regiões de Governo (2012)	%	Varição %
Metropolitana	74,38	Metropolitana	60,84	- 13,54
Norte Fluminense	7,39	Norte Fluminense	16,06	8,67
Médio Paraíba	6,76	Médio Paraíba	5,54	- 1,22
Serrana	4,06	Serrana	3,89	- 0,17
Baixadas Litorâneas	3,88	Baixadas Litorâneas	8,35	4,47
Centro-Sul Fluminense	1,21	Centro-Sul Fluminense	1,31	0,1
Noroeste Fluminense	1,23	Noroeste Fluminense	1,02	- 0,21
Costa Verde	1,10	Costa Verde	2,98	1,88
Interior Fluminense	25,63	Interior Fluminense	39,15	13,52

Tabela 8.2: Estado do Rio de Janeiro: PIB por regiões de governo (%) (2000-2012)

Fonte: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>.

Portanto, na perspectiva de Silva (2012), a relativa recuperação da participação estadual no setor industrial nacional foi fruto do desempenho obtido com a produção extrativa mineral, nas últimas décadas. Esta classe industrial atenuou os efeitos do fraco desempenho da indústria de transformação e ainda reativou o dinamismo de setores industriais, que se encontravam decadentes. A recuperação desses setores no território fluminense contribuiu para a reconfiguração econômica regional e para a ampliação da participação das atividades industriais no PIB das regiões de governo do estado do Rio de Janeiro. Vejamos a seguir as principais atividades industriais em cada uma dessas regiões de governo.

Região Norte Fluminense

A Região Norte Fluminense abrange a porção setentrional do estado do Rio de Janeiro, cuja extensão corresponde a quase um quarto do território fluminense, sendo constituída por nove municípios: São Fidelis, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Carapibus, Conceição de Macabu, Campos dos Goytacazes e Macaé.

A região se destaca não somente pela extensão de sua configuração territorial, mas também pela representatividade na economia do estado do Rio de Janeiro. Com efeito, o Norte Fluminense, participa com aproximadamente 16% do PIB estadual, sendo, antecedido somente pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

O povoamento e ocupação dessa porção do território remonta o século XVII e está vinculado ao desenvolvimento da economia monocultora e escravista da cana de açúcar, na área de planície do baixo curso do rio Paraíba do Sul. Essa atividade econômica conduziu Campos dos Goytacazes a se tornar uma importante centralidade, funcionando como praça de importação e exportação e escoando a produção pelos portos de São João da Barra e de Macaé (MARAFON *et al.*, 2011).

No século XIX, a ampliação da rede ferroviária e a introdução do engenho a vapor, assim como a criação de usinas resultaram na maior concentração de capitais na indústria açucareira. A região teve seu momento de prosperidade econômica com bases na economia da indústria açucareira até a década de 1930, perdendo a posição para a ascensão paulista, cuja produção era caracterizada por uma estrutura econômica mais concentrada e por uma administração mais eficaz (MARAFON *et al.*, 2011).

Entretanto, na década de 1970, a crise do petróleo e a elevação dos preços do óleo importado implicaram na reativação do setor sucroalcooleiro. O apoio do governo federal nesse sentido culminou na realização do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e na reestruturação dos parques industriais, atrelados ao beneficiamento da cana de açúcar.

Duas décadas depois, a região sentiu a reverberação da estabilização do preço do petróleo e da redução da produção dos veículos movidos a álcool. Assim, nos anos 1990 o Norte Fluminense vivenciou o fechamento de muitas usinas. Portanto, a expressiva contribuição econômica regional para o PIB estadual foi produto da derrocada da economia canavieira e das usinas sucroalcooleiras; e de uma reconfiguração econômico-produtiva da região, com base nas atividades industriais que contribuíram para a nova estrutura produtiva, onde predominaram as atividades extrativas minerais, com destaque para o setor petrolífero.

Silva (2012) aponta que, dada a produção de petróleo, a região Norte ostenta um produto interno bruto próximo a R\$ 80 bilhões, superado apenas pelo PIB metropolitano.

Portanto, em decorrência da reconfiguração econômica regional assistida na porção setentrional do estado, a indústria permaneceu como carro-chefe do Norte Fluminense, conduzindo reestruturações territoriais e produtivas àqueles municípios que compõem seu recorte espacial, dada implantação de novas atividades.

Segundo Marafon *et al.* (2011) as principais transformações que vêm ocorrendo na região nas últimas décadas, implicando na sua reconfiguração econômica devem-se à:

- contínua crise do setor sucroalcooleiro;
- expansão da fruticultura;
- exploração de petróleo na Bacia de Campos.

As atividades relacionadas à exploração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos contribuíram para que a região Norte Fluminense se tornasse um espaço privilegiado de novos investimentos em operação industrial e logística de exploração de petróleo. Os municípios que concentram a maior parte desses investimentos são Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra. Estão entre atividades instaladas aquelas relacionadas tanto aos setores petroquímico, metalúrgico e químico, quanto aquelas relacionadas aos setores de borracha, material elétrico, telecomunicações, automotivo, bebidas, eletroeletrônico, metal-mecânico, minerais não metálicos e produtos alimentares.

Atualmente, o setor secundário corresponde a aproximadamente 80% do PIB regional, tendo destaque, além das atividades relacionadas à extração e beneficiamento de petróleo e gás, as atividades industriais ligadas à produção alimentícia, produtos químicos, assim como as que ainda se mantêm vinculadas à produção de açúcar e álcool, e as de transformação de produtos minerais não metálicos.

Outra importante contribuição para a transformação socioespacial e reconfiguração econômica regional, com desdobramentos em múltiplas escalas (regional, nacional e global), é o Porto do Açu, em São João da Barra. Este porto se destaca como um empreendimento que, além de ser capaz de receber navios de grande calado para a movimentação de produtos siderúrgicos, petróleo, minério de ferro e graneis líquidos do Brasil; atrai a instalação de novas atividades industriais em seu entorno, como por exemplo, novas siderúrgicas, cimenteiras, usinas de pelotização de minério, unidades de tratamento de petróleo, armazenamento e movimentação de produtos (MARAFON *et al*, 2011).

Região Médio Vale do Paraíba

A Região Médio Vale do Paraíba é constituída por doze municípios, sendo eles: Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. O Médio Vale do Paraíba Fluminense desempenhou importantes funções em momentos distintos da história nacional e do Rio de Janeiro, estando estas vinculadas, por exemplo, tanto às necessidades

de estabelecimento de um novo caminho para a região aurífera, contribuindo para que se constituísse como uma região de passagem que assistira seu processo de ocupação mais intenso no século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira pelo interior fluminense; quanto pelo papel de destaque das ferrovias, no período da economia cafeeira oitocentista; bem como ao crescimento industrial impulsionado por políticas públicas durante as décadas de 1930-1950 (MARAFON *et al*, 2011). Até que o último quarto do século XX levou a região a vivenciar o seu declínio econômico em decorrência da crise cafeeira.

No entanto, entre a década de 1990 e o início do presente século, semelhantemente a outras porções do interior fluminense, ocorreu na região uma reconfiguração econômica decorrente da instalação de novas atividades produtivas, que dinamizaram a economia de alguns de seus territórios municipais. Com efeito, a região atualmente corresponde a 5,5% do PIB estadual, destacando-se entre as maiores receptoras de investimentos industriais nos últimos anos. Seus polos econômicos se localizam nos municípios de Volta Redonda, Resende e Porto Real.

Tabela 8.3: Produto Interno Bruto dos Municípios da Região Médio Paraíba.

Médio Paraíba	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)
Itatiaia	2013 ¹
Pinheiral	279 638
Piraí	1 345 799
Porto Real	4 515 693
Quatis	261 345
Resende	8 983 880
Rio Claro	292 035
Rio das Flores	170 074
Valença	1 403 337
Volta Redonda	10 392 909
(1) Dados sujeitos a revisão	

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm.

Embora tenha se destacado no contexto nacional e estadual a partir da década de 1940, com o surgimento de atividades industriais na região, sobretudo, nos setores têxtil, de alimentação e siderúrgico, o Médio

Paraíba foi, naquele contexto, a região que recebeu as grandes indústrias siderúrgicas, como a CSN e a Siderúrgica de Barra Mansa. Fatores locais tradicionais influenciaram a industrialização da região como, por exemplo: a proximidade de regiões fornecedoras de matéria-prima para as indústrias de base, a disponibilidade de infraestrutura de transportes (ferrovias e a abertura da rodovia Presidente Dutra – BR-116), assim como a proximidade espacial dos parques industriais do Sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Marafon *et al* (2011), a retomada econômica da região viria no final do século XX, como um dos reflexos da política nacional e com a adoção do modelo de substituição das importações. A recente implantação de indústrias automotivas contribuiu para a reconfiguração econômica regional, bem como para a diversificação do parque industrial fluminense e para a afirmação do Médio Paraíba como uma das regiões mais industrializadas do estado do Rio de Janeiro; cabendo anotar, conforme assinala Silva (2012), o fortalecimento da complementaridade entre as estruturas produtivas regionais, dada a proximidade física e o compartilhamento de infraestruturas entre os municípios.

Os novos investimentos produtivos consolidam o perfil sidero-metalúrgico da região, assim como a afirmam como uma área industrializada no estado do Rio de Janeiro, cuja especialização produtiva vincula-se à produção automotiva. Figuram como destaques dessa especialização, as montadoras MAN-Volkswagen (Resende), PSA Peugeot-Citroen (Porto Real), Nissan (Itatiaia) e Hyundai (Itatiaia). Cabe ainda registrar a importância das indústrias de alimentos, de bebidas e químico-farmacêutica, que possuem interface com a agropecuária regional.

Fatores relacionados à dispersão das atividades produtivas no território fluminense atraíram novas plantas e investimentos industriais para o Médio Paraíba Fluminense, tais como: os incentivos fiscais concedidos pelas prefeituras municipais da região; a presença de instituições de ensino que se constituem como centros de formação de mão de obra qualificada, como por exemplo, a Faculdade de Tecnologia da UERJ e o SESI, localizados no município de Resende; assim como terrenos menos valorizados e a disponibilidade de infraestrutura logística de telecomunicações. Nas figuras a seguir, atividades industriais localizadas na Região Médio Paraíba.



Figura 8.4: montadora de caminhões e ônibus da MAN-Volkswagen em Resende desde 1994.

Fonte: Batista, 2014.



Figura 8.5: fábrica da Michelin instalada em Itatiaia desde 1979.

Fonte: Batista, 2014.



Figura 8.6: Fábrica da Hyundai instalada em Itatiaia desde 2013.

Fonte: Batista, 2014.



Figura 8.7: Fábrica da Nissan instalada em Resende desde 2014.

Fonte: Batista, 2014.



A industrialização da Região gera uma série de problemas, com a conseqüente perda da qualidade de vida da população, retratada na expansão de submoradias e de periferias subequipadas, além da poluição do ar e do Rio Paraíba do Sul. É importante registrar que, além da indústria, a agropecuária também assume papel de destaque no Médio Paraíba. A Região é uma das maiores produtoras de leite do Estado. Muitas vezes, esta atividade é praticada em moldes tradicionais, com fraca inserção no processo de modernização da agricultura, estando pouco articulada com o grande capital industrial, comercial e financeiro. Para saber mais, acesse o site: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>.

Fonte: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html.

Região Serrana

A região Serrana é formada por catorze municípios, sendo eles: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. Essa região apresenta elevados índices de desenvolvimento econômico no que se refere à produção industrial, tendo expressividade socioeconômica os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

A ocupação da região remonta ao século XVIII, quando foram estabelecidos pontos de fixação dos aventureiros envolvidos com a exploração de recursos minerais na região de Cantagalo. No século XIX, a chegada de imigrantes suíços originou uma área de colonização baseada em pequenas propriedades, recebendo ainda, no decorrer desse século os imigrantes alemães, italianos, portugueses e sírios. A decadência da mineração levou à ascensão econômica cafeeira, o que imprimiu uma nova dinâmica econômica e maior adensamento populacional na região (MARAFON *et al*, 2011).

A construção da Estrada de Ferro Leopoldina trouxe o progresso, integrando a região às áreas de escoamento do café. No entanto, a decadência cafeeira, no final do século XIX, contribuiu para uma nova ordem econômica, dada a passagem das cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, que, de pouco representativas na economia cafeeira, passaram a ser o centro da região, graças à nascente industrialização e à acelerada urbanização.

Na década de 1960, a expansão rodoviária no território fluminense proporcionou o início da participação do turismo nas atividades econômicas industriais e agrícolas da região, além de facilitar o escoamento dos produtos da região. Com efeito, as atividades industriais contribuíram significativamente para o PIB regional, com destaque para o polo de moda íntima, dentro do diversificado parque industrial.

Segundo Marafon *et al* (2011), Nova Friburgo e Petrópolis são os principais polos regionais. Nova Friburgo desempenha funções industrial, agrícola, de comércio e de prestação de serviços; exercendo influência sobre quase todos os municípios da Região Serrana. Seu setor industrial tem importância significativa no PIB municipal, com participação superior a 30%.

Petrópolis é um município serrano cuja atividade industrial também corresponde a aproximadamente 30% do PIB municipal. Esse município teve destaque na indústria de transformação e na indústria de confecções (malhas). Cantagalo é outro município serrano cujo destaque nas atividades industriais está vinculado às indústrias cimenteiras de grande porte. Assim, as atividades secundárias contribuem também em taxa superior a 30% para a participação no PIB municipal. Ainda segundo Marafon *et al* (2011), a Região Serrana Fluminense possui destaque na economia estadual devido à ação conjunta das atividades agropecuárias, industriais e turísticas, que evidenciam o dinamismo de municípios como Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis e Cantagalo.

Região das Baixadas Litorâneas

A região das Baixadas Litorâneas compreende a porção sudeste do estado do Rio de Janeiro, atualmente constituída pelos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A pesca foi uma atividade econômica que, juntamente com a lavoura de subsistência, ocupou posição de destaque na economia regional. Mantendo por muito tempo suas bases econômicas assentadas naquelas atividades primárias, a paisagem do que atualmente compreende as Baixadas Litorâneas assistiu a implantação das primeiras atividades industriais salineiras ainda na passagem para o século XIX.

Atualmente, as principais atividades desenvolvidas na Região das Baixadas Litorâneas é o turismo. A agropecuária e a indústria, que no passado compreendiam grande parte do PIB regional, encontram-se menos dinâmicas, quando comparadas às atividades terciárias. Embora tenha uma modesta participação no PIB regional, as atividades do setor secundário na região, apesar de diversificadas, destacam-se pela produção salineira implantada nas margens da Lagoa de Araruama.

Fatores naturais, como a elevada salinidade das lagoas, o relevo plano, a pouca precipitação e o clima quente e seco contribuem para o destaque regional nas atividades relacionadas à produção salineira (MARAFON *et al*, 2011). Além da produção salineira, a produção de biquínis e a indústria naval, destacam-se no setor secundário regional.

Não podemos deixar de mencionar a Indústria Nacional de álcalis, localizada no antigo distrito de Arraial do Cabo, na época pertencente à Cabo Frio, e que hoje se encontra paralisada. Esta indústria produzia matérias primas para indústrias químicas, de sabões e perfumaria, a partir da *barrilha*.



Figura 8.8: Companhia Nacional de Álcalis (Município de Arraial do Cabo).
Fonte: Acervo de Halley Pacheco de Oliveira.



Barrilha

Carbonato de sódio (barrilha), Na_2CO_3 , é usado na fabricação: do tipo mais comum de vidro; de vidro plano (de janelas e automóveis); de vidros para iluminação; de vidros para laboratório; de vasilhames; de televisores; e outros produtos. A barrilha atua como fundente. É um ingrediente essencial, pois reduz a temperatura do forno necessária para derreter a sílica, reduzindo assim a energia necessária para produzir vidro.

Produtos de Uso Doméstico

O *carbonato de sódio*, como também é conhecida a *barrilha*, é usado em muitos produtos domésticos. É um aditivo que compõe detergentes e produtos de limpeza para lavanderia, cozinha ou banheiro. O carbonato de sódio impede que a água “dura” impeça uma distribuição mais uniforme do agente de limpeza durante o ciclo de lavagem. É muito eficaz também na remoção de álcool e manchas de graxa das roupas.

Um grande número de formulações de produtos domésticos, como sabão, detergente em pó etc. contêm um teor variável de carbonato de sódio. Mais e mais, este ativo vem sendo usado na

produção de pó compacto de alto desempenho para lavagem de roupa e de louças. Esses produtos, de maior valor, oferecem um melhor desempenho para o consumidor e proporciona benefícios ambientais.

Indústria Química

O carbonato de sódio é uma reconhecida fonte de íons de sódio na produção de fosfatos de sódio, silicato de sódio, produtos químicos de cromo e produtos químicos para fotografia. Também é usado na produção de bicarbonato de sódio, que é um ingrediente essencial da bebida, revestimentos, detergentes, alimentos, diálise, e os mercados de cuidados pessoais.

Para muitas dessas aplicações, o carbonato de sódio é equivalente à soda cáustica, na disponibilização de uma vantagem de custo. Carbonato de sódio ANSAC (barrilha natural) oferece um substituto funcional para a soda cáustica em aplicações de:

- ajuste de pH / neutralização do ácido;
- fabricação de produtos químicos de sódio, incluindo fosfatos de sódio, sulfato de sódio, sulfito de sódio, acetato de sódio, nitrito de sódio e citrato de sódio;
- polpação Kraft;
- dessulfuração de gases de combustão;
- tratamento de água.

Fonte: http://scsquimico.com.br/carbonato_de_sodio.php

Região Centro-Sul Fluminense

A Região Centro-Sul Fluminense compreende os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras. Localizada na porção central do estado do Rio de Janeiro, a região é caracterizada, entre outros fatores, pela expressividade do setor industrial em sua economia (MARAFON, *et al.*, 2011).

Os investimentos no setor industrial da região devem-se ao seu quadro logístico e a inserção do município de Três Rios – maior economia municipal da região – como um dos beneficiários dos incentivos fiscais (redução de 2% por 25 anos na alíquota de ICMS). Três Rios, Paraíba do Sul, Vassouras e Sapucaia são as principais economias dessa região.

Tabela 8.4: Produto Interno Bruto dos Municípios da Região Centro-Sul Fluminense.

Centro-Sul Fluminense	Produto Interno Bruto
	2013 (1)
	A preços correntes (1 000 R\$)
Areal	243 184
Comendador Levy Gasparian	221 120
Mendes	230 171
Paraíba do Sul	757 869
Paty do Alferes	394 104
Engenheiro Paulo de Frontin	181 104
Miguel Pereira	585 357
Sapucaia	609 092
Três Rios	2 886 137
Vassouras	722 595
(1) Dados sujeitos a revisão.	

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm.

Diferentemente dos demais municípios da região, que possuem economia voltada às atividades primárias e terciárias; Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia, Vassouras e Três Rios são municípios do Centro-Sul Fluminense que se encontram mais vinculados às atividades terciárias e secundárias. Segundo Marafon *et al* (2011, p. 62): “a posição geográfica privilegiada da região favoreceu o desenvolvimento da indústria metal-mecânica com artefatos de ferro, aço e não ferrosos”. Entre as indústrias da região destacam-se:

- Alucam Indústria de Alumínio de Campos Ltda.,

- Zapiranga Indústria de Produtos Derivados de Aço e Plástico Ltda.,
- Schimdt Embalagens,
- Térmica Embalagens,
- Roll Pack Embalagens Plásticas,
- D Cinco Produtos Siderúrgicos.

O município de Paraíba do Sul se destaca como o único em que a indústria apresenta a maior proporção no valor do produto municipal, tendo importância considerável na fabricação de produtos de borracha e de artigos de plástico. Três Rios, embora exerça uma centralidade econômica regional, possui a segunda maior participação da Indústria no produto municipal, destacando-se a fabricação de produtos alimentícios e de produtos de metal. O município também se destaca na produção da cachaça em alambiques, que é significativamente comercializada nos eventos e feiras de nível nacional (MARAFON *et al.*, 2011).

Areal apresenta uma estrutura secundária marcada pelas atividades da indústria química, da geração de energia dada às duas hidrelétricas da Cia. de eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ), da indústria de alimentos e da construção civil. Em Comendador Levy Gasparian, as indústrias de produtos de madeira e de mobiliário e a indústrias de alimentos são os principais destaques municipais no setor secundário.

Região da Costa Verde

A Região da Costa Verde está situada no litoral sul fluminense, compreendendo os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. O recorte espacial atualmente compreendido por esta região de governo teve, durante os períodos colonial e imperial, uma dinâmica econômica vinculada à ocupação litorânea e à exploração aurífera em Minas Gerais; tornando a região em um importante ponto de escoamento do ouro, com o Caminho Antigo de Garcia Paes, entreposto entre a região aurífera das Gerais e a cidade de Lisboa, em Portugal.

Com o declínio da mineração e a ascensão da economia cafeeira, a característica escoadora foi mantida para a produção de café de então. A crise cafeeira da segunda metade do século XIX, decorrente do avanço dessa atividade econômica para o Vale do Paraíba Paulista, conduziu a Região da Costa Verde a um período de decadência econômica. Entretanto, no século XX, diante do contexto de desenvolvimento na-

cional, quando a região foi escolhida para sediar importantes projetos, o seu crescimento econômico foi acionado, implicando em importantes transformações na economia regional. Assim:

o estaleiro Verolme, as Usinas Nucleares Angra I e II, o Terminal da Ilha Grande – Petrobras (TEGIB), além da construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) [...] resultam em um incremento populacional, significativa urbanização e inúmeras transformações socioeconômicas para os municípios da Costa Verde.

A maior facilidade de acesso com a abertura da BR-101 somada a incentivos governamentais, possibilita a disseminação do turismo nessa região, sendo atualmente uma das atividades que geram mais receitas para os municípios juntamente com a indústria (MARAFON *et al.*, 2011, p. 73).

As significativas transformações que se processaram nos espaços municipais da atual Região da Costa Verde resultaram da implantação de novos fixos, como a BR-101; assim como de atividades produtivas e do turismo, no decorrer da segunda metade do século XX. Com efeito, o crescimento populacional ocorreu como um dos resultados da atração populacional pela industrialização e a urbanização pela qual passou a região, a partir das décadas de 1960-1970.

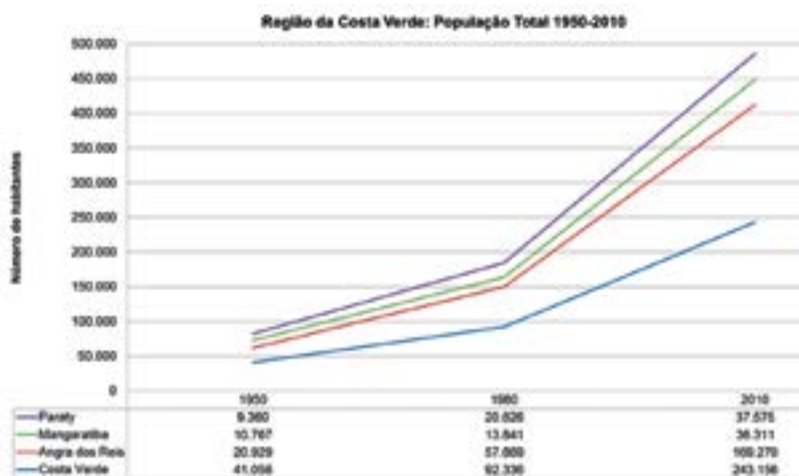


Figura 8.9: Região da Costa Verde. População Total entre 1950 e 2010.

Fonte: Marafon *et al.*, 2011.

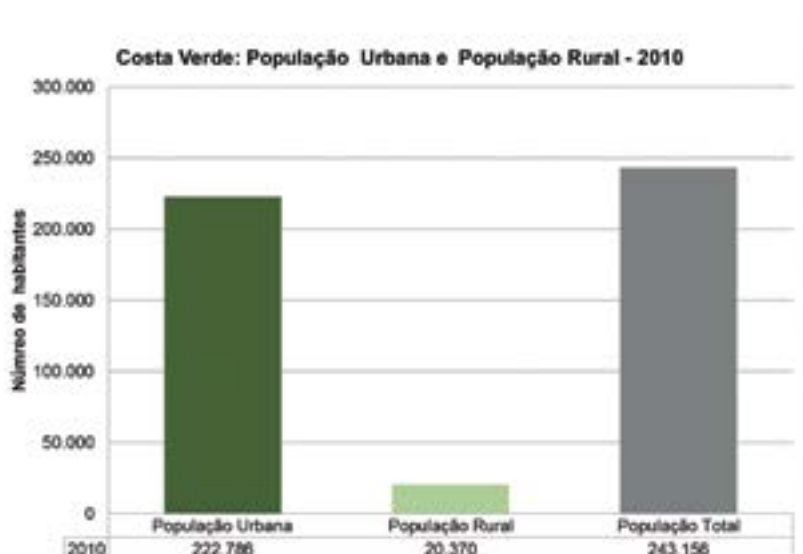


Figura 8.10: Região da Costa Verde. População Urbana e População Rural em 2010.

Fonte: Marafon *et al.*, 2011.

Embora a região se destaque pelas agências de turismo, assim como pelas atividades comerciais e de serviços, enquanto principais atividades econômicas, as atividades secundárias relacionadas à construção naval no estaleiro Brasfels (estaleiro Verolme) e geração de energia em Angra dos Reis (Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, composta pelas Usinas Angra I e II) também se revelam como proeminentes no município. Por outro lado, a integração agroindustrial na produção de cachaça em Paraty é outro destaque regional. Em Mangaratiba, o Terminal da Ilha Guaíba é um dos destaques do setor secundário no município. O terminal foi implantado nos anos 1970 e atualmente movimentava minério de ferro das minas do Sul do estado de Minas Gerais para vários países (MARAFON *et al.*, 2011).



Figura 8.11: estaleiro BrasFels em Angra dos Reis.

Foto: Batista, 2015.



Figura 8.12: usinas nucleares de Angra dos Reis.

Foto: Batista, 2015.

Região Noroeste Fluminense

Situada na porção setentrional do território do Estado do Rio de Janeiro, a Região Noroeste Fluminense é composta pelos municípios de Apreribé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai. O Noroeste Fluminense é a região que menos contribui para o PIB estadual, o que implica uma participação de 1% na economia fluminense.

A ocupação da porção atualmente compreendida pelo Noroeste Fluminense remonta à expansão da lavoura cafeeira no século XIX, atingindo a área de Itaperuna no início do período oitocentista, que naquele contexto já se revelava como uma importante área produtora do café no contexto fluminense. O crescimento econômico da região, no contexto da década de 1920 esteve atrelado às atividades cafeeiras, o que implicou em atração populacional, diversificação das atividades econômicas e urbanização, consolidando Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana e Santo Antônio de Pádua como as principais cidades que, além do café, tinham as culturas complementares (arroz, feijão e milho) e a pecuária leiteira como suas atividades primárias (MARAFON *et al*, 2011).

Fatores como a queda do preço do café no mercado internacional e o esgotamento dos solos da região, quando somados à retração da produção, implicaram um redirecionamento do capital obtido em novas atividades produtivas. No contexto de estímulos à industrialização nacional, os fazendeiros foram incentivados a investirem na indústria, mas o processo de industrialização da região Noroeste Fluminense não foi tão exitoso (MARAFON *et al*, 2011). Com efeito, a região assistiu ao avanço da produção canavieira, a partir da década de 1950, e a partir do último quarto do século XX, firmou-se como importante produtora de leite no Estado do Rio de Janeiro.

Na atualidade, o Noroeste Fluminense tem na agropecuária a sua principal atividade econômica, com destaque para a pecuária leiteira. Diante desse contexto econômico-produtivo, empresas como a Parmalat, instalada no município de Itaperuna, realizam a integração entre os setores primário e secundário da economia “recolhendo a produção dos pequenos produtores e trabalhando na produção de leite longa vida e de vários derivados, como doce de leite, leite condensado, e requeijão, gerando empregos no campo e na zona urbana” (MARAFON *et al*, 2011, p. 111). Outro importante estabelecimento industrial é a Yoki Alimentos, em Bom Jesus de Itabapoana. Santo Antônio de Pádua e Aperibé, a partir dos anos 1990, passaram a extrair rochas ornamentais de suas pedreiras e beneficiá-las para revestimento na construção, componente da indústria extrativa mineral. Tal atividade provoca impactos ambientais danosos à paisagem, deixando verdadeiras cicatrizes.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é constituída por 21 municípios e concentra, além da capital estadual, infraestrutura, força de trabalho, população, serviços e grande parte das atividades industriais

do território fluminense. Sinalizamos aqui que, por se tratar de uma região fluminense que será contemplada como tema de uma das aulas desta disciplina, as considerações sobre a RMRJ elencará aqui apenas aspectos superficiais de sua produção industrial.



Figura 8.13: Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2014.

Fonte: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf.

Assim como na economia estadual, na RMRJ, as atividades do setor primário têm pequena representatividade, destacando-se os serviços e a indústria. A RMRJ apresenta um parque industrial bem diversificado e nela os serviços e as atividades secundárias apresentam uma importância bem mais representativa. A estrutura manufatureira da RMRJ concentra mais de 60% dos estabelecimentos da indústria de transformação fluminense, dentre os quais se destacam: a indústria gráfica, alimentícia, de bebidas, petroquímica, farmacêutica e têxtil.

Na RMRJ, o município do Rio de Janeiro destaca-se tanto pela primazia na indústria, ainda mantida na escala da região metropolitana, assim como pela segunda colocação desde 2011, no ranking dos cinco maiores municípios no Valor Adicionado Bruto da Indústria. As principais atividades industriais situadas na metrópole fluminense são a Construção civil e a Indústria de transformação, com predominância dos seguintes segmentos: álcool, produtos químicos, farmacêuticos,

elastômeros e preparados químicos; metalurgia; bebidas e alimentos; máquinas e equipamentos; e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.



Figura 8.14: participação dos cinco maiores municípios no VAI, RJ (2010-2013).

Fonte: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.htm>.

Diante da exposição das atividades industriais por regiões no estado do Rio de Janeiro, pode-se compreender que a partir da segunda metade da década de 1990, a indústria, diferentemente da participação apresentada pela agropecuária e pelos serviços, saltou de 28,7% em 1996, para 49,7% em 2006, na participação setorial no PIB fluminense. Com efeito, nesse último ano, o Rio de Janeiro já correspondia a 9% do PIB industrial nacional. Em 2013, essa participação saltou para 14,4%, o que correspondeu a R\$ 162,5 bilhões (SILVA, 2012).

O Estado do Rio de Janeiro atualmente se apresenta como o segundo maior PIB do Brasil, com R\$ 626.320 milhões. O PIB industrial fluminense corresponde a aproximadamente R\$ 163 bilhões, o que abrange pouco mais de 30% da divisão setorial do seu PIB e equivale a 14,4% da indústria nacional. Com efeito, o terceiro estado mais populoso e terceiro maior parque industrial do país emprega mais de 840 mil trabalhadores na indústria.

Estado do Rio de Janeiro: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico - 2013

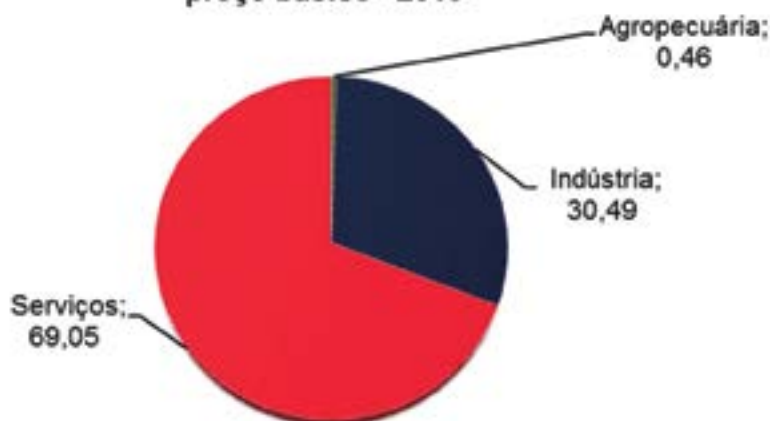


Figura 8.15: participação do Estado do Rio de Janeiro nas atividades econômicas.

Fonte: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.htm>.

Embora o Estado do Rio de Janeiro seja uma das áreas de concentração das unidades industriais e produtivas do país, o território fluminense ainda apresenta as marcas resultantes das desigualdades provocadas pelo desenvolvimento capitalista. Segundo Silva (2012), as disparidades do Rio de Janeiro podem ser observadas em diversas escalas, porém a de maior destaque é, sem dúvida, a que contrapõe as estruturas urbano-produtivas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do interior do Estado.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Desde o final século XX, principalmente a partir da década de 1990, o interior fluminense vem sendo marcado pela ampliação de sua participação na economia do Estado. Com efeito, as regiões interioranas despontaram com novos arranjos produtivos e o território fluminense passou a assistir a dois padrões regionais de desenvolvimento industrial baseados na produção extrativa e na produção manufatureira, que conforme exposto acima e assinalado por Silva (2012), são denominados de *especialização na produção petrolífera do Norte Fluminense* e *especia-*

lização na produção manufatureira do Sul Fluminense. Disserte sobre a importação da atividade industrial no processo de reestruturação territorial fluminense.

Resposta comentada

Espera-se que o estudante seja capaz de abordar as transformações nas estruturas econômicas das regiões que compõem o interior do estado do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 1990, quando a dispersão das atividades produtivas no território e a desconcentração industrial em relação à Região Metropolitana Fluminense se revelam como fatores que contribuíram para a reconfiguração econômica regional. Com efeito, o processo de mudança nas bases econômicas das regiões do interior foram reflexos das atividades extrativas e manufatureiras que contribuíram para a implantação de um novo espaço industrial no território fluminense.

Conclusão

A partir das considerações expostas na aula, pode-se compreender que o Rio de Janeiro, após ocupar posição de primazia na produção industrial nacional, perdeu espaço para a arrancada paulista, vivenciando o que alguns autores denominam de *esvaziamento econômico* ou *perdas relativas*. O período compreendido por esse esvaziamento abrange as décadas de 1930-1980; no entanto, a década de 1990 foi marcada pela interiorização econômica, com a atividade industrial exercendo papel importante na reconfiguração de economias regionais e na reestruturação territorial. Cada região do interior fluminense apresenta uma contribuição econômica e uma diferenciada participação industrial na economia do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, notou-se que a Região Metropolitana, além de manter a maior contribuição econômica estadual, reúne uma diversificada estrutura industrial.

Resumo

Nesta aula, procuramos compreender o processo de industrialização fluminense. Para isso, em um primeiro momento, foram estabelecidas algumas reflexões norteadoras: a indústria compreendida como um conjunto de atividades produtivas caracterizadas pela transformação de matérias-primas, pertencente ao setor secundário da economia; e a industrialização entendida como o processo histórico-social por meio do qual a indústria fabril se torna o setor predominante da economia de um país, atividade que teve início na trajetória da industrialização fluminense durante o período oitocentista.

Em um segundo momento da aula, foi apresentado o processo de perda de primazia industrial do Estado do Rio de Janeiro, decorrente da crise de superprodução de café e a superação da ruptura do padrão de acumulação mercantil-exportador. Consolidando a hegemonia do Estado de São Paulo na industrialização brasileira, em detrimento do Rio de Janeiro.

Por fim, foram apresentadas as características de cada região do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando suas principais atividades econômicas. Destacam-se: a Região do Norte Fluminense, pelas atividades relacionadas à extração de petróleo; a Região do Médio Vale Paraíba, pelo perfil sidero-metalúrgico; a Região Serrana, pelo polo de moda íntima; a Região das Baixadas litorâneas, pelo turismo; a Região Centro Sul Fluminense, pela fabricação de borracha e de artigos de plástico; a Região da Costa Verde, pela construção naval e a geração de energia; e a Região Noroeste Fluminense, pela pecuária leiteira. A Região Metropolitana apresenta um parque industrial bem diversificado, em que se destacam a construção civil e a Indústria de transformação, com predominância dos seguintes segmentos: álcool, produtos químicos, farmacêuticos, elastômeros e preparados químicos; metalurgia; bebidas e alimentos; máquinas e equipamentos; e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Referências

ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997. Edição Digital.

ARAUJO, V. L. de.; MELO, H. P. de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester

Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.

CEPERJ. *Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo e municípios – 2014*. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

_____. Pib estadual 1995-2012. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. Pib estadual 2010-2014. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. Pib municipal 1999-2012. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

GEORGE, P. *Geografia econômica*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1973.

LEOPOLDI, M. A. P. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*. v. 1 n. 3, Niteroi, mai/ago.1986. pp. 53-71.

MARAFON, G. J. et al. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro, Gramma, 2011.

MELO, H. P. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: AMÉRICO FREIRE, A.; SARMENTO, C.E.; MOTA, M.S. (Orgs.) *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 219-248.

MELO, H. P. de.; CONSIDERA, C. M. Industrialização fluminense – 1930/1980. *Revista do Rio de Janeiro*. v. 1 n. 3, Niteroi, mai/ago.1986. p. 111-121.

OLIVEIRA, F. J. G. de. *Reestruturação produtiva e regionalização econômica do território fluminense*. São Paulo, Garamond, 2008.

_____. Políticas territoriais e integração do “novo” território do estado do Rio de Janeiro. In: EGLER, T. T. C & TAVARES, H. M. (Orgs.). *Política pública, rede social e território*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

REICH, Robert. O trabalho das nações. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. Editora Beste Seller, 1999. Edição Digital.

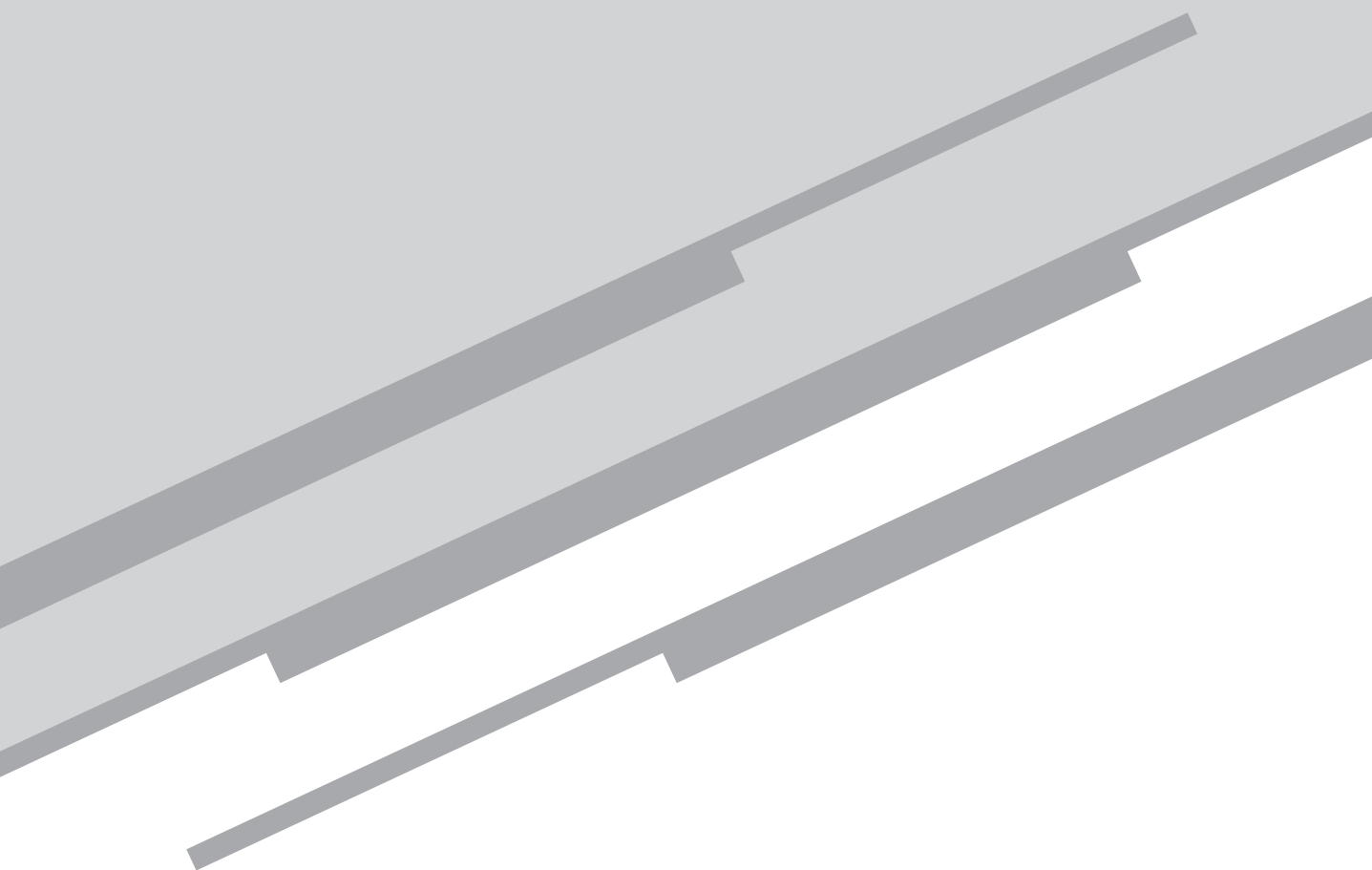
SILVA, R. D. *Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Unicamp, 2004.

SILVA, 2012; <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/estado/rj>>
Acesso em: 14 jun 2016

_____. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, Editora, 2012.

Aula 9

As regiões de planejamento fluminense



Nathan da Silva Nunes

Meta

Apresentar características históricas, econômicas e populacionais das oito regiões de planejamento em que se divide, atualmente, o Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a divisão estadual em regiões de planejamento e suas modificações recentes;
2. destacar aspectos passados e atuais da economia e da população.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro, recorte espacial desta disciplina, é composto atualmente por 92 municípios e oito regiões de governo (conforme mostra o mapa da **Figura 9.1**), a saber:

- Metropolitana,
- Noroeste Fluminense,
- Norte Fluminense,
- Baixadas Litorâneas,
- Serrana,
- Centro-Sul Fluminense,
- Médio Paraíba
- Costa Verde.



Figura 9.1: mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Fundação CEPERJ, 2014.

Tais regiões são resultantes da adaptação pelo antigo CIDE, atualmente CEPERJ, das meso e microrregiões delimitadas pela coordenação de Geografia do IBGE, conforme podemos observar no mapa da **Figura 9.2**.

A partir desta regionalização, elaborada em 1991 o CEPERJ adaptou e delimitou oito regiões de governo ou de planejamento, demarcação vigente até os dias atuais.

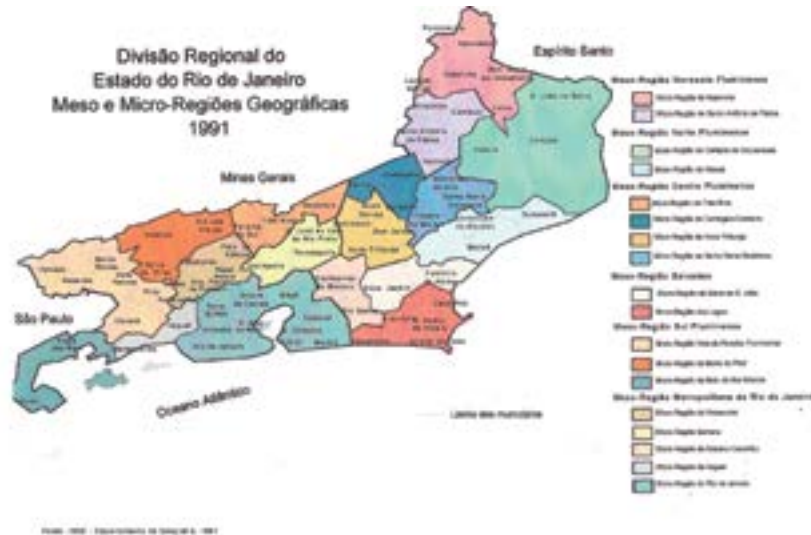


Figura 9.2: mapa da divisão regional do Estado do Rio de Janeiro em 1991. Fonte: IBGE, 1991.

Cabe dizer que o IBGE lançou a nova divisão regional do Brasil em junho de 2017, a partir de uma metodologia que pode ser consultada no site do referido Instituto, através da qual identificou regiões geográficas imediatas (antigas microrregiões), e regiões geográficas intermediárias (antigas mesorregiões). Para o território fluminense, foram definidas cinco regiões geográficas intermediárias, a saber: (1) Rio de Janeiro; (2) Volta Redonda – Barra Mansa; (3) Petrópolis; (4) Campos dos Goytacazes; (5) Macaé – Rio das Ostras – Cabo Frio. Quanto às regiões geográficas imediatas, foram definidas 14 (conforme o mapa da **Figura 9.3**).

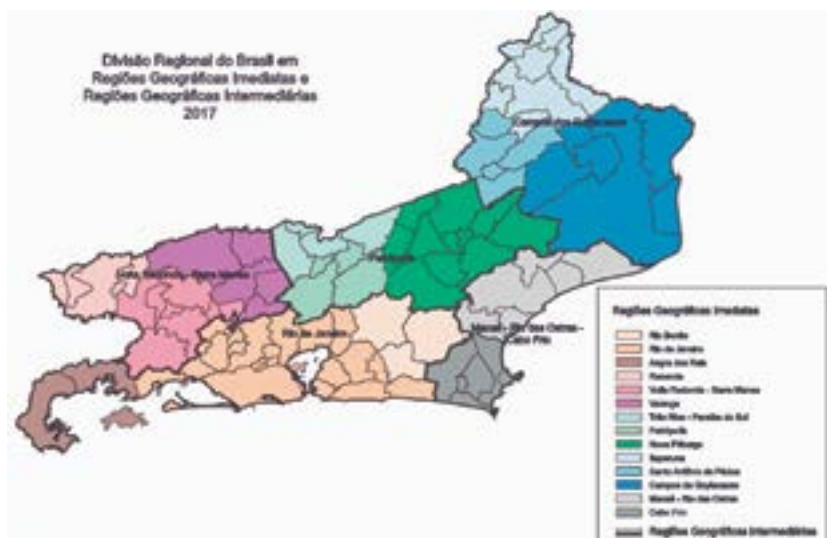


Figura 9.3: mapa da divisão regional do Estado do Rio de Janeiro, em 2017.
Fonte: IBGE, Divisão de Geografia, 2017.

Apesar da divisão regional verificada, quando tratamos de políticas públicas, somente as esferas municipal e estadual são consideradas, pois é nessas escalas que ocorre a arrecadação de impostos e gerenciamento territorial, a partir de prefeituras e governos estaduais eleitos. A escala regional, tema central desta aula, acaba se inserindo na estadual, pois oficialmente não existe como ente administrativo. Tal fato faz com que, na maioria das vezes, as análises a partir de uma visão regional sejam ignoradas pelo poder público.

Apesar da ausência de uma articulação regional no que tange às políticas públicas, podemos verificar a existência de contribuições históricas proporcionadas pelo planejamento e gestão a partir das Regiões de Governo, que auxiliaram, por exemplo, na instalação de processos de desenvolvimento e numa melhor elaboração e execução de políticas públicas.

Introdutoriamente, apresentamos na **Tabela 9.1** a distribuição populacional entre as regiões, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 9.1: população residente por Região de Governo.

Regiões de Governo	Total	Participação em relação ao estado (%)
Estado	15.993.583	100
Metropolitana	11.838.752	74,0
Baixadas Litorâneas	811.096	5,1
Centro-Sul Fluminense	272.345	1,7
Costa Verde	243.156	1,5
Médio Vale do Paraíba	855.643	5,3
Noroeste Fluminense	317.476	2,0
Serrana Fluminense	805.813	5,0
Norte Fluminense	849.302	5,3

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaborado por Marafon et. al. (2011).

Nota-se a concentração populacional expressiva na região Metropolitana, com um percentual de 74,0% do total da população residente no território fluminense. Em seguida aparecem, com 5,3% da população, cada, o Médio Vale do Paraíba e o Norte Fluminense. Tais valores, tanto o absoluto, quanto o relativo, denotam o papel dessas duas regiões de governo, localizadas no interior fluminense, sendo consideradas as mais expressivas em termos populacionais e econômicos.

Dessa forma, vamos aprofundar a temática dessa aula através de uma análise individualizada dessas regiões, apresentando suas principais características em aspectos como economia, população e acessibilidade, seja a partir da região como um todo ou de municípios, individualmente.

Região Metropolitana

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro é composta atualmente por 21 municípios, que são:

- Rio de Janeiro,
- São Gonçalo,
- Duque de Caxias,
- Nova Iguaçu,
- Niterói,

- Belford Roxo,
- São João de Meriti,
- Magé,
- Itaboraí,
- Mesquita,
- Nilópolis,
- Maricá,
- Queimados,
- Itaguaí,
- Japeri,
- Seropédica,
- Rio Bonito,
- Guapimirim,
- Cachoeiras de Macacu,
- Paracambi
- Tanguá.

Marafon et. al. (2011, p.94) destacam que:

uma das características fundamentais da região é a concentração, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, bem como o que diz respeito aos serviços referentes aos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde, além de órgãos e instituições públicas.

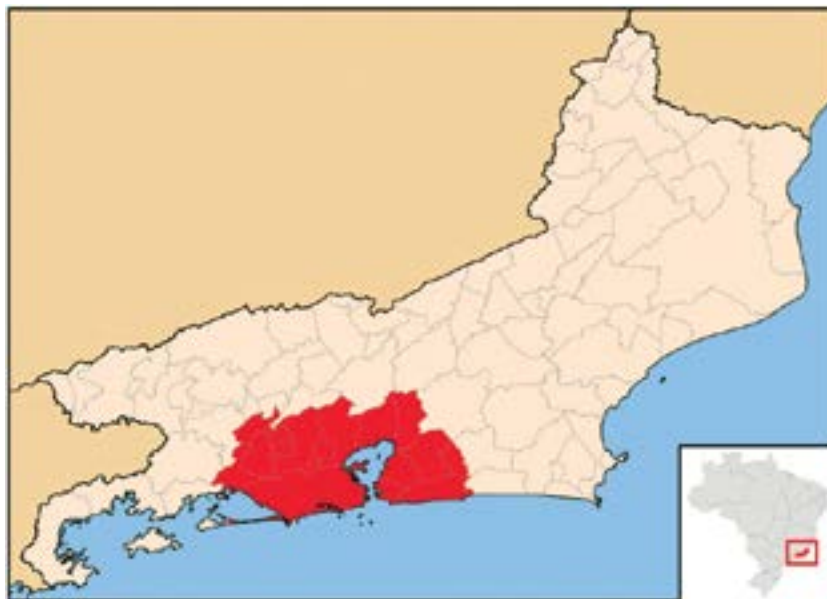


Figura 9.4: região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro.

O processo de ocupação desta região tem relação direta com a expansão do município do Rio de Janeiro que aconteceu a partir da segunda metade do século XVI, nas proximidades do primeiro porto desta cidade. O Rio de Janeiro passaria a se expandir, então, para “pequenas localidades criadas nas proximidades de outros pequenos portos situados na orla da Baía de Guanabara e nas margens de rios afluentes, a partir dos quais também partiriam alguns dos primeiros caminhos de penetração para o interior” (MARAFON, ET AL., 2011, p.95).

No que diz respeito à dinâmica territorial, existe historicamente uma polarização nos limites da Região Metropolitana, demográfica e economicamente, relacionando-se com a notória separação em termos político-administrativos entre o município do Rio de Janeiro e o interior do Estado. Tal fato decorre da função de capital exercida por esta cidade (tanto na Colônia quanto na República), o que foi um fator de atração populacional e financeira. Marafon et. al. (2011, p.98) ressaltam que, mesmo após a fusão entre o município do Rio de Janeiro e seu entorno, continuaram evidentes as disparidades entre metrópole e interior, “uma das mais marcantes e deflagradas características do território fluminense”.

Estas informações mencionadas comprovam-se quando analisamos as tabelas a seguir, que trazem os dados referentes à distribuição po-

pulacional e ao PIB, respectivamente, dos 19 municípios que constituíram a Região Metropolitana no ano de 2010.

A **Tabela 9.2** constata a concentração populacional metropolitana, pois mostra que no ano de 2010, 74% dos residentes do Estado estavam nesta região, quase 40% apenas no município do Rio de Janeiro. Seguindo a análise, a **Tabela 9.3** evidencia a concentração econômica, pois apresenta a Região Metropolitana como detentora de 70,33% do Produto Interno Bruto de todo o estado. Devemos ressaltar ainda que com a inclusão, no ano de 2013, dos municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu, a tendência é que haja uma acentuação destes números no próximo censo.

Tabela 9.2: distribuição populacional na Região Metropolitana.

Estado, Região Metropolitana e municípios	Total	Participação em relação à Região Metropolitana (%)	Participação em relação ao estado (%)
Estado	15.993.583		100,00
Metropolitana	11.838.752	100	74,0
Belford Roxo	469.261	4,0	2,9
Duque de Caxias	855.046	7,2	5,3
Guapimirim	51.487	0,4	0,3
Itaboraí	218.090	1,8	1,4
Itaguaí	109.163	0,9	0,7
Japeri	95.391	0,8	0,6
Magé	228.150	1,9	1,4
Maricá	127.519	1,1	0,8
Mesquita	168.403	1,4	1,1
Nilópolis	157.483	1,3	1,0
Niterói	487.327	4,1	3,0
Nova Iguaçu	795.212	6,7	5,0
Paracambi	47.074	0,4	0,3
Queimados	137.938	1,2	0,9
Rio de Janeiro	6.323.037	53,4	39,5
São Gonçalo	999.901	8,4	6,3
São João do Meriti	459.356	3,9	2,9
Seropédica	78.183	0,7	0,5
Tanguá	30.731	0,3	0,2

Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado por Marafon et. al, 2011.

Na **Tabela 9.2**, é possível observar a concentração relativa da população residente no município do Rio de Janeiro, cerca de 39,5%; seguida pelos municípios de São Gonçalo, com 6,3%, localizado na porção oriental da Baía de Guanabara, e de Duque de Caxias (5,3%) e Nova Iguaçu (5,0%), situados na Baixadas Fluminense.

Esta concentração populacional reflete no PIB (**Tabela 9.3**), na escala metropolitana e na escala estadual. Mais uma vez, nota-se a concentração desta variável (Produto Interno Bruto) por volta de 70,3% no contexto estadual, dos quais a capital, o Rio de Janeiro, concentra 66,8% e 47,0%, respectivamente. Duque de Caxias perfaz totais relativos de 13,5% e 9,5%, respectivamente, ocupando a segunda posição. Estes resultados refletem o papel econômico do referido município, tendo a atividade industrial como reflexo. O município de Niterói ocupa a terceira posição, com 4,2% e 3,0%, respectivamente. Este fato pode ser corroborado pelo seu papel de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, no período de 1835 a 1975.

Tabela 9.3: PIB dos municípios da Região Metropolitana.

Estado, Região Metropolitana e municípios	PIB valores absolutos (R\$ 1000)	Participação em relação à Região Metropolitana (%)	Participação em relação ao estado (%)
Estado	296.767.782		100,00
Metropolitana	208.713.877	100,00	70,33
Rio de Janeiro	139.559.354	66,87	47,03
Belford Roxo	3.107.901	1,49	1,05
Duque de Caxias	28.143.860	13,48	9,48
Guapimirim	345.296	0,17	0,12
Itaboraí	1.493.978	0,72	0,50
Itaguaí	2.503.327	1,20	0,84
Japeri	456.359	0,22	0,15
Magé	1.498.757	0,72	0,51
Maricá	842.030	0,40	0,28
Mesquita	1.187.698	0,57	0,40
Nitópolis	1.198.642	0,57	0,40
Niterói	8.870.068	4,25	2,99
Nova Iguaçu	6.957.963	3,33	2,34
Paracambi	322.663	0,15	0,11
Queimados	904.828	0,43	0,30
São Gonçalo	7.457.499	3,57	2,51
São João do Meriti	3.167.928	1,52	1,07
Seropédica	504.834	0,24	0,17
Tanguá	190.892	0,09	0,06

Fonte: IBGE, 2007. Elaborado por Marafon et. al. (2011).

Noroeste Fluminense

A Região Noroeste Fluminense é composta atualmente por 13 municípios (conforme o mapa da **Figura 9.5**), que são:

- Itaperuna,
- Aperibé,
- Bom Jesus do Itabapoana,

- Cambuci,
- Italva,
- Itaocara,
- Lajes do Muriaé,
- Natividade,
- Porciúncula,
- Santo Antônio de Pádua,
- São José de Ubá,
- Miracema
- Varre-Sai.

Juntos, estes municípios reúnem cerca de 2% da população fluminense.

O estudo Painel Regional, desenvolvido pelo Sebrae (2015, p.7) traz considerações pertinentes sobre os indicadores do Noroeste Fluminense:

A densidade demográfica mais elevada do Noroeste encontra-se em Aperibé (108 hab/km²), seguido por Miracema (88 hab/km²). Itaperuna possui a terceira maior densidade demográfica (87 hab/km²). São José de Ubá tem a menor população da região e a segunda menor do estado, além de apresentar a segunda menor densidade da região (28 hab/km²). Cambuci tem a menor densidade da região (26 hab/km).



Figura 9.5: destaque para os municípios da Região Noroeste Fluminense.

Fonte: Sebrae, 2015.

A ocupação desta região de governo teve início com o “surto cafeeiro” no Vale do Paraíba, no século XIX, possibilitando uma expansão desta atividade em direção à região Serrana e o Noroeste Fluminense, atingindo em um primeiro momento o município de Itaperuna.

Até este momento a região era pouco povoada, sendo possível observar apenas alguns pequenos aglomerados nas proximidades dos rios Pomba e Muriaé. O crescimento da produção cafeeira possibilitou a diversificação de atividades econômicas, proporcionando a geração de empregos e a intensificação do processo de urbanização.

Alguns fatores proporcionaram a redução da produção e do volume de capital no Noroeste Fluminense, sendo possível mencionar o incentivo à industrialização que vinha ocorrendo no país, a queda do preço do café no mercado internacional e o esgotamento dos solos nesta região.

A década de 1950 marca o aumento da produção canavieira na região, devido à influência do Norte Fluminense, região vizinha, na produção de açúcar e álcool. Na atualidade, esta atividade no Noroeste Fluminense se destina espacialmente à alimentação de gado, sendo cultivada em pequenas propriedades.

A partir da década de 1970, observa-se o crescimento da atividade que se configura como a mais importante da região até os dias atuais: a produção leiteira. De acordo com Marafon et al. (2011), a partir de informações divulgadas pelo IBGE, a produção leiteira ultrapassou os 125 mil litros, em 2008, destacando os municípios de Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Itaocara, todos ultrapassando os 10 mil litros produzidos.

Convém ressaltar o setor de rochas ornamentais em Aperibé e Santo Antônio de Pádua, e dos serviços de saúde em Itaperuna, refletindo na centralidade deste último município. O café foi uma das atividades mais importantes da referida região, sendo substituído por pastagens, a partir de 1960.

Norte Fluminense

A região Norte Fluminense é formada por nove municípios (conforme o mapa da **Figura 9.6**), que são:

- Campos dos Goytacazes;
- São Fidélis;
- São Francisco do Itabapoana;

- Cardoso Moreira;
- São João da Barra;
- Quissamã;
- Carapebus;
- Macaé;
- Conceição de Macabu.

Marafon et al. (2011) aponta que o processo de ocupação desta região difere do cenário tradicionalmente observado em território brasileiro, pois ocorreu a partir do interior para posteriormente avançar em direção ao litoral, em decorrência das dificuldades naturais encontradas, o que impediu neste primeiro momento a existência de portos naturais.

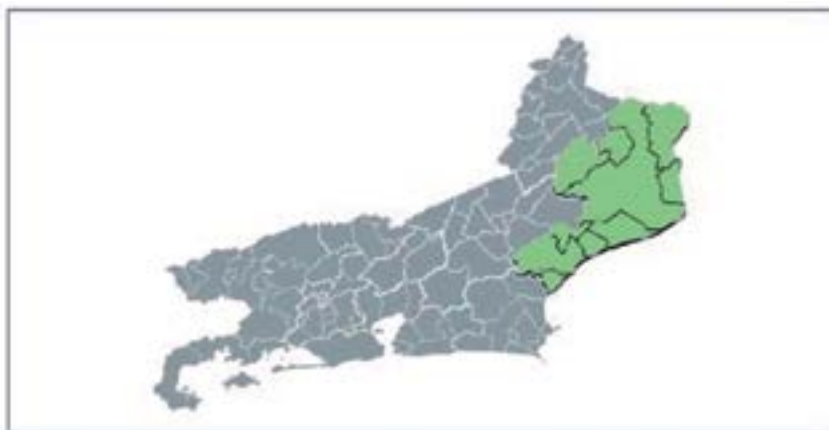


Figura 9.6: municípios da Região Norte Fluminense.

Fonte: Sebrae, 2015.

A economia regional esteve historicamente baseada no cultivo da cana de açúcar, atividade ainda presente até os dias atuais. Porém, especialmente a partir da década de

1970 houve uma transformação no perfil econômico do Norte Fluminense, ocorrendo a ascensão do setor petrolífero, responsável por incrementar substancialmente as receitas destes municípios. Marafon et al. (2011, p.124) destacam que “o petróleo desponta como principal fator na reconfiguração territorial na região” e que “essa atividade reverte capitais para as prefeituras por meio de pagamento de impostos sobre o direito de exploração dos *royalties*”.

O Sebrae, em publicação no ano de 2015 destaca que:

a região Norte Fluminense possui 955.191 habitantes, o que corresponde a 6% da população do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Sua densidade demográfica é de

96 hab/km², enquanto a do ERJ é bem maior, de 365 hab/km². A maior população da região fica em Campos dos Goytacazes (49%), cuja densidade demográfica é a

3ª mais alta (115 hab/km²). Macaé possui a 2ª maior população e a 2ª maior densidade demográfica do Norte. A densidade mais alta é a de Rio das Ostras (461 hab/km²), 15ª no estado. Com 12.600 habitantes, Cardoso Moreira é a menor cidade do Norte (80ª no ERJ) e a que tem densidade demográfica mais baixa (86ª do estado).

Baixadas Litorâneas

A mesorregião das Baixadas Litorâneas localiza-se no estado do Rio de Janeiro e é dividida em duas microrregiões, Bacia de São João e Lagos.

A primeira, a Bacia de São João, é composta pelos municípios de:

- Casimiro de Abreu;
- Rio das Ostras;
- Silva Jardim.

Enquanto na segunda, Região dos Lagos, inserem-se:

- Araruama;
- Armação dos Búzios;
- Arraial do Cabo;
- Cabo Frio;
- Iguaba Grande;
- São Pedro da Aldeia ;
- Saquarema.

Segundo o IBGE, com a nova divisão regional, de 2017, duas regiões geográficas imediatas foram definidas, uma tendo Cabo Frio como centralidade e a outra com Macaé –Rio das Ostras.



Figura 9.7: divisão regional fluminense com destaque para as Baixadas Litorâneas.

Fonte: Sebrae, 2015.

Historicamente, houve alterações na composição das regiões de planejamento do Estado do Rio de Janeiro, sendo relevante para essa aula destacar a recente modificação no número de municípios que fazem parte das Baixadas Litorâneas. Em 2013, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou a saída dos municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu das Baixadas Litorâneas e sua inclusão na Região Metropolitana. As justificativas para tal alteração foram:

além dos impactos causados pela proximidade do Comperj, na vizinha Itaboraí, os deputados citam as dificuldades impostas pelo programa Minha Casa Minha Vida em expansão na Região Metropolitana. “Uma das grandes carências dessas cidades, em função da criação do Comperj, é a construção de projetos de habitação popular, e os preços na região metropolitana tem um subsídio maior da Caixa Econômica. Com essa lei, vamos viabilizar vários projetos do Minha Casa, Minha Vida em Rio Bonito e em Cachoeira de Macacu que antes não eram viáveis pelo preço dos terrenos”, explicou André Corrêa.. (ALERJ, 2013)

Marafon et al. (2011, p. 48) apresentam fatos que evidenciam importância das Baixadas Litorâneas no contexto estadual, como “sua disposição topográfica e os fatores morfológicos, que facilitaram as vias de comunicação naturais e artificiais”. Em virtude destes aspectos, a região foi utilizada como área de passagem para a região Norte do estado, em um primeiro momento por meio da ferrovia e, posteriormente, pela rodovia RJ-106.

O crescimento populacional e econômico das Baixadas Litorâneas se intensificou, ainda segundo Marafon et al. (2011), com a facilitação do acesso à região, após a inauguração da Ponte Rio-Niterói, que data da década de 1970; bem como da pavimentação da BR-101. Os autores apresentam ainda a divisão da região entre dois subespaços, que são o litoral, este possuindo uma com ocupação mais antiga, estando voltado para a Lagoa e o mar, além de ser cortado pela RJ-106; por outro lado, o interior possui ocupação mais recente, caracterizando-se pela presença da BR-101 e o desenvolvimento de atividades agrícolas e a presença de terras vazias em processo de especulação.

Mais recentemente, para completar a série de fatores que contribuíram para a intensificação das dinâmicas populacional e econômica, emerge, na década de 1990, o setor petrolífero, com destacada influência na região, visto que quatro de seus municípios (Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras) estão na denominada *Zona de Produção Principal*.

Região Serrana

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro é composta por 14 municípios atualmente, que são:

- Trajano de Morais,
- Teresópolis,
- Petrópolis,
- Bom Jardim,
- Sumidouro,
- Cantagalo,
- Santa Maria Madalena,
- Carmo,

- Cordeiro,
- São Sebastião do Alto,
- Duas Barras,
- Macuco,
- Nova Friburgo
- São José do Vale do Rio Preto.

O processo de ocupação dessa região de governo está relacionado ao “pouso de tropas”, servindo de abrigo para aventureiros motivados pela exploração de ouro e demais metais preciosos na região de Cantagalo, no fim do século XVIII. Nos séculos posteriores, a chegada de imigrantes suíços, alemães, italianos, portugueses e sírios contribuiu para a ocupação e desenvolvimento de atividades produtivas nesta região.

Esta região tem apresentado índices de desenvolvimento econômico elevados, historicamente, destacando a atuação de seus municípios na produção agrícola, na indústria e nos serviços. Apesar de aparente prosperidade, quando analisada a partir de uma visão homogenizadora, a região Serrana tem em seus municípios uma diferenciação marcante, pois Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo se destacam mais do que os outros, em decorrência de suas atividades industriais, hoje calcadas nas confecções de vestuário e moda íntima.

Nos últimos anos, verifica-se uma preocupação no que diz respeito à amplificação das possibilidades econômicas desta região, procurando garantir a elevação de renda. Entre as atividades desenvolvidas, têm apresentado grande destaque aquelas ligadas ao turismo, com a valorização dos ambientes rurais e suas peculiaridades, mantendo e explorando aqueles elementos que dão identidade a este espaço rural.

Neste contexto, Marafon et al. (2011, p.143) destacam ainda o turismo histórico: “entre seus atrativos, encontram-se construções históricas, principalmente aquelas datadas do Segundo Reinado, devido à constante presença da família real na sede do município” de Petrópolis. Além disso, observa-se a presença de igrejas, museus e parques, por exemplo.

A indústria têxtil também merece destaque entre atividades econômicas na região Serrana, podendo-se mencionar as confecções e polos comerciais de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Centro-Sul

A região Centro-Sul Fluminense localiza-se na área central do Estado do Rio de Janeiro e é composta pelos municípios de:

- Três Rios,
- Areal,
- Paraíba do Sul,
- Comendador Levy Gasparian,
- Sapucaia,
- Paty do Alferes,
- Vassouras,
- Mendes,
- Miguel Pereira
- Engenheiro Paulo de Frontin



Figura 9.8: região Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Sebrae, 2015.

Esta região tem no rio Paraíba do Sul um de seus grandes atrativos, apesar do avançado estado de poluição em que o mesmo se encontra, muito em função do despejo de esgoto de vários municípios.

Em termos econômicos, o Centro-Sul fluminense apresenta pouca relevância na escala estadual, sendo uma das regiões mais pobres e menos dinâmicas, conforme apontam Marafon et al. (2011).

A ocupação do território que hoje constitui esta região de planejamento teve início no século XVII, a partir das atividades ligadas à exploração do ouro em Minas Gerais, uma vez que se encontrava no caminho mais curto entre o atual estado mineiro e a cidade do Rio de Janeiro.

Bem como o que foi exposto a respeito da Região Serrana, o Centro-Sul fluminense também tem explorado o turismo como forma de incremento para as economias locais. Essa atividade tem sido responsável pela geração de empregos, em especial nas antigas fazendas de café localizadas no vale do Paraíba, que foram transformadas em hotéis-fazenda. Porém, Marafon et al. (2011) destacam a dificuldade de homogeneização do setor, devido à precariedade de recursos financeiros por parte de proprietários e à incapacidade das prefeituras municipais de atuar de forma mais prestativa.

O Sebrae apresenta dados relevantes no que tange à população desta região:

A população da região Centro-Sul é de 246.378 habitantes, o que equivale a 1,5% da população do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o menor percentual, junto com a Costa Verde. Sua área representa 6,8% da do estado, resultando numa baixa densidade demográfica (3ª menor do ERJ). Em relação aos municípios, 31% da população da região está em Três Rios, que possui a densidade demográfica mais elevada (237 hab/km²) e a 28ª no ranking estadual. Paraíba do Sul é o município com a 2ª maior população (17%) e a maior área (19,5%) da região. Sua densidade demográfica é a 3ª menor do Centro-Sul (71 hab/km²).

Cumprir referir que se tratam dos municípios mais economicamente dinâmicos dessa região.

Médio Vale do Paraíba

A região do Médio Vale do Paraíba é formada atualmente pelos municípios de:

- Rio das Flores,
- Barra Mansa,
- Volta redonda,
- Valença,

- Pirai,
- Itatiaia,
- Porto Real,
- Resende,
- Quatis,
- Rio Claro,
- Barra do Pirai
- Pinheral



Figura 9.9: os municípios do Médio Vale do Paraíba.

Fonte: Sebrae, 2015.

A ocupação do território que hoje constitui esta região de planejamento iniciou-se pela necessidade de encontrar, no século XVIII, novos caminhos que ligassem o Rio de Janeiro aos atuais estados de Minas Gerais e São Paulo. A ocupação verificada nesse período decorreu da estadia de aventureiros e membros designados pela administração colonial.

A transformação desse cenário só aconteceu a partir da queda de importância das atividades ligadas à mineração e do posterior crescimento do cultivo de café. O Médio Vale do Paraíba possuía os atributos necessários ao desenvolvimento dessa cultura agrícola, tais como capital, presença de mão de obra escrava e terras florestadas disponíveis para o plantio.

Atualmente, a região possui certa relevância no contexto estadual, devido especialmente às atividades voltadas para a indústria. A instalação

da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda na década de 1940 auxiliou para que esta região se configurasse como a principal do estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, e para que, por consequência, apresentasse um rápido processo de urbanização em seus limites (MARAFFON et al., 2011, p.86).

A atividade industrial na região segue apresentando destaque até os dias atuais, com o estabelecimento de novos eixos, como o metal- mecânico em Resende e Porto Real. Outros municípios, porém, apostam em setores distintos da economia, como é o caso de Itatiaia, que vale-se da exuberância de aspectos naturais, como a Serra da Mantiqueira e o Parque Nacional de Itatiaia para atrair fluxos populacionais que estejam interessados na prática do turismo ecológico.

Recorremos novamente ao Sebrae (2015, p.7) para apresentar algumas características relevantes da região no que tange à população residente de seus municípios:

O Médio Paraíba possui 881.042 habitantes, o que corresponde a 5,5% do total do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). A região apresenta a 7ª maior densidade demográfica (141 hab/km²) em comparação com as outras. Entre seus 12 municípios, Volta Redonda é o mais populoso e com maior densidade demográfica: 1.413 hab/km² (11º no ranking estadual). Em seguida, estão Porto Real (327 hab/km²) e Barra Mansa (325 hab/km²), com densidades praticamente iguais. Em Rio Claro, a densidade é a mais baixa da região e a 4ª menor do estado (apenas 21 hab/km²). Quatis, que tem a menor população do Médio Paraíba, também apresenta uma densidade pequena (45 hab/km²).

Costa Verde

A região da Costa Verde Fluminense é composta por apenas três municípios, a saber:

- Paraty
- Angra dos Reis
- Mangaratiba

A ocupação deste território relaciona-se diretamente com o início do processo de ocupação do território brasileiro, ainda no século XVI;

com a fixação da população inicialmente no litoral e posteriormente expandindo-se para o interior. Nesse sentido, a exploração de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, ao utilizar a região como escoadouro e entreposto entre os locais de exploração e a metrópole portuguesa, apresenta-se como fundamental ao seu desenvolvimento populacional. Os portos de Paraty e Angra dos Reis foram exaustivamente utilizados para a saída da riqueza obtida.

Marafon et al. (2011) tratam da questão populacional desta região atualmente e trazem dados pertinentes, como a presença de cerca de 243 mil residentes no ano de

2010 (Angra dos Reis, 169.270 habitantes; Mangaratiba, 36.311 habitantes; e Paraty, 37.575 habitantes). Comparativamente, identificamos que estes mesmos municípios, somados, possuíam apenas 41 mil residentes na década de 1950, o que evidencia o expressivo incremento populacional. Economicamente, a indústria e o turismo consolidaram-se como principais atividades desenvolvidas pelos municípios componentes da Costa Verde, como mostram os dados do IBGE no ano de 2007 (**Tabela 9.4**).

Tabela 9.4: dados dos setores da economia na Costa Verde.

Região de governo e municípios	Em mil reais					Em reais
	PIB Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Imposto sobre produtos líquidos de subsídios	PIB per capita
Costa Verde	5.132.118	40.427	1.724.203	2.078.084	1.289.404	53.558
Angra dos Reis	4.395.379	15.500	1.631.744	1.521.634	1.226.501	29.603
Mangaratiba	407.180	8.171	41.518	313.609	43.882	13.919
Paraty	329.559	16.756	50.941	242.841	19.021	10.036

Fonte: IBGE, 2007. Elaborado por Marafon et al., 2011.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

A partir do que foi exposto nessa aula, apresente resumidamente aspectos populacionais e econômicos de três regiões que confirmam um caráter singular a seus municípios.

Conclusão

Nessa aula introdutória à temática das regiões de planejamento do Estado do Rio de Janeiro, pudemos observar, tanto em aspectos de cunho populacional e econômico, a heterogeneidade presente no território fluminense. Tal fato é reflexo da divisão interna do trabalho (DIT) em escala estadual.

Tais regiões, através dos tempos, passaram por transformações espaciais importantes. Muitas substituíram as atividades agropecuárias pela atividade industrial, enquanto outras mantiveram atividades primárias e secundárias.

O setor de serviços, muitas vezes atrelados ao setor de turismo, tem contribuído com participação expressiva nos PIBs municipais.

Tais transformações impactaram os ambientes regionais em diferentes escalas e magnitudes.

Resumo

Nessa aula, apresentamos as características históricas, econômicas e populacionais das oito regiões de planejamento que compõem, atualmente, o Estado do Rio de Janeiro.

A Região Metropolitana tem em seu processo de ocupação uma relação direta com a expansão do município do Rio de Janeiro. Essa região é detentora de 70,33% do Produto Interno Bruto de todo o Estado e nela concentram-se cerca de 74% dos seus residentes.

A Região Noroeste Fluminense reúne cerca de 2% da população fluminense e tem a agropecuária como principal atividade econômica, estabelecendo-se como a maior produtora de leite do Estado.

A Região Norte Fluminense corresponde a 6% dos residentes de todo o Estado e sua economia regional esteve historicamente baseada no cultivo da cana de açúcar, atividade ainda presente até os dias atuais.

A Região das Baixadas Litorâneas teve seu crescimento populacional intensificado após a inauguração da Ponte Rio-Niterói e a pavimentação da BR-101. Mais recentemente, contribuindo para intensificar a dinâmica populacional e econômica, emergiu o setor petrolífero, na década de 1990.

A Região Serrana tem apresentado elevados índices de desenvolvimento econômico historicamente, destacando a atuação de seus municípios na produção agrícola, na indústria e nos serviços.

A Região Centro Sul, em termos econômicos, apresenta pouca relevância na escala estadual, sendo uma das regiões mais pobres e menos dinâmicas. Atualmente, tem explorado o turismo como forma de incrementar a economia local.

A Região do Médio Vale Paraíba teve sua ocupação iniciada pela necessidade de encontrar novos caminhos que ligassem o Rio de Janeiro aos atuais Estados de Minas Gerais e São Paulo. Atualmente, a região possui certa relevância no contexto estadual, devido às atividades voltadas para a indústria.

A Região da Costa Verde teve sua ocupação relacionada diretamente com o início do processo de ocupação do território brasileiro, com a fixação de população inicialmente no litoral e posteriormente expandindo-se para o interior. Apresentava cerca de 243 mil residentes no ano de 2010.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 10 iniciaremos os estudos mais aprofundados a respeito das regiões de planejamento do Estado do Rio de Janeiro, abordando a Região Metropolitana e o processo de concentração de atividades e população.

Referências

ALERJ. *Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu integram região metropolitana*. Disponível em: <<https://www.andrecorrea.com.br/projetos/desenvolvimento-economico/rio-bonito-e-cachoeiras-de-macacu-integracao-regiao-metropolitana>>. Acesso em: 22 Jul. 2016.

MARAFON, Glaucio José et al. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SEBRAE. *Painel Regional: Noroeste Fluminense*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015. SEBRAE. *Painel Regional: Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015. SEBRAE. *Painel Regional: Centro-Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015.

SEBRAE. *Painel Regional: Médio Paraíba Fluminense*. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015.

Aula 10

A Região Metropolitana e o processo de
concentração de atividades e população

Meta

Apresentar as principais características da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, visando compreender o processo histórico de concentração de atividades e população.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar a Região Metropolitana a partir de seu histórico e de seus limites atuais;
2. evidenciar o contraste existente entre metrópole e interior;
3. expor os principais atributos econômicos e populacionais atuais dessa região de governo.

Introdução

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro apresenta historicamente um caráter concentrador, tanto em termos populacionais quanto econômicos, o que se explica em parte pelo papel de capital exercido pela cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, esta mesorregião de governo é constituída por 21 municípios, que apresentam realidades variadas, mas que, por características e interesses diversos, foram agrupados numa mesma região. Essa aula abordará tais questões e, para tanto, divide-se em seis momentos de caracterização:

1. da Região Metropolitana;
2. do contraste entre metrópole e interior;
3. do Rio de Janeiro como capital;
4. da concentração populacional;
5. do predomínio econômico;
6. dos megaeventos e sua importância para o turismo no Rio de Janeiro.

Caracterização da Região Metropolitana

Para iniciarmos uma abordagem acerca da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (mapa da **Figura 10.1**), é preciso realizar uma abordagem histórica, buscando compreender como se iniciou o processo de ocupação do seu território. Marafon et al. (2011, p.95) explicam que:

o processo de ocupação da Região Metropolitana Fluminense encontra-se estreitamente relacionado à expansão do município do Rio de Janeiro, já que este último constitui o ponto de partida para a expansão da região.

Tal fenômeno data do século XVI, quando, a partir de 1567, a cidade do Rio de Janeiro iniciou sua expansão, nas proximidades de seu primeiro porto, localizado junto ao Morro do Castelo e a Praça XV. Os autores prosseguem, afirmando que:



Figura 10.1: mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.
 Fonte: CEPERJ, 2014.

A partir de então, a cidade se expandiria em direção a pequenas localidades criadas nas proximidades de outros pequenos portos situados na orla da Baía de Guanabara e nas margens de rios afluentes, a partir dos quais também partiriam alguns dos primeiros caminhos de penetração para o interior. Em seguida, seria a vez dos caminhos por terra (...) [MARAFON et al., 2011, p.95].

À época de sua criação, a Região Metropolitana era composta por 14 municípios, totalizando 6.464 Km², sendo considerável a discrepância entre os tamanhos dos municípios; como por exemplo, Nilópolis, com apenas 22km² e o Rio de Janeiro, com 1171 km².

Atualmente, a Região Metropolitana é composta por 21 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Itaguaí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Mesquita e Tanguá; e concentra a maior parte dos serviços, atividades industriais, população e infra-estrutura estaduais.

Contrastes entre metrópole e interior

No Estado do Rio de Janeiro, é notória a disparidade econômica e populacional da Região Metropolitana, se comparada com as demais. Marafon et al. (2011, p.94) abordam a temática e explicam que:

uma das características fundamentais da região é a concentração, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, bem como o que diz respeito aos serviços referentes aos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde, além de órgãos e instituições públicas.

Esse cenário não é recente e tem relação direta com a separação, em termos político-administrativos, da cidade do Rio de Janeiro e do interior fluminense. Marafon et al. (2011, p.98), valendo-se de Lessa (2000), afirmam ainda que “a constituição do estado da Guanabara em 1960 (...), por outro lado, acabou por aprofundar ainda mais o abismo econômico e demográfico existente entre o núcleo e o interior”.

Ribeiro (2001) alerta que, mesmo após 1975, quando ocorreu a fusão entre a cidade do Rio de Janeiro e do seu entorno, as discrepâncias observadas entre a metrópole e o interior fluminense não regrediram, confirmando o cenário de concentração metropolitana.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Indique características do passado e atuais que conferem ao município do Rio de Janeiro um papel de destaque, não apenas na Região Metropolitana, mas em todo o Estado.

Resposta comentada

Esperamos que você perceba que o processo de ocupação da Região Metropolitana Fluminense encontra-se estreitamente relacionado à expansão do município do Rio de Janeiro e que, para explicar a questão, remeta à função de capital exercida pela cidade do Rio de Janeiro (da Colônia, a partir de 1763 e federal, a partir de 1891), concluindo que esta condição serviu como atrativo populacional e financeiro, concentrando os mais variados fluxos a esta porção do atual território do estado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro como capital

O Rio de Janeiro, ainda hoje, ocupa importante posição na polarização populacional e econômica brasileira, o que ocorre graças à função de capital exercida ao longo dos séculos XIX e XX. A cidade foi capital do Brasil por mais de 160 anos (1793 a 1960), de quatro formas diferentes, a saber: capital da Colônia, capital do Reino Unido, capital do Império e capital da República.

Em 1793, a capital do vice-reinado foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, o que contribuiu para a consolidação do seu caráter central, atuando como articuladora das terras dominadas por Portugal na América. Nesse cenário, o porto da cidade desempenhou papel primordial para a entrada e saída de produtos e pessoas, dentre as quais, milhões de escravos (**Figura 10.2**).

Já em 1808, ano da chegada da família real portuguesa ao Brasil,

a cidade se tornaria Corte e Capital da monarquia e do império português, trazendo-lhe visibilidade plena decorrente da súbita importância política que adquiriu, ou seja, caso único da primeira capital extraeuropeia de uma monarquia ocidental (NUNES e MOURA, 2013, p.92).

Passado mais de um século, em 1960 o Rio de Janeiro perdeu a condição de capital do Brasil República, mas continuou a exercer o papel de capital do Estado da Guanabara, situação que perdurou até 1975, quando este se fundiu com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira,

a cidade do Rio de Janeiro tornou-se, e continua até hoje a ser, capital do estado que leva esse mesmo nome.

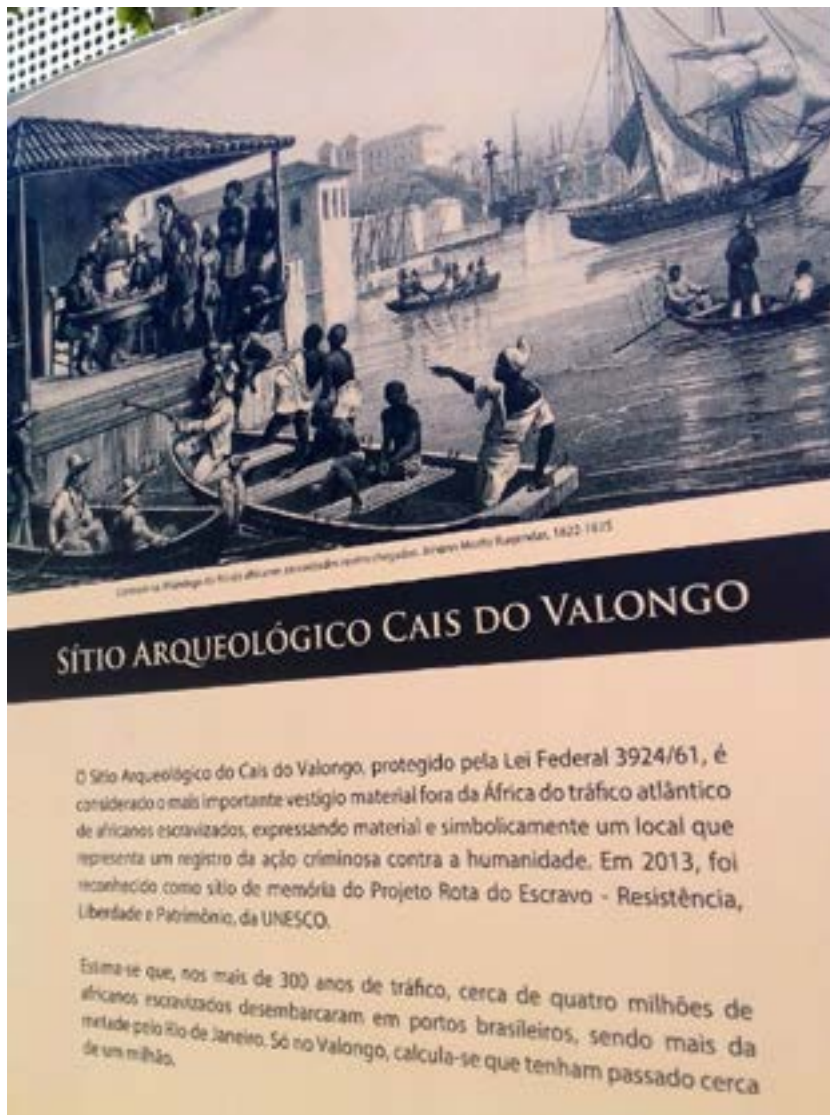


Figura 10.2: sítio arqueológico no Centro do Rio de Janeiro resgata a memória do lamentável período escravista desta cidade.

Fonte: foto tirada por Nathan Nunes, 2016.



Reforma Passos

Desde sua fundação, em 1565, a cidade do Rio de Janeiro passou por diferentes processos de intervenção em seu espaço físico. Particularmente, o governo Pereira Passos, no início do século XX (1901 a 1906), deu início a grandes reformas urbanísticas que marcam o seu ingresso na modernidade. Uma gestão polêmica que redefine o sentido de capital exercido pela cidade, provocando grandes transformações no espaço urbano de então. Com Pereira Passos, a cidade absorveu a lógica da reforma urbana, paradigma da modernidade, caracterizando diferentes governos locais, a maioria apenas fazendo uso de um imaginário obreirista, com consequências sobre a dinâmica territorial da cidade (NUNES e MOURA, 2013, p.93).



Figura 10.3: Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905. João Martins Torres - Acervo Instituto Moreira Salles

Todos esses momentos vivenciados pela cidade do Rio de Janeiro auxiliam na compreensão da centralidade exercida até hoje pela mesma. Tal cenário pode ser comprovado quando analisamos os dados estaduais referentes à economia e população, temáticas a serem abordadas nos próximos tópicos dessa aula.

A concentração populacional

É nítido no Estado do Rio de Janeiro o domínio populacional da região Metropolitana, quando comparada às demais. Mesmo após perder a condição de capital do Brasil, o Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana continuam a exercer uma capacidade de atração populacional, visto que a região permanece como a segunda principal metrópole nacional. Nesse contexto, cabe ressaltar a atração de fluxos migratórios (não apenas para o Rio de Janeiro, mas para as grandes cidades do país), que atua na garantia da estabilidade, mesmo que haja períodos de crise.

Esta região concentra grande parte da população estadual de acordo com os dados divulgados pelo Censo Demográfico do IBGE, em 2010 (Tabela 10.1).

Tabela 10.1: Estado do Rio de Janeiro: dados demográficos selecionados – 2000/2010.

Estado, Região Metropolitana e interior	População residente 2000 2010	Crescimento absoluto 2000 2010	Participação relativa 2000 2010	Taxa média geométrica de crescimento anual (% a.a.) 2000 2010
Estado	14.393.282 15.974.617	1.581.335	100,0 100,0	1,05
Região Metropolitana	10.869.255 11.838.752	969.497	75,5 74,1	0,86
Núcleo	5.857.904 6.323.037	465.133	40,6 39,5	0,77
Periferia	5.011.351 5.515.715	504.364	34,8 34,5	0,96
Interior	3.524.927 4.135.867	610.940	24,4 25,8	1,61

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010.

Podemos destacar ainda que o município do Rio de Janeiro é o núcleo metropolitano, isto é, onde residem mais de seis milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 40% da população estadual. Nos demais municípios, que compõem a periferia metropolitana, também residem outros quase seis milhões de pessoas. Ou seja, esta região como um todo abriga aproximadamente 80% de toda a população estadual.

Porém, devemos mencionar que, se compararmos os Censos demográficos dos anos de 2000 e 2010, é possível perceber que os municípios interioranos apresentaram relativo crescimento populacional, passando de 24,4% para 25,8%. Estes resultados indicam uma tendência à diminuição gradativa da participação metropolitana na composição da po-

pulação do Estado do Rio de Janeiro, fato abordado por Marafon et al (2011), que percebem recentemente um processo de interiorização da população, pela necessidade da criação de novos centros de médio porte no interior, como por exemplo, a atividade petrolífera em Macaé e Campos dos Goytacazes, e a siderurgia em Volta Redonda.

A **Tabela 10.2** é elucidativa para a visualização do cenário descrito, pois evidencia a participação de municípios componentes da Região Metropolitana entre os mais populosos do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 10.2: municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro em 2010.

Municípios	População residente
Rio de Janeiro	6.323.037
Nova Iguaçu	795.212
São Gonçalo	999.901
Duque de Caxias	855.046
Niterói	487.327
São João de Meriti	459.356
Belford Roxo	469.261
Campo dos Goytacazes	463.545
Petrópolis	296.044
Volta Redonda	257.996

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010. Elaborado por Marafon et al, 2011.

Atividade 2

Atende aos objetivos 2 e 3

Faça uma análise dos dados contidos na tabela 1, evidenciando as transformações ocorridas entre os anos de 2000 e 2010.

Resposta comentada

Nesta questão, você deve ser capaz de observar o crescimento em números absolutos, tanto da população metropolitana, quanto do interior do Estado, porém com perda da participação relativa da região Metropolitana (especialmente de seu núcleo) em relação à soma dos municípios interioranos.

O predomínio econômico

Ao analisarmos a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro a partir de aspectos econômicos, o padrão concentrador em relação ao interior é novamente verificado. Do mesmo modo que acontece com a economia no nível estadual, nessa região, o setor primário também tem baixa representatividade, obtendo maior destaque a indústria e os serviços. No ano de 2007, a partir de dados divulgados pelo IBGE (**Figura 10.4**), essa região era responsável por cerca de 70% do PIB estadual. A **Tabela 10.3** detalha essa informação, apresentando os dados a partir da escala municipal, na qual se pode observar a magnitude dos números absolutos dos municípios metropolitanos.

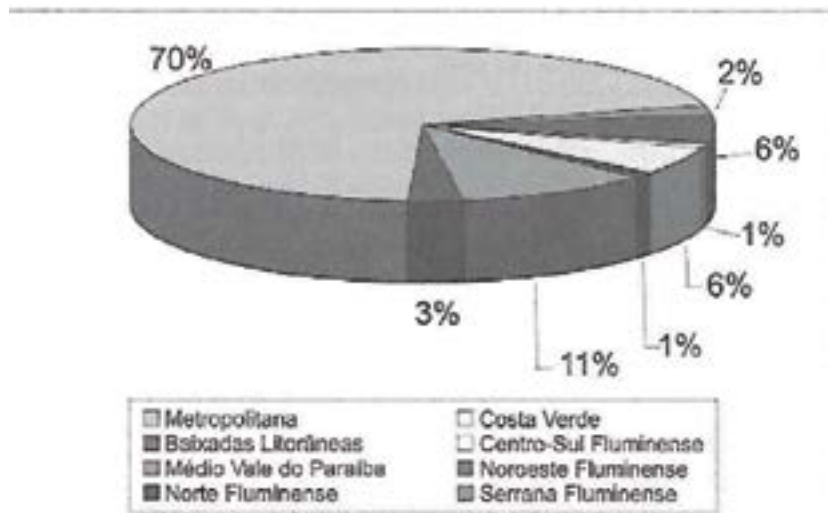


Figura 10.4: PIB das Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

Fonte: IBGE, 2007. Elaborado por Marafon et al., 2011.

Mesmo com a evidente concentração, a Região Metropolitana tem vivenciado uma desaceleração econômica nas últimas décadas, estando entre as causas a transferência do Distrito Federal para Brasília e a do setor de finanças para São Paulo, assim como pela derrocada industrial, o que proporcionou um esvaziamento econômico na região. Complementarmente, a indústria petrolífera, mesmo gerando receitas a quase todos os municípios fluminenses, tem suas atividades desenvolvidas fora dos limites metropolitanos (MARAFON et al., 2011).

Tabela 10.3: PIB dos municípios componentes da Região Metropolitana em 2007

Estado, Região Metropolitana e municípios	PIB valores absolutos (RS 1000)	Participação em relação à Região Metropolitana (%)	Participação em relação ao estado (%)
Estado	296.767.782		100,00
Metropolitana	208.713.877	100,00	70,33
Rio de Janeiro	139.559.354	66,87	47,03
Belford Roxo	3.107.901	1,49	1,05
Duque de Caxias	28.143.860	13,48	9,48
Guapimirim	345.296	0,17	0,12
Itaboraí	1.493.978	0,72	0,50
Itaguaí	2.503.327	1,20	0,84
Japeri	456.359	0,22	0,15
Magé	1.498.757	0,72	0,51
Maricá	842.030	0,40	0,28
Mesquita	1.187.698	0,57	0,40
Nilópolis	1.198.642	0,57	0,40
Niterói	8.870.068	4,25	2,99
Nova Iguaçu	6.957.963	3,33	2,34
Paracambi	322.663	0,15	0,11
Queimados	904.828	0,43	0,30
São Gonçalo	7.457.499	3,57	2,51
São João do Meriti	3.167.928	1,52	1,07
Seropédica	504.834	0,24	0,17
Tanguá	190.892	0,09	0,06

Fonte: IBGE, 2007. Elaborado por Marafon et al., 2011.

Tratando especificamente de alguns municípios constituintes da Região Metropolitana, com objetivo de exemplificar e destrinchar o que foi exposto até o momento, traremos a partir de agora características verificadas recentemente, que auxiliam na compreensão do perfil econômico metropolitano.

O município do Rio de Janeiro destaca-se em âmbito estadual pela diversificação de sua economia, destacando-se, por exemplo, no cenário industrial, com atividades farmacêuticas, metalúrgicas e químicas; setor no qual, em 2007, estabeleceu-se como município de maior contribuição para o PIB regional.



Mais de seis mil lojas fecharam as portas no RJ de janeiro a julho desse ano

Só na capital fluminense foram quase 2400 lojas fechadas no período.

Os comerciantes começaram a sentir esse movimento no caixa. Mesmo em lugares muito movimentados, como no entorno do Largo da Carioca, no Centro. Na Rua Gonçalves Dias, na mesma região, de um lado, uma placa de *aluga-se* e do outro, *loja fechada*. Assim como essas, quase 2400 lojas fecharam as portas de janeiro a julho desse ano na capital.

Na comparação com o ano passado, é um crescimento de 15,7% no número de comerciantes que passaram o ponto. Os motivos são o aumento do desemprego e a desaceleração da economia que fizeram o consumidor gastar só o necessário.

“É um momento muito difícil para toda a economia, principalmente para o comércio, porque o comércio está na linha de frente, é o primeiro a sentir todos os efeitos. O desemprego é mortal para o comércio, porque as pessoas que não têm trabalho, não têm emprego, não podem consumir, não podem comprar”, afirmou Aldo Gonçalves, presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio.

Fonte: trecho de reportagem publicada no site Globo.com em 06 de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/mais-de-6-mil-lojas-fecharam-portas-no-rj-de-janeiro-julho-desse-ano.html>.

Niterói apresenta-se como um dos principais centros financeiros e de comércio em todo o Estado, obtendo maior destaque ainda, na escala regional; o que contribui para que esteja entre os cinco municípios do

Estado com maior PIB. Além do setor de comércio e serviços, também contribui decisivamente a indústria, responsável por cerca de 20% do PIB municipal.



Indústria naval de Niterói já demitiu 3,5 mil trabalhadores este ano

Crise no setor ameaça também arrecadação de impostos do município

Vitimada pela desaceleração na economia e pelos impactos da Operação Lava-Jato, a indústria naval vive uma crise em Niterói: o setor fechou cerca de

3.500 postos de emprego este ano, segundo dados do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, colaborando para o aumento do desemprego. Em maio, o índice chegou a 5% na Região Metropolitana, bem acima dos 3,4% registrados no mesmo período do ano passado. A retração deve afetar também a arrecadação de impostos no município. O setor é um dos principais responsáveis pela alta arrecadação tributária da cidade, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Fonte: trecho de reportagem publicada no site do jornal O Globo, em 29 de junho de 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/industria-naval-de-niteroi-ja-demitiu-35-mil-trabalhadores-este-ano-16572401>.

Entre os municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias é o que possui maior relevância econômica, destacando-se os setores do comércio e da indústria. O primeiro conta com mais de 10 mil estabelecimentos em todo o município, enquanto o segundo reúne mais de 800, dentre os quais, uma refinaria da Petrobrás, a REDUC, o que contribui decisivamente para que o município seja classificado como um dos principais polos petroquímicos do Estado.



Figura 10.5: Estaleiro Eisa Petro-Um, em Niterói.
Fonte: Felipe Hanower / Agência O Globo.

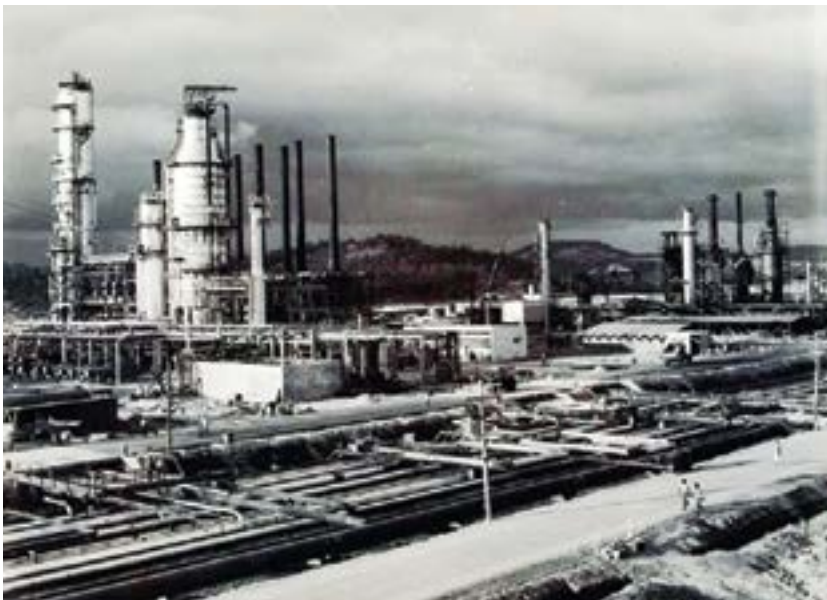


Figura 10.6: Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), em 1961.
Fonte: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/08/fundacao-da-reduc/1961_2---LT_Petro_HP0440.jpg/view.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Faça uma análise da importância das atividades industriais para os municípios da Região Metropolitana.

Resposta comentada

Você deve ser capaz de comentar a importância histórica do setor industrial para economia da Região Metropolitana e utilizar também exemplos atuais, como: as atividades farmacêuticas, metalúrgicas e químicas, setor no qual em 2007 o município do Rio de Janeiro estabeleceu-se como município de maior contribuição para o PIB regional; ou os mais de 800 estabelecimentos desse setor sediados em Duque de Caxias, que contribuem decisivamente para que o município seja classificado como um dos principais pólos petroquímicos do estado.

Os megaeventos e sua importância para o turismo no Rio de Janeiro

Nessa década, a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno tem usufruído de diversos eventos esportivos como mecanismos de atração turística, mais notadamente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Estes dois megaeventos tiveram repercussão mundial e serviram de justificativa para diversas transformações no espaço urbano da cidade (**Figura 10.7**). Tais modificações ocorreram de forma mais intensa em locais restritos, como a área central e a região da Barra da Tijuca, visando atender, principalmente, o interesse de empresários e turistas.

Diversas críticas oriundas da academia e da população em geral ao modelo adotado pelo poder público ocorreram, devido aos investimentos localizados; a projetos de mobilidade urbana, como o BRT (Bus Rapid Transit; em português, *Transporte Rápido por Ônibus*), que privilegia os fluxos destinados às zonas de competição, mas cria engarrafamentos no seu entorno; e à remoção forçada de populações que residiam em áreas de interesse dos jogos.



Figura 10.7: A nova Praça Mauá, com destaque para o Museu do Amanhã.
Fonte: Nathan Nunes, 2016.

Apesar de todas as pertinentes críticas, ambas as competições foram sucesso de público, atraindo, como esperado, milhares de turistas brasileiros e estrangeiros, que movimentaram a economia local através de

hospedagem e consumo de variados produtos, além de propagar a imagem da cidade do Rio de Janeiro para o mundo todo, podendo servir de *marketing* turístico não apenas para o curto período de realização das competições, mas para os próximos anos. Porém, é necessário aguardar algum tempo para avaliar se tal imagem foi absorvida positivamente ao redor do mundo, visto que diversos problemas ocorreram (como o medo da zika, a demora na construção dos locais de competição, assaltos a estrangeiros etc.) que podem macular a forma como o Rio de Janeiro é visto.



Olimpíada é ‘oportunidade perdida’ para o Brasil, diz prefeito do Rio

“Não estamos nos apresentando bem”, disse. “Com essa crise econômica e política, com todos esses escândalos, este não é o melhor momento para estar nos olhos do mundo.”

O prefeito diz acreditar que há exagero da imprensa ao falar sobre os problemas da capital fluminense. “Se você olhar para a mídia internacional, parece que aqui só tem zika e pessoas atirando umas nas outras.”

Segundo o “Guardian”, o prefeito defendeu os impactos a longo prazo da Olimpíada. “Nunca houve tanta transformação nesta cidade para as pessoas pobres [do Rio]”, disse Paes. “Os Jogos Olímpicos são uma grande inspiração para que as coisas sejam feitas.”

Durante a entrevista, Paes comentou ainda os processos de retirada de casas em bairros afetados pelas obras dos Jogos Olímpicos, como na Vila Autódromo. “Ninguém gosta de desapropriações, mas às vezes precisamos fazê-las”, afirmou.

Fonte: trecho de reportagem publicada no site do jornal Folha de São Paulo em 11 de julho de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790585-olimpiada-e-oportunidade-perdida-para-o-brasil-diz-prefeito-do-rio.shtml>.

Conclusão

A partir do que foi exposto, pudemos comprovar a tendência à concentração exercida pela região metropolitana, em comparação com as demais do estado, tendo como principais características:

a concentração e a consolidação de uma “economia de serviços”, concentração expressa no campo demográfico, econômico, de serviços e, conseqüentemente, do fluxo de investimentos estadual (MARAFON et al., 2011, p.108).

Devido à tamanha concentração demográfica e econômica, a Região Metropolitana (que se assemelha a maioria daquelas que possuem o mesmo perfil no restante do país) vem enfrentando inúmeros problemas ambientais, decorrentes do processo intenso de urbanização das últimas décadas, que pela necessidade de imediatismo, foi pouco ou nada planejado.

Resumo

Nessa aula, foi apresentado o processo de concentração de atividades e população da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Para isto, em um primeiro momento, foi realizada uma abordagem histórica, buscando compreender como ocorreu inicialmente o processo de ocupação do seu território.

Uma das características fundamentais da região é a concentração, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, como no que diz respeito aos serviços referentes aos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde, além de órgãos e instituições públicas, contrastando com o interior do Estado.

Mesmo após perder a condição de capital do Brasil, o Rio de Janeiro e sua região metropolitana continuam a exercer uma capacidade de atração populacional, visto que permanece como a segunda principal metrópole nacional.

Por fim é evidenciada a importância dos megaeventos para o turismo no Rio de Janeiro, pois tiveram repercussão mundial e serviram de justificativa para diversas transformações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

IBGE. Censo demográfico, 2000. IBGE. Censo demográfico, 2010.

MARAFON, Glaucio. et al. (orgs). *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

NUNES, Brasilmar Ferreira; MOURA, Heitor Vianna. Imaginário urbano e conjuntura do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 91-105, jan./jun. 2013.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foppel (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Aula 11

A Região das Baixadas Litorâneas: o fenômeno da segunda residência e o turismo

Nathan da Silva Nunes

Meta

Apresentar a importância da mesorregião das Baixadas Litorâneas no contexto estadual, dando destaque ao papel exercido pelos fluxos oriundos do Turismo e da segunda residência, especialmente nas últimas décadas.

Objetivos

Ao final dessa aula você deverá ser capaz de:

1. compreender o que é o turismo e como se originou;
2. analisar os processos responsáveis pela interiorização do turismo no estado;
3. destacar o crescimento populacional e econômico das Baixadas Litorâneas e relacioná-los ao turismo.

Introdução

A mesorregião das Baixadas Litorâneas localiza-se no estado do Rio de Janeiro e é dividida em duas microrregiões:

- Bacia de São João e
- Lagos.

A primeira é composta pelos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, enquanto na segunda inserem-se Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema



Figura 11.1: mapa das Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.

Para que possamos iniciar esta aula, é necessária uma abordagem a respeito de regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, caracterizando a divisão regional fluminense, a partir de fontes como a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, que explica a criação das divisões:

O Estado do Rio de Janeiro está dividido em oito Regiões de Governo. Esta divisão está apoiada na Lei nº 1.227/87, que aprovou

o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. Desde então, foram feitas algumas alterações tanto na denominação quanto na composição dessas Regiões. São elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde (CEPERJ, 2014).

Como explicitado no fragmento, houve nesse período alterações na composição das regiões, sendo relevante para a pesquisa destacar a recente diminuição no número de municípios que compõem as Baixadas Litorâneas. No ano de 2013, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou a saída dos municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu da macrorregião foco desta pesquisa e sua inclusão na Região Metropolitana. As justificativas apresentadas são

Além dos impactos causados pela proximidade do Comperj, na vizinha Itaboraí, os deputados citam as dificuldades impostas pelo programa Minha Casa Minha Vida em expansão na Região Metropolitana. ‘Uma das grandes carências dessas cidades, em função da criação do Comperj é a construção de projetos de habitação popular, e os preços na região metropolitana tem um subsídio maior da Caixa Econômica. Com essa lei, vamos viabilizar vários projetos do Minha Casa Minha Vida em Rio Bonito e em Cachoeira de Macacu que antes não eram viáveis pelo preço dos terrenos’, explicou André Corrêa. (ALERJ, 2013)

O surgimento do Turismo e sua conceituação

É possível afirmar que a viagem, prática tão comum ao ser humano, apresentou ao longo da história uma enorme diversidade de finalidades, como quando os fenícios romperam a tradição de comércio terrestre e realizaram navegações pelo Mediterrâneo; quando a nobreza de Roma viajou para a Grécia buscando conhecimento; ou quando os exércitos se deslocavam, como o napoleônico, que se deslocou por quase dois mil quilômetros em 1812 (AMBRÓZIO, 2005). Porém, a primeira agência de viagens foi fundada apenas em 1845, na Inglaterra, tendo como público alvo a burguesia britânica, (AMBRÓZIO, 2005). Martoni (2006, p. 13) explica que “mesmo organizadas nos sistemas que precederam o capitalismo, a partir do início do século XIX as atividades associadas ao

lazer e ao turismo passaram a ser ordenadas segundo a lógica do capital”. Complementando este pensamento, Fernandes (2012) evidencia o papel que a atividade possui desde então para movimentar populações, provocando alterações de natureza social e territorial.

A inclusão da classe trabalhadora enquanto consumidora da oferta turística teve início após a Segunda Guerra Mundial, pois países industrializados começaram a adotar medidas que contribuíram decisivamente para a afirmação do turismo como atividade econômica geradora de recursos nas décadas seguintes, como a redução da jornada de trabalho; que acarretou maior tempo livre. (CORREA, 2010), Porém, a ampliação de oferta e demanda não geraram o esperado resultado sem que houvesse uma revolução tecnológica, abordada por Fiori (2007), modificando a extensão, a velocidade e o custo da circulação de informações, produtos e pessoas. Os processos citados influenciam para que aconteça em larga escala o que Martoni (2006) classifica como privatização do tempo livre, pautada pela aquisição de direitos trabalhistas e consequente tempo destinado ao ócio, sendo esse encarado como possibilidade de renda para agentes que desenvolvem atividades vinculadas ao lazer.

Por seu caráter multifacetado, em função de suas implicações culturais, sociais e econômicas, o turismo tornou-se tema de grande interesse à Geografia nas últimas décadas.

O capitalismo em sua desenfreada busca por acumulação fez e faz do turismo mais um de seus tentáculos, apropriando-se não mais somente do tempo de trabalho, mas também gerindo a utilização do tempo livre, transformando os aspectos mais simples da vida em mercadoria. Silva (2008, p. 263) destaca a crescente importância do turismo na economia mundial, entendendo tal cenário como fruto de diversas transformações sociais e técnicas, popularizando o consumo do tempo livre, encurtando distâncias e aumentando a oferta de lugares turísticos. O discurso produzido se utiliza inclusive das mazelas criadas pela própria sociedade capitalista, vendendo à população a necessidade de fuga das cinzentas e sufocantes metrópoles, escape de um cotidiano que tem a clausura como característica crescente.

Atualmente, o cenário observado ainda expressa desigualdades históricas existentes no mundo, visto que as principais agências e as maiores demandas ainda concentram-se nos países centrais, notadamente EUA e alguns no continente europeu. Wallerstein (2001) entende o turismo como apenas mais uma expressão da desigualdade na distribuição de riquezas, recordando que

em nenhum sistema histórico anterior existiu o conceito de que pessoas, mesmo ricas e poderosas, pudessem gastar parte do seu tempo isentas do trabalho gerador de renda para viajar, observar e desfrutar prazeres que não fizessem parte do seu padrão normal de vida (WALLERSTEIN, 2001, p. 106).

A tendência, com a expansão turística, é a da acentuação de práticas capitalistas perversas, na qual esta alternativa lucrativa explora ao máximo os recursos que pode alcançar, sejam eles naturais, históricos ou culturais; importando apenas atender as demandas crescentes, especialmente as das classes sociais mais abastadas, que buscam não apenas conforto, mas agora a exclusividade e o exótico.

Ribeiro (2003, p. 80) busca uma aproximação com a realidade latino-americana e, mais especificamente, com a brasileira, evidenciando a importância do turismo enquanto fator de interiorização do desenvolvimento econômico e social e uma das expressões mais claras da globalização. Ele segue sua análise destacando que:

O fenômeno do turismo expande-se em âmbito planetário até as regiões mais remotas, não desconsiderando nenhum território, e neste contexto, o Brasil encontra-se inserido nesta economia globalizada através da atividade do turismo, quer em decorrência de suas mais diversas paisagens, dentre elas as tropicais, como também em seus diferentes aspectos culturais e históricos, tornando-se na América Latina uma das principais áreas receptoras desses fluxos.

Cordeiro (2010) aborda o interesse dos geógrafos na análise do turismo, que teria apresentado maior visibilidade a partir das décadas de 1960 e 1970, em função das modificações espaciais ocasionadas por esta atividade. Ribeiro (2003) realiza a introdução necessária para que possamos avançar a análise para o Estado do Rio de Janeiro, trazendo dados quantitativos sobre os municípios brasileiros que mais receberam turistas internacionais no fim do século XX.

Quanto às cidades brasileiras mais visitadas por turistas internacionais, a capital do Estado, a cidade do Rio de Janeiro, para o ano de 1998, recebeu 1.455.061 visitantes, correspondendo a 30,2% do total nacional, enquanto Armação dos Búzios, cidade localizada no litoral norte-fluminense, registrou 260.176 (5,4%),

ocupando a oitava posição entre as cidades brasileiras mais visitadas (EMBRATUR, 1999).

Visando a finalização deste segmento da nossa aula, é importante agora conceituar o turismo, que de acordo com Guedes (2009, p. 9), valendo-se da definição apresentada pela Organização Mundial do Turismo, é “uma modalidade de deslocamento espacial, que utiliza algum meio de transporte e a permanência de um indivíduo ou um grupo de um pernoite no destino”. Complementarmente a tal definição, podemos acrescentar que estes deslocamentos ocorrem pelos mais variados motivos, como saúde, negócios e lazer. Por outro lado, é preciso ressaltar que diversos autores entendem que o turismo não está mais relacionado ao pernoite no local, podendo o turista usufruir das atividades oferecidas e retornar a sua residência ao fim do dia.

Posto isto, iniciaremos a seguir a abordagem do turismo na escala estadual, focando nos projetos desenvolvidos nas últimas décadas visando o crescimento desta atividade, bem como as tipologias praticadas no Rio de Janeiro.

=====**Atividade 1**=====

Atende ao objetivo 1

Explique o contexto e os motivos para a inserção da classe trabalhadora como consumidora dos produtos turísticos.

Resposta comentada

Quando foi fundada a primeira agência de viagens, o público alvo era a burguesia britânica, mas a classe trabalhadora foi inserida como consumidora da oferta turística após a Segunda Guerra Mundial, pois países industrializados começaram a adotar medidas como a redução da jornada de trabalho,

que trouxe mais tempo livre. Tais ações contribuíram decisivamente para a afirmação do turismo como atividade econômica geradora de recursos nas décadas seguintes. Porém, o fato é mais bem explicado quando analisado pelo viés do capitalismo, pois em sua desenfreada busca por acumulação fez e faz desta atividade mais um de seus tentáculos, apropriando-se não mais somente do tempo de trabalho, mas também gerindo a utilização do tempo livre da população, transformando os aspectos mais simples da vida em mercadoria.

O Turismo no Estado do Rio de Janeiro

A atividade turística apresenta grande destaque quando tratamos do Estado do Rio de Janeiro, muito em função da fama que tem a capital, com pontos turísticos conhecidos mundialmente, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, o estádio do Maracanã, entre tantos outros. De acordo com Fratucci (2005, p. 82), “o Rio de Janeiro sempre foi, e continua sendo, o estado brasileiro onde a atividade turística apresenta dimensões mais marcantes, tanto para a sua economia, quanto para sua estrutura sociocultural”. Porém, a atividade também apresenta dinamicidade no interior, o que é destacado por este autor, quando diz que o Estado

tem no turismo um dos suportes de desenvolvimento mais importante, apresentando sobreposto ao seu território uma rede bastante ampla de nós/lugares turísticos, interligadas por uma extensa malha de rodovias, hidrovias, ligações aéreas (a malha ferroviária existente praticamente não é utilizada pelo sistema turístico) e de uma complexa rede de comunicações.

O discurso oficial corrobora o do autor, visto que o Caderno de Turismo do Estado destaca a atividade turística como “influenciada pela enorme diversidade de paisagens e características topográficas e climáticas, além de peculiaridades culturais existentes no território fluminense” e em seguida alerta para a importância que o turismo representa a alguns municípios e ao Estado de maneira geral, destacando que tais práticas muitas vezes surgem de potencialidades até então escondidas em características peculiares a cada município (GOMES, 2010).

Para que se possa entender o cenário encontrado atualmente, faz-se necessária uma análise da formação e do ordenamento territorial do turismo a partir da década de 1960, quando começa a haver uma institucional, com a criação da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur), segundo Fratucci (2005). Já nos anos 1970, começou a ser mais evidente o processo de interiorização da atividade, em função da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que ocasionou a transferência da sede da Flumitur de Niterói para o Rio de Janeiro, onde passou a desenvolver ações que tinham como foco principal o interior; visto que o turismo da capital era gerido pela Riotur (FRATUCCI, 2005).

A existência de dois órgãos para tratar do mesmo segmento, nesse caso, era prejudicial, especialmente para os municípios interioranos, pois a porta de entrada para o turismo do estado era a capital, que acabava por reter a maioria dos fluxos ali mesmo. Fratucci (2005) explica que facilidades para deslocamento da população, como a inauguração da Rodovia Rio-Santos, da BR-101 e da ponte Rio-Niterói, contribuíram para que, na década de 1970, os locais litorâneos das regiões turísticas fossem mais buscados, corroborando, assim, o que afirma Ribeiro (2003, p. 84):

As rodovias tiveram papel vital para a expansão do turismo em território fluminense, concretizando-se, notadamente a partir da década de 1970, com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, ligando as duas principais cidades do Estado, Rio de Janeiro e Niterói; a abertura da BR-101; além da duplicação das rodovias Presidente Dutra (BR-116) e da Washington Luís (BR-040), ligando a capital do Estado às cidades mineiras de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Com a implantação da BR-101 em território fluminense, além da construção da Ponte Rio-Niterói, concretizada em 1974, a tendência foi haver uma expansão da atividade turística em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol). Esses são dois grandes vetores de expansão do turismo litorâneo, secundados pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) que corta a região do Vale do Paraíba.

Em relação à mesorregião das Baixadas Litorâneas, pode ser destacada a definição de Cabo Frio (de onde Armação dos Búzios ainda não havia se emancipado) como centro turístico nacional, de acordo com a Embratur, na década de 1980. Nesta mesma década foi desenvolvido o Plano Indutor de Investimentos Turísticos na Região dos Lagos, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio do governo da Catalunha. Fratucci (2005, p. 91), teve considerações a respeito das razões para elaboração e objetivos do plano:

A justificativa para a elaboração desse plano estava calcada em um diagnóstico do turismo brasileiro da época, que apontava para o fato de, apesar da forte demanda potencial (nacional e internacional) existente, o Rio de Janeiro não oferecer um produto turístico coerente e compatível com as exigências do mercado. Segundo relatórios da época, esse desajuste era causado pela ausência de uma política de turismo específica para um segmento de mercado, o que demonstrava a ausência de um produto turístico altamente qualificado e competitivo internacionalmente. A escolha da Região dos Lagos do Rio de Janeiro baseou-se na sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e com o Aeroporto Internacional (média de 60km); nas características fisiográficas locais: grande extensão do litoral, clima tropical, baixo índice pluviométrico e inverno com temperaturas médias em torno de 20° C; na sua topografia ideal para implantação de campos de golfe e, nas características culturais dos seus centros urbanos.

À época, foram elaboradas diversas propostas para aplicação do plano, porém uma série de dificuldades políticas o inviabilizaram, como alterações nas legislações municipais quanto ao uso do solo, a ausência de recursos financeiros suficientes e a eleição estadual, que colocou no poder um novo governo (FRATUCCI, 2005).

Outros projetos e planos foram desenvolvidos no âmbito estadual, como a campanha “Cidades Maravilhosas do Estado do Rio de Janeiro” (1988-1990), campanha de marketing que auxiliou no reordenamento do território turístico do Estado, através da seleção de municípios capacitados para atuar como centros receptivos de fluxos turísticos, atuando na complementação à cidade do Rio de Janeiro; também o Plano Diretor de desenvolvimento de pólos de turismo náutico (1988-1990), que objetivava reciclar e aperfeiçoar equipamentos náuticos já existentes em municípios litorâneos e estimular novos investimentos voltados a esse segmento turístico; o Plano diretor de turismo do Estado do Rio de Janeiro (1997-2001), que apesar de datar do fim da década de 1990, foi concebido no ano de 1989, com a incumbência de proporcionar o pleno desenvolvimento da atividade turística no território fluminense, tendo servido para nortear a política estadual de desenvolvimento turístico nos últimos anos (FRATUCCI, 2005).

Silva (2008, p. 272) ressalta os resultados obtidos recentemente pelos municípios do Rio de Janeiro que tem o turismo como principal atividade, pois “há algum tempo podem ser relacionados entre os que apresentam as maiores taxas de crescimento, o que, de maneira geral, só

confirma uma tendência mundial nesse sentido”. Porém, há no Estado do Rio de Janeiro uma variedade considerável de tipologias relacionadas ao turismo, o que contribui decisivamente para o crescente número de visitantes, visto que há opções para os mais variados públicos.

Atividade 2

Atende a o objetivo 2

Analise a importância das rodovias para a consolidação da atividade turística em municípios das Baixadas Litorâneas.

Resposta comentada

As rodovias tiveram papel vital para a expansão do turismo em território fluminense, concretizando-se, notadamente a partir da década de 1970, com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, ligando as duas principais cidades do Estado, Rio de Janeiro e Niterói; a abertura da BR-101; além da duplicação das rodovias Presidente Dutra (BR-116) e da Washington Luís (BR- 040), ligando a capital do Estado às cidades mineiras de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Com a implantação da BR-101 em território fluminense, além da construção da Ponte Rio-Niterói, concretizada em 1974, a tendência foi haver uma expansão da atividade turística em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol). Esses são dois grandes vetores de expansão do turismo litorâneo, secundados pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) que corta a região do Vale do Paraíba.

Turismo e fenômeno da segunda residência nas Baixadas Litorâneas

Para tratar do turismo desenvolvido em determinada região, devemos conhecer as tipologias desta atividade. Para tanto, apresentaremos agora os tipos de turismo desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, sendo relevante recorrer a Ribeiro (2003), que destaca três fatores que acabam condicionando o desenvolvimento desta atividade nos municípios fluminenses, que seriam: suas características físicas e/ou naturais, os elementos culturais formados a partir da história e a atuação fundamental dos transportes.

Tratando diretamente dos modelos desenvolvidos em território fluminense, serão utilizadas como referências as tipologias indicadas por Ribeiro (2003) e as classificações de áreas turísticas do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Ribeiro (2003) utiliza o Guia Quadro Rodas da Editora Abril (1999) para fundamentar sua argumentação a respeito das localidades classificadas como de função turística, utilizando ainda, para a elaboração da tipologia, outros dois elementos, a saber: as atrações e os diferentes tipos de hospedagem. Após considerar tais fatores, o autor elaborou a tipologia a partir de cinco grandes tipos, acrescentando ainda as localidades de apoio. Os tipos seriam: 1- Litorânea; 2- Histórica/Rural; 3- Rural/Ecológica/Aventura; 4- Estância/Rural; e 5- Cultural/Rural. Cabe ainda ressaltar os tipos 1 e 3 apresentam sub-tipos, apresentados no quadro da **Figura 11.2**.

TIPOS (FUNÇÕES)	SUB-TIPOS
1 – Litorânea	1.1 – Diversificada 1.2 – Praia-Náutica/Rural 1.3 – Praia-Náutica 1.4 – Praia-Náutica/Histórica
2 – Histórica/Rural	
3 – Rural/Ecológica/Aventura	3.1 – Diversificada 3.2 – Rural 3.3 – Rural/Ecológica/Aventura
4 – Estância/Rural	
5 – Cultural/Rural	
6 – Apoio ao Turismo	

Fonte: Guia Quadro Rodas, Brasil, São Paulo: Editora Abril, 1999.
Elaborado por: RIBEIRO, M. Angelo, 2000/2001.

Figura 11.2: Tipologia das funções turísticas no Estado do Rio de Janeiro.

Visando aproximar a análise de Ribeiro (2003) à presente aula, faz-se necessário localizar os municípios da mesorregião em análise na tipologia desenvolvida pelo autor, procurando assim compreender as funções turísticas inerentes de alguns deles. Por exemplo, Armação dos Búzios e Saquarema estão inseridos na tipologia praia-náutica, que abrange municípios onde predominam atividades ligadas ao turismo, que reúnem aspectos relacionados a sol, céu e mar, com a prática de diversas modalidades náuticas; enquanto Casimiro de Abreu encaixa-se na categoria rural, que compreende localidades que desenvolvem atividades turísticas em zona rural, podendo resgatar, através dos chamados hotéis-fazenda, a antiga vida do ambiente rural, a partir da revitalização de antigas fazendas (RIBEIRO, 2003).

Dialogando com o quadro anterior, o mapa da **Figura 11.3** apresenta a regionalização turística do Estado do Rio de Janeiro e insere praticamente todos os municípios destacados nessa aula na Região Turística Costa do Sol, Costa (2010, p. 82) afirma algo já diagnosticado: que a sociedade atual tem nos ambientes naturais os principais polos de atração turística. O autor prossegue analisando especificamente as praias, ambiente valorizado na construção da imagem tanto de Armação dos Búzios quanto de Saquarema. Segundo ele:

A praia é potencialmente turística por dois motivos básicos: a segurança que esse ambiente confere, com suas reentrâncias e o seu imenso e belo horizonte, que suscita nos seres humanos o sentimento de aventura. Importante ressaltar que a praia também permite uma fusão entre atividades econômicas e recreativas, portanto constitui também um ambiente de fixação populacional”.

É necessário, no entanto, enfatizar que apesar de tais classificações a prática do turismo nestes municípios atualmente vai além das categorias estabelecidas, merecendo destaque o turismo religioso em Saquarema, que divide as atenções com as praias nas representações encontradas em reportagens, *outdoors* e cartões postais, bem como a iniciativa pública e privada de alteração do perfil de Casimiro de Abreu, deixando de ser apenas rural para integrar o grupo de municípios incluídos na categoria rural/ecológica/aventura; que compreende aqueles que desenvolvem “atividades voltadas para o turismo rural (hotéis-fazenda, pesque-pague, cavalgadas), ecológico (trilhas, caminhadas), além do turismo alternativo (escaladas, corredeiras etc.)” (RIBEIRO, 2003, p. 87).

REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA - RJ



Figura 11.3: Mapa da regionalização turística dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

Como pudemos observar em aulas anteriores, o processo de produção do espaço geográfico de todo o Estado do Rio de Janeiro está diretamente relacionado com a tentativa de descentralização da produção e da população em direção ao interior. Silva (2014, p.1267) ressalta a crise vivida pelos municípios metropolitanos nas décadas de 1980 e 1990, ao ponto de que:

alguns municípios da microrregião dos Lagos passam por um intenso processo de crescimento econômico e associado ao turismo e a produção imobiliária para segunda residência, num primeiro momento e primeira residência posteriormente.

Neste contexto, alguns municípios transformaram-se em verdadeiros polos atrativos de fluxos turísticos (Armação dos Búzios e Cabo Frio, por exemplo), enquanto outros ainda buscam desenvolver políticas neste sentido (como é o caso de Casimiro de Abreu).

Marafon (2011, p. 48) trata das Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro elencando fatos que dão importância às Baixadas Litorâneas, como “sua disposição topográfica e aos fatores morfológicos, que facilitaram as vias de comunicação naturais e artificiais”. Devido a esses fatores, essa região foi utilizada como área de passagem para a região Norte do Estado, “primeiramente por meio da ferrovia (...), e posteriormente, pela rodovia RJ- 106.

O crescimento populacional e econômico da região em análise se intensificou, ainda segundo Marafon (2011, p. 49 e 52) após a inauguração da Ponte Rio-Niterói, na década de 1970, e a pavimentação da BR-101, que facilitaram o acesso a essa região. O autor apresenta ainda uma divisão importante, entre dois subespaços contidos na região, a saber:

o litoral, com ocupação mais antiga, voltado para a Lagoa e o mar e cortado pela RJ-106; e o interior, de ocupação mais recente, cortado pela BR-101, com presença de atividades agrícolas e terras vazias, em processo de especulação.

Lemos et al. (2014, p. 7) ressaltam a procura por atividades ligadas ao turismo e a segunda residência como fundamentais ao crescimento populacional recente desta mesorregião, visto que há um deslocamento crescente de pessoas, especialmente oriundos na Região Metropolitana, em direção a estes municípios, em busca de novas oportunidades. Tais informações podem ser comprovadas na análise da **Tabela 11.1**.

Para se ter uma ideia do crescimento, a população do município de Rio das Ostras entre a década de 2000 para 2010 triplicou passando de 36.419 para 105.676. Municípios como Araruama e Cabo Frio apresentaram também valores expressivos se analisarmos entre os anos 1970 a 2010. O que em 1970 não chegavam nem a 50 mil habitantes, em 2010 a população ultrapassava a 100 mil.

Tabela 11.1: população dos municípios das Baixadas Litorâneas.

Municípios	1970	1980	1991 ^a	2000	2010
Araruama	40.031	49.827	59.024	82.803	112.008
Armação de Búzios ^{**}	-	-	-	18.204	27.560
Arraial do Cabo	-	-	19.866	23.877	27.715
Cabo Frio	44.379	70.961	84.915	126.828	186.227
Casimiro de Abreu	16.799	22.161	33.845	22.152	35.347
Iguaba Grande ^{***}	-	-	-	15.089	22.851
Rio das Ostras ^{****}	-	-	-	36.419	105.676
São Pedro da Aldeia	27.721	37.508	50.474	63.227	87.875
Saquarema	24.378	28.200	37.888	52.461	74.234
Silva Jardim	17.190	16.828	18.141	21.265	21.349

Fonte: IBGE

Observações:

(*) O Censo Demográfico que deveria ter sido realizado em 1990, só foi realizado em 1991.

(**) Armação de Búzios – ano de emancipação: 1995. (***) Iguaba Grande – ano de emancipação: 1997.

(****) Rio das Ostras – ano de emancipação: 1992.

Fonte: Lemos et al., 2014.

A relação dessa população com as atividades ligadas ao turismo se evidencia quando observamos os dados relativos à disponibilidade de empregos nos setores de comércio e serviços. Lemos et al. (2014, p. 9), afirmam que “os municípios dessa região atraem diversos turistas; o que contribui para o desempenho econômico e para crescente articulação entre a capital e o interior”.

No que tange à segunda residência, Guedes (2009) destaca essa mesorregião, juntamente com a chamada Costa Verde, como as de maior ocorrência deste fenômeno (mapa da **Figura 11.4**), como complemento ao turismo.

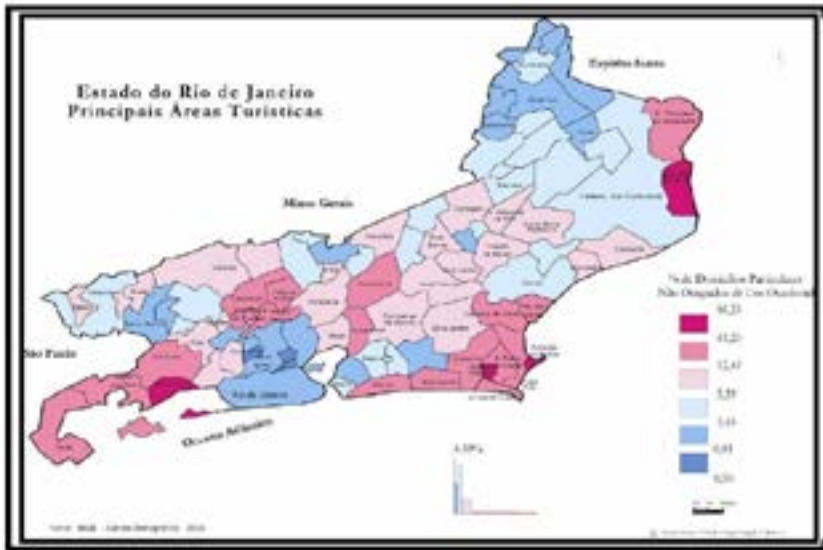


Figura 11.4: Domicílios particulares não ocupados, ou de uso ocasional do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Aborde a relação entre o crescimento populacional e o turismo nos municípios que se destacam no desenvolvimento desta atividade.

Resposta comentada

O crescimento populacional tem ocorrido paralelamente com o aumento da importância do turismo em diversos municípios; e sua relação pode ser explicada quando observados os dados relativos à disponibilidade de empregos nos setores de comércio e serviços.

Conclusão

O Estado do Rio de Janeiro como um todo e mais especificamente a mesorregião das Baixadas Litorâneas tem no turismo uma atividade de grande importância econômica, sendo possível observar municípios que se organizam internamente em prol do recebimento de fluxos populacionais ao longo do ano.

Porém, para atingir tal cenário, foi necessário grande esforço por parte do poder público, visando abranger as possibilidades além da metrópole. Neste contexto, alguns dos municípios interioranos que mais se destacaram foram Cabo Frio e Armação dos Búzios, devido especialmente às melhores condições de acesso propiciadas pela abertura de novas rodovias e a construção da Ponte Rio-Niterói, na década de 1970.

Desde então, o que se tem verificado é um crescimento populacional destacado de vários municípios constituintes da mesorregião das Baixadas Litorâneas, tendo como alguns dos fatores principais o aumento dos estabelecimentos voltados ao comércio e aos serviços, o que contribuiu decisivamente para a geração de empregos e fixação populacional nestes locais.

Resumo

Nessa aula procuramos evidenciar a importância da mesorregião das Baixadas Litorâneas no contexto estadual, dando destaque ao papel exercido pelos fluxos oriundos do turismo e da segunda residência, especialmente nas últimas décadas.

Para isto, em um primeiro momento, a aula procurou esclarecer a conceituação de turismo e o seu surgimento, caracterizando-o como uma modalidade de deslocamento espacial, que utiliza algum meio de transporte e supõe a permanência de um indivíduo ou um grupo em um pernoite no destino.

Em um segundo momento, é apresentada a atividade turística no Rio de Janeiro, que possui grande destaque em função da fama que tem a capital, com pontos turísticos conhecidos mundialmente, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, o estádio do Ma-

racanã, entre tantos outros. Podemos destacar em relação à mesorregião das Baixadas Litorâneas, Cabo Frio (de onde Armação dos Búzios ainda não havia se emancipado) como centro turístico nacional, de acordo com a Embratur, na década de 1980, merecendo destaque também o turismo religioso em Saquarema, que divide as atenções com as praias nas representações encontradas em reportagens, *outdoors* e cartões postais, bem como a iniciativa pública e privada de alteração do perfil de Casimiro de Abreu, deixando de ser apenas rural para integrar o grupo de municípios incluídos na categoria rural/ecológica/aventura, que compreende aqueles que desenvolvem “atividades voltadas para o turismo rural (hotéis-fazenda, pesque-pague, cavalgadas), ecológico (trilhas, caminhadas), além do turismo alternativo (escaladas, corredeiras etc.).

Referências

ALERJ. *Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu integram região metropolitana*. Disponível em: <<https://www.andrecorrea.com.br/projetos/desenvolvimentoeconomico/rio-bonito-e-cachoeiras-de-macacu-integracao-regiao-metropolitana>>. Acesso em: 22 Jul. 2016.

AMBRÓZIO, Júlio. Viagem, turismo, vilegiatura. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo: GEOUSP, nº 18, 2005. P. 105-113.

CEPERJ. *Estado do Rio de Janeiro – Regiões de Governo*. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 07 Out. 2014.

CORDEIRO, L. R. A perspectiva do Turismo em Quissamã em função da (re)valorização do seu patrimônio. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Revisitando o Território Fluminense III*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p. 49-64.

CORREA, Ana. Las ciudades y el turismo en el nuevo escenario internacional. In: CORREA, Ana. *Ciudades, turismo y cultura*. Buenos Aires: La Crujía, 2010. p. 21-32.

FERNANDES, J. L. J. Artes visuais, representações e marketing territorial. In: *Biblos*, vol. VI (2ª série) - Revista da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra). Coimbra, 2012. p. 339-366.

FIORI, José Luís. A grande transformação do fim do século XX. In: FIORI, José Luís. *O poder global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 49-53.

FRATUCCI, A. C. A formação e o ordenamento territorial do turismo

no estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLLO, R.; DELAMARE, M.; BADDIN, L. (Orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, v. 1, p. 81-109.

GOMES, J. C. (Org.). *Caderno de turismo do Estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado*. Rio de Janeiro : Fecomércio, 2010.

GUEDES, R. P. A prática turística no contexto litorâneo fluminense sob a ótica dos estudos geográficos. In: *Anais do V Encontro de grupos de pesquisa*. Santa Maria, 2009.

LEMOS, L. M. et al. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro a partir dos anos de 1970: o Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória, 2014.

MARAFON, G. J. et al. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARTONI, R. M. Turismo e Capitalismo: impossibilidades estruturais e análises superficiais do ecoturismo. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul e III Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. Turismo: responsabilidade social e ambiental. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul e CNPq Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006.

RIBEIRO, M. A. Turismo no Estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia. In: *GEOgraphia*. Ano V. n. 10. 2003. p. 79-91.

SILVA, O. T. da. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: entre as intencionalidades da instituição e as dinâmicas da integração. In: *Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia*. Alfenas, 2014.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. São Paulo: Contraponto, 2001.

Aula 12

A Região Norte Fluminense: da agricultura canavieira aos *royalties* do petróleo

Nathan da Silva Nunes

Meta

Apresentar a região Norte Fluminense, evidenciando os principais aspectos de sua economia, tendo como principais enfoques as atividades canavieira e petrolífera.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. localizar a mesorregião Norte Fluminense e evidenciar como ocorreu seu processo de ocupação;
2. analisar a importância do cultivo de cana de açúcar e as alterações de sua relevância para a economia regional;
3. destacar a ascensão do setor petrolífero e a dinamicidade que proporcionou aos municípios do Norte Fluminense.

Introdução

A mesorregião Norte Fluminense é composta atualmente pelos municípios de:

- Carapebus;
- Macaé;
- Conceição de Macabu;
- Quissamã;
- São Fidélis;
- Cardoso Moreira;
- São João da Barra;
- São Francisco de Itabapoana;
- Campos dos Goytacazes.

A ocupação desta região, de acordo com Marafon et al. (2011), foi no sentido contrário do que se estabeleceu como padrão em todo o Brasil, pois partiu do interior em direção ao litoral. Isto se explica em função das “formações litorâneas da região, que impediram a existência de bons portos naturais (MARAFON et al., 2011, p.121). Desta forma, a população seguiu os eixos dos rios, fato que, associado à existência de solos férteis, propiciou o desenvolvimento das atividades ligadas à economia do açúcar, característica do Norte Fluminense.

Historicamente, esta região esteve deslocada economicamente do restante do Estado, tendo se baseado socioeconomicamente, como já mencionado, na atividade canavieira. Inicialmente, esta atividade foi desenvolvida através de um modelo monocultor escravista, posteriormente passando por um período de declínio, após a abolição da escravidão e ressurgindo quando da instalação de usinas de processamento de cana, principalmente em Campos dos Goytacazes (MORAIS, 2010, p. 245). Porém, em função de fatores como a queda do valor do petróleo (que ocasionou a diminuição da procura por álcool), esta região entrou em mais um período de decréscimo econômico, superado a partir da década de 1970, quando foi instalada a base operacional da Petrobrás, em Macaé. Esses temas serão abordados mais detalhadamente em outros momentos dessa aula.



Figura 12.1: mapa do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para as regiões de governo.

Fonte: CEPERJ, 2014.

O papel da cana de açúcar no desenvolvimento dos municípios do Norte Fluminense

Quando tratamos da economia monocultora e escravista da cana de açúcar, devemos examinar também a ocupação da região Norte Fluminense, visto que os dois processos estão estreitamente relacionados.

Características naturais como a topografia suave e a fertilidade dos solos possibilitaram

o desenvolvimento de atividades agrárias extensivas, constituindo um dos principais fatores para que Campos dos Goytacazes viesse a se tornar um importante centro e funcionasse como praça de exportação/importação por meio, inicialmente, do porto de São João da Barra e, posteriormente, de Macaé, no decorrer do século XIX (MARAFON et al., 2011, p.122).

Ainda durante o século XIX, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento da indústria açucareira, como apontam Marafon et al. (2011); os quais seriam: a ampliação da rede ferroviária, a introdução

do engenho a vapor e a criação de usinas. Esses autores destacam ainda que “as mudanças técnicas na produção do açúcar e a revolução nos transportes conduziram à ampliação da ocupação de terras da região, agregando áreas agrícolas à atividade açucareira” (p.122), o que ocorria em função da maior possibilidade de lucro nesta atividade.

A atividade viveu seu auge até a década de 1930 quando, influenciada pela crise capitalista que se inicia no ano de 1929, necessitou de intervenção federal, com a criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira e do Instituto do Açúcar e do Alcool (MARAFON et al, 2011). O cenário de ajuda federal se repetiu na década de 1970, com a criação do Programa Nacional do Alcool. Esta ajuda constante se explica em parte pela tentativa do governo de utilizar o álcool como fonte alternativa de energia.



Figura 12.2: Usina Cambaíba no ano de 1935, em Campos dos Goytacazes.
Fonte: Waldir Carvalho, 2013.

É importante ressaltar, partindo de dados sobre a hierarquia e áreas de influência, que, nas décadas de 1960 e 1970, devido ao destaque na produção de cana de açúcar, Campos dos Goytacazes era considerado um dos quatro centros regionais do Estado do Rio de Janeiro.

Já a década de 1990 se apresenta como um marco da queda produtiva do álcool, por razões diversas, que vão desde a redução de subsídios, passando pela queda do número de automóveis que o tinham como fonte

energética, até a produção insuficiente para atender a demanda das usinas. Desde então, conforme alertam Marafon et al. (2011), o Norte Fluminense é visto como região problema, devido a queda de índices produtivos e o aumento do desemprego sazonal, que tem como consequência o crescimento de deslocamentos desses trabalhadores rurais para outras cidades.

Porém, há um componente recente que tem ajudado a economia regional em tempos de crise na produção do álcool. Trata-se da indústria petrolífera, que tem contribuído decisivamente para a arrecadação de diversos municípios, especialmente Campos dos Goytacazes e Macaé, onde se instalaram diversas empresas que atuam neste setor. A importância da exploração do petróleo nessa região e as consequências aos municípios nela inseridos serão tema do próximo segmento.



Setor de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes, RJ, passa por crise

Nos últimos três anos, cerca de oito mil pessoas ficaram desempregadas no setor de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense. Em 20 anos, 16 usinas de cana-de-açúcar foram desativadas no município, e um dos motivos é a falta de matéria-prima.

Em 2012, pelo menos mil pessoas perderam o emprego por causa da mecanização. Hoje, 20% de toda safra é colhida por máquinas. A seca também agravou a situação e a planta não cresceu como devia nos últimos meses. A safra que já foi de nove milhões de toneladas, atualmente não passa de dois milhões.

Fonte: Globo.com. Trecho de reportagem publicada no site globo.com em 26 de novembro de 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/11/setor-de-cana-de-acucar-em-campos-dos-goytacazes-rj-passa-por-crise.html>>. Acesso em: 21 Out. 2016.

Atividade 1

Atende ao objetivo 2

Apresente fatores que contribuíram para o desenvolvimento da indústria açucareira no Norte Fluminense durante o século XIX.

Resposta comentada

Durante o século XIX, alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento da indústria açucareira, como a ampliação da rede ferroviária, a introdução do engenho a vapor e a criação de usinas. As mudanças técnicas na produção do açúcar e a revolução nos transportes conduziram à ampliação da ocupação de terras da região, agregando áreas agrícolas à atividade açucareira, o que ocorria em função da maior possibilidade de lucro nesta atividade.



Indústria petrolífera: dinamização econômica e emancipações no Norte Fluminense

O início das atividades voltadas à indústria petrolífera no Norte Fluminense data da década de 1970, quando houve a descoberta de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Ainda nessa década, a Petrobrás instalou a primeira base terrestre de operações na região, no município de Macaé. Além da empresa estatal, outras, particulares, seguiram a mesma linha e instalaram suas sedes no município (SILVA, 2006).

Como observado na Aula 7, a Bacia de Campos apresenta-se como elemento diferenciador para o Norte Fluminense. Tal bacia tem aproximadamente 100 mil km² e abarca desde o município de Alto de Vitória, no Espírito Santo, até Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro e é considerada a maior reserva petrolífera da plataforma continental do Brasil, segundo informa a Petrobrás. Apesar de seu nome estar relacionado à proximidade com o município de Campos dos Goytacazes, a bacia não constitui

uma região de governo e é formada por municípios pertencentes a outras regiões que não o Norte Fluminense, como Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

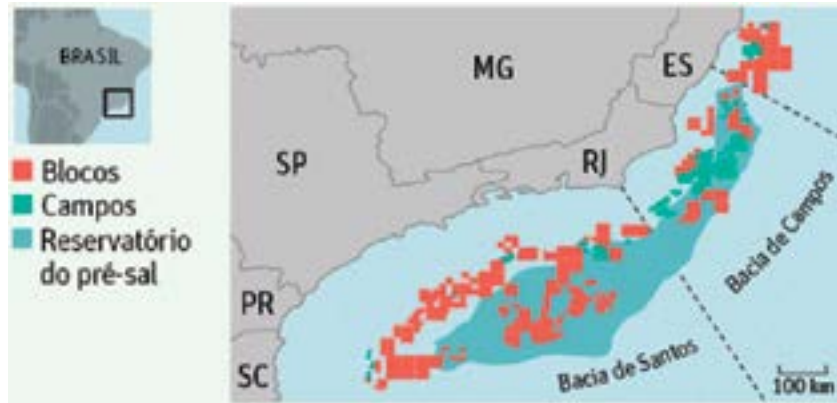


Imagem 12.3: as bacias de Campos e de Santos.

Fonte: Surgiu, 2011

Podemos estabelecer como marco temporal a década de 1970, pois é quando se inicia a reconfiguração estrutural do Norte Fluminense. Como consequência, o aumento de sua importância no contexto do estado do Rio de Janeiro, substituindo, como aponta Barral Neto (2008), a marginalização e o fechamento pela inserção e a abertura. Dessa forma, a região passa a ser um dos mais significativos eixos de crescimento do Estado.

O histórico cenário de esvaziamento de sua economia é modificado pela atração de investimentos nacionais e internacionais, o que exerce papel importantíssimo quando analisada a estrutura político-administrativa dessa região. Isto ocorre em função dos vultosos valores recebidos pelos municípios; receitas advindas dos denominados *royalties petrolíferos*.

Para que tratemos dos *royalties* oriundos do setor petrolífero é necessário em um primeiro momento definir o que se entende por *royalties*. Para isto, será utilizada a definição de Marafon et al. (2011, p. 37), que os apresenta como “instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração dos recursos escassos, como é o caso do petróleo e do gás natural”.

No Brasil, há anos ocorre uma incessante disputa pelas receitas oriundas do setor petrolífero, ocorrendo nas escalas do município, do estado ou do país como um todo. A partir da Constituição Federal de 1988, que previa maior autonomia aos municípios, passa a existir uma crescente de-

manda por emancipações de até então distritos (em 1980, de acordo com o IBGE, o país possuía 3.974 municípios, enquanto em 1996 já eram 4.987 no território nacional), que veem nos *royalties* do petróleo uma oportunidade de autonomia frente ao costumeiro descaso das sedes municipais.

Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro se destaca, apresentando desde o início da década de 1990 (apesar da instalação da base da Petrobrás na Bacia de Campos datar da década de 70) a valorização do setor como um dos principais de sua economia, o que faz com que diversos municípios tornem-se reféns desta fonte de receita, transformando os poderes econômico e territorial objeto de disputa até hoje.

A divisão dos *royalties* ocorre de acordo com a disposição geográfica dos municípios em relação aos poços de extração (mapa da **Figura 12.4**). De acordo com esse critério, há a divisão em três zonas: Zona de Produção Principal (ZPP), Zona de Produção Secundária (ZPS) e Zona Limítrofe (ZL).

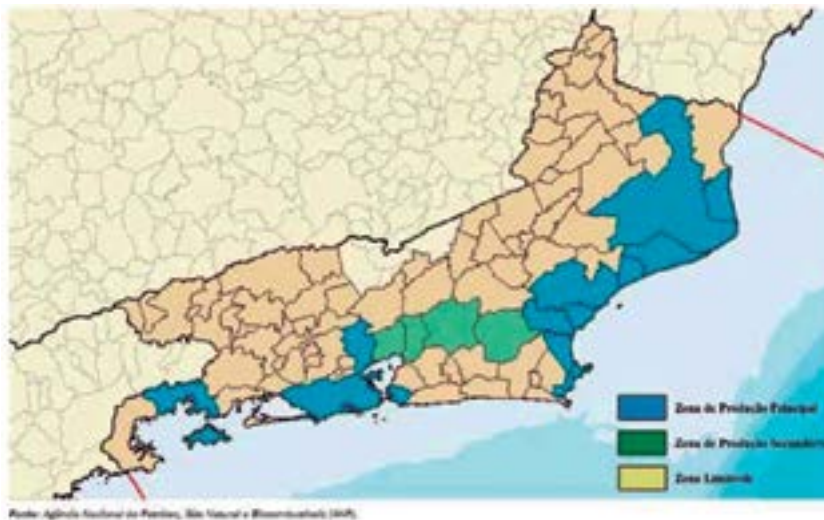


Figura 12.4: Delimitação das zonas de produção petrolífera.

Barreto (2008, p.85) explica que a Zona de Produção Principal abarca “todos os municípios confrontantes com poços produtores e os que possuem pelo menos três das seguintes instalações industriais: processamento, tratamento, escoamento e armazenamento de petróleo e/ou gás natural”. Como pode ser observado no mapa, a maioria dos municípios que compõem esta zona fazem parte da região Norte Fluminense.

Os municípios afetados pela passagem de dutos de escoamento da produção (desde que o óleo ainda esteja em estado bruto) estão inseridos na Zona de Produção Secundária, enquanto os municípios e microrregiões vizinhos aos da ZPP pertencem à Zona Limítrofe.

Marafon et al. (2011, p. 39) alertam ainda para indicações da lei sobre a forma como devem ser aplicados os *royalties*, estes devendo

ser destinados a novos investimentos nos municípios beneficiários. Dessa forma, são recursos que os governos poderão investir no desenvolvimento de um território dinâmico, visando a estimular a geração de empregos e melhorar a distribuição de renda, dependendo então das prefeituras a aplicação correta e benéfica à maior parcela da população, o que sabidamente nem sempre corresponde à prática realizada.

A atividade petrolífera tem sido nas últimas décadas a principal alavanca econômica das regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas. A explicação para tamanha importância conferida ao setor está no fato de, como já apresentado anteriormente, a Petrobrás ter instalado uma base operacional no município de Macaé, além de trazer consigo uma série de subsidiárias e prestadoras de serviços (BARRETO, 2008).

Contudo, no que diz respeito aos *royalties* do petróleo, Barreto (2008) diz que estes têm sua recente distribuição inserida em um contexto de descentralização fiscal, tendo como seu auge a Constituição Federal de 1988. A autora afirma a importância dessa transferência do centro de decisões para o nível do município, com maior proximidade da população, que, dessa forma, poderia ter participação mais ativa para defender seus interesses.

A partir de então, surgem movimentos que culminam na chamada “febre emancipatória”, pois “sedes distritais distantes das cidades se viam excluídas no que diz respeito ao repasse dessas receitas” (MORAIS, 2010, p. 247). Ribeiro (2002) auxilia na compreensão do cenário verificado quando afirma que mesmo sendo sedes de distritos, os agora municípios sentiam-se prejudicados no que tange aos benefícios oriundos dos *royalties*, pois a utilização destas receitas ocorria quase que totalmente nas sedes dos municípios, o que, obviamente, ocasionava insatisfação das populações locais.

Esse mesmo autor ainda chama a atenção para a abrangência do fenômeno que foram as emancipações, pois tal febre não ficou restrita à

região Norte Fluminense, pelo contrário, impactou todo o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que, em função das atividades voltadas à indústria petrolífera (exploração, produção e distribuição), atualmente mais de oitenta municípios fluminenses usufruem destas receitas, elevando suas arrecadações a partir dos *royalties* e também das participações especiais. Tratando especificamente do Norte Fluminense, podemos destacar as emancipações de Cardoso Moreira, em 1988 (pertencia a Campos dos Goytacazes), São Francisco de Itabapoana, em 1995 (pertencia a São João da Barra), Carapebus, em 1995 (pertencia a Macaé) e Quissamã, em 1989 ((também era distrito de Macaé).

Nesse contexto de constante crescimento econômico a partir do petróleo, no ano de 2007, Campos dos Goytacazes foi considerada capital regional (RIBEIRO, 2010). Outro aspecto relevante a ser ressaltado diz respeito do município de Macaé, que em 1966 era classificado como central local, sendo influenciado diretamente por Campos dos Goytacazes, e em 2007 surge como centro sub-regional, com vinculação direta à metrópole. Ribeiro (2010, p.252, 253) elucida as questões inerentes a este município quando afirma que

Macaé, apesar de apresentar pequena região de influência desde os anos 1960 – comandando diretamente poucos municípios, entre eles Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu e outros -, ganha importância quanto ao nível de centralidade, passando de centro local (sob o comando de Campos dos Goytacazes) para centro sub-regional. Com isso, articula-se diretamente com a metrópole do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ganha expressão da hierarquia urbana, fato que pode ser explicado pela presença e atuação da Petrobrás em seu território.

Porém, devido à recente crise enfrentada pelo setor, os municípios do Estado do Rio de Janeiro já começam a imaginar um cenário sem o benefício da receita oriunda do setor petrolífero. Esta afirmação está baseada na 56ª reunião ordinária da Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), realizada em Campos dos Goytacazes em dezembro de 2014.

A respeito da dinâmica populacional, influenciada diretamente pela ascensão da indústria do petróleo, cabe ressaltar o aumento do fluxo migratório das áreas rurais para as centrais da região Norte Fluminense. Morais (2010, p. 248) explica que isto ocorreu devido à necessidade de

superar a decadência da atividade agrícola, quando essa parcela populacional passou a procurar emprego nos centros urbanos emergentes. Em decorrência disso, o processo de urbanização se intensificou e houve uma transformação socioeconômica local, aumentando a especulação imobiliária, a violência e desigualdades sociais.



Macaé (RJ) que era capital do petróleo começa a encolher após crise

Trabalhadores do setor de petróleo estão sofrendo as consequências da crise na Petrobrás. Muita gente perdeu o emprego em empresas que tinham contratos com a estatal. No Norte do estado do Rio, a cidade que tinha se tornado a capital nacional do petróleo começou a encolher.

A indústria do petróleo não abre vagas enquanto espera por novos leilões de campos de exploração, que ainda devem demorar.

“O fato também da Petrobras ser operadora única causa essa distorção uma vez que ela, não tendo campos a explorar futuramente, cessa contratos de sondas de perfuração e toda a cadeia que depende dessa atividade acaba sofrendo em conjunto”, aponta Marcelo Campos, diretor de Óleo e Gás da Abimaq.

Fonte: Globo.com. Trecho de reportagem publicada no site globo.com em 30 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/macaee-rj-que-era-capital-do-petroleo-comeca-encolher-apos-crise.html>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

Atividade 2

Atende ao objetivo 3

Defina o que são *royalties* do petróleo e como influenciaram nas emancipações recentes ocorridas no Norte Fluminense.

Resposta Comentada

Os *royalties* do petróleo são instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração dos recursos escassos, como é o caso do petróleo e do gás natural. Eles têm sua recente distribuição inserida no contexto de descentralização fiscal que teve como auge a Constituição de 1988, que culminou na transferência do centro de decisões para o nível do município, com maior proximidade da população; que, dessa forma, poderia ter participação mais ativa para defender seus interesses. Porém, sedes distritais distantes das cidades se viam excluídas no que diz respeito ao repasse dessas receitas. Ou seja, os agora municípios sentiam-se prejudicados no que tange aos benefícios oriundos dos *royalties*, pois a utilização destas receitas ocorria quase que totalmente nas sedes dos municípios, o que, obviamente, ocasionava insatisfação das populações locais.

O turismo na região Norte Fluminense

Apesar das atividades econômicas principais desta região se voltarem historicamente para o cultivo da cana de açúcar e a exploração do petróleo, onde se destacam os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, ainda há, de forma discreta, o desenvolvimento e outras atividades, como é o caso do turismo.

Este setor apresenta considerável destaque em municípios como São João da Barra, que conta com diversas praias, como as de Grussaí e de

Atafona, conhecidas pela existência de ruínas de casas afetadas pela transgressão marinha, fenômeno responsável pela submersão de ruas nesta localidade; São Francisco de Itabapoana, onde as praias belíssimas, as ilhas na foz do rio Paraíba do Sul e um trecho de litoral caracterizado pelo verde destacam-se; São Fidélis, município que é cortado de ponta a ponta pelo rio Paraíba do Sul; entre outros diversos atrativos.



Figura 12.5: Ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, em São Fidélis.

Fonte: Mapa de Cultura Petrobrás, 2016.

Conclusão

Nessa aula pudemos perceber as transformações no cenário econômico do Norte Fluminense, região que se caracteriza historicamente pela produção de cana de açúcar, tendo atravessado diversos momentos de crise e sendo socorrida pelo governo federal inúmeras vezes; mas sobrevivendo e sendo uma atividade até hoje presente no território.

Na década de 1970 emerge nestes municípios a arrecadação oriunda do setor petrolífero, que a partir da instalação de diversas empresas e do recebimento de *royalties*, observam crescimento econômico expressivo durante décadas; o que, associado à Constituição Federal de 1988, incentivou antigos distritos a buscar suas emancipações.

Além dessas atividades, destaca-se de maneira mais tímida o turismo, em alguns municípios da região, especialmente pelas belezas naturais oriundas de praias e do Rio Paraíba do Sul; que por toda sua importância para o Estado, tornou-se importante atrativo.

Resumo

Nessa aula foi apresentada a região Norte Fluminense, buscando evidenciar os principais aspectos de sua economia, que tem como principais destaques as atividades canavieira e petrolífera.

Para tanto, o papel da cana de açúcar no desenvolvimento dos municípios do Norte Fluminens, que viveu seu auge até a década de 1930, é evidenciado. Essa atividade foi desenvolvida através de um modelo monocultor escravista, posteriormente passando por um período de declínio após a abolição da escravidão e ressurgindo quando da instalação de usinas de processamento de cana, principalmente em Campos dos Goytacazes.

É importante destacar a indústria petrolífera, que data da década de 1970, quando foi descoberto petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos. Tal Bacia tem aproximadamente 100 mil km² e abarca desde o município de Alto de Vitória, no Espírito Santo, até Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e é considerada a maior reserva petrolífera da plataforma continental do Brasil, segundo informa a Petrobras.

Apesar de as atividades econômicas principais desta região serem voltadas historicamente ao cultivo de cana de açúcar e exploração do petróleo, onde destacam-se os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, ainda há, de forma discreta, o desenvolvimento e outras atividades, como é o caso do turismo. Este setor apresenta considerável destaque em municípios como São João da Barra, que conta com diversas praias, como as de Grussaí e de Atafona.

Referências

BARRAL NETO, Jayme. *Interiorização econômica no estado do Rio de Janeiro e a inserção do norte fluminense na lógica da guerra de lugares*. Monografia de graduação em Geografia. CEFET-Campos, 2008.

BARRETO, Vivian Santoro. Considerações sobre as recentes transformações sócio-espaciais nos municípios confrontantes com a Bacia de Campos. In: MARAFON, Glauco José (et al.). *Revisitando o Território Fluminense*. v. II. Rio de Janeiro: Gramma, 2008. p. 83-112.

SILVA, Leonardo de Carvalho. Reconfiguração do norte fluminense a partir dos anos 70: a chegada do petróleo e suas conseqüências na dinâmica de crescimento regional. In: *Revista Plurais*, Vol. 1, Nº4. Anápolis, 2006.

MARAFON, Glaucio José (et al.). *Geografia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MORAIS, Alex Pereira de. Considerações sobre o papel dos royalties e participações especiais de petróleo e gás sobre a economia dos municípios confrontantes com a Bacia de Campos. In: *Revisitando o Território Fluminense*. v. III. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p. 243- 273.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foepel. *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Info-book/UERJ, 2002, p. 13-26.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Os Centros Urbanos na Rede de Localidades Centrais: o Norte Fluminense em questão. In: PENALVA, Angela Moulin S.; MARAFON, Glaucio José; JOSEFINA, Maria; SANT ANNA, Gabriel. (Org.). *Rio de Janeiro: um olhar sócio espacial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, v. 1, p. 243-257.

Aula 13

A Região do Médio Vale do Paraíba
Fluminense

Caroline Xavier e Gustavo Brito

Metas

Apresentar considerações sobre o Estado do Rio de Janeiro, em especial a Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, levando em conta atual formação sócio-espacial e evidenciando a interrelação dos processos socioeconômicos pretéritos e presentes; bem como ressaltar aspectos físicos e as principais dinâmicas territoriais contemporâneas.

Objetivos:

Esperamos que, ao final dessa aula você seja capaz de:

1. identificar a importância dos processos históricos e geográficos responsáveis pela ocupação da região;
2. reconhecer os diferentes objetivos na produção do espaço econômico do Médio Vale;
3. analisar as principais transformações pelas quais a região passa contemporaneamente.

Introdução

A Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense – também conhecida como Região do Vale do Café – é respaldada pela Lei Estadual 1.227 de 1987 (também reconhecida como Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988 – 1991), possui área de 3.828,702 km² e população de 680.011 habitantes (IBGE 2010). É atualmente delimitada político-administrativamente pelos municípios de Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pirai, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Ao lado do Norte Fluminense, a região ocupa uma posição de destaque no cenário estadual devido ao dinamismo econômico, sobretudo no que diz respeito à atividade industrial.

O intenso processo de urbanização na região deu-se nas décadas de 1930 e 1940, principalmente no eixo Volta Redonda – Barra Mansa – Barra do Pirai, resultado do crescimento industrial decorrente de investimentos feitos no primeiro governo de Getúlio Vargas. Este investimento visava, num contexto mais amplo, o desenvolvimento da indústria nacional.

Após o início do processo de reestruturação produtiva do capital, aproximadamente há duas décadas, no qual se observou a desindustrialização de grandes centros urbanos no país, constituiu-se na região um novo eixo de desenvolvimento econômico, formado pelo setor metal-mecânico nos municípios de Resende e Porto Real.

Atualmente, a expansão da atividade turística como fator de desenvolvimento econômico regional, inserida em uma lógica de acumulação de capital, tornou a paisagem numa mercadoria, algo de consumível, passível de comercialização.

No contexto desta lógica de formação de uma indústria cultural e turística, é possível perceber que os usos do espaço e o sistema de objetos criados dentro de um determinado período e contexto econômico regional (e nacional) apresentam e desenvolvem novas funções, no momento presente.

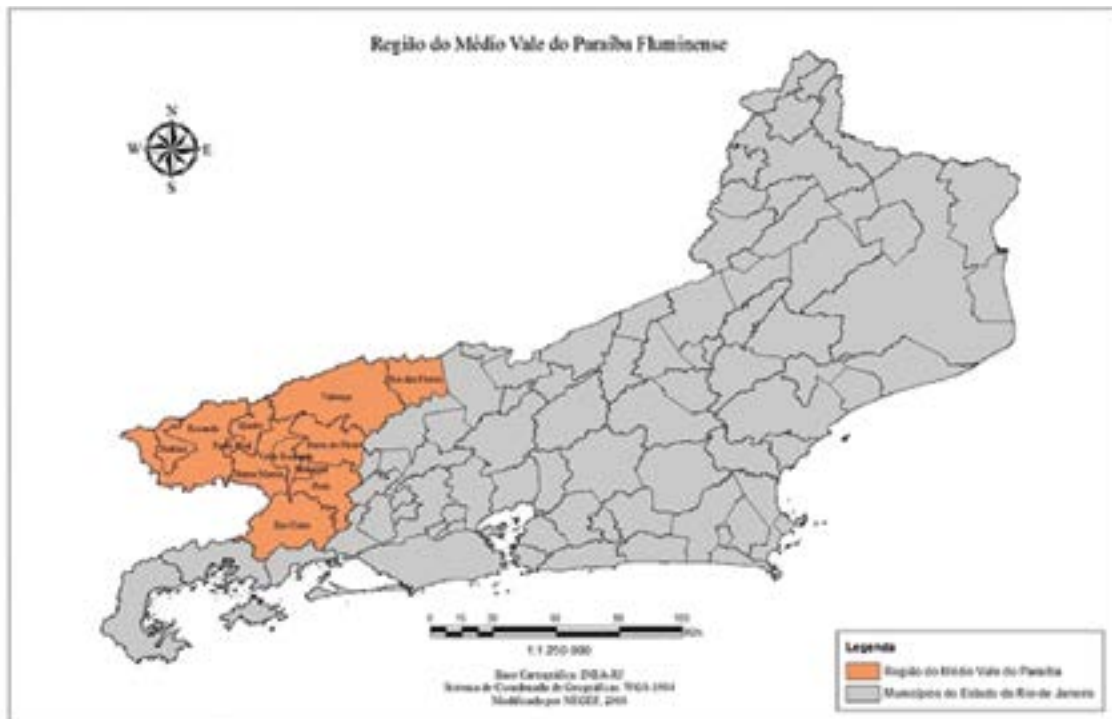


Figura 13.1: localização da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense.
 Fonte: MARAFON; RIBEIRO, 2016.

Dessa forma, destaca-se no Médio Vale do Paraíba Fluminense a utilização de antigas fazendas de cana-de-açúcar e de café desempenhando a função de fazendas-hotéis; além da criação de hotéis simulando o modo de vida e características próprias de fazendas.

Essas reconfigurações de fazendas e a criação de hotéis que simulam o passado, fazendo uso do sentimento bucólico do rural como fator de atração para o consumo e de diferenciação do espaço urbano, tem marcado um novo período na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Para compreendermos a atual configuração espacial da região, é necessário nos debruçarmos sobre os processos históricos e geográficos que atuaram ali. Nesse sentido, nossa aula será norteada por eixos temáticos, de forma a permitir uma análise que melhor abarque as espacialidades e temporalidades da formação sócio-espacial da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, como a seguir.

1. O processo de ocupação da região;
2. Os diferentes ciclos econômicos fator de desenvolvimento regional;
3. A refuncionalização das fazendas associado a atividade turística.

Processo de ocupação

De forma geral, o processo de ocupação de uma porção do espaço geográfico nunca ocorre de forma homogênea. Cada espaço possui peculiaridades e especificidades que facilitam ou dificultam a ocupação por indivíduos, grupos ou sociedades. Sendo assim, o espaço não pode ser considerado um mero palco para os atores sociais, ele se torna condicionante e condicionado às interferências humanas. Fusco afirma:

No momento em que uma sociedade se fixa em um determinado Espaço, este irá influenciar diretamente no aspecto desta ocupação de acordo com as configurações de seu sítio. Um terreno formado por uma cadeia de montanhas e serras irá possuir ocupações com características e motivações diferenciadas do que uma ocupação localizada numa uma área de restingas. E, da mesma maneira, as formações físicas do terreno também possuirão o fator antrópico como um processo que atuará juntamente com os processos ditos “naturais”, de tal maneira que acabam por naturalizarem-se também (FUSCO, 2005).

Desse modo, considerando os aspectos espaciais como fator de influência (e não deterministas) na ocupação espacial, o autor apresenta o exemplo da cidade do Rio de Janeiro frente ao interior do Estado:

Nesse sentido, o Rio de Janeiro teve seu processo de ocupação facilitado devido à existência de uma extensa baixada ao redor da Guanabara, sendo que o mesmo não aconteceu com a sua área interiorana. Em função de uma série de empecilhos, representados sobretudo por sua constituição física, como a presença de uma serra (Serra do Mar), grandes foram as dificuldades impostas aos trabalhos de desbravamento e ocupação. Somente com a crescente necessidade de se estabelecer um novo caminho, que ligasse diretamente o Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo que se começa a vencer estas verdadeiras “barreiras naturais” (FUSCO, 2005).

Durante o século XVIII, a Região do Médio Vale do Paraíba se constituía apenas como território de circulação entre as áreas onde ocorria a atividade mineradora e os portos de escoamento da produção. Surgiram e expandiram-se nessa época povoados localizados nos atuais municípios de Rio Claro e Resende, dando início ao processo de ocupação da região.

Apesar de se iniciar, timidamente, primeiramente com a atividade mineradora e, logo a seguir, com a produção de cana-de-açúcar, o processo de ocupação da mesma se dá, de forma efetiva, a partir do século XIX, com a valorização do café no mercado internacional, seguida da decadência da atividade mineradora em território nacional.

A exploração da região se inicia no século XVIII e início do XIX, com a concessão de sesmarias e o início do cultivo de cana-de-açúcar, com quatro engenhos que produziam açúcar, rapadura e aguardente, sendo a atividade econômica pioneira e que foi responsável pelo desbravamento da região. Esse tipo de produção exigia uma grande quantidade de mão-de-obra escrava e utilizava muita lenha, primeira forma de desmatamento na região, que antes era um sertão inexplorado. Os produtos eram transportados no lombo de animais em caminhos tortuosos, então recém-abertos, que levavam ao porto da Ilha Grande (Angra dos Reis) e posteriormente enviados por via marítima para a cidade do Rio de Janeiro (COSTA, 2004). O ciclo do café teve início ainda na primeira metade do século XIX, se espalhando e desenvolvendo extraordinariamente a região. Foram abertos novos caminhos ligando o interior ao litoral para o escoamento da produção e núcleos urbanos surgiram a partir dos entroncamentos e entrepostos comerciais. O café imprime um ritmo acelerado ao processo de urbanização, em conjunto com o crescimento da importância do Vale do Paraíba fluminense no cenário nacional. (BENTES, 2010).

Dessa forma, a valorização do café no cenário internacional e a reunião de alguns fatores como capitais comerciais acumulados, trabalho escravo disponível e a grande quantidade de terras desocupadas e pouco devastadas pelo ciclo da cana-de-açúcar permitiram que atividade cafeeira encontrasse no Médio Vale do Paraíba Fluminense o seu local de desenvolvimento e de grande dinamicidade.

Os dados contidos nos censos demográficos e agropecuários do IBGE, comprovaram que no ciclo industrial ocorreu a acelerada urbanização do Médio Paraíba fluminense, com a saída do campo, alterando profundamente os usos no ambiente rural, com expressiva redução da agricultura. As antigas fazendas, muitas estabelecidas na época do café e com vasto território, foram fragmentadas em propriedades menores ou loteadas para a expansão urbana. A agricultura na região passou a ser de pequeno porte, em muitos casos familiar e de subsistência. O excedente da produção é vendido em feiras livres e pequenos comércios

nas cidades, ou até mesmo na beira das estradas. A pecuária, que iniciou seu ciclo econômico no final do século XIX na região, com o declínio do cultivo de café, continua presente na região, mas com alterações no modo de criação do gado, que passou, em grande parte, da forma extensiva para a intensiva²⁶. Isso propiciou um ganho de produtividade e melhores condições sanitárias, acrescentando ainda valor agregado aos produtos derivados do leite, que passaram a ser industrializados. A criação intensiva do gado modificou o uso nas áreas rurais, com o abandono das pastagens, que passaram a ficar ociosas. (BENTES, 2010, p. 18).

Por conseguinte, a paisagem que observamos nos municípios que compõem o Médio Vale do Rio Paraíba do Sul atualmente são o resultado de alterações antrópicas que conduziram a uma série de modificações de cunho socioeconômico e socioambiental na referida região.

Analisando sua geografia, percebemos que a região desempenhou diferentes funções que dizem respeito, em última instância, a diferentes momentos do Estado do Rio de Janeiro e, numa perspectiva mais ampla, do país (FUSCO, 2003).



Figura 13.2: Curva do Rio Paraíba do Sul – Barreira Cravo, no município de Volta Redonda.

Fonte: http://www.portalvr.com/turismo/mod/pontos_historicos/.

Assim, temos em mente que esta paisagem é produto de uma série de transformações socioespaciais, em variadas escalas, intimamente ligadas a eventos histórico-geográficos. Da economia cafeeira, perpassando as transformações ambientais na Floresta Atlântica, e o crescimento in-

dustrial em alguns municípios, temos diferentes formas e funções, primordiais para compreender nosso recorte espacial.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Explique o contexto em que ocorreu a efetiva ocupação da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, evidenciando a principal atividade econômica do período.

Resposta comentada

Apesar de se iniciar, timidamente, primeiramente com a atividade mineradora e, logo a seguir, com a produção de cana-de-açúcar, o processo de ocupação da mesma se dá, de forma efetiva, a partir do século XIX, com a valorização do café no mercado internacional, seguida da decadência da atividade mineradora em território nacional. Dessa forma, a valorização do café no cenário internacional e a reunião de alguns fatores como capitais comerciais acumulados, trabalho escravo disponível e a grande quantidade de terras desocupadas e pouco devastadas pelo ciclo da cana-de-açúcar permitiram que atividade cafeeira encontrasse no Médio Vale do Paraíba Fluminense o seu local de desenvolvimento e de grande dinamicidade.

Os diferentes ciclos econômicos como fator de desenvolvimento regional

Para uma abordagem inicial, concordamos com Bentes (2010), que a região viveu diferentes ciclos econômicos, reproduzindo a lógica do país, ao longo de sua história, o que favoreceu o surgimento de diferentes marcas na paisagem e na sociedade presente na região.

Tabela 13.1: ciclos econômicos do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Ciclo econômico	Período	Mão-de-obra
Cana-de-açúcar	Século XVII	Pessoas escravizadas
Café	Século XVIII	Pessoas escravizadas
Pecuária leiteira	Fim do século XIX e século XX	Mão de obra liberta e assalariada
Urbano-Industrial	A partir de 1930	Mão de obra assalariada (recém saída do campo)

Analisando a **Tabela 13.1**, verificamos que os três primeiros ciclos são primordialmente rurais. As primeiras culturas, de cana-de-açúcar e café, são importantíssimas e apresentam elementos na paisagem dos municípios até os dias atuais. Além dessas, o ciclo da pecuária leiteira, iniciado após a derrocada do ciclo do café, no fim do século XIX é a segunda maior produção do Estado (CIDE, 2009).

Atualmente, o Médio Vale do Paraíba passa por um ciclo econômico de caráter urbano-industrial, iniciado na década de 1930, e que hoje passa por modificações significativamente voltadas ao setor de serviços e de diversificação do parque industrial, que propiciam intenso grau de urbanização, além da atração de mão de obra. Essas mudanças acontecem na esteira do processo de globalização, produzindo novas formas de desenvolvimento urbano e econômico, que privilegiam tanto aspectos informacionais como de comunicação.

Para exemplificarmos o quadro, relembremos a parte da aula que comenta sobre o processo de ocupação da região, de difícil acesso até o século XVIII e início do século XIX e que começou a ser povoada desde a concessão das chamadas *sesmarias* e o início do ciclo da cana-de-açúcar, com engenhos que produziam açúcar, rapadura e aguardente (BENTES, 2010).

Em seguida, iniciou-se, ainda na primeira metade do século XIX e prosperando fortemente na região, o ciclo do café, desenvolvido no sistema de *plantations*; e que logo tornou-se a atividade de maior impor-

tância já praticada na região.

Assim, essas primeiras culturas foram fatores importantes para abertura de novos caminhos, conectando o interior do Estado ao litoral, para o escoamento da produção.



Figura 13.3: Plantation de café.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/20/Fazenda_Da_Lagoa.jpg.

O *plantation* é um sistema de produção agrícola baseado na monocultura surgido na Antiguidade. Os europeus espalharam esse sistema pela América, África e Ásia a partir da colonização, durante os séculos XVI e XVII. O sistema chegou ao Brasil no período colonial, sendo utilizado nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro, nos séculos XVI e XVII. Até os dias de hoje, o *plantation* é muito utilizado no Brasil, porém, ao contrário do que ocorria em séculos anteriores, apresenta produtividade elevada.

Características principais do Plantation na atualidade:

- monocultura;
- uso de mecanização e tecnologia;
- destinação de grande parte da produção ao mercado externo;

- ocorrência em propriedades de grande extensão territorial;
- emprego de trabalho assalariado (na época colonial, a mão de obra era escrava);
- presença de capital nacional e estrangeiro (principalmente de multinacionais do setor agrícola);
- emprego em grandes quantidades de mão de obra acessível (*barata*, por meio de trabalhadores braçais);
- caracterizada atualmente por gêneros agrícolas como: soja, algodão, laranja, cacau, açúcar, café e tabaco.

Fonte: <http://www.suapesquisa.com/geografia/plantation.htm>

Concordamos com Marafon (2011) quando afirma que a atividade cafeeira, assim que valorizada no mercado internacional, assumiu cada vez mais destaque na economia nacional, atingindo seu auge em 1830. Podemos citar, como fatores que contribuíram fortemente para essa afirmação: capitais comerciais acumulados, trabalho escravo e disponibilidade de terras florestadas. Além disso, numa perspectiva física, os solos, os níveis de pluviosidade e a gradiente de encostas eram favoráveis a esse tipo de atividade.

A importância da economia cafeeira propiciou o surgimento de uma elite regional altamente influente – os barões do café; a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Estrada de Ferro Central do Brasil), utilizada fundamentalmente para o escoamento dos produtos produzidos até então para os grandes centros de exportação; e o desenvolvimento de centros como Barra Mansa e Barra do Piraí, graças a sua localização privilegiada, entre SP-Rio-BH, criando importantes entroncamentos ferroviários e transformando a região numa das mais dinâmicas do país, com reflexos que perduram até hoje.

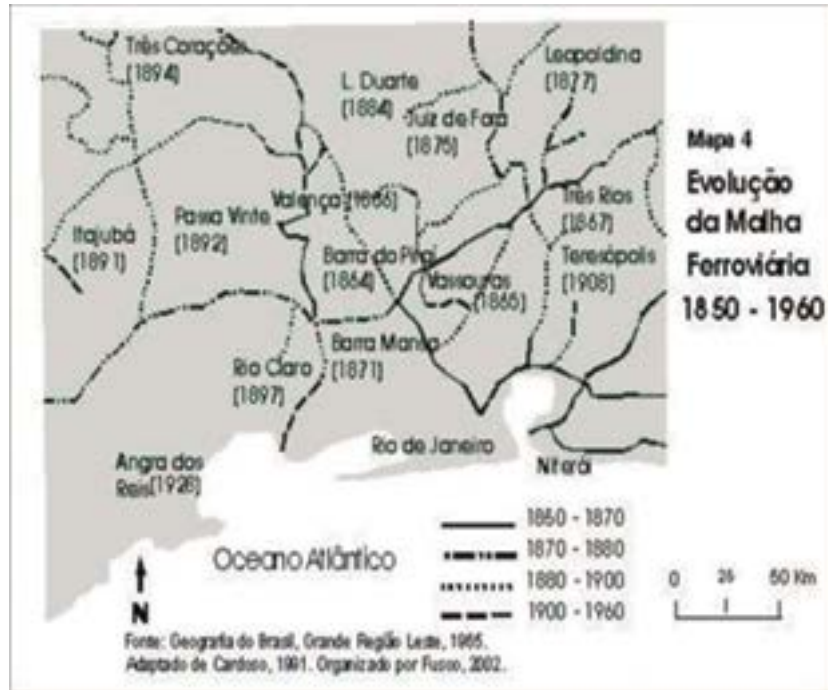


Figura 13.5: Evolução da malha ferroviária 1850 - 1960.

Fonte: FUSCO, 2003.

O declínio da economia cafeeira da região, a partir de 1870, ocorre sobretudo em função da criação da Lei Áurea, em 1888, que provocou o êxodo dos trabalhadores libertos das lavouras de café, e os problemas ambientais, como o esgotamento dos solos, causados pela exaustiva monocultura e os preços baixos do produto no mercado internacional. Consequentemente, os fazendeiros do Médio Vale foram à falência, e o cultivo do café migrou para o Vale do Paraíba paulista, que já utilizava mão-de-obra assalariada.



Figura 13.6: A rota do café no século XIX.

Fonte: SILVEIRA, 2007.

No período do fim do século XIX e início do XX, deu-se o ciclo da pecuária leiteira, forma viável naquele momento para a manutenção de fazendas remanescentes do auge da economia do café. Desta forma, Barra Mansa passa a constituir um centro pastoril, durante determinado período. Com o ápice da produção de leite, na década de 1930 do século XX, o município se torna o maior produtor de leite do país, na década. Atividade esta que foi de suma importância para a manutenção das propriedades rurais da região. Atualmente, o município ainda apresenta certa relevância na atividade, junto a Valença.

Desse modo, a retomada da pujança econômica da região, no início do século XX, impactou seriamente a sociedade e a natureza do Médio Vale. O início desse ciclo foi fortemente influenciado pela estratégia nacional de desenvolvimento industrial e “substituição de importações”, pautada pelo Governo Federal buscando o fortalecimento da indústria de bens de consumo.

A região é ainda privilegiada no que diz respeito a diversos fatores atrativos para localização industrial: localização privilegiada no eixo rodod-ferroviário Rio-Minas-São Paulo (grandes centros urbanos com importantes mercados consumidores), a possibilidade de obtenção de energia através da construção de barragens e represas, e montante de capital acumulado pelo ciclo cafeeiro.

As primeiras indústrias surgidas eram voltadas para a produção de bens têxteis e alimentares, em Valença, visando o abastecimento interno (FUSCO, 2003), bem como voltadas para a pecuária leiteira; possibilidades advindas do ciclo anterior, especialmente em Barra Mansa.

Dessa forma, devido à alta demanda por infraestrutura industrial, ocorre a expansão dos centros urbanos (conforme as tabelas e gráficos a seguir), notadamente aqueles próximos a Rodovia 116 (Presidente Dutra). A partir da industrialização houve grande atração populacional, formada, em sua maioria de mão-de-obra; composta por pessoas que saem do campo para trabalhar na operação e na construção das fábricas (êxodo rural) e que provocam o acelerado crescimento populacional e o rápido processo de urbanização, característicos das grandes cidades brasileiras. Sendo assim, mudam-se a economia e o modo de vida da região – do rural para o urbano (BENTES, 2010); fatores que influenciaram na transformação da região em uma das áreas mais dinâmicas do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 13.2: evolução da população do Estado do Rio de Janeiro e no Médio Paraíba Fluminense.

Evolução da População Estado do Rio de Janeiro e Região do Médio Paraíba Fluminense						
Censo	Estado do Rio de Janeiro	Percentual em Área Urbana	Percentual em Área Rural	Região do Médio Paraíba Fluminense	Percentual em Área Urbana	Percentual em Área Rural
1940	3.611.998	61,2	38,8	159.496	37,2	62,8
1950	4.674.645	72,6	27,4	218.051	54,1	45,9
1960	6.681.636	78,9	21,1	336.012	69,9	30,1
1970	8.994.802	87,9	12,1	446.835	76,6	23,4
1980	11.291.520	91,8	8,2	599.791	85,1	14,9
1991	12.807.706	95,3	4,7	694.253	91,5	8,5
2000	14.391.282	94,9	4,0	785.192	93,0	7,0

Fonte: BENTES, 2010.

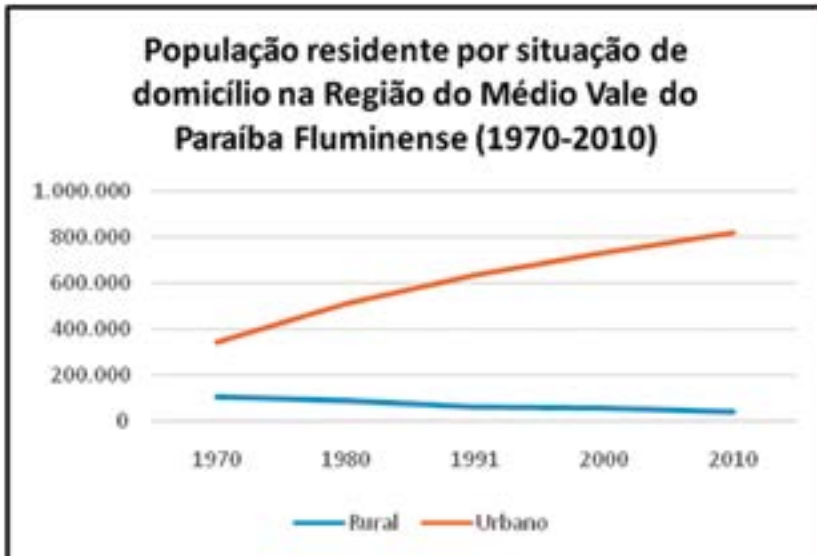


Gráfico 13.1: População do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Fonte: CEPERJ, 2016.

Também não podemos deixar de considerar a presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1946, em Barra Mansa, no então distrito de Volta Redonda – emancipado em 1954 –; que se configura como o principal marco desse ciclo, uma vez que assegura o processo de industrialização brasileiro (BENTES, 2010) no contexto nacionalista-desenvolvimentista do Período Vargas. Em associação com a expansão da atividade industrial no Estado de São Paulo, o Vale do Paraíba se transformou em um dos principais pólos de desenvolvimento econômico da Região Sudeste e do Brasil.



Figura 13.2: Vista aérea das instalações da CSN, em Volta Redonda.

Fonte: <http://www.dci.com.br/imagens/fotos/2014/11/31zws24115339.jpg>.

O processo de industrialização da Região do Médio Vale se deu de forma desigual, coincidindo com os dados verificados no Rio de Janeiro, que até a década de 1970, tinha a maior parte de sua população vivendo em áreas rurais. Atualmente, a região apresenta a maior taxa de urbanização do país, com mais de 96% da população considerada urbana. Este fator é primordial para compreender a tabela do PIB por região de governo e municípios.

Tabela 13.3: Produto Interno Bruno (PIB) – 2013.

Produto Interno Bruno (PIB) – 2013		
Região de Governo e Municípios	Valores absolutos (R\$1000)	Valores per capita (1,00 R\$)
Região do Médio Vale do Paraíba	29.941.623	42 400
Barra do Pirai	1 545 346	17 709
Barra Mansa	4 426 604	28 005
Itatiaia	1 880 870	87 009
Pinheiral	264 510	11 906
Pirai	1 116 869	49 277
Porto Real	3 074 133	255 658
Quatis	244 836	19 675
Resende	6 817 034	72 812
Rio Claro	255 208	16 491
Rio das Flores	156 528	19 364
Valença	1 272 936	19 183
Volta Redonda	8 886 750	39 740

Fonte: CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP.

═══════════════════════ **Atividade 2** ════════════════════════

Atende ao objetivo 2

Por meio das suas pesquisas e da análise das informações apresentadas, justifique duas causas e uma consequência para os processos de industrialização observados nos municípios que compõem a Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense

Resposta comentada

Causas - Influência do investimento federal no desenvolvimento industrial, especialmente da indústria de bens de consumo, e o fato de que esta é uma região privilegiada pelo capital acumulado pelo ciclo cafeeiro e por sua localização no eixo rodo-ferroviário Rio-Minas-São Paulo.

Consequência - Aumento percentual considerável da população urbana a partir da década de 1970. Tal atração populacional era formada em sua maioria de mão-de-obra composta por pessoas que saem do campo para trabalhar na operação e na construção das fábricas.

A refuncionalização das fazendas de café, associada ao fenômeno turístico

Nesse último eixo da aula, temos em mente o recorte espacial da Região do Médio Vale com foco principal de análise no fenômeno do **turismo**.

Impulsionado pelo novo sistema de objetivos implementados a partir das décadas de 1970 e 1980, o turismo atualmente se configura como agente relevante para o dinamismo da região. Isto posto, é necessário falar sobre como o fenômeno é fonte de renda para os municípios envolvidos e para a população residente. A atividade turística implica fatores econômicos, políticos e sociais; e, no Estado do Rio de Janeiro, de modo geral, tem sido uma forma de dinamizar e refuncionalizar espaços que outrora foram deixados pelo capital (SILVEIRA, 2007). Nesse sentido, compreender a dinâmica territorial do turismo é fundamental no debate entre diferentes perspectivas de desenvolvimento.

É importante estabelecer um parâmetro para discutir o fenômeno do turismo na geografia, sua diversidade e suas especificidades.



Turismo na tradição geográfica

Sendo o turismo uma das principais atividades econômicas do mundo atual, esta atividade passa a ser planejada, inventada e apropriada por agentes hegemônicos da sociedade capitalista, que criam meios para sua realização, a fim de acumularem capital. De acordo com Mesquita (2006), lugares e paisagens estão sendo vorazmente valorados e consumidos. O lugar que era preservado, agora é consumido, com sua especificidade de bem ou “patrimônio” natural, cultural ou histórico. A referida autora ainda acrescenta que, cada grupo social elenca e elege, cria ou recria seu objeto turístico, sua mercadoria, sua marca mais valiosa, atrativa e competitiva buscando a atenção dos consumidores. Desta forma, o aparecimento do fenômeno turístico reorganiza o lugar, redimensionando as esferas econômicas, políticas, socioculturais, afetando sobremaneira a sua organização espacial (ANDRADE, 2015, p. 280)

O trecho anterior no lembra uma compreensão importante da ciência geográfica em relação ao turismo. A atividade vem crescendo no mundo e movimentando capitais. Contudo, é necessário entender que essa atividade causa grandes e numerosos impactos na organização espacial, na busca pelo estabelecimento de uma relação mercadológica; tornando o espaço num objeto de consumo, semelhante a uma indústria que o transforma e adéqua à racionalidade do lucro.

Há também um interesse nítido na valorização do patrimônio histórico-arquitetônico em função do turismo, em especial o cultural, constituindo marcas na paisagem que passam a ser divulgadas e consumidas. A valorização destes aspectos é característica do contexto atual em que vivemos, devido a processos de compressão do espaço-tempo, consequência real do processo de globalização. Neste sentido, concordamos com Castro:

As relações espaço-tempo atualmente acabam por marcar as coisas como fugazes, efêmeras, havendo desconfiança no tocante ao que o futuro nos reserva. A crença no progresso e o foco no futuro dão lugar a

uma revalorização do passado, dada a necessidade de se apegar a algo que não seja tão transitório, que nos traga a história de nosso país, que nos dê segurança, ou seja, há, ao mesmo tempo uma busca de identidade. (CASTRO, 2008, p. 134)

Assim, valorizar o patrimônio histórico apresenta-se como uma forma tipicamente capitalista de comercialização:

O patrimônio passou a ser vendido como um produto no mercado. O valor social do patrimônio foi avaliado a luz dos interesses imobiliários e turísticos. A cidade histórica é transformada em produto de consumo cultural. (CASTRO, 2008. p. 144)

Tendo em vista que a região sofreu recentemente com significativas transformações espaciais para dar suporte à emergente atividade turística, apropriando-se do patrimônio histórico, natural e tradições musicais, os empreendedores criam um imaginário do passado, através da valorização e transformação do patrimônio, como as casas coloniais, igrejas, fortes, antigas fazendas em produtos, por meio de atividades diretas ou por reprodução simbólica.

A partir da década de 1980, as formas pretéritas passam a ser incorporadas por uma parte da sociedade para as atividades turísticas, tornando-se importante fonte de renda na região. Alguns distritos municipais do Médio Vale se destacam, por vezes, mais que a própria sede, caso de Conservatória, em Valença, de Penedo, em Itatiaia e de Engenheiro Passos e Visconde de Mauá, em Resende (ANDRADE, 2015).

É necessário ainda salientar que o crescimento industrial, como vimos anteriormente, favoreceu e aperfeiçoou os serviços, atraindo turistas.

Uma das saídas encontradas pelos agricultores, que buscam alternativas para a ausência de emprego e os prejuízos ambientais advindos do período de decadência do café é o turismo, que oferece postos de trabalho e possibilidade de renda por meio da produção de geleias artesanais e de cachaças, notadamente em Resende e Itatiaia. Além disso, é possível notar, especificamente em Conservatória, distrito de Valença, turismo norteado para a simulação da idéia de cultura das serestas e serenatas existentes.

Destacamos também fazendas, onde ambientes rústicos e costumes de origem rural são recriados, pela refuncionalização das grandes fazendas, buscando dar conforto máximo aos hóspedes. É o caso da Fazenda Florença, por exemplo. Nessa perspectiva, surgiu o CONCILO,

Conselho do Ciclo do Café, que foi uma tentativa dos municípios da região de criar uma “marca” para a exploração e o desenvolvimento, tendo em vista que municípios como Rio das Flores encontram dificuldades para atrair turistas (MARAFON, 2003).



Figura 13.4: Fazenda Florença, aberta para visitação e hospedagem.

Fonte: SILVEIRA, 2007.

Outro ponto de destaque é o **Festival Vale do Café**, que ocorre geralmente no mês de julho, idealizado por músicos da Orquestra Sinf nica do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em parceira com os municípios da região, com o objetivo de transformar a mesma em um espaço turístico voltado para a elementos que remetem ao período do Café (desde azulejos, pratarias e louças a pinturas, estátuas e documentos). O evento apresenta concertos de música nas fazendas, *shows* em praças públicas e igrejas, além de promover oficinas de música para as crianças da região.



Figura 13.5: Festival do Vale do Café.
Fonte: <http://www.festivalvaledocafe.com.br/>.

=====**Atividade 3**=====

Atende ao objetivo 3

A atividade turística tem apresentado destaque recente na região do Médio Vale do Paraíba. Explique de que maneira as atividades econômicas predominantes no passado auxiliam o desenvolvimento do setor turístico atualmente.

Resposta Comentada

Tendo em vista que a região sofreu recentemente com significativas transformações espaciais para dar suporte à emergente atividade turística, apropriando-se do patrimônio histórico, natural e tradições musicais, os empreendedores criam um imaginário do passado, através da valorização e transformação do patrimônio, como as casas coloniais, igrejas, fortes, antigas fazendas em produtos, por meio de atividades diretas ou por reprodução simbólica. A partir da década de 1980, as formas pretéritas passam a ser incorporadas por uma parte da sociedade para as atividades turísticas, tornando-se importante fonte de renda na região. Alguns distritos municipais do Médio Vale se destacam, por vezes, mais que a própria sede, caso de Conservatória, em Valença, de Penedo, em Itatiaia e de Engenheiro Passos e Visconde de Mauá, em Resende (ANDRADE, 2015).

Conclusão

Através da análise de características gerais e específicas da região, vemos que a mesma apresentou dinâmicas diferenciadas ao longo de determinados períodos históricos, que seguiram racionalidades distintas, advindas que processos atuantes em diferentes escalas. Assim a região do Médio Vale, em sua configuração atual de 11 municípios, apresenta formas variadas, que refletem consequências diretas de períodos de pujança socioeconômica, industrialização e urbanização.

Observamos também que o turismo de que se apropriou parte dos empreendedores capitalistas, em associação ao poder público, dota esses locais de calores e objetos, conservam e refuncionalizam o patrimônio histórico-natural, para que sejam consumidos, por meio da recriação de narrativas sobre períodos passados.

Resumo

Essa aula teve como objetivo principal a formação sócio-espacial da região do Médio Vale do Paraíba. Para isso, propusemos uma reflexão norteada por uma periodização de diferentes momentos e fenômenos de escala regionais.

Lançamos mão de dados estatísticos, registros fotográficos e mapas que indicam os diferentes pontos propostos. Além disso, também foi enfatizado o contexto de explosão urbana brasileiro, os critérios seguidos pelo IBGE e suas contestações e as contribuições geográficas para o assunto.

Atualmente, é possível perceber que a região se encontra num processo de diversificação das atividades econômicas, na esteira do fenômeno da globalização, passando por uma reestruturação em relação ao *boom* industrial identificado ao longo do século XX. Também é possível elencar que, contemporaneamente, a região tem no turismo a reprodução de um sistema de objetos voltados para uma racionalidade diferenciada, que busca o resgate histórico do período áureo do café como forma de dinamizar a economia regional.

Referências

ANDRADE, Philipp Lessa. O Conceito de Espaço como Categoria de Análise para o fenômeno do turismo em Conservatória, Valença (RJ). In: *Revisitando o território fluminense V*. Rio de Janeiro: Gramma, 275-297.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama Bentes. *Análise Ambiental-Urbana da Conurbação Volta Redonda-Barra Mansa*, no Sul Fluminense – RJ. Niterói, 2005, 285 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

CASTRO, Demian Garcia. Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem: um olhar sobre as fazendas cafeiras e açucareiras do interior fluminense: In: *Revisitando o território fluminense II*. Rio de Janeiro: Gramma, p. 133-149.

FERRAZ, R. de A. *Análise das Atividades turísticas no Vale do Ciclo do Café Fluminense*. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ien-grup/Pdf/artigo_rafael.pdf. Acesso em 28 Ago. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1990-1991*. Rio de Janeiro: CIDE, 1992.

_____. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1999-2000*. Rio de Janeiro: CIDE, 2001.

FUSCO, .*O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: o médio vale do paraíba fluminense – RJ*. 2005. Disponível

em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/21.pdf>..Acesso em 28 Ago. 2016.

MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. A. (org.). *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Gramma, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Revisitando o território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

SILVEIRA, Adalgiso Silva. *Turismo nas fazendas imperiais do Vale do Paraíba fluminense*. São Paulo, 2007, 165 f. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo). Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo: USP, 2007.

Aula 14

A Região Serrana e a diversidade das atividades econômicas

Meta

Apresentar as principais características das atividades econômicas na região e sua interligação com a Região Metropolitana e o território fluminense.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais atividades econômicas da região serrana;
2. reconhecer os principais impactos dessas atividades para a demografia regional;

Introdução

A Região Serrana do Estado tem 14 municípios. Contudo, os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis são os únicos que apresentam população superior a 100.000 habitantes, configurando um importante pólo demográfico no interior. Juntos, somam 641.745 habitantes, apesar do crescimento relativamente pequeno nas últimas décadas.

A concentração populacional nesses três municípios revela maior densidade das atividades produtivas, além da centralidade do setor de serviços. A inserção deste último na rede urbana do espaço é muito diferente, pois apresenta uma diversidade e intensidade maior da economia.

Região Serrana Fluminense



Base Cartográfica: CEPERJ
Organização: Roderio Seabra

Figura 14.1: Mapa da Região Serrana e os municípios de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo.

Fonte: CEPERJ.

A **Figura 14.2** apresenta o crescimento demográfico de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Apesar da redução na velocidade de crescimento, os três continuam apresentando a maior população absoluta da Região Serrana.

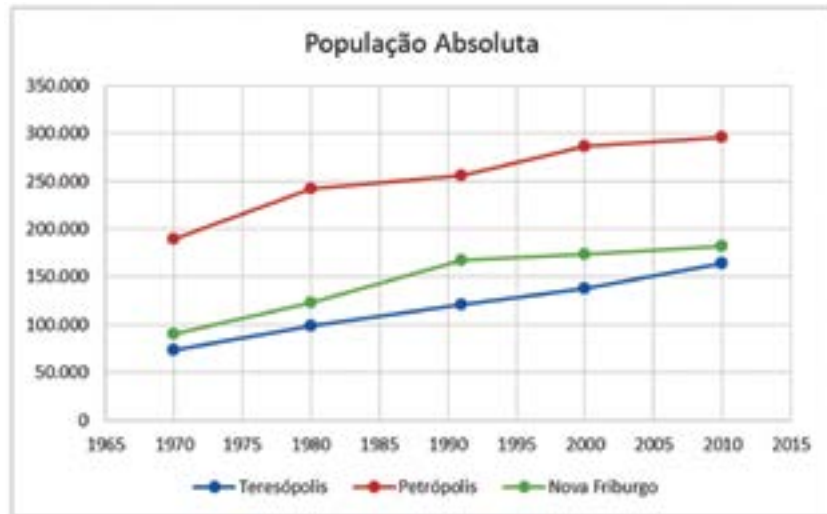


Figura 14.2 : Crescimento populacional de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo.

Fonte: IBGE – Séries Estatísticas.

Tais municípios são responsáveis por grande parte do PIB regional (MARAFON et al., 2011) e configuram importantes disparidades intrarregionais. Os três municípios apresentam ampla rede de serviços, economia diversificada, elevados indicadores socioeconômicos e extensa produção de hortícolas e olerícolas, destinada sobretudo ao abastecimento do mercado consumidor metropolitano.

Apesar da dinâmica produção agrícola, assim como na maior parte dos municípios do Estado, a imensa maioria da população de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo se encontra em áreas urbanas, também como importantes consumidores, conforme indica a Figura 14.3.

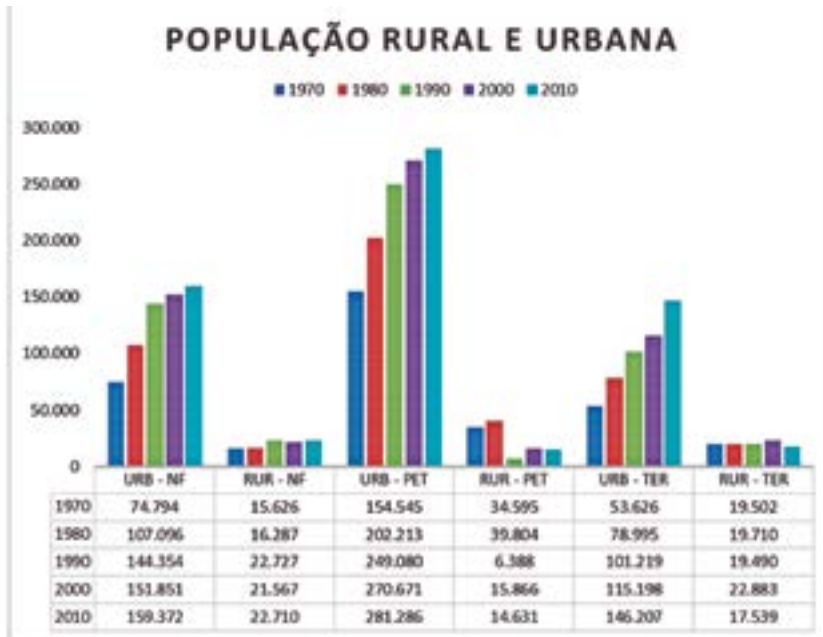


Figura 14.3: População rural e urbana de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. No Gráfico, NF = Nova Friburgo, PET = Petrópolis, TER = Teresópolis, RUR = população rural e URB = população urbana.

Fonte: IBGE – Séries Estatísticas.

Petrópolis e Nova Friburgo são áreas de produção industrial de moda íntima com alcance multiescalar, ou seja, a produção é comercializada para vários municípios de todo o território nacional e até internacional. Petrópolis, que apresenta uma produção têxtil mais diversificada, além da moda íntima, tem materializado um espaço de trocas, por meio das interações no tradicional ponto de venda na Rua Teresa.

Região Serrana: a importância da produção agrícola

A produção agrícola mantém, em algumas áreas da Região Serrana Fluminense, uma relação íntima com o setor de turismo, viabilizando e dependendo dessa atividade. Vale destacar que isto não é uma regra para todo o espaço serrano, mas é muito importante para as áreas onde esta relação se desenvolve.

A busca de “amenidades” no espaço rural em oposição ao “confuso” ambiente metropolitano é a senha para tal processo. A busca por espaços rurais dotados de natureza guia os fluxos turísticos para a região, gerando interações espaciais representativas da metrópole para o interior,

ou seja, a serra fluminense se configura como o principal fornecedor de espaço rural consumível (como espaço turístico) (WOODS, 2011) para a população majoritariamente urbana da área metropolitana.

Segundo Rúa (2002):

O turismo e o veraneio, juntamente com a crescente presença de múltiplos serviços e algumas indústrias, oferecem à população rural “novas” alternativas de sobrevivência baseadas em estratégias de integração de atividades agrícolas e não-agrícolas – pluriatividade – na composição da renda familiar (p. 53).

Nesse contexto, os produtores rurais têm a possibilidade de construir a renda familiar com rendas agrícolas e não agrícolas, trabalhando com o turismo e com o crescimento da segunda residência. Apesar da probabilidade de elevação na renda, é fundamental observar que tal necessidade advém da redução da renda agrícola, muitas vezes associada ao controle do processo de comercialização das hortícolas e olerícolas por parte de atravessadores/intermediários.

O turismo em espaço rural (ou pelo menos percebidos como rural) na região em tela é fundamental para a caracterização da produção agrícola, que tem como principal destino o abastecimento da Região Metropolitana.

O processo de ocupação da Região Serrana ocorreu, segundo Galvão (2009) e Marafon et al. (2005; 2011), a partir da consolidação de abrigos para tropeiros e exploradores e, em seguida, pela formação de áreas de colonização para a produção agrícola destinadas à produção de alimentos, pautadas em pequenas unidades de produção.

A região também foi impactada pela produção de café e pelas articulações promovidas pela construção da estrada de ferro. O período indicado foi fundamental para o adensamento populacional na região, principalmente nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

A produção atual da região é pautada por pequenos produtores, muitos trabalhando em regime de parceria. A produção é tecnificada principalmente pelo uso de sementes manufaturadas e agroquímicos, que garantem uma produtividade alta para as pequenas unidades de produção. A modernização da agricultura na região faz-se de forma distinta do processo em escala nacional, principalmente pelo uso de grandes máquinas em unidades de produção e do sistema financeiro subsidiado.

Na Região Serrana, a lógica da modernização assume traços particulares pelas características geomorfológicas e históricas dessa área.

A produção na Região Serrana Fluminense – Teresópolis e Nova Friburgo – acessa pouco o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelos principais cultivos financiados pelo programa (ausentes na produção regional) e pela pequena participação da agricultura da região no cenário nacional. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, somando as produções de milho de Teresópolis e Nova Friburgo, o resultado será de 73 toneladas, enquanto que, de acordo com a mesma pesquisa, a produção nacional foi de 42.281.800 toneladas. Ou seja, os dois municípios foram responsáveis por 0,00017% da produção nacional em 2006. Prosseguindo com a argumentação, o Censo Agropecuário de 2006 não detectou produção de soja e trigo nos dois municípios.

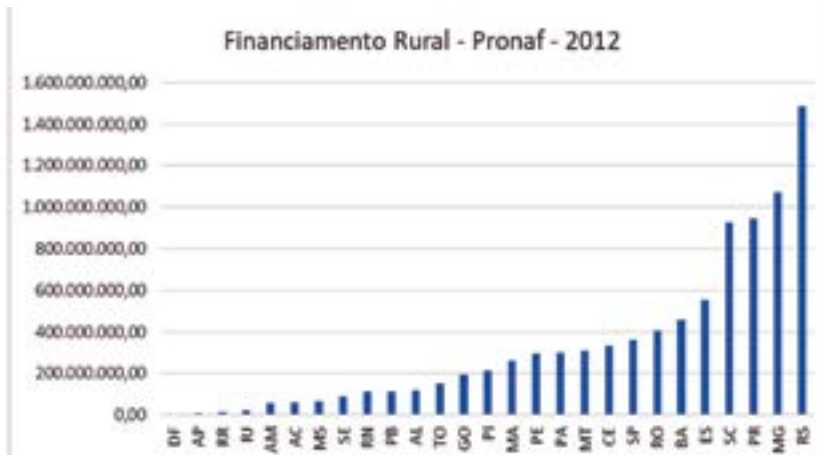


Figura 14.4: Maiores e menores unidades da federação contempladas com o PRONAF.

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário Estatístico 2012.

Analisando o gráfico da figura acima, o Estado do Rio de Janeiro só recebeu mais investimentos do Pronaf no ano de 2012 do que as seguintes unidades federativas: Distrito Federal, com R\$3.915.390,68; Amapá, com R\$6.106.032,37; e Roraima, com R\$10.697.903,78.

As unidades com maior acesso aos recursos são: Rio Grande do Sul, com R\$ 1.486.579.579,13; Minas Gerais, com R\$ 1.071.037.358,52; Paraná, com R\$ 947.716.138,03; e Santa Catarina, com R\$ 928.064.886,03. Todos representam 49,8% dos recursos investidos e as quatro últimas unidades, incluindo o Estado do Rio de Janeiro, exibem 0,49% dos investimentos do programa de financiamento da produção familiar nacional.

A produção agrícola na serra fluminense, marcada pelos hortícolas e olerícolas, recebe pouco financiamento quando comparada ao quadro nacional. Como os produtos são bem diferentes das commodities do mercado, a produção serrana de caráter perecível é basicamente destinada ao mercado consumidor metropolitano e, em menor grau, para o interior. Contudo, a baixa representatividade no financiamento não impediu a expansão da tecnologia de produção, principalmente a irrigação, o agrotóxico, sementes selecionadas e a tobata, apresentada na Figura 14.5 (microtrator).



Figura 14.5: Tobata – Teresópolis.

Fonte: trabalho de campo realizado em julho de 2014.

A produção agrícola nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo é realizada basicamente em pequenas e médias propriedades cultivadas por proprietários, parceiros e arrendatários, conforme indicado pelo quadro da tabela a seguir.

Tabela 14.1: Condição do produtor – 2006.

	Unidades	Área - Hectares	Município
Parceiros	496	1129	Teresópolis
Proprietários	1770	15198	
Arrendatários	404	1738	
Parceiros	159	1357	Nova Friburgo
Proprietários	1204	18587	
Arrendatários	188	678	

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006.

A horticultura é o cultivo mais representativo nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Tendo como referência a Tabela 14.2, três distritos ganham destaque na produção dos dois municípios:

Campo do Coelho, em Nova Friburgo;

Vale de Bonsucesso, em Teresópolis;

Vale do Paquequer, também em Teresópolis.

Tabela 14.2: Horticultura - 1996 - Total (kg).

Nova Friburgo (Município)	36.143.983,50
Amparo (Distrito)	909.833,50
Campo do Coelho (Distrito)	31.353.355,90
Conselheiro Paulino (Distrito)	83.877,00
Lumiar (Distrito)	313.546,00
Nova Friburgo (Distrito)	1.290.997,50
Riograndina (Distrito)	1.072.223,60
São Pedro da Serra (Distrito)	1.120.150,00
Teresópolis (Município)	100.124.713,70
Teresópolis (Distrito)	4.796.801,00
Vale de Bonsucesso (Distrito)	64.132.683,00
Vale do Paquequer (Distrito)	31.195.229,70

Fonte: BME – Banco Multidimensional de Estatísticas – IBGE – Censo Agropecuário 1996.

Entre os principais gêneros agrícolas produzidos nas áreas referidas anteriormente, destacam-se a alface e o repolho. Esses produtos representam uma parte significativa da produção, como indica o Gráfico a seguir, e são responsáveis por fluxos intensos de comercialização para a região metropolitana.

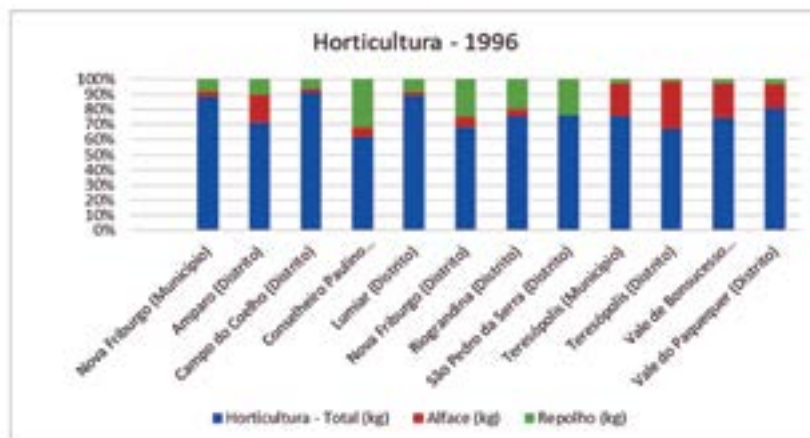


Figura 14.6: Produção de alface e repolho.
 Fonte: IBGE – Banco Multidimensional de Estatística.

A produção em Teresópolis e Nova Friburgo é marcada pelo destino majoritário à comercialização. O autoconsumo é bastante restrito nessa área em virtude do sistema de parceria. A presença marcante de parceiros indica a orientação mercadológica da produção, inviabilizada para o consumo próprio, pois a produção final é ponto de pagamento para o proprietário da terra.

Apesar de a concentração metropolitana ser clara por meio de inúmeros indicadores como industrialização, PIB e população residente; a região serrana apresenta a maior importância para o Estado para a produção de gêneros agrícolas, principalmente a de legumes e verduras.

O espaço rural da região serrana, constituído por pequenos produtores, proprietários, parceiros ou arrendatários, com uso intensivo de fertilizantes e defensivos, produtor de hortícolas e olerícolas, fornecedor de produtos para a área metropolitana, também é marcado por transformações associadas pela comoditização da paisagem, ou seja, pelo turismo em áreas rurais.

==== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Identifique as principais características da economia da Região Serrana Fluminense. Compare, após pesquisas no portal do IBGE (www.ibge.gov.br), a composição do PIB das municipalidades. Explique a importância de cada setor econômico na composição do PIB regional.

Resposta comentada

A atividade busca exercitar a pesquisa em fontes oficiais de dados e, ao mesmo tempo, a capacidade de analisá-los. O portal do IBGE apresenta os dados necessários para que você possa construir a composição do PIB por município, verificando a diferença entre o PIB total e a composição por setor de atividade entre os municípios e, simultaneamente, verificar que as atividades agrícolas, fundamentais para o abastecimento do estado, são minoritárias nos principais municípios serranos.



Breve nota sobre o turismo em espaço rural na Região Serrana

Woods (2011) explora o processo de transformação de atributos da natureza em mercadorias no espaço rural. Os predicados naturais e sociais presentes no espaço rural são apropriados para o consumo turístico, principalmente da população de origem urbana. Nesse sentido, diferente da produção de gêneros agrícolas na serra, voltada ao abastecimento da área metropolitana, o fluxo de turistas apresenta um caminho inverso, ou seja, da metrópole para a serra. Assim, o turismo torna-se mais um elemento na composição da paisagem do espaço rural serrano e outra forma de relação com a natureza.

Oliveira (2009) discute a relação sociedade-natureza indicando-a como fundamento para a (re)produção do espaço e, conseqüentemente, das formas sociais. Segundo a autora, há diferentes formas de projetar os interesses socioespaciais na natureza ao longo da história das sociedades sem, contudo, entender tal processo como uma linha evolucionista e sim simultânea (e por vezes conflituosa).

As relações racionais com a natureza são hegemônicas no período atual e o projeto de modernização da agricultura está inserido nessa lógica. A racionalidade é fundamental para a compreensão da natureza para, em seguida, controlar e se apropriar do natural como um recurso.

Em sintonia com esse pensamento, a quantificação da natureza é essencial para o processo de mercantilização do natural (a própria transformação em recurso) para uso ou contemplação. Nesse caso, a singularidade (baixa oferta de um recurso ou seu caráter particular como paisagem) da natureza gera uma valorização da paisagem/produto. O turismo em espaço rural é um aspecto importante dessa apropriação (vale destacar que essa apropriação/ controle sempre ocorreu de forma precária e parcial, ou seja, o natural nunca foi objeto separado do humano e a natureza jamais esteve sob domínio absoluto das práticas sociais).

A razão e a ciência ocidental foram elevadas ao patamar de verdades absolutas e, por isso, são elementos da transformação do homem em um ser superior na sua relação com a natureza que, pela mediação da técnica, é capaz de compreender a natureza, normatizando e controlando seu funcionamento e construindo uma relação dicotômica, típica da ciência moderna (MOREIRA, 2007) entre sociedade e natureza.

A construção da ciência moderna, contudo, não se fez por instrumentos lineares e, por esse motivo, a perspectiva de voltar à natureza virgem permaneceu com a construção de parques e o turismo em espaço rural, por exemplo.

Assim, a natureza presente no rural é mercantilizada após sua apropriação (sempre parcial) e, com as relações sociais no campo, são transformadas em propriedades turísticas na região serrana fluminense, principalmente no eixo da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo (RJ 130), o Circuito Tere-Fri.

Woods (2011) acentua o papel do turismo em espaço rural como um elo da reprodução ampliada do capital. Segundo o autor, o campo, usado como espaço de recreação e turismo, criou novas possibilidades de circulação do capital para além das práticas agrícolas. Na verdade, no caso do circuito Tere-Fri, a presença da produção agrícola é fundamental para compor a paisagem/produto turístico.

A incorporação do rural para o turismo e veraneio na Região Serrana não é recente e congrega várias dimensões do campo, como, por exemplo, a gastronomia e o turismo de aventura. O rural-mercadoria carrega representações e a imaginação (SCHWARTZ, 1996) do campo

idílico (WOODS, 2011) e, logo, um espaço dotado de características contrárias ao urbano.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o peso demográfico da metrópole serve como reserva de mercado para o turismo rural na serra, ou seja, a presença marcante do urbano alimenta o marketing do turismo rural, construindo uma imagem dicotômica entre um urbano metropolitano da técnica, da velocidade e do estresse, em relação ao rural serrano da calma, da natureza e da tranquilidade.

As informações do *site* “Circuito Tere-Fri” são muito representativas dos argumentos supracitados. Segundo a página:

São 68 Km de lugares encantadores e aconchegantes dentro da Mata Atlântica. No coração da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, você encontra o cenário ideal para passeios, aventuras, esportes e descobertas. O Circuito Tere-Fri oferece os mais diversos atrativos para os visitantes, além dos mais charmosos hotéis e pousadas da região (www.terefri.com).

O mesmo site disponibiliza informações sobre hotéis e pousadas do circuito. Todos os sete hotéis apresentam em suas respectivas páginas as ideias de descanso e natureza e destacam a presença de redes informacionais e mapas indicando o fácil acesso a partir da capital pela rodovia RJ-130.

Paiva (1995) e Rodrigues (1997) exploram a relação entre turismo e tempo livre, indicando o consumo do tempo livre como mais uma atividade transformada em mercadoria. Nesse sentido, o turismo rural reflete uma atividade de consumo do tempo e do espaço, ambos transformados e apropriados pela construção (ou invenção) de atributos para o consumo. No caso do Circuito Tere-Fri, a produção rural é um fator fundamental na construção das articulações necessárias para a produção do espaço turístico.

A hospedagem, incorporando a natureza e a produção agrícola, completa o quadro do rural idealizado e, segundo Woods (2011) e Harvey (2013), viabiliza a compreensão do campo como valor de troca.

Os produtores rurais na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, além de produção material, são importantes para a construção de atributos utilizados na construção do espaço turístico.

O turismo e a segunda residência no Circuito Tere-Fri envolvem a ampliação (e o uso) de uma logística importante, como abertura de es-

tradas, redes de telecomunicação e energia elétrica, fundamentais para produção agrícola. A energia elétrica é central na produção dos gêneros agrícolas porque permite a irrigação utilizada nas propriedades rurais. As redes de telecomunicação e a abertura de estradas são fundamentais para o escoamento da produção até o consumidor final, em geral, na área metropolitana.

A segunda residência e o turismo são fatores produtores de alterações na estrutura político-administrativa dos municípios ao, como reforça Rua (2007). Movimentar os espaços classificados pelas prefeituras como rural e urbano em busca de aumento de arrecadação, uma vez que aumenta o número de áreas pagadoras de IPTU.



Figura 14.7: condomínio construído no município de Teresópolis.

Fonte: trabalho de campo realizado em janeiro de 2013.

O trabalhador rural, inserido diretamente no turismo ou não, articula relações com a prática porque há uma (re)configuração das áreas de produção e da moradia dos produtores.

As figuras a seguir mostram algumas casas nas margens da RJ-130. A frente das casas apresenta pequenos bares e serviços para automóveis, enquanto os fundos mantêm uma produção agrícola encurralada pelo avanço da ocupação nas margens da rodovia.



Figura 14.8: casas na margem da Rodovia RJ-130.

Fonte: Google Street View, em 29 de julho de 2014.



Figura 14.9: casas na margem da rodovia (RJ-130).

Fonte: Trabalho de campo realizado em agosto de 2014.

A produção e a comercialização de gêneros agrícolas no Circuito Tere-Fri são ligadas ao turismo e ao veraneio na composição da paisagem e da própria dinâmica do processo de distribuição. Há uma interação entre os agentes e os fluxos entre produção e consumo inseridos nas relações cidades-campos.

Conclusão

A partir dos elementos apresentados, pudemos constatar a importância das atividades agrícolas para diversos municípios da região Serrana, especialmente Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, que concentram a maior densidade de atividades produtivas e de serviços, bem como de população. A produção agrícola ainda mantém intensa relação com o turismo em algumas áreas da referida região de governo, tornando-se, portanto, dependente e viabilizadora de outras atividades.

Resumo

Nessa aula foi possível pensarmos as conexões entre diferentes áreas do território fluminense, a Região Serrana e a Região Metropolitana. De fato, a aula buscou apresentar os municípios serranos em relação intra/interregional para construir as interações espaciais presentes no Rio de Janeiro.

É fundamental perceber a duplicidade da produção agropecuária para os municípios da Região Serrana, isto é, ao mesmo tempo que é pouco importante para a composição do PIB regional, é fundamental para o abastecimento da área metropolitana. Também é importante apresentar as diferentes composições do PIB entre os municípios da região.

Por fim, outra conexão importante é o turismo de base rural, que reflete a importância da agricultura para além da própria produção indicando a necessidade de entendermos as conexões entre as áreas estudadas.

Referências

CEPERJ. Mapas do Estado. Disponível em <<http://www.fesp.rj.gov.br>>. Acesso em: Ago. 2014.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalizações das ideias*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

LIMONAD, Ester. Rio de Janeiro: uma nova relação capital-interior? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Orgs.). *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas*. v. 1. São Paulo, 2004. p. 78-92.

MARAFON, Gláucio José. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva; MARAFON, Gláucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *Um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma Faperj, 2012. p. 209-222.

_____. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ* – Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 03, jun 1998. p. 7-21.

WOODS, Michael. *Rural Geography*. London: SAGE, 2005.

_____. *Rural*. New York: Routledge, 2011.

MARAFON, Glaucio José *et al.* *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

_____. *Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

RIBEIRO, Miguel Angelo. *A Complexidade da Rede Urbana Brasileira: Três dimensões de análise*. Tese (Doutorado), UFRJ/PPGG. Rio de Janeiro, 1998, 335f.

_____. Considerações sobre o Espaço Fluminense: estrutura e transformações. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook/UERJ, 2002. p. 13-26.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

_____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 271-198.

Aula 15

A Região da Costa Verde: as atividades econômicas e os impactos ambientais

Meta

Apresentar as transformações ocorridas no interior do estado, em particular na Região da Costa Verde, destacando que embora esta seja uma região com relativo dinamismo sócio-econômico, do ponto de vista da gestão do espaço regional, o sistema de objetos reproduziu práticas espaciais destinadas a racionalidades externas a esta.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as principais atividades econômicas e seus impactos ambientais na Região da Costa Verde;
2. identificar os processos sócio-espaciais responsáveis pela formação territorial da região em tela;

Introdução

Se contemporaneamente a região da Costa Verde é marcada pelo turismo como grande agente, não só na estruturação da paisagem, como também na estruturação das relações de trabalho, a Região apresenta ao longo de sua história diferentes processos atuantes no espaço, os quais deixaram diversas marcas impressas na paisagem local.

A atual configuração da malha política-administrativa da Região da Costa Verde abarca os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Essa delimitação foi criada a partir da lei complementar nº 105, de 4/07/2002, que retirou os Municípios de Itaguaí e Mangaratiba da Região Metropolitana e juntou-os aos de Angra dos Reis e Parati numa nova Região de Governo – a da Costa Verde -, determinando a extinção da Região da Baía da Ilha Grande. Em 2009, o município de Itaguaí foi incluído novamente na Região Metropolitana, ficando a Região da Costa Verde com a atual delimitação conforme observado no mapa da Figura 15.1.



Figura 15.1: Localização da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: NEGEF, 2016.

A formação da região da Costa Verde

Para compreendermos a atual configuração do espaço na Região da Costa Verde é necessário nos debruçarmos sobre os processos históricos que dialeticamente atuaram na região. Nesse sentido, em nossa aula, a periodização será guiada pelos diferentes usos do território, de modo que nos permita realizar uma análise que melhor abarque as espacialidades e temporalidades da formação sócio-espacial da Região da Baía da Ilha Grande.



Território Usado

Para Santos (1999, p.19):

essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. (...) Por conseguinte é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos.

Acerca do conceito de território usado, embora não compartilhem das críticas, é importante mencioná-las. Para Haesbaert (2004), o território usado explicita uma priorização da dimensão econômica. Nesse sentido, buscando utilizar uma visão de território mais integradora que abarque uma dimensão mais simbólica e outra mais concreta, o desafio que tentaremos traçar é o de perceber como o uso do território implica em transformações generalizadas, também, na dimensão simbólica.

Dentro da perspectiva de território usada, nossa periodização será construída a partir da constatação de três momentos, a saber:

- Primeiro: a função portuária, do ouro ao café;
- Segundo: a indústria e o desenvolvimento desigual;
- Terceiro: o turismo e a (re)inserção de Paraty ao quadro regional

Primeiro momento: A função portuária, do ouro ao café

A ocupação da Região da Costa Verde se entrelaça à própria ocupação do território nacional, visto que a ocupação do território da região data do início da colonização do Brasil. Assim como em outras regiões do Brasil, a população na Costa Verde se fixou, em um primeiro momento, às margens do litoral, posteriormente ocupando porções mais ao interior da região.



Ocupação do território fluminense

RAHY, ao analisar a ocupação do território fluminense, ressalta que:

A conquista e o povoamento das terras fluminenses não se processaram de maneira casualista. Embora nem sempre dirigidos, seja diretamente pela Coroa, seja por algum seu representante, ou atendiam a determinadas normas legais, ou observavam, implicitamente, certas estratégias de conquista e dominação. Verifica-se uma nítida preocupação com o povoamento do litoral. Os produtos daí extraídos e/ou colhidos implicariam menores custos e exigiriam menos esforços para serem embarcados com destino à Metrópole (RAHY, 1999. p. 38).

O próprio quadro natural, se em um primeiro momento atuou como um elemento favorável à ocupação das margens da Baía da Ilha Grande por parte dos colonizadores portugueses, tendo em vista que, como ressalta Caio Prado Jr. (1961, p.36), “multiplicam-se os portos e abrigos bem protegidos pelas terras fronteiras da restinga e da Ilha Grande (Angra dos reis, Parati, Mangaratiba...)”; em um segundo momento, configurou-se como um obstáculo na ocupação da área. A presença de relevo notavelmente acidentado com as serras escarpadas, associado à ínfima superfície das planícies litorâneas acabou por manter a Região da Costa Verde como um local de difícil acesso. Contudo, mesmo diante das dificuldades advindas do quadro natural, a ocupação na área foi documentada já em meados do século XVI.

Devido às condições destacadas por Caio Prado Jr, a Baía da Ilha Grande é apropriada como uma importante área portuária. O escoamento da produção mineira de ouro com destino ao Rio de Janeiro ou à metrópole era realizado pelos portos de Angra dos Reis e Paraty. A produção era escoada pelo Caminho Velho ou dos guaianás, via de acesso que descia do Planalto e tinha como ponto terminal Paraty.

A descoberta de ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, alçou Paraty à posição de um importante ponto estratégico, ao passo que durante o século XVIII houve a construção de uma casa de registro da corte portuguesa, um cais e a demarcação da Vila (RIBAS, 2003). A população local atingiria no final deste século aproximadamente dez mil habitantes (IPHAN, 1972).

Se durante o século XVIII, a região, especialmente Paraty, teve seu território voltado aos interesses da coroa portuguesa, no sentido de possibilitar vias de escoamento para o ouro das Minas, durante o século XVIII e XIX; com a expansão da lavoura cafeeira, desde a Guanabara, ao longo do vale do Paraíba, e até as Serras, fez com que novas vias de acesso descessem a serra; também voltadas para o escoamento da produção. No quadro regional, esse período vai se caracterizar pela perda do seu papel de destaque de Paraty para Angra dos Reis, que adquire a condição de segundo maior porto do Brasil Meridional (BERTONCELLO, 1992), beneficiando-se do melhor caminho para atravessar a serra, via Rio Claro e o vale do Rio Pirai (LAMEGO, 1964).

Do ponto de vista da organização do espaço, a lavoura cafeeira gerou um circuito de atividades que, de certa forma, dinamizou o espaço angrense graças às grandes fazendas de café ou de gado e dos caminhos e portos que se espalharam pela região. No entanto, o declínio da atividade cafeeira fluminense associado à construção da estrada de ferro Pedro II (1864), que ligou São Paulo ao Rio de Janeiro diretamente pelo Vale do Paraíba, permitindo o escoamento da produção do interior diretamente para o porto do Rio de Janeiro, trouxe a crise para a região. LAMEGO (1964, p. 246) chega a citar, no caso de Angra que:

Para quem teve em mãos a produção de serra acima de três Províncias, o que lhe restava de recursos próprios era muita fome. E Angra viu assim desabarem os telhados e os soalhos de seus armazéns, abandonarem-na os homens de negócios com os seus capitais, aproarem mar afora os seus vapores e subirem serra acima para sempre, as numerosas tropas que a alimentavam fartamente.

A função portuária fez com que o sistema de objetos implementados na região fosse voltado ao suporte de atividades desenvolvidas e destinadas para fora dos limites regionais. No entanto, a partir do momento em que essas outras áreas conseguem maximizar os lucros, por meio da incorporação de outros espaços e da redução nos custos com transportes, a região fica relegada a segundo plano, com um sistema de objetos que perde a função para a população local (um exemplo é o fechamento do porto de Angra).

Esse período, caracterizado pela derrubada da estrutura cafeeira, pela queda da produção e pelo fechamento da área, com a perda das conexões comerciais com o exterior, é conhecido, em geral, como período da decadência. No entanto, a advertência de Guanzioli (1983, p.131) traz alguns elementos para a nossa discussão sobre o sistema de objetos:

Percebe-se assim a falácia da idéia de decadência, em termos abstratos. Verifica-se, isso sim, um retrocesso na dinâmica de acumulação dos cafeicultores, mas, do ponto de vista dos produtores diretos, o fenômeno é exatamente o contrário, já que ganharam a liberdade, principal reivindicação de milhões de pessoas e, além disso tiveram em parte acesso à terra, nela desenvolvendo suas culturas de subsistência.

A chamada “decadência” na verdade garantiu o fortalecimento das condições de reprodução de grupos locais que, anteriormente, viviam à margem da gestão do território regional. Ao longo da primeira metade do século XX, “novos” agentes e elementos surgem na formação sócio-espacial; não mais atrelados ao sistema de objetos voltados para a atividade portuária. A progressiva expansão da bananicultura e o fortalecimento da atividade pesqueira são dois destes “novos” elementos no cenário regional.

O aumento da demanda interna e externa (mercados argentino e uruguaio) pela cultura da banana incentivou a expansão do cultivo da área produtora localizada no litoral paulista em direção ao litoral sul fluminense (perfazendo um movimento contrário ao da expansão da cafeeicultura), ao passo que as terras abandonadas pelo café seriam, agora, aproveitadas pelo cultivo de banana. Mais uma vez, o quadro natural da região foi apropriado no sentido de melhor garantir as funções delineadas para o território, visto que, conforme demonstra Guanzioli (1983), o clima e o solo da região são ideais para as bananeiras: um clima de

temperatura média elevada, precipitações abundantes e bem distribuídas, com elevada umidade relativa do ar, pouca incidência de ventos fortes, em decorrência da proteção representada pela Serra do Mar.

A cultura da banana foi explorada basicamente nos moldes do pequeno estabelecimento, ocupando mão-de-obra familiar e não empregando praticamente nenhuma mecanização; explorando basicamente a fertilidade do solo, o que provocou o seu rápido esgotamento e exigiu uma permanente rotação das terras.

A atividade pesqueira foi outra atividade relevante como “novo” elemento no quadro regional. Embora a atividade na região tenha antecedentes que datam do início do período de colonização, as décadas de 1940 e 1950 representam marcos nesta atividade. Segundo SOUZA (1986), em 1946 o município de Angra dos Reis contribuía com 25% da produção do Estado. Cabe destacar que a pesca é uma atividade impulsionada basicamente por membros da comunidade local, ocupando um contingente importante de mão-de-obra.

No entanto, se a bananicultura e a pesca foram atividades que se desenvolveram nos dois municípios que compõem a região, dois marcos histórico-geográficos instalados em Angra dos Reis vão acentuar a diferenciação dos espaços de Angra dos Reis e Paraty: a estrada de ferro, ligando Angra dos Reis (1928) a Minas Gerais e a construção da rodovia RJ-155, ligando Angra dos Reis a Barra Mansa (meados da década de 40).

Esses dois marcos histórico-geográficos, revitalizaram a função comercial e portuária do município de Angra dos Reis, revigorando um sistema de objetos que haviam caído em desuso com a crise vivenciada pelo setor portuário regional. As mudanças espaciais decorrentes destes dois eixos (estrada de ferro e rodovia) foram sentidas principalmente no município de Angra dos Reis. O município de Paraty permaneceu isolado, em decorrência das redes ferroviárias e rodoviárias que não cortavam seu território.

Bertoncello (1992) menciona que, assim como no século XVII, a área parece ter voltado a constituir-se no principal local de saída do Planalto. No entanto, diferentemente do século XVII, em que Angra dos Reis e Paraty eram dinamizadas pelos portos, o quadro de circulação que se constituiu deixou o município de Paraty à margem dessa (re)dinamização.

Como podemos perceber, esse primeiro momento de caracterização do território, através da função portuária, foi marcado por um primeira fase em que a função portuária dinamizou Angra e Paraty. Em seguida,

A atividade pesqueira foi outra atividade relevante como “novo” elemento no quadro regional. Embora a atividade na região tenha antecedentes que datam do início do período de colonização, as décadas de 1940 e 1950 representam marcos nesta atividade. Segundo SOUZA (1986), em 1946 o município de Angra dos Reis contribuía com 25% da produção do Estado. Cabe destacar que a pesca é uma atividade impulsionada basicamente por membros da comunidade local, ocupando um contingente importante de mão-de-obra.

Segundo momento: A indústria e o desenvolvimento desigual

As décadas de 1940 e 1950 são marcadas pelo predomínio das concepções desenvolvimentistas, nas quais a industrialização teve papel fundamental. A preocupação em instalar e desenvolver no país os setores industriais básicos (que já tinham como resultado a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda) é uma das características deste período.

Angra dos Reis teve participação no projeto desenvolvimentista basicamente pela localização em seu território: do Estaleiro Verolme, que era administrado pela Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil, empresa ligada à produção de aço da Companhia Siderúrgica Nacional e ao plano de Metas promovido durante o governo de Juscelino Kubitchek (1956-1961); da Usina Nuclear Angra 1, a qual teria a função de fornecer energia às indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo; e, finalmente, do Terminal Marítimo de Petróleo da Petrobrás.

A implementação das indústrias citadas revela uma característica comum ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal no cenário fluminense; um modelo voltado para desenvolver o país, sem desenvolver o território fluminense.



Modelo de desenvolvimento do território fluminense

Moreira (2001, p.128) nos esclarece que:

O modelo do Estado do Rio de Janeiro significa, antes de mais nada, fazer do Estado o executor do conjunto da política econômica federal implantada para o fim de empurrar econômica, administrativa, política e geopoliticamente para frente o desenvolvimento global do país. Um modelo de desenvolvimento para o país, com o preço de não sê-lo para si mesmo. Enquanto São Paulo desenvolveu o país, desenvolvendo-se a si mesmo, o Rio de Janeiro desenvolveu o país, incluindo São Paulo, abdicando de desenvolver o seu interior.

Dentro desta perspectiva, podemos perceber que as indústrias instaladas em Angra dos Reis não são produto do processo de acumulação da própria região, e tanto sua oferta como suas demandas estão orientadas para outras regiões. Por esse motivo, são essas outras regiões que redefinem, de alguma forma, os limites da Região da Baía da Ilha Grande, visto que Angra dos Reis passa a desfrutar de interações espaciais com outras parcelas do território nacional. Paraty, no entanto, permanece ao longo deste período sem usufruir do sistema de objetos efetivados na região através do processo de industrialização.

Os gráficos nas **Figuras 15.1, 15.2 e 15.3** nos ajudam a comprovar como ainda hoje, através de características das populações de seus municípios, Angra dos Reis e Paraty refletem a forma como a industrialização resultou em processos de urbanização desiguais.



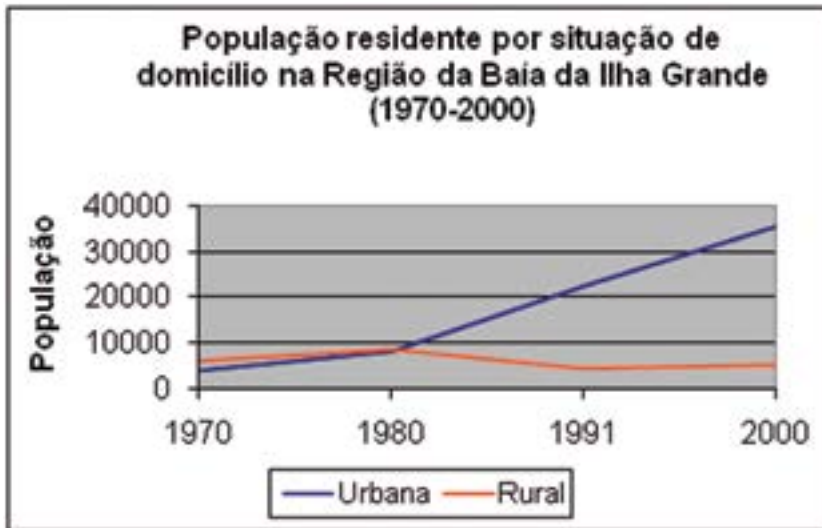
Figura 15.1



Figura 15.2



Figura 15.3

**Figura 15.4**

Fonte: IBGE, 2010.

O processo de industrialização na Região da Costa Verde, que se apresentou de forma desigual pelo território regional, acarretou profundas mudanças, principalmente no município de Angra dos Reis; podendo-se destacar entre estas, o intenso crescimento populacional do município.

Cabe ressaltar que mais uma vez, o quadro natural favoreceu a instalação do sistema de objetos que na região se instalou com a implementação das indústrias citadas. Veja por exemplo, o que menciona Guanziroli (1983, p.45) a respeito da instalação do Estaleiro Verolme, a partir de estudos realizados anteriormente:

O local para sua instalação (Jacuecanga), possuía as seguintes condições consideradas ideais para um estaleiro: área plana de 0,5 km², frente marítima de 1 km de superfície e possibilidades de expansão de 1 km²; solidez do terreno; profundidade mínima de 15 metros; sistema de comunicações de ferrovia e rodovia; abastecimento de energia; salubridade da região, proximidade do Rio e São Paulo (Santos).

A mesma ressalva pode ser feita a partir do Terminal Marítimo de Petróleo da Petrobrás (TEBIG – Terminal da Baía da Ilha Grande). As condições operacionais dos terminais e oleodutos da baía de Guanabara ficaram difíceis, com o aumento do consumo de derivados no país. No

Resposta comentada

As causas que justificam o processo de urbanização desigual na Região da Costa Verde remontam aos primeiros ciclos econômicos que ali se estabeleceram. Em um primeiro momento, a instalação de um sistema de objetos que atendessem à escoação da produção de ouro em Minas Gerais colocou os atuais municípios de Paraty e Angra dos Reis em foco, permitindo que ali se instalassem estruturas que colaboraram para o desenvolvimento de certas atividades. Em um segundo momento, com o declínio da produção aurífera e ascensão do café no cenário econômico internacional, as condições físicas encontradas em Angra dos Reis vão favorecer o desenvolvimento de um sistema de objetos e atividades a fim de contribuir com a produção de café para o mercado externo. Sendo assim, o município de Paraty fica “esquecido” durante um tempo, até que despontou novamente a valorização do turismo na região.

As principais consequências para a região são a concentração da dinamização econômica regional em Angra dos Reis, assim como, a concentração de serviços e infraestruturas a fim de atender a crescente população urbana no município e a população adjacente.

Terceiro momento: O turismo e a (re) inserção de Paraty ao quadro regional

A consolidação do turismo na Região da Costa Verde é fruto de um processo que extrapola os limites regionais, abarcando também os municípios vizinhos de Ubatuba (SP) e de São Sebastião (SP). Esses municípios viram crescer o turismo em seus territórios, principalmente após a construção da Rodovia Rio-Santos, que integrou a região ao litoral norte paulistano. Antes de aprofundarmos a questão do turismo, vejamos como a construção da rodovia alterou a dinâmica territorial.

A Rodovia Rio Santos (BR-101)

A extensão da rede rodoviária nacional tem sido uma preocupação central do governo brasileiro desde os anos quarenta. Os objetivos do governo eram a integração e o controle do território nacional, em um contexto que privilegiava o transporte automotor.

Integrar e controlar o território, facilitar a expansão capitalista moderna, no sentido de gerar as condições gerais de produção necessárias à acumulação e à reprodução ampliada do capital, foram todos objetivos que estavam por detrás das ações estatais orientadas à criação de uma malha de controle técnico e político que respondesse à sua racionalidade, criando novos espaços e fluxos. Dentre as redes privilegiadas pelo poder, a de transporte ocupou um lugar de destaque.

Foi nesse contexto que a decisão de construir uma rodovia paralela ao litoral tomou força, resultando em estudos de viabilização para a construção de uma rodovia que unisse, pelo litoral, os portos de Santos e Rio de Janeiro. O relatório feito pela empresa Sondotécnica expõe os argumentos justificativos da necessidade de construir a rodovia:

A região encaixa-se no eixo longitudinal litorâneo que se estende de Natal (RN) a Osório (RS). O trecho Rio-Santos (536 Kms) seria um prolongamento natural do sistema rodoviário litorâneo, dando continuidade ao fluxo de veículos da nova Rio-Bahia, com a qual se integraria através da ponte Rio-Niteroi. Ademais, funcionaria como alternativa à rodovia Presidente Dutra nas comunicações entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

A região situa-se no quadrilátero Rio - São Paulo - Belo Horizonte - Brasília, onde se concentra a maior parte das atividades industriais, mais de 40 por cento da população e cerca de 60 por cento da renda do país.

A rodovia permitiria interligar os dois portos mais importantes do país (Rio e Santos), bem como as duas principais áreas metropolitanas (o Grande Rio de o Grande São Paulo).

A rodovia atenderia a necessidade de modernizar as estruturas arcaicas dominantes na área diretamente influenciada por ela.

A região dispõe de grande potencial turístico, baseado em suas excepcionais condições naturais, em seus “invulgares” recursos históricos, além de situar-se dentro do triângulo formado por São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte” (GUANZIROLI, 1983, p. 74).

Estes argumentos são muito interessantes para analisarmos, porque mostram os diferentes níveis de significação na tomada da decisão de construir a rodovia. Em primeiro lugar, é evidente que se cogita a rodovia como parte de uma rede de escala nacional, que tem como justificativa a integração de todo o território, ao que se soma o fato de tratar-se

de uma rodovia localizada estrategicamente entre os dois portos mais importantes do país.

Em escala local, a construção da rodovia permitiria à região uma maior integração com as metrópoles carioca e paulista, inserindo-a em uma rede nacional. Bertoncello (1992, p.68) menciona que no momento em que a construção da rodovia estava sendo planejada, “as possibilidades de valorização das terras locais, do comércio, e as enormes possibilidades que o aproveitamento turístico pode trazer, mobilizam os interesses locais, gerando uma opinião amplamente favorável à implementação da rodovia”.

No relatório elaborado pelo Sondotécnica é afirmado que a rodovia atenderia a necessidade de modernização das estruturas arcaicas da área, para imediatamente nos falar das suas potencialidades turísticas, evidenciando o “planejamento” para a modernização. A valorização turística da região assume o papel de superar seu “atraso”, exigindo a construção de uma via capaz de dar suporte para a implementação de um sistema de objetos criado para o desenvolvimento da atividade turística.

O território regional, assim sendo, integrou-se como uma parte dos “territórios setoriais de modernização” que a lógica estatal privilegiou, através da implementação das indústrias de base instaladas em Angra dos Reis, e mesmo do advento da atividade turística na Região da Baía da Ilha Grande como um todo.

RUA (2001, p.49) ao destacar o eixo de urbanização que se desenvolveu, vetorizado pela rodovia, menciona que “trata-se de um eixo muito dinamizado pelo turismo, veraneio, serviços e algumas indústrias tradicionais e modernas”, mais adiante o autor complementa que ao longo deste eixo

o mercado de trabalho tem sido alterado profundamente tanto com mudanças definitivas das atividades rurais e de pesca para ocupações vinculadas aos outros setores (construção civil e serviços domésticos, principalmente) como mudanças sazonais.

Os impactos decorrentes da rodovia, mencionados acima, devem ser analisados dentro da lógica de desenvolvimento na qual esta se insere, atuando espacialmente de forma diferenciada em temporalidades distintas. Nesse sentido, podemos dizer que, em uma primeira fase, as estradas cumpriram o papel de intercomunicar os municípios vetorizados pelo seu

eixo, favorecendo o comércio e o desenvolvimento de novas atividades produtivas. Em uma fase posterior, em que os ritmos de acumulação se aceleraram, a rodovia viabilizou a rápida destruição de estruturas anteriores e a implantação de novas atividades, que alteraram profundamente a organização espacial regional.

Essa nova organização espacial vai possibilitar ao município de Paraty se (re)inserir em um sistema de circulação, do qual havia sido mantido à margem ao longo de todo o século XIX, podendo usufruir do novo sistema de objetos da região, direcionado à reprodução da atividade turística, a partir da rodovia Rio-Santos.

O Turismo: um híbrido

O turismo se configurou como grande agente dinamizador para a região, sendo hoje a atividade a gerar mais receita para os municípios que compõem a Região da Baía da Ilha Grande. Nesse sentido, compreender a dinâmica territorial do turismo se configura como uma ferramenta fundamental no debate acerca de perspectivas de desenvolvimento para a região.



Turismo e espaço

Enquanto fenômeno típico da sociedade capitalista e industrial moderna, o turismo moderno apresenta imbricações espaciais e territoriais diversificadas e passíveis de análises várias, conforme a escala de observação proposta. Na sua essência, ele produz e consome espaços. Sendo fruto de atividades e práticas sociais diretamente ligadas ao movimento de pessoas e de informações, produz, como consequência, territorialidades e territórios. (FRATUCCI, 2000. p. 15)

A passagem acima indica diversos pontos importantes para o nosso debate. O primeiro se refere à escala de observação deste fenômeno, pois se o turismo cria e recria lugares, são as normas das empresas glo-

bais e dos órgãos mundiais que delineiam estes processos (SILVEIRA, 1997). Aqui, a dialética do território exposta anteriormente vai nos permitir uma abordagem multiescalar do fenômeno turístico, pois nos possibilita apreender o local como detentor do controle da parcela técnica, enquanto o controle da parcela política é exercido por atores “distantes”.

O exemplo dos grupos hoteleiros internacionais, como a Meliá, Accor, Kempinsky e Merriot, que desembarcaram na região a partir da década de 1970 é elucidador dos processos mencionados acima. O controle da parcela técnica foi dado em um primeiro momento pela intervenção estatal através da construção da rodovia Rio-Santos. Em seguida, a criação de novos postos de trabalho na construção dos hotéis atuou no sentido de captar a mão de obra no “local”. A parcela política da produção, no entanto, tinha no país de origem dos grupos hoteleiros o seu local de controle, caracterizando as verticalidades do espaço geográfico.

O turismo na região inseriu novos grupos territorializados (como por exemplo, o grupo dos hoteleiros ou o grupo dos moradores de segunda residência) que se confrontaram com as territorialidades já existentes. Cabe ressaltar que não necessariamente houve um embate no sentido de um conflito entre esses grupos, no entanto, como são grupos que partilham de diferentes conjuntos de valores e símbolos, há um constante embate do que esses grupos interpretam como desenvolvimento para a região.

A questão ambiental é um bom exemplo do embate entre essas territorialidades distintas. Como ressaltava Oliveira (2001, p.81) “o turismo é uma experiência geográfica na qual a paisagem constitui um elemento essencial”, ao passo que “o atrativo paisagístico surge como fonte principal de demanda turística na Região da Baía da Ilha Grande”. Neste contexto, o discurso preservacionista na região vai ser utilizado como forma de manutenção deste atrativo paisagístico. No entanto, o embate entre as territorialidades de grupos de fiscalização como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas) com grupos representados pelos caiçaras tem gerado alguns conflitos, precisamente devido aos diferentes sistemas de valores e significados partilhados por cada um desses grupos.

A crescente proliferação de áreas de proteção ambiental na região, sob a jurisdição de órgãos competentes da esfera municipal, estadual e nacional, tem aumentado estes conflitos, principalmente entre estes órgãos e os pescadores e pequenos produtores rurais. No entanto, o mesmo vigor de fiscalização não tem sido exercido junto aos resorts

instalados na região, demonstrando como a questão do desenvolvimento abarca conflitos que reproduzem a própria estrutura social da região.

O Projeto Turis, desenvolvido pela EMBRATUR (1972), é um exemplo de como o turismo na região, desde o início, foi pensado dentro do quadro delineado acima. O projeto visava tornar-se uma contribuição à definição de uma política,

- ao levantar e avaliar as possibilidades e as vocações turísticas do litoral Rio-Santos;
- ao recomendar programas turísticos possíveis em função das demandas a satisfazer as tendências do turismo nacional;
- ao propor hipóteses de ritmo de desenvolvimento.

O Projeto Turis é extremamente interessante ao nosso trabalho, não só por dar os alinhamentos gerais que orientam a utilização turística, como também por mostrar uma lógica de gestão e atuação que será o arquétipo do setor. Para começar, o Projeto assume a “vocação turística” da região, sem discutir este conceito:

Todas as áreas que margeiam o litoral Rio-Santos, afastadas ou não do mar, dotadas ou não de praias, são áreas turísticas. A discriminação em categorias, propostas acima, tem por fim exclusivo servir ao cálculo do potencial turístico do litoral, e não ao zoneamento do litoral em zonas turísticas e não turísticas (EMBRATUR, 1972).

Em seguida, a partir de investigações dos fluxos turísticos e suas características (origem, nível sócio-econômico, intensidade), o projeto propõe a classificação das praias segundo níveis sócio-econômicos, chegando a sugerir, por exemplo, superfícies de praia maiores para estratos mais abastados economicamente:

a densidade de banhistas possibilitada pela praia, isto é, a qualidade da praia e do local é diretamente proporcional ao nível de rendimentos da clientela turística a ser atendida: uma fraca densidade de ocupação corresponde a clientela de nível elevado, e vice-versa (EMBRATUR, 1972).

Muitas conclusões podem ser tiradas do documento que compõe o Projeto Turis, no entanto, de acordo com os nossos interesses, salienta-

remos apenas algumas. A primeira que chama atenção é a definição a priori da vocação turística que não é discutida. Soma-se ainda o fato de o Projeto ter a percepção da região como algo natural, não considerando sua formação histórica e social, e tornando-a passível de se adequar às premissas elaboradas no Projeto.

Se o documento resultante do Projeto Turis data do ano de 1972, a forma como o turismo vem sendo gerido na Região da Costa Verde desde então, em muito segue aos apontamentos feitos pela EMBRATUR. Afinal de contas, as praias particulares dos resorts, ou mesmo as ilhas particulares que se proliferam na baía, tem reproduzido espacialmente a estrutura classista que o projeto já visava.

O crescimento regional, viabilizado principalmente a partir da década de 70, ocorreu de forma desigual na extensão regional, refletindo a desigualdade com que os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty foram beneficiados pelo sistema de objetos provenientes do processo de industrialização. Diante desse fato, observa-se uma importância maior dos municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis, caracterizados pelo maior número de indústrias e oportunidades de emprego na dinâmica regional. Esta disparidade se reflete na maior diversificação das atividades nesses municípios. Diferentemente daqueles, o município de Paraty, emprega boa parte de sua população em atividades relacionadas ao turismo, não havendo grande diversificação nos setores econômicos do município. Observando o quadro abaixo, percebemos esta desigualdade intra-regional:

Quadro 15.1: Produto Interno Bruto – PIB, em valores absolutos e per capita, segundo as Regiões de Governo e municípios – 2013.

Produto Interno Bruto (PIB) - 2013		
Região de Governo e Municípios	Valores Absolutos (1000 R\$)	Valores per capita (1,00 R\$)
Região da Costa Verde	11 114 792	4.610,90
Parati	3 082 634	7.996,00
Angra dos Reis	5 469 684	3.370,00
Mangaratiba	2 562 475	6.950,20

Fonte: CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP.

Como consequência dessa centralidade regional exercida por Angra

dos Reis, observa-se uma busca por emprego da população de Paraty nos municípios vizinhos, principalmente em Angra dos Reis, onde, pela proximidade, surge o movimento pendular entre os dois municípios da região. A busca pelo município de Angra dos Reis é feita também pela população de Paraty que busca serviços mais especializados.

Cabe ressaltar que mesmo os processos resultantes do turismo se manifestaram espacialmente de forma diferenciada nos municípios de Angra dos Reis e Paraty. Em Angra dos Reis, predominam os grupos hoteleiros internacionais, com os resorts, ou ainda as pousadas localizadas em ilhas no meio da baía, ou em grandes faixas litorâneas. A proximidade com a metrópole do Rio de Janeiro permite a existência de um grande fluxo de turismo durante todo o ano, o que atrai expressivos investimentos do setor.

Em Paraty, o fato de a orla ser constituída de mangues e praias isoladas (à exceção de Parati-Mirim, na divisa com São Paulo, a quatro horas de viagem do Rio de Janeiro) tem caracterizado o sistema de objetos voltado para o turismo como diferente do observado em Angra. No entanto, ambos os municípios têm em comum o fato de o turismo ser supervalorizado pelos governos municipais e apregoado como a atividade que vai promover o desenvolvimento da Região da Baía da Ilha Grande. No entanto como ressalta Mattos (2001, p.56) a esse respeito:

Temos acompanhado alguns problemas que a comunidade tem enfrentado diante do acelerado processo de “turistificação” do município [Angra dos Reis]. As atividades turísticas são promotoras da expansão do emprego e geradoras de novos padrões de renda, porém, a sua massificação pode levar a irreparáveis perdas de valores que fazem do “lugar”, o seu espaço de identidade, de reconhecimento. A grande circulação de pessoas, carros e dinheiro têm a fluidez que caracteriza essa atividade temporária, o que leva a dinâmica local, também a flutuar.

Este caráter híbrido do turismo, de ao mesmo tempo em que gera emprego e renda, gerar também grande volatilidade pelas características intrínsecas da atividade, tem sido desconsiderado pelos governos municipais. As novas atividades, pensadas para gerar novos postos de emprego têm sido em geral direcionadas para prestação de serviços relacionados ao turismo.

Por fim, a nova dinâmica espacial estabelecida posteriormente à

abertura da rodovia Rio-Santos tem se caracterizado pela supervalorização do turismo no quadro econômico da região, resultando na construção de um sistema de objetos voltado aos interesses de agentes que em muitos casos estão localizados “fora” da região.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

Os diferentes usos do território, frutos de processos que atuaram de maneira desigual nos municípios que compõem a região da Costa Verde, deixaram impressas diversas marcas na paisagem local. Apesar das diferentes racionalidades, explique de que forma os três momentos apresentadas na aula reforçam o caráter excludente na organização do território da referida região.

Resposta Comentada

Compreende-se que, à medida que o desenvolvimento regional está voltado para o desenvolvimento econômico de outras regiões (dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro) e sendo controlado por capitais privados nacionais e/ou estrangeiros, com o apoio da ação estatal na criação de infraestrutura, a tendência é que se verifique a valorização de certos sistemas de objetos em detrimento de outros (seguindo a lei do desenvolvimento combinado e desigual), de acordo com os interesses dos capitais que coordenam o desenvolvimento econômico e articulam as diversas escalas de ação do capital.

Conclusão

Uma análise histórica da dinâmica territorial regional nos mostra que em diferentes momentos, os sistemas de objetos desenvolvidos no território foram direcionados a uma racionalidade que lhe era externa, desde o período colonial até o chamado período desenvolvimentista. Regionalmente, este quadro produziu diferenças na forma como os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty se beneficiaram desses sistemas de objeto, refletindo em processos de industrialização e urbanização desiguais na extensão regional.

No entanto, se ao longo das últimas décadas o município de Paraty vem se (re)inserindo na gestão do novo sistema de objetos criado para/pelo turismo, em que grande parte da população local está envolvida em uma atividade marcada pelo seu caráter híbrido.

==== *Atividade final* ====

Atende aos objetivos 1 e 2

A noção de rugosidade imprime ao espaço uma forma de análise que possibilita compreendê-lo como resultado de um acúmulo desigual de tempos. Como ressalta Milton Santos:

chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2012, p.140).

Como vimos, contemporaneamente o turismo vem se mostrando um importante agente na estruturação do território regional. Nesse sentido:

a) utilize as noções grifadas para analisar a região tema da aula.

b) justifique a caracterização do turismo como um híbrido a partir da Geografia;

c) explique de que forma o turismo se beneficia das rugosidades na região em tela.

Resposta comentada

a) Como vimos na aula, a Região da Costa Verde passou por diferentes momentos na estruturação do espaço regional. Cada momento deixou impresso algumas marcas na paisagem e nas relações sociais que permaneceram como rugosidades no espaço. As marcas observadas na primeira atividade evidenciam esse processo.

b) O turismo na região é caracterizado como um híbrido em função de, ao mesmo tempo em que gera emprego e renda, gerar também grande volatilidade, pelas características intrínsecas à atividade. Do ponto de vista material, a atuação de grupos hoteleiros multinacionais evidencia esse processo, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que gera renda para uma parcela da população local, acaba inviabilizando a permanência de uma parcela da população em função do aumento do custo de vida. A dimensão simbólica do território também se insere nesse hibridismo, à medida em que o turismo ressignifica algumas práticas culturais locais para atender interesses da demanda turística.

c) Como vimos na passagem acima, as rugosidades representam marcas do passado no espaço e a ressignificação dessas marcas pelo turismo garante novas funções para antigas formas. Como vimos na primeira atividade, diversas rugosidades vem sendo utilizadas pelo turismo como forma de valorização dessas marcas no espaço.

Resumo

A presente aula buscou analisar a formação sócio-espacial da região da Costa Verde, no sentido de pensar, a partir da historicização dessa formação, os diferentes usos do território.

Se contemporaneamente a região em tela tem no turismo a reprodução de um sistema de objetos voltados para uma racionalidade que lhe é externa, historicamente a região tem se dinamizado a partir de sistemas de objetos criados dentro dos mesmos parâmetros. Assim foi durante o período colonial e mesmo durante o período desenvolvimentista.

Referências

BERTONCELLO, Rodolfo V. Processo de Modernização e espaço local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Redes de empreendimentos turísticos e sistemas de informações: contexto e desafio em Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

EMBRATUR, EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. Projeto TURIS. Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1972.

FRATUCCI, Aguinaldo César. O ordeamento territorial da atividade turística no estado do Rio de Janeiro: processo de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Rio de Janeiro: UFF, 2000.

GUANZIROLI, Carlos E. Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado). Planejamento Urbano e Regional – UFRJ. 1983.

_____. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MATTOS, Regina Célia de. O Processo de crescimento e Modernização de Angra dos Reis: Contribuição para uma Análise Sócio-Ambiental. In: JOSAFÁ, Carlos de Siqueira. et al (Orgs.). Educação Ambiental: Va-

lores Éticos na Formação de Agentes Multiplicadores. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2001. p. 61-70.

MOREIRA, Ruy. Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: O estado do Rio de Janeiro no Início do Século XXI: Olhando para o futuro. Niterói: UFF, 2001. p. 127-7132.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Marcos da História Ambiental do Município de Angra dos Reis. In: JOSAFÁ, Carlos de Siqueira. et al (Orgs.). Educação Ambiental: Valores Éticos na Formação de Agentes Multiplicadores. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2001. p. 61-70.

PRADO JR., Caio. Sentido da Colonização. In: Formação do Brasil Contemporâneo. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAHY, Ione Salomão. Povoamento do Estado do Rio de Janeiro. GeogUERJ - Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, n. 6, p. 37-46, jul./dez., 1999.

RIBAS, Marcos Caetano. A História do Caminho do Ouro em Paraty. Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.

RUA, J. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Infobook, 2001. p. 43-69.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.). Turismo, Modernidade, Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Corinto de. Angra do meu tempo. Angra dos reis: Conselho Municipal de Cultura, 1986.

